

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Vanderlei Cristiano Juraski

A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE O  
CONTESTADO (2001-2019)

Passo Fundo  
2021

Vanderlei Cristiano Juraski

A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE O  
CONTESTADO (2001-2019)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para obtenção do grau de doutor em História sob a orientação da Profa. Dra. Ironita Adenir Policarpo Machado.

Passo Fundo  
2021

CIP – Catalogação na Publicação

---

J96p Juraski, Vanderlei Cristiano  
A produção historiográfica sobre o Contestado  
(2001-2019) [recurso eletrônico] / Vanderlei Cristiano  
Juraski. – 2021.  
1.5 Mb ; PDF.

Orientadora: Profa. Dra. Ironita Adenir Policarpo  
Machado.

Tese (Doutorado em História) – Universidade de  
Passo Fundo, 2021.

1. Historiografia. 2. Conhecimento. 3. Brasil –  
História – Campanha do Contestado, 1912-1916. 4.  
Santa Catarina – História. I. Machado, Ironita Adenir  
Policarpo, orientadora. II. Título.

CDU: 981.64

Vanderlei Cristiano Juraski

A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE O  
CONTESTADO (2001-2019)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para a obtenção do grau de doutor em História sob a orientação da Profa. Dra. Ironita Adenir Policarpo Machado.

Aprovada em 14 de dezembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente  
Paulo Pinheiro Machado  
Data: 07/02/2022 17:50:43-0300  
CPF: 415.676.840-68  
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado (UFSC)

Prof. Dra. Márcia Janete Espig (UFPel)

Prof. Dr. João Carlos Tedesco (UPF)

Prof. Dra. Gizele Zanotto (UPF)

Prof. Dra. Ironita Adenir Policarpo Machado (UPF)

À minha esposa, Grasieli, e ao Francisco, meu filho.

Ao concluir mais uma etapa de meu itinerário formativo, tenho certeza de que ele não seria possível sem a colaboração de muitos familiares e amigos, bem como instituições e professores que fizeram parte da minha vida. Começo, então, agradecendo ao Instituto Federal Catarinense por ter dado todo o suporte necessário para que eu cursasse o doutorado. Os três anos que passei afastado de minhas funções como docente no *campus* Fraiburgo foram de muita aprendizagem e saudades das antigas rotinas em sala de aula. Cabe dizer do orgulho que tenho em fazer parte da rede federal de ensino técnico e tecnológico. Os institutos federais cumprem uma função importante para a sociedade brasileira, uma vez que preparam jovens e adultos para o mundo do trabalho. Nesse sentido, o incentivo à formação acadêmica dos servidores proporciona a qualificação do trabalho junto às comunidades atendidas pela instituição. Comprometo-me, portanto, a retribuir o investimento despendido nos últimos anos com muito trabalho e empenho. Também se faz necessário agradecer à Universidade de Passo Fundo e, especialmente, o Programa de Pós-Graduação em História, por ter me acolhido desde o mestrado e pelo qual tenho um carinho muito grande. Estar na UPF é uma experiência valiosa, pois não se resume às aulas, compreendendo também o contato com colegas, professores e demais funcionários que constituem a estrutura do PPGH. À parte disso, minhas lembranças do *campus* Passo Fundo vão contemplar o vasto gramado, com bancos e árvores, os pássaros, o movimento de carros e ônibus, a vida que motiva a prática do historiador. Na UPF, tive o prazer de conhecer minha orientadora, a Profa. Dra. Ironita Adenir Policarpo Machado, uma pesquisadora com a qual me identifiquei de imediato. Obrigado por compartilhar comigo o seu conhecimento e a sua amizade. Agradeço também ao Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado e ao Prof. Dr. João Carlos Tedesco por auxiliarem na composição desta tese. Além deles, quero estender meus agradecimentos a todos os demais docentes com que tive contato durante o curso, pois, a partir de suas intervenções e da instigação para dissertar sobre meu projeto, pude qualificar a pesquisa. Por fim, quero agradecer a meus pais, Avacir e Inês, pelo apoio dado ao longo da caminhada; à minha sogra, Ana, e avó adotiva, Íris, pelo interesse demonstrado durante a elaboração da tese. À minha esposa, Grasieli, por ser companheira de jornada, por ter estado comigo nos momentos de angústia e incertezas, por ajudar a concretizar este projeto pessoal e profissional que é o doutorado. Tenho certeza de que esta tese não se fez apenas com inspiração e transpiração, mas também com a parceria de muitos. Obrigado a todos.

Antes de saber o que a história *diz* de uma sociedade, é necessário saber como *funciona* dentro dela. Esta instituição se inscreve num complexo que lhe *permite* apenas um tipo de produção e lhe *proíbe* outros. Tal é a dupla função do lugar. Ele *torna possíveis* certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns. Mas torna outras *impossíveis* [...] Sem dúvida, essa combinação entre *permissão* e *interdição* é o ponto cego da pesquisa histórica e a razão pela qual ela não é compatível com *qualquer coisa*.  
Michel de Certeau, 2007, p. 63.

## RESUMO

Nesta tese, é investigada a formação de um campo de conhecimento histórico sobre o movimento do Contestado, nas duas primeiras décadas do século XXI. O objetivo é identificar tendências da historiografia acerca dos conflitos sociais ocorridos no planalto de Santa Catarina, bem como a formação de um campo de investigação sobre o tema. Essa empreitada se justifica na medida em que o exame do conjunto de teses sobre o assunto é uma contribuição às análises historiográficas, capaz de revelar elementos que transcendem os estudos sobre o Contestado. Pode-se citar, entre outros aspectos, a recente expansão dos cursos de pós-graduação em História no Brasil, as mudanças na epistemologia da Ciência Histórica, além de uma organização institucional por parte dos historiadores em debater a problemática. Já a metodologia utilizada durante esta pesquisa pauta-se na análise historiográfica, empregando como referencial teórico, especialmente, textos de Rüsen (2015), Ricoeur (1994) e Orlandi (2003 e 2005) e como fontes as teses e entrevistas dos quatorze doutores em História cujo objeto de estudo é o Contestado. Por meio dessa investigação, observou-se a constituição de um campo do conhecimento, nos termos de Bourdieu (1989), e uma comunidade de historiadores que compartilham determinados interesses, documentações, referenciais teórico-metodológicos e interpretações sobre o Contestado. De outro modo, as interações entre os intelectuais não estão circunscritas às produções das teses, mas se estendem para a participação em bancas, elaboração de obras coletivas e organização de eventos. Suas interpretações acerca do objeto em análise convergem para dois pontos principais. Inicialmente, esses autores destacam o Contestado como um movimento fluido, dinâmico, integrado às novas demandas sociais – não estando restrito aos anos de guerra (1912-1916). Além disso, ressaltam o caráter popular do movimento social, que se contrapôs de diferentes formas à expropriação das terras e ao cerceamento de direitos como o respeito e a preservação do modo de vida dos caboclos no planalto catarinense. Essas constatações foram verificadas a partir do exame das perspectivas teóricas, métodos e narrativas elaboradas pelos historiadores e identificadas nas carências e funções de orientação das teses produzidas em cursos de pós-graduação em História.

**Palavras-chave:** campo; conhecimento histórico; Contestado; historiografia.

## ABSTRACT

This thesis investigates the formation of a historical knowledge field on the Contestado movement, in the first two decades of the 21<sup>st</sup> century. Our aim is to identify the historiographic tendencies regarding social conflicts that took place in the plateau of Santa Catarina and to form a field of research on the theme. This study is relevant considering that the analysis of the set of theses on the matter is a contribution to historiographic analyses, capable of revealing elements that transcend the studies on the Contestado. We may mention, among other aspects, the recent expansion of graduate programs in History in Brazil, the changes to the epistemology of Historical Sciences, besides an institutional organization on the historians' part to debate the matter. Regarding the methodology employed in this research, it relies on historiographic analysis, employing as theoretical framework, especially, texts by Rüsen (2015), Ricoeur (1994) and Orlandi (2003 and 2005), and as primary sources theses and interviews by fourteen doctors in History whose study object is the Contestado. Through this investigation, we observed the constitution of a knowledge field, in accordance with Bourdieu (1989), and a community of historians that share certain interests, documentations, methodological-theoretical frameworks and interpretations on the Contestado. Nonetheless, the interactions among these intellectuals are not circumscribed to thesis productions, but also include participating in defense committees, elaborating collective works and organizing events. Their interpretation regarding the object analyzed converge into two main points. At first, these authors highlight the Contestado as a fluid, dynamic movement, integrated to new social demands – not restricted to the years of war (1912-1916). Also, they emphasize the popular character of the social movement, which opposed in different ways to the expropriation of land and curtailment of rights such as the respect towards and preservation of the caboclos' lifestyle in the plateau of Santa Catarina. These findings were verified based on the analysis of theoretical perspectives, methods and narratives elaborated by the historians and identified in the needs and functions of advising the theses produced in graduate programs in History.

**Keywords:** field; historical knowledge; Contestado; historiography.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 - Matriz do pensamento histórico .....</b>	<b>71</b>
--	-----------

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1 - Autor, instituição formadora, ano da conclusão .....</b>	<b>69</b>
<b>Tabela 2 - Teses divididas por eixos .....</b>	<b>82</b>

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1 - Produção de obras sobre o Contestado.....</b>	<b>35</b>
<b>Gráfico 2 - Assentamentos no Paraná e em Santa Catarina.....</b>	<b>39</b>

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1 - Locais de assentamentos em 1996 .....</b>	<b>37</b>
---	-----------

## LISTA DE ABREVIATURAS

ANPUH - Associação Nacional de História.  
BNCC - Base Nacional Comum Curricular.  
BRC - Brazil Railway Company.  
CEOM - Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina.  
CPT - Comissão Pastoral da Terra.  
EFSPRG - Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.  
FAFIUV - Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória.  
GIMC - Grupo de Investigação sobre o Movimento do Contestado.  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.  
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano.  
IESP - Instituto de Estudos Sociais e Políticos.  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.  
MST - Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra .  
ONG - Organização Não-governamental.  
PAs - Projetos de Assentamentos.  
PNLD - Programa Nacional do Livro e do Material Didático.  
PPGHs - Programas de Pós-Graduação em História.  
PUC - Pontifícia Universidade Católica.  
RBH - Revista Brasileira de História.  
STF - Supremo Tribunal Federal  
TD - Título de Domínio.  
UCPel - Universidade Católica de Pelotas.  
UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina.  
UEL - Universidade Estadual de Londrina.  
UEM - Universidade Estadual de Maringá.  
UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
UFF - Universidade Federal Fluminense.  
UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul.  
UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.  
UFPel - Universidade Federal de Pelotas.  
UFPR - Universidade Federal do Paraná.  
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro.  
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina.  
UFSM - Universidade Federal de Santa Maria.  
UnB - Universidade de Brasília.  
UnC - Universidade do Contestado.  
UNESPAR - Universidade Estadual do Paraná.  
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas.  
UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro-Oeste (Paraná).  
UNIJUÍ - Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul.  
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná.  
UNIPLAC - Universidade do Planalto Catarinense.  
UPF - Universidade de Passo Fundo.  
USP - Universidade de São Paulo.  
UTP - Universidade Tuiti do Paraná.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
<b>1 A HISTORIOGRAFIA DO CONTESTADO E O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL.....</b>	<b>30</b>
1.1 REDEMOCRATIZAÇÃO E CONFLITOS AGRÁRIOS NA REGIÃO DO CONTESTADO.....	35
1.2 A HISTORIOGRAFIA DO CONTESTADO NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990...41	
<b>1.2.1 Breve apresentação dos autores e obras .....</b>	<b>42</b>
<b>1.2.2 Perspectivas sobre o Contestado.....</b>	<b>46</b>
1.3 REPERCUSSÕES DAS PUBLICAÇÕES DOS ANOS 1980 E 1990 NA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA POSTERIOR.....	51
<b>2 A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE O CONTESTADO NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS .....</b>	<b>64</b>
2.1 CRIAÇÃO DOS CURSOS DE DOUTORADO EM HISTÓRIA NO BRASIL E O MOVIMENTO HISTORIOGRÁFICO DO CONTESTADO .....	67
2.2 A MATRIZ EPISTEMOLÓGICA DA CIÊNCIA HISTÓRICA .....	71
2.3 CARÊNCIAS DE ORIENTAÇÃO.....	72
2.4 A HISTÓRIA REGIONAL E SUAS TRANSFORMAÇÕES EM MEADOS DO SÉCULO XX.....	78
2.5 BREVE APRESENTAÇÃO DAS TESES SOBRE O CONTESTADO.....	81
<b>3 PERSPECTIVAS ORIENTADORAS SOBRE O PASSADO.....</b>	<b>93</b>
3.1 PERSPECTIVAS ORIENTADORAS SOBRE O PASSADO: EIXOS.....	94
<b>3.1.1 Ocupação do território e conflitos sociais.....</b>	<b>95</b>
<b>3.1.2 Relações homem-natureza.....</b>	<b>103</b>
<b>3.1.3 Catolicismo popular e suas ressignificações.....</b>	<b>106</b>
<b>3.1.4 Relações de poder .....</b>	<b>110</b>
3.2 PERSPECTIVAS ORIENTADORAS SOBRE O PASSADO: O USO DOS CONCEITOS NA HISTORIOGRAFIA REFERENTE AO CONTESTADO .....	117
<b>3.2.1 O sertão como campo de disputas.....</b>	<b>118</b>
<b>3.2.2 Jaguncismo, bandoleirismo e violência costumeira.....</b>	<b>121</b>
<b>3.2.3 Os caboclos como empecilhos para o desenvolvimento da região .....</b>	<b>123</b>

<b>4</b>	<b>OS MÉTODOS E A ELABORAÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO SOBRE O CONTESTADO</b> .....	127
4.1	AS FONTES COMO VESTÍGIOS PARA A COMPREENSÃO DO PASSADO	129
4.2	CRÍTICA: TÉCNICAS DE TRABALHO COM AS FONTES DE PESQUISA....	137
4.2.1	<b>Proximidade temporal: os rastros do evento presentes nas fontes</b> .....	138
4.2.2	<b>Possibilidade objetiva: a plausibilidade dos dados presentes nos documentos</b> .....	143
4.2.3	<b>Técnicas de apresentação e estratégias na produção do conhecimento histórico</b> .....	149
4.3	INTERPRETAÇÃO: OS SENTIDOS PARA A EXPERIÊNCIA HUMANA NO TEMPO .....	151
<b>5</b>	<b>NARRATIVAS E SENTIDOS NA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE O CONTESTADO</b> .....	159
5.1	CONTESTADO E TERRITORIALIDADE .....	161
5.2	OS PROTAGONISTAS DO MOVIMENTO DO CONTESTADO .....	167
5.3	A NARRATIVA: FATOS E SENTIDOS.....	179
	<b>CONCLUSÃO</b> .....	190
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	200
	<b>FONTES</b> .....	208
	<b>APÊNDICE A - OBRAS QUE COMPÕEM O GRÁFICO 1</b> .....	211
	<b>APÊNDICE B - ESPAÇOS VISITADOS PELOS AUTORES EM SUAS PESQUISAS</b> .....	219

## INTRODUÇÃO

A Guerra do Contestado, ocorrida no planalto de Santa Catarina entre 1912 e 1916, pode ser entendida como uma etapa do processo de ocupação desse território, visto que os fatores que a desencadearam são diversos e não foram solucionados com o término do confronto armado.<sup>1</sup> Entre os motivos elencados pela historiografia, encontra-se a indefinição sobre as fronteiras dos estados, a inserção do capitalismo a partir da construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (EFSPRG) e a exploração da floresta ombrófila mista por empresas ligadas ao Sindicato Farquhar.<sup>2</sup> Para Monteiro (1974), as possíveis causas dos conflitos incluíam a crise no mandonismo local e nas relações de compadrio que garantiam até aquele momento a permanência na terra, uma fonte de renda e proteção aos caboclos.<sup>3</sup> A partir da vinda de empresas estrangeiras e de imigrantes para a região, os coronéis não conseguiram mais assegurar a posse das terras aos seus trabalhadores. Assim sendo, a expulsão dos caboclos por iniciativa dos seguranças da Brazil Railway Company das terras pertencentes à empresa, o início da colonização por imigrantes europeus ou descendentes e o milenarismo gestado no seio do catolicismo popular também motivaram a eclosão do conflito.

Ao tratar da guerra como uma fase dentro de um processo de monetarização da terra e modernização da agricultura, requerida por empresas privadas e chancelada pelos governos estadual e federal, evidencia-se a pertinência do

---

<sup>1</sup> A Guerra do Contestado envolveu a população pobre do planalto catarinense, as polícias estaduais do Paraná e Santa Catarina, além de lideranças políticas locais e companhias estrangeiras como a Brazil Railway Company e a Lumber. A Batalha de Banhado Grande, no Irani, em outubro de 1912, é aceita pela historiografia como o marco inicial da Guerra. Ao longo dos quatro anos de escaramuças entre as forças oficiais e os caboclos insurgentes, diversas expedições militares excursionaram pela região conflagrada, aliando-se com Coronéis e milicianos para derrotar os rebeldes que se reuniam em redutos ou cidades santas. Em 1916 com a destruição dos maiores agrupamentos caboclos e a rendição e/ou execução das principais lideranças, os militares e governantes consideraram o Contestado “pacificado”. Para maiores detalhes sobre as fases do confronto armado ver MONTEIRO, Duglas T. Cronologia. In.: \_\_\_\_\_. *Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado*. São Paulo: Ed. da USP, 2011. p. 276-285.

<sup>2</sup> No Brasil, Percival Farquhar (1864-1953), empresário norte-americano, investiu na construção de ferrovias, como a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré na Região Amazônica entre os anos de 1907 e 1912; nos ramos hoteleiro e madeireiro; na construção de portos; na criação de gado; na colonização, entre outros empreendimentos. Faziam parte do Sindicato Farquhar na região do Contestado as empresas Brazil Railway Company e Southern Brazil Lumber & Colonization Company.

<sup>3</sup> Muitas vezes, segundo o sociólogo, os filhos de peões ou agregados eram batizados pelos coronéis como um sinal de respeito e submissão, mas também de vínculo entre eles.

conceito de “movimento”, pois pressupõe a constante transformação das demandas ao longo do tempo, chegando até o presente.<sup>4</sup> O movimento do Contestado atinge diversos grupos sociais, sendo percebido, inclusive, como algo atual. Pensar o Contestado hoje é refletir sobre as desigualdades sociais, o acesso à terra e às políticas públicas, as diversas formas de religiosidade e a relação de determinados grupos sociais com o Estado a fim de salvaguardar seus interesses. Os coletivos “Renascença Cabocla”, de Fraiburgo/SC, “Rosas do Contestado”, de União da Vitória/PR, e a “ONG Herdeiros”, de Curitiba/SC, são exemplos de movimentos sociais ou entidades que se apropriaram da mística do Contestado para referendarem suas pautas na atualidade. Outro indício da permanência de algumas lutas sociais é a frequente reivindicação por terras no palco do confronto armado. Se se considerar tão somente os municípios circundantes ao antigo reduto do Taquaruçu, hoje comunidade rural de Fraiburgo, observar-se-ia, segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a existência de 35 assentamentos, contando com mais de mil famílias beneficiadas.<sup>5</sup> A vivacidade do tema é constatada nos seminários, peças teatrais e musicais, bem como outros eventos e produções artísticas<sup>6</sup> realizadas na região, cujo objetivo é a preservação da memória sobre o confronto armado e seus desdobramentos. O poder público também se envolveu nos rituais de rememoração, incentivando e financiando diversas atividades. A administração de Lebon Régis (2016-2020), por exemplo,

---

<sup>4</sup> Por se tratar de um conceito polissêmico, é necessário explicitar que os termos “movimento”, “conflito” e “confronto” serão utilizados para se referir aos acontecimentos que tiveram como palco a região do Contestado (planalto de Santa Catarina). O primeiro caso diz respeito aos agentes sociais envolvidos em disputas na região, não se restringindo apenas à Guerra do Contestado, mas que iniciados antes se estendem até o tempo presente. O segundo termo será utilizado de forma similar ao anterior. E na tentativa de diminuir as repetições de palavras na mesma frase ou parágrafo, o termo “confronto” substituiu em alguns momentos a expressão “Guerra do Contestado”. A palavra “Contestado” isoladamente é empregada em referência ao tema de pesquisa dos doutorandos. A exceção são títulos e citações dos autores. Nesse caso, cada um faz uso diverso do termo. No momento oportuno, serão abordadas as diferentes definições para o “Contestado” nas obras dos pesquisadores.

<sup>5</sup> As informações foram retiradas do *site* do INCRA: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. A análise considerou um raio de aproximadamente 80 km de distância da comunidade rural do Taquaruçu. Nesse sentido, os municípios contemplados foram Fraiburgo, Monte Carlo, Lebon Régis, Caçador, Curitiba, Campos Novos e Santa Cecília.

<sup>6</sup> Os exemplos são variados, indo de eventos como o *V Simpósio Nacional do Movimento do Contestado* (Irati/PR - 2018), planejado pelo Grupo de Investigação sobre o Movimento do Contestado da Universidade Federal de Santa Catarina (liderado por Paulo Pinheiro Machado e Márcia Janete Espig), o documentário *Terra cabocla* de 2015 até a realização de competições, como a *2ª Trilha do Contestado*, no município de Timbó Grande/SC (2019), organizada pelo grupo de motociclistas Jagunços na Lama.

intitulado o município como o “Coração do Contestado”, e afirmou que a “Semana do Contestado”, realizada anualmente em agosto, é a maior festa cabocla do país.<sup>7</sup>

A memória é um elemento constituinte das identidades que são produzidas no convívio social. Portanto, combinam concepções prévias sobre si mesmas, tais como atividades profissionais, relações familiares, participação em associações e outras preferências pessoais, e a percepção externa, ou seja, um juízo de valor sobre o emprego, a família, a orientação sexual e religiosa, sobre o bairro, a região etc., que compõem a história de vida de cada um. As memórias individuais são mediadas pelo consenso construído acerca de espaços, personagens e eventos do passado, pressupondo, portanto, um jogo entre lembranças e esquecimentos, visto que cada grupo social tem uma representação do passado enquanto classe e um projeto de sociedade para o futuro. Essas distintas perspectivas estão em constante embate, às vezes aparentes, como um protesto, outras de forma implícita, como a desobediência civil. Desse modo, enquanto alguns fatos são destacados, outros são atenuados, com objetivo de elaborar uma narrativa plausível sobre o indivíduo e a sociedade. “Quando falamos de memória, devemos levar em conta que essa constrói uma linha reta com o passado, alimentando-se de lembranças vagas, contraditórias e sem nenhuma crítica às fontes que, em tese, embasariam essa mesma memória” (MOTTA, 2012, p. 25).

As memórias relativas ao movimento do Contestado alteraram-se ao longo do tempo. O pressuposto anterior pode ser comprovado, por exemplo, através da ressignificação do conceito de “caboclo”, que, no início do século XX, era visto de maneira depreciativa, inclusive pelos próprios sertanejos, e, segundo Poli (2006), quando enriqueciam não eram mais chamados por essa nomenclatura. A recente valorização do termo deve-se em grande parte à ação de movimentos sociais que visam preservar o patrimônio cultural de seus antepassados. Para Rösen (2015), a memória situa-se dentro da cultura histórica de uma sociedade e é um dos fatores de formulação do pensamento histórico. Na maioria das vezes, é tomada como fonte e discutida conjuntamente com outros documentos utilizados pelo pesquisador. Motta afirma que “a história seria, então, uma operação intelectual que, ao criticar as fontes, reconstruí-las à luz de uma teoria, realiza uma interpretação na qual o que importa não é só a noção de um consenso, mas também a do conflito” (2012, p. 26).

---

<sup>7</sup> A informação consta no *site* da Prefeitura de Lebon Régis: <https://www.lebonregis.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/50313>. Acesso em: 12 mar. 2020.

Dessa forma, a disciplina histórica, apesar de problematizar o passado a partir do presente, tem uma dinâmica que lhe concede certa autonomia sobre a vida prática.

Esta tese pretende discutir a formação de um campo do conhecimento sobre o Contestado a partir da consolidação de uma comunidade de historiadores interessados no assunto que compartilham determinadas perspectivas teóricas, categorias, metodologias e formas de representação sobre o assunto. O campo pode ser compreendido como uma arena de disputas por capital simbólico<sup>8</sup>, posições de poder e pela constituição de consensos provisórios. De acordo com Bourdieu (1989) existem diferentes campos no espaço social (jurídico, artístico, médico, intelectual) e cada um deles possui uma certa autonomia em relação aos demais, assinalada por regras e premiações (acadêmicas, esportivas, corporativas) que somente têm sentido naquele microcosmo. Todos os agentes sociais que compõem o campo aceitam os sistemas de obrigações e compensações e, principalmente, reconhecem a importância das disputas empreendidas na arena. Ao analisar o grupo de intelectuais que estuda o Contestado é possível identificar elementos compatíveis com o conceito de campo defendido pelo sociólogo francês: a organização dos autores enquanto uma comunidade de historiadores que mantêm diálogo constante entre si e com profissionais de outras áreas do conhecimento, o uso comum de fontes, técnicas e estratégias de interpretação e o desempenho de atividades em instituições de ensino superior que legitimam as investigações científicas. Além disso, os doutores em História exercem influência, em diferentes níveis e formas, sobre os jovens pesquisadores (mestrandos e doutorandos, especialmente) que pode ser verificada na recorrente menção às teses defendidas nas primeiras duas décadas do século XXI.

Até o momento, inexistem estudos sobre o tema, haja vista que as defesas de teses em História relativas ao tópico são recentes. Optou-se por analisar os trabalhos finais de doutorado por duas razões principais: a primeira, porque esta é, teoricamente, a obra mais importante dos autores. Demanda um esforço de quatro

---

<sup>8</sup> Por capital entende-se determinadas propriedades (materiais e/ou imateriais) de indivíduos ou grupos sociais que são tidas como relevantes no espaço social, sendo capazes de auferir aos seus detentores oportunidades de ascensão social, poder de executar e impedir ações, assim como de influenciar em decisões de terceiros. Existem diferentes tipos de capital: econômico, cultural, político, intelectual. Segundo Bourdieu “cada espécie particular de capital está ligada a um campo e tem os mesmos limites de validade e de eficácia que o campo no interior do qual tem curso” (2011, p. 203). É, portanto, pelo reconhecimento de sua importância dentro do campo que os tipos de capital adquirem o status de simbólico.

anos de investigação, algumas vezes correspondendo a desdobramentos das dissertações, sendo submetidas constantemente ao crivo dos pares e testadas em seminários, orientações, bancas de qualificação e defesa. A segunda, pela relevância para a área do conhecimento, uma vez que as teses propõem um novo olhar sobre o objeto e expandem o conhecimento acerca de determinado evento, servindo, como referido anteriormente, de parâmetro para outras publicações.

No livro *Contestado: historiografia e literatura (1980-2001)*, Dill (2004) examinou uma gama de obras sobre a região, demonstrando o impacto da História Cultural sobre as publicações. Nesse trabalho, não constam teses em História, visto que a primeira foi defendida por Paulo Pinheiro Machado em 2001 na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). A autora acrescenta que a historiografia acadêmica tem características próprias que diferem dos livros analisados por ela. Nesse sentido, abordar a produção nos programas de pós-graduação em História (PPGHs) visa preencher uma lacuna nas investigações acerca do Contestado, revelando para as pesquisas posteriores o estado da arte sobre o assunto.

As primeiras publicações relativas aos conflitos na região ocorreram em jornais de 1900 e 1910.<sup>9</sup> Durante a Guerra do Contestado, a imprensa cobriu os combates no sertão catarinense e forneceu opiniões dos editores sobre a temática. Essas fontes estão ligadas aos interesses das oligarquias que financiavam a produção e circulação dos periódicos, tanto nas capitais quanto no interior dos estados. Em seguida, José Herculano Teixeira D'Assumpção (1917 e 1918), Demerval Peixoto (1920) e outros oficiais militares publicaram suas impressões sobre a campanha do Contestado e o combate dos redutos.<sup>10</sup> Depois desses, foi a vez de sociólogos, como Maria Isaura Pereira de Queiroz (1957), Maurício Vinhas de Queiroz (1966) e Duglas Teixeira Monteiro (1972), defenderem suas teses sobre as razões dos conflitos na região. Em meio a todas essas publicações, outros autores

---

<sup>9</sup> *O Dia*, *Folha do Comércio* e *O Estado*, todos de Florianópolis/SC; *O Trabalho*, de Curitiba/SC; *A Notícia*, de Lages/SC; *O Imparcial*, de Canoinhas/SC, e o *Diário da Tarde*, de Curitiba/PR, são exemplos de jornais que vincularam informações sobre temas relacionados ao movimento do Contestado.

<sup>10</sup> Fernando Setembrino de Carvalho: *Relatório apresentado ao general de divisão José Caetano de Faria, ministro da Guerra* (1916) e *A pacificação do Contestado. Conferência realizada no Clube Militar na noite de 3 de julho de 1916* (1916). José Herculano Teixeira D'Assumpção: *A campanha do Contestado (as operações da Coluna Sul)* (v. 1, 1917, e v. 2, 1918). José Vieira Rosa: *Reminiscências da campanha do Contestado – subsídios para a história* (1918). Demerval Peixoto: *Campanha do Contestado* (1920) e *Campanha do Contestado: raízes da rebeldia* (1920). José Octaviano Pinto Soares: *Apontamentos para a história – o Contestado* (1920) e *Guerra em sertões brasileiros* (1931). Antônio Alves Cerqueira: *A jornada de Taquaruçu (feito guerreiro). Contribuições ao estudo da história militar do Brasil* (1936).

lançaram obras que tratavam da temática. Nilson Thomé escreveu livros como *Trem de ferro: história da ferrovia do Contestado* (1980), *Sangue, suor e lágrimas no chão do Contestado* (1992), *Ciclo da madeira: história da devastação da floresta da araucária e do desenvolvimento da indústria madeireira em Caçador e na região do Contestado no século XX* (1995), *Os iluminados: personagens e manifestações místicas e messiânicas no Contestado* (1999) e *A política no Contestado: do curral da fazenda ao pátio da fábrica* (2002). Marli Auras, por sua vez, publicou *Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla* (1984) e *Poder oligárquico catarinense: da Guerra dos fanáticos à opção pelos pequenos* (1991). Já Ivone Cecília D'Avila Gallo, Euclides José Felipe e Nilson César Fraga são autores, respectivamente, de *O Contestado: o sonho do milênio igualitário* (1992), *O último jagunço: folclore na história da Guerra do Contestado* (1995) e *Mudanças e permanências na rede viária do Contestado: uma abordagem acerca da formação territorial no sul do Brasil* (2006).

Durante o século XX, o descrédito sobre os grandes paradigmas interpretativos da sociedade, como o marxismo dogmático,<sup>11</sup> o estruturalismo<sup>12</sup> e o funcionalismo<sup>13</sup>, teve impactos profundos na História Ciência. Os pesquisadores se depararam com incertezas sobre a possibilidade de alcançar a “verdade” sobre um acontecimento, personagem ou conjuntura social. Nada asseguraria que suas escolhas teórico-metodológicas conduzissem para um conhecimento verdadeiro sobre o passado. Essa situação desencadeou questionamentos sobre a pertinência e utilidade da História. Era necessária uma mudança de perspectiva sobre o passado e de postura em relação ao campo do saber. Todas as iniciativas empreendidas a partir de então deveriam considerar a plausibilidade de que os resultados das pesquisas fossem verossímeis (ao invés de verdadeiros), afinal, eles eram forjados a partir de um lugar social, por experiências e horizontes de

---

<sup>11</sup> Entende-se como “marxismo dogmático” a interpretação determinista e teleológica do pensamento de Karl Marx, na qual as contradições entre as classes sociais conduziram necessariamente ao modo de produção comunista. Nessa perspectiva, a diversidade cultural e política é sobreposta por aspectos econômicos nas discussões em torno da sociedade. Em relação ao debate acerca da crise do marxismo na década de 1970 na Europa latina (França, Itália e Espanha), ver ANDERSON, Perry. *A crise da crise do marxismo: introdução a um debate contemporâneo*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

<sup>12</sup> O Estruturalismo pode ser compreendido como uma corrente de pensamento associada à obra de Claude Lévi-Strauss, cujo objetivo é explicar os fenômenos sociais a partir do estudo das estruturas econômicas, políticas e culturais.

<sup>13</sup> O Funcionalismo busca explicar a eficácia de modelos sociais a partir das interações entre diferentes agentes (instituições e indivíduos) que desempenham funções capazes de garantir a preservação do tecido social.

expectativas dos historiadores, além de potencialidades e limitações próprias da disciplina em determinado período histórico. Assim sendo, ser historiador pressupõe tomar decisões, nem sempre fáceis, entre fontes, recortes teórico-metodológicos, temporalidades e espacialidades durante às investigações científicas. Nesse sentido, as abordagens adotadas nesta tese relativas aos autores, teorias, metodologias, conceitos, argumentos, representações e sentidos também devem ser entendidas como escolhas executadas diante do objeto de estudo.<sup>14</sup>

No Brasil, a ruína das macrointerpretações sociais contribuiu para uma maior complexidade na História Ciência a partir da década de 1980. Esse novo contexto foi caracterizado por uma variedade de perspectivas em torno da disciplina, além do uso de metodologias que priorizaram o sujeito ao invés dos processos e estruturas, sendo a História Oral e a Micro-História exemplos disso. O movimento do Contestado foi analisado à luz de novos campos de investigação, evidenciando outros sujeitos, como as lideranças caboclas envolvidas na Guerra, os turmeiros da EFSPRG, os militares e a política de alistamento obrigatório, os funcionários da Lumber e as greves de 1917 e 1919.

Diante disso, cabe questionar como os historiadores acadêmicos<sup>15</sup> lidaram com a reestruturação da disciplina na produção de um conhecimento plausível sobre o Contestado, quais as representações elaboradas pelas teses sobre o Contestado e os sujeitos envolvidos nos conflitos agrários. Na tentativa de alcançar algumas respostas ao problema exposto, procura-se identificar os espaços institucionais ocupados pelos autores, os campos de investigação históricos, as metodologias empregadas ao longo dos trabalhos, as narrativas e as formas de representação empregadas por eles. É relevante responder a esses questionamentos, pois, a partir da sistematização e delimitação do tema e suas variáveis, pode-se identificar tendências de análises no ambiente acadêmico.

Rüsen (2015) afirma que a epistemologia da Ciência Histórica, ou seja, a forma como o sujeito se relaciona com a história, pode ser representada numa matriz formada por dois campos distintos intrinsecamente relacionados: o campo da vida prática e o campo do conhecimento. Para o ser humano, o fluxo contínuo do tempo, o envelhecimento e a morte resultam num sentimento de incapacidade e no

---

<sup>14</sup> Os parâmetros estabelecidos para essa análise serão explicitados em cada um dos capítulos.

<sup>15</sup> O termo “historiadores acadêmicos” diz respeito à formação do profissional em História nos bancos universitários.

desejo de se apropriar do maior número possível de informações e experiências a fim de melhor viver. Ao perceber uma “carência de orientação”, que possa interferir diretamente em seu cotidiano, o pesquisador formula uma pergunta que deve ser sanada pela investigação metódica. Então, o uso de “concepções” (perspectivas, categorias e teorias) é imprescindível para responder ao questionamento inicial. O próximo fator é o “método”, que caracteriza a História e outras disciplinas como Ciência. “Aplicá-lo e dominá-lo produtivamente definiram e definem até hoje o caráter profissional das historiadoras e dos historiadores” (RÜSEN, 2015, p. 79). As “formas de representação”, por sua vez, são as narrativas utilizadas para comunicar o conhecimento produzido. E, finalmente, o saber elaborado desempenha “funções de orientação” relativas ao direcionamento e motivação do agir e articular a identidade histórica.<sup>16</sup>

Considerando o referencial teórico apresentado, iniciou-se o inventário dos trabalhos relativos ao Contestado, buscando no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES os documentos que tratavam do assunto.<sup>17</sup> Ao informar o termo “Contestado” e aplicar os filtros “tipo doutorado” e de “área de avaliação História”, observaram-se quatorze publicações entre 2001 e 2019. Na Plataforma Lattes, foram encontrados os dados referentes à formação dos autores, as instituições e regiões onde se originaram as produções acadêmicas. Na Plataforma Sucupira, verificou-se que os primeiros cursos de doutorado em História no Brasil foram inaugurados a partir de 1970, ocorrendo uma expansão significativa da oferta apenas em 2000, o que explica, até certa medida, o aumento expressivo de teses e dissertações sobre o Contestado nos programas de pós-graduação em História. Depois da leitura criteriosa das fontes, identificaram-se os fatores constituintes do pensamento histórico, como “carências de orientação”, “concepções”, “métodos”, “formas de representação” e “funções de orientação”. Cada um desses vetores foi analisado numa seção específica desta tese.

Posteriormente, os historiadores acadêmicos foram contatados por e-mail a fim de responderem, de forma online, um questionário semiestruturado relativo à

---

<sup>16</sup> A matriz epistemológica da Ciência Histórica proposta por Rüsen (2015) será retomada no segundo capítulo.

<sup>17</sup> Apesar de todas as obras fazerem referência à Guerra do Contestado, isso não foi um pré-requisito para serem examinadas. Priorizou-se a pesquisa sobre a região disputada judicialmente entre Paraná e Santa Catarina desde a fundação da província paranaense em 1853. Trata-se de uma área de aproximadamente quarenta e oito mil quilômetros quadrados, sendo que o confronto armado aconteceu em vinte e seis mil quilômetros quadrados.

pesquisa. O formulário foi composto por seis indagações: 1) sobre as motivações para a realização do estudo; 2) sobre as suas opções teórico-metodológicas; 3) sobre os desdobramentos da investigação doutoral; 4) impressões gerais acerca da região e do movimento social; 5) existência de interações entre os intelectuais que abordam o Contestado; e 6) demais observações pertinentes à temática.<sup>18</sup> Dos quatorze pesquisadores entrevistados, nove retornaram o formulário preenchido. As respostas, então, foram tratadas de forma qualitativa, de modo a melhor compreender o desenvolvimento das pesquisas e as representações construídas pelos autores em relação às suas obras no tempo presente.

Malerba (2002. p. 181) afirma que uma das características do conhecimento histórico é a análise em retrospectiva do que foi produzido sobre o assunto até o momento. “Não nos é dado supor que partimos de um ‘ponto zero’, decretando a morte cívica de todo um elenco de pessoas que, em diversas gerações, e à luz delas, se voltaram a este ou aquele objeto que porventura nos interessa atualmente”. Segundo o autor, é inerente à maioria dos trabalhos acadêmicos realizarem a reflexão e crítica historiográfica, seja de forma concentrada em um capítulo, seja diluída ao longo de dissertações e teses, resenhas, ensaios bibliográficos e grandes exercícios de balanço. Os estudos historiográficos são importantes, uma vez que estabelecem a historicidade das obras, sendo possível perceber o contexto socioeconômico no qual elas foram gestadas, bem como as demandas cognitivas, os objetos de estudo, os pressupostos teórico-metodológicos e as narrativas adotadas em determinado período. A História Ciência não pode ser vista como uma área alheia aos interesses sociais e às mudanças políticas como se o historiador não estivesse inserido na vida prática. Entender as limitações e os avanços da disciplina ao longo do tempo é também analisar as conjunturas sociais que motivaram a produção do conhecimento em História.

O objetivo do presente trabalho é, pelo exame das teses, verificar tendências da historiografia atual ao tratar do Contestado, bem como a formação de um campo de investigação sobre o assunto. Para tanto, cabe analisar algumas variáveis que compõem este estudo. Inicialmente, identificar as representações produzidas pelos intelectuais sobre os agentes envolvidos no movimento do Contestado: caboclos, imigrantes, empresas do Sindicato Farquhar, Exército brasileiro e os coronéis, além

---

<sup>18</sup> O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade de Passo Fundo e aprovado conforme protocolo nº 43044221.4.0000.5342.

de conceitos de cultura, colonizador, progresso e sertão. Pretende-se ainda investigar a forma como os autores abordaram os problemas apontados como causas do confronto armado: a propriedade da terra e o catolicismo popular. Posteriormente, evidenciar como o Contestado foi representado enquanto movimento social e região. Por fim, refletir sobre a inserção do conhecimento elaborado pela historiografia acadêmica na esfera da vida prática: livros, artigos, publicações em eventos e outras produções que derivaram da investigação doutoral.

De modo a iniciar o debate envolvendo o movimento do Contestado, é importante destacar os elementos que são comuns nas narrativas dos historiadores acadêmicos. A Guerra não foi retratada como uma reação de fanáticos religiosos contra o progresso representado pela EFSPRG, da mesma forma que as disputas não se restringiram ao período de 1912 a 1916. Nesse sentido, a compreensão de que se tratava de um movimento social no Contestado, que teve na Guerra a máxima expressão da violência, e que não cessou com o Acordo de Limites, é recorrente na análise das obras selecionadas.<sup>19</sup>

As incursões das companhias estrangeiras no sertão catarinense a partir da construção da ferrovia que interligava o sudeste ao sul do país, idealizada desde o Império, também foi abordada pelos autores como fator que potencializou os conflitos na região. A grande quantidade de madeira, especialmente araucárias, explorada pela empresa Lumber e as benesses do Estado ao grupo Farquhar foram elementos importantes na trama histórica, pois essas simbolizavam a crise nas relações de compadrio e da nova dinâmica concernente à posse de terras.

O Exército teve um papel determinante para atender aos interesses particulares conforme demonstrado por Rodrigues (2008) e Motta de Carvalho (2009). Em meio a uma campanha pela profissionalização, os batalhões se veem às voltas com caboclos insurgentes na área disputada pelos estados do Paraná e Santa Catarina. Quase duas décadas após a Guerra de Canudos (1896 a 1897), novamente as forças armadas foram requisitadas para dar combate aos sertanejos reunidos em torno de líderes religiosos. Contudo, a campanha do Contestado não foi um consenso dentro da oficialidade. Muitos comandantes hesitaram na luta

---

<sup>19</sup> Conforme Tomporoski (2013) e Dallanora (2019), os levantes armados de 1917 pela criação do Estado das Missões, a greve geral ocorrida no mesmo ano no complexo madeireiro da Lumber em Três Barras, as revoltas de posseiros e as mortes envolvendo disputas por terras na década de 1920 mostram uma região em ebulição devido à colonização tardia e por ser uma fronteira agrícola a ser conquistada no século XX.

fratricida, como o general Mesquita e posteriormente o capitão Matos Costa. Para eles, a culpa pelo derramamento de sangue em terras brasileiras era fruto da ganância dos coronéis, dos inúmeros conchavos políticos, que deveriam ser resolvidos pelos estados envolvidos.

A indefinição acerca dos limites entre Paraná e Santa Catarina também foi apontada pela historiografia acadêmica como motivo para o início do confronto armado. A ausência de investimentos na região em infraestrutura, educação, saúde e segurança possibilitou um campo de ação para os coronéis expandirem sua influência. Foi a pedido do cel. Albuquerque de Curitibaanos, por exemplo, que o governador catarinense, Vidal Ramos, enviou tropas estaduais para pôr fim à reunião em torno do monge José Maria, fazendo-o deslocar-se para o território contestado, provocando o envio do efetivo paranaense comandado pelo cel. João Gualberto. No entendimento das autoridades daquele estado, os catarinenses quiseram fazer cumprir a qualquer custo a decisão judicial que recorrentemente garantia a posse do território para Santa Catarina. A morte de José Maria no combate do Irani em 1912 foi indicada por alguns historiadores acadêmicos como o início da Guerra do Contestado.

Além dos pontos em comum, há uma diversidade de perspectivas sobre o tema nos trabalhos analisados que revelam a complexidade da colonização da região. Para atender à pluralidade percebida nas obras, optou-se por distribuir os documentos em eixos: “Ocupação do território e conflitos sociais”, “Relação homem-natureza”, “Catolicismo popular e suas ressignificações” e “Relações de poder”. Cada qual representa o tema central da pesquisa e a partir desse a narrativa se desdobra em diferentes direções, não havendo a pretensão de torná-los fixos, visto que as fronteiras que os separam são fluidas, possibilitando o diálogo entre as teses.

O trabalho foi dividido em cinco capítulos. Cada um deles examina, de ângulos diferentes, o percurso de formação de um campo do conhecimento histórico sobre o Contestado. O objeto de estudo do primeiro é identificar os intelectuais que publicaram livros sobre o Contestado durante a redemocratização e que enfatizaram os conflitos fundiários no planalto catarinense. O objetivo é problematizar essas obras a partir da contextualização das produções historiográficas na conjuntura sociopolítica das décadas de 1980 e 1990 no Brasil. O critério adotado para a seleção dos textos a serem analisados no primeiro capítulo foi a interação e relevância que essas produções tiveram ao exame empreendido pelos historiadores

acadêmicos, visto haver um diálogo interdisciplinar constante entre os profissionais de diferentes áreas do conhecimento sobre o tema.

No segundo capítulo, foram identificados os autores que defenderam suas teses em cursos de doutorado em História. Objetiva-se saber quais foram as motivações e os espaços institucionais ocupados pelos doutorandos a fim de visualizar as orientações de determinado grupo no período histórico estudado. De outro modo, responder quais foram os fatores que levaram o Contestado a ser uma preocupação recente para a historiografia acadêmica. Entende-se que há na História Ciência uma vinculação entre o campo do conhecimento e a vida prática, de modo que as elaborações intelectuais não apenas revelam orientações acadêmicas, mas também experiências dos pesquisadores enquanto pertencentes à sociedade.

O terceiro capítulo tratou dos referenciais teórico-metodológicos e conceitos que nuclearam as interpretações dos intelectuais. O objetivo é problematizar o modo como o Contestado foi examinado pelos historiadores acadêmicos, identificando perspectivas de abordagens sobre os conflitos na região e os conceitos usados nas teses. Acredita-se que a teoria, apesar de muitas vezes não ser explicitada no texto, ilumina a interpretação empírica na medida em que é fruto da reflexão sistemática acerca das experiências sociais.

O quarto capítulo aborda os métodos usados no desenvolvimento das teses. A pergunta colocada nesta seção é: quais os caminhos metodológicos seguidos pelos doutorandos para produzir suas obras? Observou-se também o uso da História Oral em doze dos quatorze trabalhos, ou seja, essa foi uma estratégia recorrente. Mas quem eram os personagens entrevistados? Qual a pauta das entrevistas? Como as fontes orais foram examinadas? O método, assim como a teoria, faz parte do “campo do conhecimento” e contribui para a constituição do pensamento histórico; desse modo, a definição dos instrumentos pelos quais as pesquisas foram regidas é imprescindível para alcançar resultados plausíveis.

O quinto capítulo trata das formas de representação sobre o Contestado. O objetivo é identificar o sentido pretendido pelo conjunto das teses ao tema através da Análise de Discurso, conforme preconizado por Orlandi (2003 e 2005). Foram selecionados trechos que tratassem de espaços, personagens e eventos, a fim de indicar quais os agentes destacados, as estratégias e ações consideradas mais significativas para a ocorrência da mobilização sertaneja e de que forma elas modificaram o palco dos conflitos. O critério para escolha dos fragmentos foi a sua

relevância, enquanto argumentos, para explicar cada um dos elementos da intriga (espaços, personagens e eventos) e, por consequência, os sentidos forjados pela historiografia acadêmica ao Contestado. Uma das potencialidades da Análise de Discurso é apontar os objetivos dos autores na elaboração de suas narrativas. Assim sendo, a escrita deve ser uma preocupação constante aos historiadores e avaliada conjuntamente com os demais vetores da matriz epistemológica da História Ciência.

A análise da produção historiográfica revela que, nas últimas duas décadas, constituiu-se um campo do conhecimento sobre o Contestado, impulsionado pela defesa de teses nos PPGHs relativas à temática. Isso foi constatado pela problematização das perspectivas teóricas, conceitos, técnicas, estratégias e narrativas utilizadas pelos historiadores acadêmicos ao examinar os conflitos ocorridos no planalto de Santa Catarina. A partir da ampliação do recorte temporal e espacial, os intelectuais atribuíram sentidos para o Contestado enquanto movimento pela sua dinâmica, fluidez e aderência às novas demandas sociais.

## **1 A HISTORIOGRAFIA DO CONTESTADO E O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL**

A produção histórica atende às demandas sociais vivenciadas pelos pesquisadores e compartilhadas com a coletividade, de modo que, em determinados períodos, observa-se um tipo específico de abordagem sobre personagens, ações, espaços, técnicas e estratégias, em detrimento de outras vistas como menos importantes para a compreensão de um evento ou processo histórico. Os militares que produziram obras sobre a Campanha do Contestado, na década de 1910, por exemplo, estavam preocupados em justificar suas decisões em campo de batalha e enfatizar o papel do Exército na manutenção da ordem em território nacional. Os livros elaborados por franciscanos, por outro lado, buscavam ressaltar a relevância da Igreja enquanto instituição responsável por mediar situações conflituosas como as transcorridas no sertão catarinense. Considerando os aspectos elencados acima, este capítulo pretende analisar o contexto sociopolítico da redemocratização como fundamental para o crescimento do interesse acadêmico acerca do Contestado e sua institucionalização nos anos 2000 via PPGHs. Essa empreitada mostra-se relevante, pois os historiadores acadêmicos dialogam com um grupo heterogêneo de intelectuais, que influenciam suas reflexões sobre os conflitos na região.

A historiografia do Contestado pode ser dividida em fases ou períodos, considerando o perfil dos autores, os objetos de pesquisa, fontes e metodologias adotadas, além de representações construídas acerca do movimento do Contestado. Para um melhor entendimento do contexto de produção histórica relativa à temática e como os pensadores das décadas de 1980 e 1990 contribuíram no debate relativo ao assunto, optou-se por organizar este capítulo em três seções. Inicialmente, serão discutidas as conjunturas sociais que permitiram um crescente interesse pelo Contestado. Em um segundo momento, serão apresentados textos significativos para a produção dos historiadores acadêmicos, visto serem citados com frequência nas quatorze teses. Por fim, será abordado os usos empreendidos pelos doutores em História da bibliografia anterior sobre o tema, ou seja, da memória disciplinar (SANTOS, 2020), a fim de interpretar qualitativamente a apropriação de conceitos, depoimentos e biografias.

Conforme já referido, as primeiras publicações sobre o Contestado foram de oficiais que atuaram na repressão aos caboclos insurgentes. Quando, nos últimos meses de 1913, um efetivo do Exército brasileiro foi destacado para combater o que as autoridades locais chamavam de “horda de bandidos e facínoras que infestavam o interior de Santa Catarina”, havia transcorrido pouco mais de quinze anos da Guerra de Canudos e as experiências no sertão da Bahia se mantinham vivas nas memórias de alguns dos oficiais e soldados que participaram daquela campanha militar. As denúncias vinculadas pela imprensa do Rio de Janeiro sobre a violenta repressão contra os sertanejos, incluindo idosos, mulheres e crianças e as precárias condições das tropas no Nordeste, não poderiam ser repetidas em nova missão das forças armadas. O Contestado, nesse sentido, era uma oportunidade para o Exército melhorar sua imagem institucional perante a opinião pública e afastar qualquer impressão de violação de direitos, desvios morais, corrupção, amadorismo e escassez de recursos para os soldados. Há, portanto, um esforço do comando da corporação em registrar os atos praticados no planalto de Santa Catarina, de modo a servir como provas da correção de suas decisões em campo de batalha. Entre os “historiadores de farda” (RODRIGUES, 2008), pode-se citar Antônio Alves Cerqueira, Ezequiel Antunes de Oliveira, José Octaviano Pinto Soares, Herculano Teixeira D’Assumpção, José Vieira da Rosa e Demerval Peixoto. Os padres franciscanos, que tiveram atuações destacadas entre os sertanejos, como o caso de Frei Rogério Neuhas, também publicaram obras sobre o assunto. De modo geral, “para os contemporâneos dos conflitos, a origem que sobressai para explicar esses movimentos é a barbárie cujos males – ignorância e fanatismo – afligiam certa parcela da população que habitava os distantes sertões brasileiros” (LAZARIN, 2005, p. 26).

Depois de alguns anos em que a temática ficou relegada a breves tópicos “no interior de alguns poucos livros sobre a terra e a gente catarinense” (LAZARIN, 2005, p. 55), ocorreu na década de 1950 um interessante debate sobre o movimento do Contestado a partir das obras de Oswaldo Rodrigues Cabral e Aujor Ávila da Luz.

Durante a década de 1950, Aujor Ávila da Luz e Oswaldo Rodrigues Cabral produziram cada qual um estudo tendo como tema a Guerra Sertaneja do Contestado. Eram ambos médicos. [...] Ambos foram membros do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, da Academia Catarinense de Letras e professores do quadro da Faculdade Catarinense de Filosofia, sendo que Aujor Ávila da Luz foi professor de Antropologia. Aujor Ávila da Luz publicou seu estudo sobre a Guerra do Contestado no início do ano de 1952 [*Os fanáticos, crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos*]. Essa publicação provocou um ataque de cólera em Oswaldo Rodrigues Cabral [...] segundo Walter Piazza, as críticas de Cabral contra a obra de Aujor Ávila da Luz também encobriam a disputa por uma única vaga no quadro da Faculdade de Direito em Florianópolis para a cadeira de Medicina Legal. [...] Nenhum dos dois ganha a vaga (LAZARIN, 2005, p. 59).

A perspectiva de Aujor Ávila da Luz sobre os conflitos na região esteve atrelada à sua formação profissional. Explicar o movimento do Contestado como fruto do fanatismo, entendido como um surto psicótico coletivo, parece ser bem plausível para o médico Ávila da Luz. Os caboclos insurgentes anteriormente entendidos pelo clero católico e oficiais do exército como ignorantes, fanatizados, jagunços e facínoras, passam a ser interpretados como loucos, fruto do isolamento geográfico e da miscigenação com “raças inferiores como indígenas e negros”.

Nas décadas de 1950 a 1970, foram publicadas teses de sociólogos como Maria Isaura Pereira de Queiroz (1957), Maurício Vinhas de Queiroz (1966) e Douglas Teixeira Monteiro (1972). Os autores propunham diferentes interpretações sobre o movimento do Contestado, mas, no conjunto das teses, pode-se dizer que se obteve um consenso acerca do messianismo como um dos principais elementos motivadores do confronto armado, substituindo assim a visão do caboclo como “fanático, doente e louco”. Ressalta-se que os autores buscaram compreender o universo cultural dos habitantes do planalto catarinense para além de uma psicose coletiva. Entretanto, isso não foi o suficiente para se tornarem unanimidade entre seus leitores. Em alguns casos, como o de Pereira de Queiroz, a defesa da “anomia social” como chave para entender os conflitos na região, ou, o messianismo como uma revolta alienada, como referido por Vinhas de Queiroz (1966), também parecem forçar uma interpretação sistêmica e rígida sobre a sociedade campesina, não dando margens para a ação autônoma de determinados indivíduos e processos que tornam o Contestado um assunto complexo.

Na década de 1970, período da publicação de *Os errantes do novo século*, de autoria de Douglas Teixeira Monteiro, o Contestado era visto pelas autoridades estatais como um tema polêmico. O filme *A guerra dos pelados*, dirigido pelo

cinasta Sylvio Back, sofreu a censura do governo militar em 1971. Segundo Back, para a gravação das cenas no interior de Santa Catarina (Caçador, Calmon e Matos Costa), foi necessário submeter o roteiro à apreciação do Exército (apesar desse procedimento ser pouco usual, pois a censura era realizada antes da exibição do filme ao público, não antes das gravações). Contudo, talvez, a necessidade de utilização de equipamentos como fuzis e canhões do início do século XX e o auxílio de “sargentos-armeiros” na guarda e manutenção das armas tenham despertado nos militares o interesse sobre o teor da obra. Ao longo das gravações, ocorreram, segundo Back, vários rumores de que os diretores do filme estavam treinando guerrilheiros, e o responsável pela Delegacia de Caçador ameaçou fichar toda a equipe e atores como “comunistas”.

Houve três “cortes cirúrgicos na imagem e no som”. O primeiro referia-se a uma cena em que caboclos aparecem sem calças, apanhando de um “coronel” com uma vara de marmelo. A segunda e a terceira dizem respeito a uma fala do personagem Vitorino, que, ao adentrar o escritório da Lumber, encontra papéis que poderiam ser escrituras de terras e os destrói, afirmando “a terra é nossa”. A censura a trechos do filme *A guerra dos pelados* revela que o confronto armado no Contestado, ainda na década de 1970, era um assunto polêmico que deveria ser evitado e/ou censurado pela ditadura civil-militar.

Já o contexto social da década de 1980 no Brasil foi marcado por mudanças no cenário político, com o crescimento das críticas ao regime militar por parte de profissionais liberais, trabalhadores urbanos e rurais, parlamentares, setores do clero e o surgimento de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). Além disso, o lento processo de abertura democrática iniciado com a extinção do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em 1978 e a promulgação da Lei nº 6.683/1979, conhecida como Lei da Anistia, foi reflexo das pressões populares para a redemocratização, ao mesmo tempo que possibilitou um aumento gradual da participação da sociedade civil em assuntos sensíveis ao governo como a política de terras, as desigualdades sociais e reforma agrária no país.

Nessa década, houve um aumento significativo de publicações sobre o movimento do Contestado, impulsionado pela nova conjuntura social e por uma demanda crescente por obras que contribuíssem no debate sobre a questão fundiária no Brasil. O Contestado como um tema polêmico durante os “anos de chumbo” – vide a censura ao filme *A guerra dos pelados* – foi revisitado por um

número maior de intelectuais durante o processo de redemocratização. Essa nova fase das produções históricas acerca da temática é assinalada pela influência do pensamento de Cabral, Pereira de Queiroz, Vinhas de Queiroz e Monteiro.

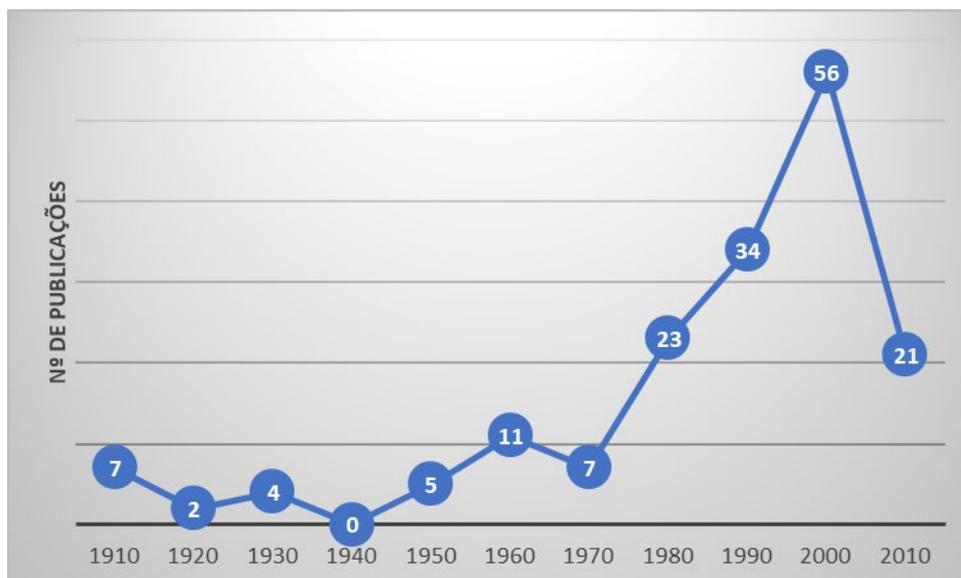
Entende-se que essa expansão das publicações a partir dos anos de 1980 – alcançando seu auge na década de 2000 (conforme Gráfico 1) – decorre da ação dos movimentos sociais no campo, da intensificação dos debates em torno da reforma agrária e da percepção de que o Contestado, assim como outras manifestações populares, poderia ser um mote para discutir demandas sociais no tempo presente. Além disso, observa-se uma organização institucional dos intelectuais, utilizando-se dos espaços acadêmicos para divulgar suas obras e criar momentos de diálogo sobre o assunto.

O Gráfico 1 apresenta o número de obras publicadas sobre o Contestado desde a década de 1910 até a contemporaneidade. O levantamento teve por base as referências bibliográficas identificadas nas teses defendidas em cursos de História.<sup>20</sup> Como não há uma plataforma que reúna todas as publicações sobre o tema, considerou-se pertinente a utilização desse recurso, uma vez que é o resultado de ampla investigação realizada pelos autores junto a instituições e compartilhada entre os pares. O critério utilizado para seleção das obras foi a relação destas para com o movimento do Contestado, seja abordando a questão agrária, religiosa, ambiental e/ou empresarial. A indicação de publicação por década ocorreu apenas quando da primeira edição dos livros, sendo as demais edições suprimidas desse gráfico.

Apesar da impressão de que as publicações diminuíram nos últimos anos (década de 2010), o Gráfico 1 não demonstra necessariamente o esgotamento do tema, mas uma limitação do próprio banco de dados utilizado: as referências bibliográficas presentes nas teses. O fato de os historiadores acadêmicos citarem com mais frequência obras lançadas entre 1980 e 2000 não indica que outros livros não existam, mas apenas que não foram contemplados nas teses.

---

<sup>20</sup> O Apêndice A apresenta a lista de obras que compõe o Gráfico 1.

**Gráfico 1 - Produção de obras sobre o Contestado**

**Fonte:** Elaboração do autor.

O aumento de produções originais sobre o Contestado acompanha um contexto em que novos desafios e carências de orientação impõe-se aos brasileiros. Um movimento ascendente de publicações que se mantêm por três décadas seguidas demonstra que o Contestado, enquanto tema de pesquisa, era aceito pelo público, além de representar uma nova frente de investigação nas universidades.

### 1.1 REDEMOCRATIZAÇÃO E CONFLITOS AGRÁRIOS NA REGIÃO DO CONTESTADO

As carências de orientação percebidas pelos intelectuais nos anos 1980 e 1990 e a necessidade de problematizar questões relativas à propriedade e posse de terras, à ação repressora do Estado contra movimentos populares e à organização dos trabalhadores e as desigualdades sociais fizeram com que mais obras sobre o Contestado fossem publicadas. Nesse sentido, há uma ligação entre a produção histórica e as demandas da vida prática, observada a partir de alguns eventos ocorridos na metade final do século XX.

Um dos marcos dessa nova conjuntura social e política foi a ocupação da Fazenda Burro Branco, em Campo Erê, no oeste de Santa Catarina em 1980. Esta era de propriedade da família curitibanense Taborda Ribas e estava em disputa

judicial entre herdeiros por, aproximadamente, vinte anos. O processo de desapropriação demorou seis meses e teve a participação da Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do arcebispo de Chapecó, Dom José Gomes. Esse prazo para desapropriação, relativamente curto, revela a disposição do Estado em resolver a questão, diante da pressão dos agentes sociais envolvidos.

As cinco famílias que pioneiramente ocuparam a fazenda tinham como objetivo integrar o processo de desapropriação de uma área de terras entre os municípios de Dionísio Cerqueira e Palma Sola, distantes cerca de 70 e 20 km de Campo Erê, respectivamente. Essas famílias não haviam sido contempladas com a desapropriação, em 1978, da Fazenda Mundo Novo em Mondaí, rumando então para o norte do estado. No caso de Burro Branco, o ente público indenizou os herdeiros de Taborda Ribas pagando o valor de Cr\$ 10.311.160,00 (dez milhões, trezentos e onze mil, cento e sessenta cruzeiros), a fim de alojar um número crescente de pessoas que migravam para o local (PEREIRA, 2015).

Além da Fazenda Burro Branco, Paulo Pinheiro Machado apontou outros movimentos sociais, em âmbito nacional, que na época reivindicavam terras: “movimento dos agricultores da região do Bico do Papagaio, no Araguaia, os colonos do oeste do Paraná e os atingidos por barragens no vale do Rio Uruguai e em todo o país” (MACHADO, 2016, p. 6). Mas, na região centro e oeste catarinense e paranaense, essas disputas ganhavam uma conotação diferenciada por causa da retórica e mística do movimento do Contestado. Pode-se observar que diversos agentes participaram no período dos embates em torno das representações sobre o Contestado como a Igreja, os movimentos sociais (de matriz trabalhista e comunista) e o Estado, especialmente na Gestão de Esperidião Amin (1983-1987) à frente do governo estadual de Santa Catarina.

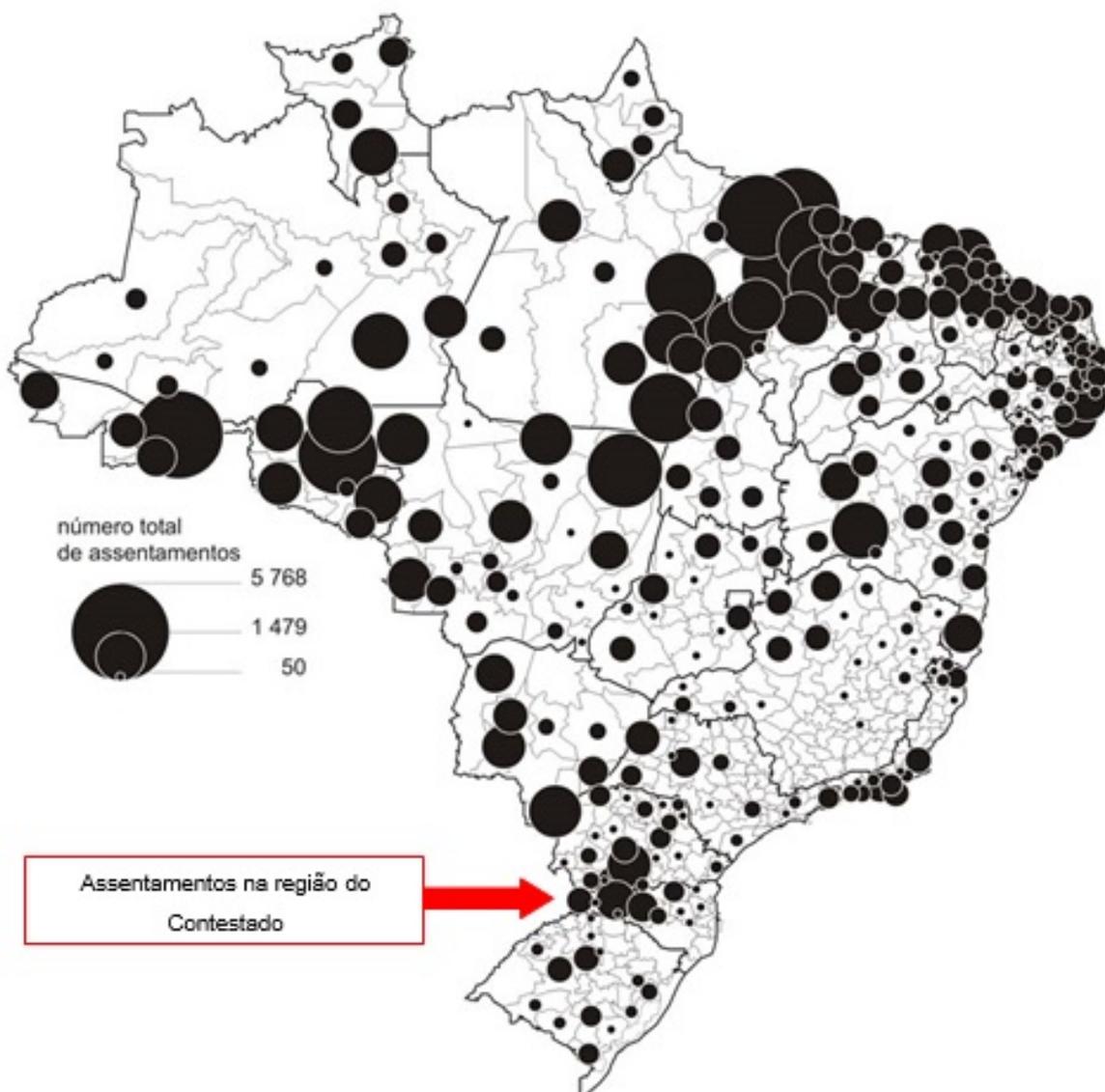
A Igreja Católica, a partir da CPT, organizou em 1986 a *1ª Romaria da Terra* na comunidade de Taquaruçu, com o lema “da luta pela terra brota a vida”. Estima-se que, aproximadamente, vinte mil pessoas foram ao evento.<sup>21</sup> Vários grupos de jovens, ligados a movimentos trabalhistas, dos sem-terra ou pastorais católicas buscavam discutir problemas comuns a eles, rememorando a repressão sofrida pelos caboclos no início do século XX.

---

<sup>21</sup> Jornal *O Estado*, Florianópolis, 16.06.86, p.1 *apud* LAZARIN, 2005, p. 118.

Por outro lado, a atuação do MST na região em busca de efetivar a reforma agrária pode ser percebida na criação de assentamentos pelo INCRA no centro e oeste de Santa Catarina e Paraná, conforme Mapa 1.

**Mapa 1 - Locais de assentamentos em 1996**



**Fonte:** I Censo da Reforma Agrária do Brasil (1996) *apud* DAVID; WANIEZ; BRUSTLEIN, 1997, p. 57.

A concentração de assentamentos na região do Contestado demonstra que a colonização do território foi tardia e as disputas fundiárias advindas desse processo estavam presentes em 1996, segundo o Censo da Reforma Agrária daquele ano. De outra forma, a criação de projetos de assentamentos (PAs) não resolve em sua plenitude os conflitos pela terra, pois, do ato de concessão até a titulação dos lotes

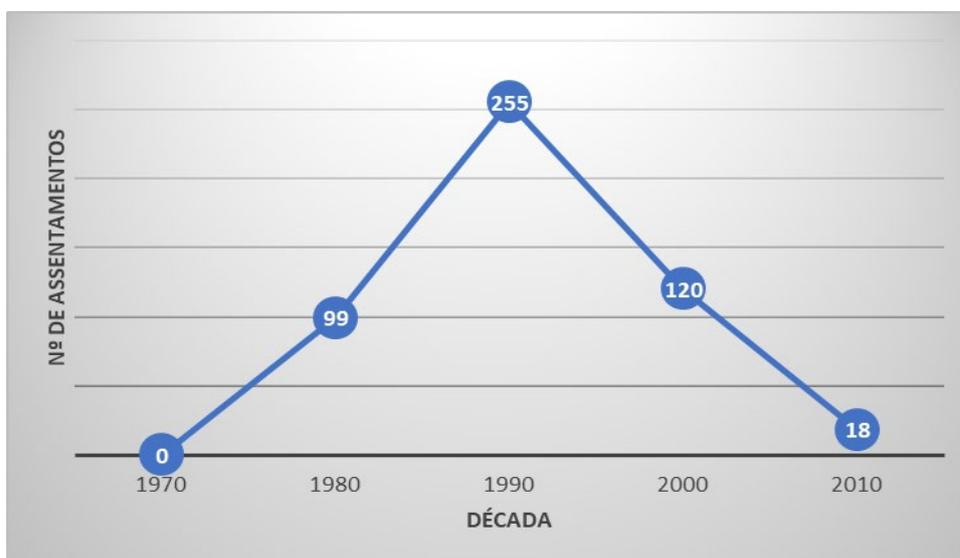
com a emissão do Título de Domínio (TD) pelo Estado aos agricultores beneficiários, há uma penosa trajetória marcada por diferentes políticas públicas relativas ao acesso à terra. Tal cenário é observado em Santa Catarina quando da divulgação das metas para titulação na Superintendência Regional (Caderno de Metas para os anos de 2017-2019). O órgão planejou conceder novecentas e dezenove TDs no período, porém, somente quarenta e seis foram expedidas.<sup>22</sup> Figueiredo e Silva (2020) afirmam que um dos possíveis entraves para a emissão da documentação necessária para consolidar a área destinada à reforma agrária, além da burocracia e da falta de planejamento, é o desinteresse do Estado em finalizar o processo, uma vez que dessa forma mantêm os vínculos com grupos populacionais atuantes na política nacional.

O Gráfico 2 mostra a evolução da criação de PAs no Paraná e em Santa Catarina, desde a fundação do INCRA na década de 1970 até o fim dos anos 2010. Pode-se observar um aumento progressivo de assentamentos entre as décadas 1980 e 1990, havendo uma queda significativa entre 2000 e 2010. Obviamente, o declínio do número de assentamentos não pode ser lido como se a demanda por terras tivesse sido totalmente atendida. Nos últimos anos, inclusive, a luta dos movimentos sociais do campo tornou-se mais difícil.<sup>23</sup> A crise econômica em nível mundial, as conturbações sociais da última década e a mudança na orientação política do Estado brasileiro fizeram com que a criação de assentamentos fosse relegada a segundo plano.

---

<sup>22</sup> A TD é um instrumento de transferência de imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária de forma definitiva (FIGUEIREDO; SILVA, 2020, p. 279).

<sup>23</sup> Além disso, conforme Lauro Mattei (2012, p. 307), o Governo Lula (2003-2011) teve como prioridade a “qualificação dos assentamentos rurais existentes”, havendo poucos investimentos em desapropriação de novas áreas.

**Gráfico 2 - Assentamentos no Paraná e em Santa Catarina**

**Fonte:** Elaboração do autor. Dados da relação de assentamentos criados e reconhecidos pelo INCRA. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>. Acesso em: 17 mar. 2021.

O aumento do número de PAs nas décadas de 1980 e 1990 revela uma pressão dos movimentos sociais pela reforma agrária, depois de anos de repressão e tutela por parte do governo militar. No contexto de redemocratização, é importante para o Estado tomar a iniciativa e colocar-se como aliado dos trabalhadores do campo. No caso da região do Contestado, isso é evidenciado pelo interesse de Esperidião Amin, enquanto governador, em se tornar o responsável por preservar a identidade dos catarinenses que, segundo ele, estaria nos “homens do Contestado”.

Durante o governo de Amin, por exemplo, além do incentivo ao já existente Museu do Contestado em Caçador, foi restaurado o Cemitério de Irani, foi erguido um monumento ao “Homem do Contestado” em Curitiba, e colocadas placas comemorativas em praças de diversas cidades da região” (LAZARIN, 2005, p. 108).

No plano acadêmico, o governador contou com a colaboração de Nilson Thomé, que dirigiu o “Projeto Contestado” durante a Gestão Amin e auxiliou na divulgação do “homem do Contestado”.

[...] a primeira referência a este “homem” está num pequeno título de Nilson Thomé publicado em 1981. Nela o autor define o que é a seu ver o “caboclo”: uma “geração de pessoas prensadas entre o índio e o branco” que seria a “pedra-de-toque” portadora das origens e evolução do homem do Contestado. Aqui está, possivelmente, a primeira utilização dessa nomeação após Amin ter discursado em Irani, mostrando que Thomé já começava a utilizar o “mote” do político catarinense, fazendo surgir um novo “sujeito retórico” na historiografia do Contestado. Em 1984, Nilson Thomé publica outro livreto intitulado “Guerra Civil do Contestado”, nele seu discurso já está inteiramente posicionado no interior do programa cultural do Governo do Estado” (LAZARIN, 2005, p. 110).

Constatado o vínculo entre as demandas da sociedade brasileira durante a redemocratização, as disputas fundiárias atualizadas pelos agentes sociais em um novo contexto político e o impacto causado na produção historiográfica relativa ao Contestado, cabe, pois, analisar algumas obras publicadas entre as décadas de 1980 e 1990. Esse recorte temporal está alinhado a uma ideia de redemocratização como processo em desenvolvimento que não se restringe ao fim formal do regime militar. Nesse sentido, as obras selecionadas para ilustrar as perspectivas e abordagens sobre o Contestado foram *Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla* (1984) de Marli Auras,<sup>24</sup> *O último jagunço: folclore na história do Contestado* (1995) de Euclides Felipe, *Os iluminados: personagens e manifestações místicas e messiânicas no Contestado* (1999) de Nilson Thomé e *O Contestado: o sonho do milênio igualitário* (1999) de Ivone Cecília D’Avila Gallo.

---

<sup>24</sup> O livro analisado nesta tese é a 5ª edição (2015). Por esse motivo, sempre que for realizada uma citação de trechos da obra da autora, será utilizado o ano de 2015. Nas demais situações, será mencionado o ano da primeira publicação (1984).

## 1.2 A HISTORIOGRAFIA DO CONTESTADO NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990

Nesse momento, em que se analisa os autores e as obras publicadas nas décadas de 1980 e 1990, pretende-se traçar um perfil da historiografia surgida no processo de redemocratização do país, marcada pela consolidação dos PPGHs, mas não restrita a eles. Obviamente, há uma articulação entre a produção histórica das décadas de 1980 e 1990 e aquela elaborada em períodos anteriores. Livros como *Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado* já demonstravam uma distinção no modo de compreender o movimento do Contestado, se comparada com obras produzidas anteriormente. De outro modo, houve também algumas exceções na produção histórica durante o período de redemocratização<sup>25</sup> no que se refere à tentativa de substituir o entendimento da Guerra como um confronto entre o Exército e os “fanáticos”, incorporando no debate os conceitos de messianismo e milenarismo, que vinham sendo aventados na sociologia desde os anos 1950.

Algumas obras sobre o Contestado, publicadas durante a redemocratização, marcaram decisivamente a historiografia, seja por iniciarem os debates acadêmicos em Cursos de Pós-graduação em História (mestrado), seja porque os autores conciliaram erudição e engajamento político na tentativa de atender às demandas regionais. Desse modo, torna-se oportuno apresentar os pesquisadores e as obras selecionadas, bem como problematizar os sentidos atribuídos por eles para a Guerra do Contestado. As novas perspectivas de análises empreendidas, sejam referentes à organização social (Marli Auras), à religiosidade (Ivone Gallo e Nilson Thomé), ao modo de vida, experiências e memórias dos caboclos (Euclides Felipe), contribuíram para a constituição de um campo de conhecimento sobre o Contestado, uma “comunidade de historiadores”, que será consolidada nos anos 2000 com a defesa das primeiras teses em História.

---

<sup>25</sup> Caso dos romances, publicados em sua maioria na década de 1990, que costumavam misturar acriticamente as representações acerca dos caboclos, ora tratando-os como fanáticos, loucos, bandidos e ora ingênuos, matutos e manipuláveis. Entre os romances produzidos no período, destaca-se: *O canto do inhambu*, escrito por Rudney Otto Pfützenreuter (1991); *Demônios do Planalto*, de Aracyllo Marques (1995); *Os rebeldes brotam da terra*, de Alcides Ribeiro da Silva (1995); *Romanceiro do Contestado*, de Stella Leonardos (1996); *O bruxo do Contestado*, de Godofredo de Oliveira Neto (1996); *O Contestado: sangue no verde do sertão*, de Ângela Bastos (1997); *Glória até o fim*, de Telmo Fortes (1998); *O Dragão Vermelho do Contestado*, produzido por Aulo Sanford Vasconcelos (1998) e *Chica Pelega* também de autoria de Aulo Sanford Vasconcelos (2000).

### 1.2.1 Breve apresentação dos autores e obras<sup>26</sup>

Uma das autoras mais citadas nas teses, objeto deste estudo, é Marli Auras. Ela possui graduação em Geografia pela UFSC, mestrado e doutorado em Educação pela PUC-SP. Aposentou-se como professora titular na UFSC em 2004, onde atuou como docente voluntária até 2009. *Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla* é sua dissertação de mestrado, defendida em 1982.

A autora, a partir do referencial teórico de Gramsci, discute as formas de organização dos caboclos na Guerra do Contestado. Segundo ela, o catolicismo popular e o messianismo pautavam as relações interpessoais nas cidades santas, de modo que as lideranças ascendiam ou declinavam de acordo com princípios de cunho religioso. A igualdade entre todos os sertanejos nos redutos, chamados de “irmãos”, e a crença em virgens e meninos-Deus com capacidade de se comunicar com José Maria eram elementos compatíveis com o universo cultural dos habitantes do sertão catarinense e seu horizonte de expectativa.

Entre as motivações para a produção de *Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla*, Marli Auras destacou o desconhecimento sobre o movimento social dentro dos próprios estados, palco do confronto armado. No prefácio da obra, por exemplo, ela ressaltou que, na época da realização de sua pesquisa, havia poucos estudos sobre o Contestado. Falou que não conheceu a Guerra do Contestado até a sua vida adulta, constatação que fez com espanto, haja vista que nasceu em Urubici, município próximo de onde os acontecimentos se desencadearam, recebendo toda a educação formal em Santa Catarina.

O objetivo de Auras, em sua dissertação, foi delinear a visão de mundo da “irmandade cabocla”, a partir de condições, caracterizadas pela autora como “pedagógicas”, e o contexto que conduziu ao fim daquela possibilidade de organização social. Auras entende por “pedagógico” a “possibilidade de articulação de uma visão de mundo [...] e uma prática correspondente a esta visão” (AURAS, 2015, p. 160). Segundo ela, “os monges desencadearam um trabalho pedagógico

---

<sup>26</sup> Todas as informações relativas à formação dos autores e experiências profissionais foram retiradas da Plataforma Lattes no dia 22 de março de 2021. A exceção foi Euclides Felipe. Nesse caso, os dados sobre o autor foram extraídos da obra em análise.

articulador de uma concepção de mundo específica dos caboclos” (AURAS, 2015, p. 167), que influenciou nas decisões tomadas pelas lideranças rebeldes nos anos de Guerra. O momento de repressão externa contra o movimento e coerção interna durante a chefia de Adeodato conduziu ao fim da utopia. “A partir do instante em que a repressão externa é acelerada sobre os redutos, a possibilidade de articulação da visão de mundo dos caboclos e, conseqüentemente, de organização da irmandade começa a ser exaurida” (AURAS, 2015, p. 174).

Euclides José Felipe trabalhou como topógrafo na região centro-oeste de Santa Catarina por mais de 40 anos, mantendo contato com os moradores locais e registrando os depoimentos em sua caderneta. O seu livro *O último jagunço: folclore na história do Contestado*, produzido em 1995, atendeu às demandas de discentes do Curso de História vinculados à Universidade do Contestado (UnC), que desejavam conhecer as experiências do autor junto aos moradores de Curitiba e região. Ao longo dos anos, depois de sua publicação, *O último jagunço* se tornou importante obra por reunir as memórias dos sertanejos e por questionar as explicações que consideram os monges, especialmente José Maria, como responsáveis diretos pela ocorrência do confronto armado, buscando responsabilizar também as autoridades (estaduais e federais) pelos acontecimentos do início do século XX.<sup>27</sup>

No decorrer de sua obra, Felipe (1995) alterna entre a descrição e análise de experiências pessoais no centro-oeste catarinense e as décimas compostas pelos moradores locais. Os versos desses sujeitos referem-se a assuntos diversos como a fé nos monges, o ataque ao reduto de Taquaruçu e a Batalha do Banhado Grande no Irani. Os versos são utilizados para ilustrar e complementar as reflexões empreendidas nos capítulos. Além disso, o autor faz referência constante a Maurício Vinhas de Queiroz, Oswaldo Cabral e Zélia Lemos para respaldar seus argumentos.

Outro autor que compartilha com Euclides Felipe o desejo de preservar a memória dos caboclos da região do Contestado é Nilson Thomé. Nilson possui graduação em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas/PR, mestrado em Educação pela UnC em convênio com a Unicamp e doutorado em Educação por esta última. Lecionou na UnC – campus Caçador, na

---

<sup>27</sup> Deve-se destacar, ainda, a importância do topógrafo para a obra de Vinhas de Queiroz, *Messianismo e conflito social*. Euclides Felipe acompanhou o sociólogo nos anos de 1954 e 1961 na incursão ao antigo reduto de Santa Maria e na coleta de depoimentos na região.

Universidad Nacional de Educación a Distancia de Madri e na Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC) de Lages. Foi diretor do Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado (1974-2004) e membro da Comissão de Criação e Implantação da UnC (1990-1998). No governo de Santa Catarina, atuou na Secretaria da Cultura, Esportes e Turismo como Coordenador do “Projeto Contestado” entre os anos de 1985 e 1987. Foi sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina entre 1983 e 2002. Atuou ainda como jornalista, historiador, antropólogo e sociólogo, além de político na cidade de Caçador. Em 2003, foi premiado pela Academia Catarinense de Letras pelo conjunto de obras sobre o Contestado. Recebeu o título de cidadão honorário de Fraiburgo (2005) e foi homenageado pela administração de Caçador em 2007, demonstrando sua articulação, atuação e reconhecimento em diversos municípios da região. Faleceu em 16 de março de 2014 devido a um câncer. Durante sua vida, publicou 33 livros sobre o Contestado e diversos artigos afins.

O livro *Os iluminados: personagens e manifestações místicas e messiânicas no Contestado* pretende traçar o perfil das lideranças do movimento do Contestado que tinham capacidades mediúnicas, além de refletir sobre o messianismo no sul do Brasil. A obra abrange personagens que alegavam e eram percebidos como indivíduos cujos poderes sobrenaturais incluíam, por exemplo, conversar com os mortos, curar enfermos e profetizar o futuro. Thomé (1999) também tratou de outras manifestações messiânicas como os Muckers de Sapiiranga e os Monges Barbudos no Rio Grande do Sul. A intenção do autor era apresentar um panorama da atuação dos “iluminados” antes, durante e depois da Guerra do Contestado (cada um desses períodos correspondendo a uma parte de sua obra).<sup>28</sup>

De modo geral, Nilson procura auxiliar na compreensão de manifestações sociais e religiosas contemporâneas, observadas no planalto catarinense. Pretende “fazer justiça” aos personagens abordados em sua obra, visto as inúmeras lacunas e enganos que envolvem esses sujeitos “em grande parte da bibliografia brasileira” e aos homens do Contestado, fazendo que conheçam melhor sua história (THOMÉ, 1999, p. 18-19).

---

<sup>28</sup> Entre os “iluminados” abordados pelo autor, estão São João Maria, José Maria, Eusébio Ferreira dos Santos, Teodora, Manoel, Joaquim e Linhares, Maria Rosa, Manoel Moraes (o Pai-Velho), o monge Jesus Nazareno entre outros personagens que alegaram ou foram tidos como portadores de poderes sobrenaturais.

Chama a atenção, nesse último caso, o envolvimento do autor com a temática. Ele cita um “forte e sólido comprometimento com *nosso povo* e com *nossa terra*” (grifo meu) (THOMÉ, 1999, p. 14), indicando um senso de pertencimento à região e aos conflitos nela ocorridos. Nilson, natural de Caçador, centro-oeste de Santa Catarina, afirmou ter uma experiência de “meio século de convivência cotidiana com a gente do Contestado” (THOMÉ, 1999, p. 14), possuir laços familiares com descendentes dos habitantes primitivos e fazer parte da atual geração do “homem do Contestado”, ou seja, estar inserido na comunidade e, por isso, deter proximidade com o tema. Observa-se, também, um posicionamento ativo nas disputas políticas em torno do tema, uma vez que afirma “o direito e o dever de ser agente de transformação, aqui e agora” (THOMÉ, 1999, p. 14). A participação de Thomé em projetos que viabilizaram a criação da UnC e o Museu Histórico e Antropológico do Contestado (1974) em Caçador, apenas para citar algumas das atuações do intelectual relativas a causa do Contestado, demonstram sua dedicação. A institucionalização do “Homem do Contestado”, enquanto identidade coletiva a ser incorporada pelos catarinenses, durante o Governo de Esperidião Amin (1983-1987), como visto outrora, também se deve à participação efetiva do pesquisador caçadoreense.

Ivone Gallo, por sua vez, possui graduação em História pela PUC-SP, mestrado e o doutorado em História pela Unicamp. *O Contestado: o sonho do milênio igualitário* foi sua dissertação de mestrado publicada como livro em 1999, sete anos depois da sua banca de defesa. A autora examinou a religiosidade dos habitantes do sertão contestado, procurando tecer relações entre elementos messiânicos e milenaristas presentes na cultura dos caboclos da região e a ocorrência da Guerra. Segundo Gallo (1999), o messianismo acompanha a formação das religiões, a partir da espera de um agente de mudança social (o messias) e transcende o âmbito religioso, na medida em que a população deposita esperanças, inclusive na esfera política, sobre a vinda de um líder que solucione as contradições entre as classes sociais.

As motivações de Ivone Gallo concernem, prioritariamente, ao nível acadêmico. Inicialmente, ela destaca que estudos que abordavam as crenças populares não eram frequentes em História até a década de 1990, sendo trabalhados usualmente em disciplinas como a Sociologia e a Antropologia. Além disso, considera o peso que as teses anteriores, como as de Pereira de Queiroz,

Vinhas de Queiroz e Monteiro tiveram sobre as análises relativas ao messianismo. A autora reconhece a contribuição desses pensadores, mas reafirma a necessidade de reexaminar as ocorrências do início do século XX através de uma perspectiva histórica. Ela pretendeu demonstrar a importância do pensamento religioso na percepção que os caboclos tinham do ingresso dos imigrantes na região, da EFSPRG e da Lumber (GALLO, 1999, p. 101) e o desejo de transformação do contexto que lhes era apresentado. Outro objetivo da autora foi “compreender o porquê da repetição das mesmas ideias e imagens no tempo, bem como restituir aos profetas e andarilhos do Contestado *o seu lugar na memória coletiva*” (grifo meu) (GALLO, 1999, p. 67).

Desse modo, percebe-se a familiaridade e envolvimento dos autores com os sujeitos participantes do confronto armado, com os interesses políticos envolvidos e com a região palco dos conflitos. A divulgação dos resultados tem por objetivo “fazer justiça” (Nilson Thomé), preservar a memória (Euclides Felipe), “restituir aos profetas e andarilhos do Contestado o seu lugar na memória coletiva” (Ivone Gallo) e “identificar um caráter pedagógico da ação dos caboclos” (Marli Auras). Além disso, a temática central apresentada em cada um dos livros analisados dialoga entre si: a religiosidade e o modo de vida dos caboclos articulados a uma perspectiva crítica acerca da Guerra do Contestado.

### **1.2.2 Perspectivas sobre o Contestado**

Ao observar as motivações do confronto armado e a forma com que os intelectuais, das décadas de 1980 e 1990, abordam os caboclos, coronéis, soldados, empresários e governantes, são perceptíveis algumas diferenças em relação às demais gerações de intérpretes do Contestado, como os oficiais do Exército, sacerdotes e médicos-historiadores (Cabral e Luz). Um exemplo das diferentes interpretações relativas ao tema está na mudança de olhar sobre os caboclos. Outrora vistos como “fanáticos”, “facínoras”, “ignorantes”, “degenerados” e “alienados”, a partir da década de 1980, ganham o *status* de excluídos do processo de modernização da agricultura, expulsos de suas terras, preteridos pelo imigrante europeu e que, apesar das dificuldades, sustentaram uma guerra contra o Exército, os coronéis, as companhias estrangeiras, por aproximadamente quatro anos. Nesse

sentido, é importante ressaltar o papel de destaque de autores como Auras (1984), Felipe (1995), Gallo (1999) e Thomé (1999) no diálogo sobre o tema, e na construção de um consenso (provisório) sobre os agentes e o confronto armado.

Ao identificar nas obras de Auras (1984), Felipe (1995), Gallo (1999) e Thomé (1999), os motivos para a ocorrência da Guerra do Contestado, busca-se encontrar as perspectivas de orientação sobre o passado, ou seja, como os autores, posicionados em lugares sociais específicos, tendo diferentes interesses de pesquisa, observam o evento em foco.

Auras (2015, p. 31), por exemplo, citou como causas nucleares para a Guerra, as “significativas mudanças econômicas, políticas e sociais, em âmbito nacional e estadual, que, ao acarretarem a crise no mandonismo local e a institucionalização da propriedade privada da terra, subverteram a paz vigente”. A Questão de Limites entre Paraná e Santa Catarina “foi apenas circunstancial”, na análise da autora.

É certo que serviu para formar grupos armados, a serviço de um ou de outro litigante, aumentando, dessa forma, a circulação de armas na região serrana. É certo, igualmente, que nessa terra de ninguém a violência, já disseminada nas relações sociais como um valor, encontra campo favorável para sua exacerbação (AURAS, 2015, p. 31).

Em outro trecho, ainda sobre o mesmo assunto, Auras destacou:

é claro que a questão dos limites, levantada por Tavares [liderança cabocla na região de Canoinhas] para justificar seu envolvimento na luta, não é, como já tivemos oportunidade de perceber, a real causa propulsora do conflito. *Esta causa é, sem dúvida, a absoluta falta de condições de vida para o caboclo morador da serra acima, resultado de uma estrutura político-social profundamente injusta e autoritária.* Para o homem errante do planalto, órfão do Estado, não fazia a menor diferença se o chão por ele pisado pertencia ao Paraná ou a Santa Catarina (grifo meu) (2015, p. 133).

Para a autora, o avanço do capitalismo sobre a região ocorreu de forma rápida e os efeitos da expulsão de caboclos de suas terras não foram revestidos por um discurso que legitimasse a ação do Estado, como aquele que geralmente acompanha os agentes igreja, escola, partidos políticos, naturalizando o processo de submissão à ordem do sistema econômico (AURAS, 2015, p. 51). Nesse cenário, a guerra santa parecia ser a única possibilidade plausível àquela população para resistir as abruptas mudanças em seu modo de vida.

Entre as formas de compreender o que estava acontecendo no sertão contestado, predominou uma perspectiva religiosa mística que, segundo Auras, decorria do “isolamento e a rude vida cotidiana do sertanejo [que] atuavam como elementos limitadores de seu universo explicativo” (2015, p. 51). Em outro trecho do livro, a autora reafirmou seu argumento central:

A acentuada limitação do nível de saber vigente, diante da presença de profundas transformações históricas, promoveu a *elasticidade do discurso religioso, que a tudo explicou e a tudo deu sentido*. Esse discurso religioso representou para os caboclos, ao mesmo tempo e contraditoriamente, uma limitação e uma possibilidade. Foi a resposta concreta aos problemas vividos por eles (grifo meu) (AURAS, 2015, p. 161).

Felippe (1995) identificou como o principal motivo para o início da Guerra do Contestado a incompreensão ou desinteresse do Estado pelos problemas que a inserção do capitalismo causou para os caboclos, como a perda de terras e dos meios de subsistência.

O parecer de vários comentaristas da época e de hoje é que se a Administração Pública e o Governo, na ocasião, houvessem tido um mínimo de visão cívica, sentimentos humanitários, teriam substituído soldados, armas e munições, por assistência social: distribuição de alimentos, médicos, professores, artífices, técnicos agrícolas e uma justa e pacífica distribuição de terras que sobravam incultas por todo este vasto território. Isso por uma despesa substancialmente reduzida em comparação aos custos militares que oneraram a nação e o prejudicial e imperdoável sacrifício de milhares de vidas de nossos *indefesos compatriotas*. Além de ter evitado “uma guerra”, teria contribuído de modo positivo para a prosperidade da região. - Mas não: *este povo marginalizado à força*, teve por único recurso o de optar pela luta à mão armada como medida extrema para defender seus direitos postergados e preservar o tesouro da vida que lhe fora outorgado pelo Criador! (grifo meu) (FELIPPE, 1995, p. 94).

A referência aos caboclos como “indefesos compatriotas” e “povo marginalizado à força” revela a percepção que o autor tem sobre os personagens envolvidos e os eventos que ocorreram no sertão contestado no início do século XX. Esse posicionamento fica evidente em várias passagens de sua obra, especialmente, na tentativa de sensibilizar o leitor para a condição de vida dos caboclos durante a Guerra do Contestado. Felipe (1995) realiza diversas alusões ao corpo insepulto, violado, sujeito à ação do tempo e dos animais. Ao dissertar sobre a peregrinação de Chica Pelega do Irani para o Taquaruçu, junto a um grupo de desvalidos, o autor afirmou que “as poucas crianças e idosos que ainda restavam no grupo foram morrendo pelos carreiros e seus corpos deixados a apodrecer

apenas cobertos de folhas de mato e algumas pedras, quando encontravam” (FELIPPE, 1995, p. 110).

Nilson Thomé (1999), por sua vez, concorda com Marli Auras (1984) e Euclides Felipe (1999) quando esses apontam a rápida mudança nas condições de vida dos caboclos como razão para o início do confronto armado. Essas alterações são provocadas pela construção da EFSPRG e as atividades da madeireira Lumber no planalto catarinense. Além disso, a apatia dos governos estaduais em mediar os conflitos agrários entre a empresa privada e os habitantes locais também foi contemplada pelo autor, referindo-se especificamente à persistente questão de limites entre os entes federados. Cabe dizer que, para Thomé, os jogos de interesses envolvendo fazendeiros e os peões, as disputas por poder entre os coronéis, as desigualdades sociais, o regime de posse das terras, somado ao messianismo, contribuíram para o desencadeamento do confronto armado.

Já Ivone Gallo elenca três outros motivos para a ocorrência da Guerra do Contestado que não foram tratados de forma explícita nas obras de Auras (1984), Felipe (1995) e Thomé (1999): a) a implantação do projeto de colonização; b) o desejo de derrubar o governo republicano e c) o revanchismo.<sup>29</sup> Sobre a implantação do projeto de colonização, afirma-se que o planalto de Santa Catarina era visto, no início do século XX, como fronteira agrícola. Os agentes responsáveis por desenvolverem a região eram os imigrantes. Colônias como Rio das Antas, no centro-oeste do estado, estavam alinhadas à política nacional de atração de mão de obra branca em substituição ao trabalhador negro e mestiço.

O “desejo de derrubar o governo republicano” foi motivado por duas razões principais: a percepção de que a vida mudou muito rapidamente em um curto intervalo de tempo e uma visão peculiar sobre o que era a monarquia.

---

<sup>29</sup> Segundo Gallo, a Guerra do Contestado ocorreu devido ao “problema de posse de terras, a questão de limites, mandonismo local, resistência à exploração capitalista dos recursos naturais e da força de trabalho, implantação do projeto de colonização, desejo de derrubar o governo republicano, desemprego, revanchismo” (1999, p. 130-131).

A ideologia monarquista e, também a republicana, cultivada entre os adeptos da “Guerra Santa”, não parece ser a mesma difundida nas principais capitais do país, ou ainda, não parece coincidir com as linhas que impuseram politicamente. [...] Um contorno interessante do significado atribuído ao termo monarquia, naquela região, inspira-se, inclusive, no gauchismo. A ideia de monarca de coxilha precede a Guerra dos Farrapos, mas difundiu-se, naquela ocasião, defendendo um ideal de liberdade, calçado, por estranho que possa parecer, no espírito republicano (GALLO, 1999, p. 121).

Em outro trecho, Gallo (1999, p. 142) assinala que “quando os revolucionários falam em monarquia, estão falando de uma revolução no calendário, pois o tempo perfeito não está no passado, mas na antecipação do futuro, como milênio igualitário”. Com essa compreensão peculiar sobre a monarquia, os caboclos insurgentes criticam a ordem vigente. O revanchismo está presente nas reivindicações dos rebeldes que, em determinado momento das negociações com as autoridades públicas na cidade santa de Bom Sossego exigem, para sessar as hostilidades, a restituição das vidas perdidas no ataque das tropas oficiais ao Taquaruçu em fevereiro de 1914 e a morte de coronéis e comerciantes da região.<sup>30</sup>

Observa-se, portanto, uma aproximação entre as interpretações para o início do confronto armado entre os quatro autores analisados neste capítulo. Sobre os motivos mais citados, destaca-se a rápida mudança no modo de vida dos caboclos, provocada pelo avanço do capitalismo no campo, a falta de investimentos públicos na região decorrentes da indefinição jurídico-administrativa entre Santa Catarina e Paraná sobre a jurisdição do território contestado e a compreensão mística-religiosa do mundo por parte dos caboclos.

As produções históricas de Auras (1984), Felipe (1995), Gallo (1999) e Thomé (1999) são significativas, pois essas publicações, entre outras, iniciam o debate acadêmico sobre o tema em um período no qual as demandas por obras que orientem as disputas no campo eram urgentes (conforme visto no início desse capítulo).<sup>31</sup> Os conceitos de “irmandade cabocla” e “milénarismo”, os depoimentos

---

<sup>30</sup> Trata-se dos coronéis Arthur de Paula, Fabrício Vieira, Chiquinho de Albuquerque, Amazonas Marcondes, Afonso Camargo, Pedro Vieira, Pedro Ruivo, os irmãos Michiniovsk da estação Escada e outros (PEIXOTO, 1920, vol. 1, p. 156 *apud* MACHADO, 2001, p. 241).

<sup>31</sup> Outras obras que compõe a vasta gama de títulos publicados na época foram: a dissertação de mestrado em Direito de Rosângela Cavallazzi da Silva de 1983, intitulada *Terras públicas e particulares: o impacto do capital estrangeiro sobre a institucionalização da propriedade privada (um estudo sobre a Brazil Railway Company no meio oeste catarinense)*, defendida na UFSC; o livro de Todd Diacon de 1991, intitulado *Millenarian vision, capitalist reality: Brazil's Contestato rebellion, 1912-1916*; a dissertação de mestrado em História de Delmir José Valentini de 1997, intitulada *Da Cidade Santa à Corte Celeste: Memórias de sertanejos e a Guerra do Contestado*, defendida na

de caboclos e as biografias de “iluminados” influenciaram diversos estudos, sendo utilizados pelos historiadores acadêmicos na confecção de suas teses no século XXI. Cabe, porém, problematizar a própria constituição desse conceito, amplamente empregado nesta tese, que é o “historiador acadêmico”. Afinal, quais os caminhos para a profissionalização da História no Brasil? Quais os critérios para que determinado intelectual fosse tratado como historiador acadêmico, ou seja, qual deveria ser o nível de instrução e área de formação desse sujeito? A próxima seção pretende, portanto, discutir a fluidez e a porosidade deste conceito, além das repercussões das obras publicadas nas décadas de 1980 e 1990 na comunidade de historiadores que se consolida no século XXI.

### 1.3 REPERCUSSÕES DAS PUBLICAÇÕES DOS ANOS 1980 E 1990 NA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA POSTERIOR

Essa sessão, ao debater a influência das obras produzidas nas décadas de 1980 e 1990 sobre a historiografia acadêmica, pretende problematizar a profissionalização dos historiadores no Brasil e o frequente diálogo interdisciplinar entre eles e autores formados em outras áreas do saber, e mesmo com aqueles considerados autodidatas, memorialistas ou diletantes. Por se tratar de uma questão atual, haja vista o recente debate sobre o reconhecimento legal da profissão de historiador, existe a necessidade de tratá-la mais detidamente neste capítulo.

Por historiador acadêmico, entende-se o intelectual tecido dentro dos PPGHs. Nesse sentido, é importante frisar que a reconção das universidades, e especialmente dos programas de pós-graduação, como espaços privilegiados de produção do conhecimento histórico, do discurso legítimo sobre o passado, assim como a distinção entre amadores e profissionais, é relativamente recente na história do Brasil. “A pós-graduação como este lugar por excelência e quase que exclusivo de produção de historiadores e de fabricação do discurso histórico, como o lugar da pesquisa cientificamente orientada” (SANTOS, 2020, p. 346), não existiu desde sempre. Até o final da década de 1960, as pesquisas eram realizadas por iniciativa individual dos docentes, ou seja, não estavam articuladas com linhas de pesquisa

estabelecidas por programas de pós-graduação. Além disso, o sistema de cátedras inviabilizava o livre pensamento, uma vez que as decisões sobre assuntos relativos à cadeira caberiam ao professor catedrático, assim como a seleção e manutenção de docentes auxiliares em seus cargos. O título de doutor era concedido de acordo com critérios das próprias instituições de ensino que alternavam entre a defesa de uma tese inédita após a conclusão de um curso normal, técnico ou científico (equivalente à graduação), até a titulação adquirida via processo seletivo para professor do ensino superior. A reforma universitária de 1968 representou uma mudança de rumos no terceiro grau ao determinar a padronização dos processos necessários para a formação dos alunos, definição do ingresso ao quadro funcional das instituições a partir da aprovação em concurso público, extinção da cátedra e criação dos departamentos. O aumento do número de universidades nos anos 1970 e 1980, seguindo as orientações previstas na reorganização estabelecida pela reforma de 1968, consolidou os programas de pós-graduação e as instituições de ensino superior como espaços e modos de qualificação profissional e produção de conhecimento científico, além de legitimar o trabalho dos historiadores acadêmicos.

Santos (2020), ao referir-se ao aumento de PPGHs no Brasil, destaca os conflitos ocorridos nas universidades para delinear o campo de atuação do historiador, denominado pelo autor de “geografia disciplinar”. Esta diz respeito aos espaços de produção do conhecimento histórico, temas de pesquisa, matizes teórico-metodológicas e narrativas utilizadas por um grupo de intelectuais que detêm considerável prestígio entre os pares. Nas décadas de 1970 a 1990, observou-se um monopólio relativo às produções históricas de pesquisadores pertencentes aos quadros da Universidade de São Paulo (USP) e da Unicamp, observado nas publicações da Revista Brasileira de História (RBH) vinculada à Associação Nacional de História (ANPUH). Santos (2020) afirmou que se construiu uma ideia, entre os intelectuais dessas duas instituições, de que eles elaboravam uma história nacional, em contraposição aos historiadores que não mantinham relações com a USP e Unicamp que produziam narrativas regionais e locais.<sup>32</sup>

---

<sup>32</sup> Segundo Santos (2020, p. 103), “o que poderia ser chamado de História do Brasil ou generalizado como tal [?]. Para estes autores [que publicam na RBH] e para aqueles programas [da USP e Unicamp] a história do Sudeste e, em especial de São Paulo, eram não só representativas da História do e no Brasil, mas contavam a própria história nacional. Tanto é assim que as narrativas históricas que se ativeram a discutir ou construir a história de outros espaços eram nomeadas de histórias regionais ou, simplesmente, histórias locais”.

Então, quando se fala em historiadores acadêmicos, faz-se referência a uma tradição recente no Brasil, ainda pouco problematizada, com início na década de 1970. “Quero pontuar também que aquilo que hoje chamamos de historiografia brasileira profissional, acadêmica, era durante os anos 1980 e 1990 um campo ainda em projeção, sendo duramente disputado, produzido, configurado, ou seja, inventado” (SANTOS, 2020, p. 253). Prossegue Santos:

falar de uma historiografia brasileira profissional, acadêmica passa, portanto, incontornavelmente, por pensar a sua historicidade e afirmar que ela, como toda prática do saber, não existe desde sempre. E de acordo com o que estou discutindo até o momento, ela é uma invenção bem recente de nossa história. Ouso afirmar que ela não existe, como aqui estou concebendo, antes dos anos 1980 (2020, p. 351).

Dessa forma, por ser um campo do conhecimento em disputa, alguns pesquisadores, instituições e temas de investigação tendem a predominar no debate acadêmico, enquanto outros são colocados às margens do sistema. “Portanto, parece-me bastante claro como esta historiografia e os historiadores que ocupavam os lugares de sujeito de sua produção se viam e se pensavam como produzindo não só a historiografia nacional, mas a própria História do Brasil” (SANTOS, 2020, p. 104). A expansão das redes de ensino pública em nível superior nas regiões Sul, Centro-Oeste, Norte e Nordeste, e, por consequência, o atraso com que entraram nas discussões acerca da delimitação da geografia disciplinar (particularmente no concernente aos PPGHs), explica em certo sentido, o Contestado ser visto, por muitos anos, como um tema regional, assim como a área periférica ocupada por instituições de ensino fora do eixo Rio-São Paulo.

Já em 1999, em Caçador, Nilson Thomé chamava a atenção para o número reduzido de historiadores, com formação específica, na região centro-oeste de Santa Catarina que se dedicavam a investigar o movimento do Contestado. Para Thomé:

a maior parte da bibliografia básica existente e disponível no Brasil sobre as personagens e sobre o tema Contestado não é constituída por trabalhos de historiadores profissionais, *aqui entendidos como os diplomados bacharéis e especialistas no ramo*, mas sim, por escritos de teólogos, médicos, sociólogos, políticos, folcloristas, advogados, jornalistas, religiosos, filósofos, militares, psicólogos, engenheiros, romancistas e poetas que, mesmo sem formação acadêmica especializada, e, sem experiência em métodos científicos, excursionaram pelos caminhos das histórias, para produzir História, a maioria com relativo êxito (grifo meu) (1999, p. 22).

O entendimento postulado por Nilson de que os historiadores profissionais eram aqueles “diplomados bacharéis e especialistas no ramo” é compatível com os níveis de instrução disponíveis à época. Ao reconhecer a importância de escritores das outras áreas, Thomé evidencia um processo de longo prazo: intelectuais sem formação específica em História empreendem investigações acerca do Contestado desde o fim da Campanha Militar na região, em 1916.

Os historiadores iniciaram os debates sobre o movimento do Contestado na década de 1990 em cursos de mestrado, sendo que a primeira tese específica sobre os conflitos no planalto de Santa Catarina foi defendida no início do século XXI. Trata-se da tese de Paulo Pinheiro Machado, intitulada *Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado (1912-1916)*, produzida na Unicamp durante o período em que Machado cursou seu doutorado (1997-2001).<sup>33</sup> Contudo, não se deve perder de vista que a historiografia acadêmica é um conceito fluido, na medida em que está sempre em construção, e poroso, uma vez que sofre a influência de pesquisadores oriundos de campos do conhecimento diversos. As dissertações e teses defendidas nos PPGHs fazem uso dessa extensa bibliografia, incorporando depoimentos e reflexões daqueles que participaram do confronto armado (militares, religiosos e caboclos), além dos autores que propuseram novos conceitos e abordagens, como no caso dos sociólogos Pereira de Queiroz, Vinhas de Queiroz e Monteiro.<sup>34</sup>

As contribuições de Auras (1984), Felipe (1995), Gallo (1999) e Thomé (1999) para a historiografia acadêmica foram inestimáveis, mas, talvez, ao examinar as teses sobre o Contestado produzidas nos PPGHs, seja possível ter uma visão, mesmo que parcial, sobre a recepção dessas obras em doutorados em História.

Marli Auras foi citada em onze das quatorze teses, objeto deste estudo. Machado (2001) a teve como avaliadora em sua banca de defesa. Tonon (2008) fez

---

<sup>33</sup> Considerando as discussões sobre as disputas travadas para a (re)definição da geografia disciplinar da História em cenário nacional nas décadas de 1980 e 1990, é no mínimo intrigante o pioneirismo de um profissional engendrado no programa de pós-graduação da Unicamp. A influência das linhas de pesquisa do PPGH daquela instituição sobre a obra de Machado é percebida no referencial teórico adotado em sua tese. O Contestado sendo visto pela perspectiva da História Social, inspirada na obra de Edward Thompson, demonstra os vínculos que uma das primeiras produções acadêmicas sobre o tema, em cursos de História, tiveram com o projeto historiográfico defendido na Unicamp, onde o pensamento do historiador inglês foi empregado para criticar as interpretações propostas pela USP, que seguia uma orientação ligada aos Annales para a problematização do passado.

<sup>34</sup> Para nomear esse acervo bibliográfico anterior e, mesmo a produção literária contemporânea aos historiadores acadêmicos, optou-se pelo conceito de “memória disciplinar”, usado por Santos (2020).

referência a ela quando tratou da leitura dos “sociólogos, jornalistas e educadores” sobre o Contestado. Segundo ele, o principal aporte da obra de Auras (1984) diz respeito à problematização da organização das irmandades caboclas a partir da recusa à nova ordem social imposta pelo capitalismo. Motta de Carvalho (2009, p. 23) afirmou que, pelo cuidado com a cronologia dos fatos e pelo Contestado ter uma história repleta de detalhes e personagens, a produção de Auras (1984) teve “um peso excessivamente descritivo e pouco analítico”. O autor apontou que Auras não se aprofundou sobre a cultura e ideologias dos rebeldes, sendo este um limite para a dissertação, além de apresentar uma visão teleológica do movimento ao interpretar as ações dos caboclos durante a Guerra do Contestado, por meio dos desdobramentos da campanha militar.

Euclides Felipe foi mencionado em oito das quatorze teses. Sua obra, diferentemente daquelas de Auras, Thomé e Gallo, é vista pelos historiadores acadêmicos, na maioria das vezes, como um repositório das memórias dos sertanejos, especialmente, no que se refere à recepção dos ensinamentos do monge João Maria e no tocante ao modo de vida dos caboclos. A convivência com a população local foi percebida tanto por Felipe (1995) quanto por Thomé (1999) como uma oportunidade para se aproximar daqueles que participaram dos conflitos no sertão contestado e obter fontes importantes para suas pesquisas.

Machado (2020, p. 19) afirmou que, a partir da década de 1980, uma “nova geração de memórias” foi registrada pela historiografia, sendo assinalada pelo depoimento intencional daqueles que de alguma forma participaram do movimento do Contestado. O depoimento intencional é a manifestação voluntária do entrevistado, diferentemente do interrogatório policial que compõe, segundo Machado, a “primeira geração de memórias” coletadas em Autos de Perguntas, no momento da rendição dos prisioneiros. Nesse último caso, os caboclos poderiam ser coagidos a prestar determinadas informações sob a ameaça de continuarem presos ou serem mortos pelas forças policiais. Para Machado:

[...] é importante considerar que o depoimento na situação de rendição [...] não se trata de um relato espontâneo e desinteressado dos sertanejos. [...] Revelam um padrão de respostas baseadas na autovitimização e na responsabilidade alheia pela adesão na vida dos redutos (2020, p. 18).

A “segunda geração de memórias” corresponde às entrevistas conduzidas por Vinhas de Queiroz, Monteiro e o padre Thomas Pieters, ocorridas entre as décadas de 1950 a 1970. Nesse período, importantes informações foram recolhidas de remanescentes da Guerra do Contestado<sup>35</sup>, contudo, os depoimentos ainda ocorrem sobre a égide da repressão (agora do regime militar). Segundo Machado (2020), muitos dos depoimentos são obtidos com a garantia do anonimato. Somente nos anos 1980, “a visibilidade pública do Contestado permitiu a muitos depoentes relatarem à luz do dia as suas experiências e memórias, até então limitadas ao âmbito familiar mais restrito ou mesmo ao silêncio” (MACHADO, 2020, p. 19-20).

Entretanto, as características das “três gerações de memórias” apresentadas por Machado (2020) não podem ser tomadas como uma regra, mas como uma tendência de cada período. No caso do Contestado, como se trata de acontecimentos traumáticos, cuja repercussão junto à comunidade local reverbera no presente, deve-se considerar que muitos remanescentes desejassem manter o silêncio, por medo de perseguições e julgamentos morais na comunidade local, mesmo nos anos de 1980.

Ninguém sabia o porquê, mas a Polícia chegava, colocava os prisioneiros em fila, atirava e depois abandonava os corpos nos rios.<sup>36</sup> [...] Essa “operação limpeza” estendeu-se por muitos anos e *resultou no revés da memória*. A população calou-se, temendo represálias, e mesmo assumiu a opinião oficial que qualificava os combatentes como “jagunços, fanáticos e bandidos”. Existe, portanto, um contexto de violência inibindo a memória popular, que por vezes também ultrapassa o medo: o sentimento de vergonha pelo parentesco com um jagunço rebelado e, principalmente, o sentimento de angústia, ao rememorar fatos envolvendo circunstâncias em que os familiares pereceram (grifo meu) (GALLO, 1999, p. 90-91).

Depoimentos como de Vicente Telles, colhido por Gallo em 1989, ressaltam a violência da repressão ao movimento do Contestado que “resultou no revés da memória”, ou seja, no silenciamento dos envolvidos no evento e seus descendentes.

De outro modo, cabe destacar que a carga emotiva das entrevistas foi incorporada nas narrativas de Auras (1984), Felipe (1995), Gallo (1999) e Thomé (1999), com o objetivo de criar um vínculo entre o leitor e os caboclos. O alinhamento entre os autores e os sertanejos insurgentes é perceptível quando

---

<sup>35</sup> Entre os entrevistados no período estavam Joaquim (o segundo menino-Deus), Teodora (a primeira virgem), Paulino Pereira (um dos adversários políticos do cel. Albuquerque em Curitiba), Benedito Chato e do irmão de Chiquinho Alonso.

<sup>36</sup> Depoimento de Vicente Telles, Irani (SC), 23/03/1989.

verificadas as razões aventadas para a ocorrência da Guerra do Contestado (conforme demonstrado na segunda seção), mas não se limita a isso. Felipe (1995), por exemplo, cria, a partir da narrativa, imagens que representam o assunto abordado. A alusão às cenas de miséria, fome e morte, aos corpos insepultos e crianças desamparadas é um recurso frequente em sua obra.

Ao cabo de mais alguns dias, o bando extenuado de Francisca Roberta [Chica Pelega] arriba às margens do Rio do Peixe, saudoso dos raios do sol que as encopadas florestas lhe negavam. Parecia que novas esperanças iriam rebrotar em seus aflitos corações. Qual, entretanto, não foi a decepção e amargura, ao depararem com uma *multidão de sofrendores na mais deplorável miséria*, percorrendo os trilhos da estrada de ferro, acima e abaixo, em sujas margens jaziam cadáveres mal sepultos à flor da terra, exalando um fedor insuportável. Muitos deles, famintos e desesperados haviam se precipitado sob as rodas dos trens em velocidade, com o propósito de evadirem-se uma vez por todas dos *terríveis sofrimentos que o ingrato destino lhes havia aprontado* (grifo meu) (FELIPPE, 1995, p. 110).

A “multidão de sofrendores na mais deplorável miséria” foi a forma como autor referiu-se aos habitantes locais, expropriados de suas terras pela empresa Brazil Railway Company. Vítimas “dos terríveis sofrimentos que o ingrato destino lhes havia aprontado”, os sertanejos precipitavam-se contra seus alagoes, sendo atropelados pelas locomotivas. Essa imagem construída por Felipe (1995) é simbólica, pois aponta o processo de concentração das terras como principal motivo para a fome, o desespero em que se encontravam as pessoas e, especialmente, pondo em lados opostos das trincheiras os sertanejos e a ferrovia.

É plausível que a utilização desses termos para se referir ao Contestado seja reflexo de suas experiências na região. “Quanto à visão ‘das almas dos defuntos’, eram às centenas os testemunhos em todo o sertão. Não havia uma casa ou família que não tivesse ‘um caso’ desses para contar” (FELIPPE, 1995, p. 145). Essas vivências moldaram o autor enquanto ser humano e estão presentes em sua obra.

Se o livro de Euclides é frequentemente citado pelos historiadores acadêmicos como um repositório de memórias e da versão dos caboclos para os conflitos sociais na região, outras obras trazem como subsídio para as produções históricas posteriores o debate sobre conceitos como, por exemplo, o messianismo e o milenarismo. Ivone Gallo (1999) dedicou sua dissertação de mestrado para tratar da religiosidade e os desdobramentos ocasionados por uma visão peculiar sobre as mudanças sociais durante a Guerra do Contestado.

O milênio é um dos conceitos mais importantes na investigação proposta por Gallo (1999). A autora entende por milênio, “um tempo intermediário de experimentação de felicidade, que culminará no não-tempo da eternidade com a extinção definitiva do mal, da morte, da decadência, inerentes ao tempo humano, passageiro e sinônimo de limitação” (GALLO, 1999, p. 46). Ou seja, o milênio não necessariamente tem duração de mil anos, mas “designa um tempo intermediário, que aparece como ruptura no tempo da iniquidade conduzindo, em futuro próximo, à eternidade, quando, então, todos os conflitos serão eliminados” (GALLO, 1999, p. 49).<sup>37</sup> Além disso, o milenarismo é um modo do homem compreender a realidade e relacionar-se em sociedade, atendendo demandas de diferentes naturezas como:

a reconciliação ou vingança entre um e outro de seus membros; a promoção através da cura de um equilíbrio entre o corpo (matéria) e a alma no meio circundante; fortalecimento das fantasias e a provocação de estados de espíritos otimistas, quando as soluções aos problemas são uma perspectiva equidistante (GALLO, 1999, p. 55).

Nesse ponto, as ideias centrais defendidas por Marli Auras e Ivone Gallo se entrecruzam. O caráter pedagógico do movimento do Contestado, abordado por Auras (1984) como elemento de coesão dos caboclos insurgentes, assim como o projeto de futuro dos rebeldes, passa pela mediação da crença religiosa, que tem no milenarismo e no messianismo sua expressão máxima. Para a autora de *O sonho do milênio igualitário*, foi através das pregações do primeiro monge, João Maria de Agostini, que os caboclos do sertão catarinense tiveram acesso ao Livro do Apocalipse e criaram a expectativa do “fim dos tempos”. Gallo (1999) destaca, entretanto, que essas características do movimento do Contestado não podem ser vistas como completamente estranhas a outros grupos humanos, inclusive, urbanos.

Segundo a autora, a constituição da crença religiosa em “fanatismo” e, por consequência, em problema para as autoridades constituídas, ocorre quando a fé deixa de estar restrita ao espaço privado e passa para a esfera pública, sem o filtro institucional da Igreja. Para Gallo (1999), todas as pessoas, até certo ponto, possuem superstições, acreditando que as forças da natureza ou sobrenaturais possam interferir nos rumos de suas vidas, afetando-as de forma positiva ou

---

<sup>37</sup> Para Gallo (1999, p. 48), “a cifra dos mil anos foi estabelecida pelos harmonistas (intérpretes que procuravam fazer coincidir os dados dos diversos textos bíblicos) para uma versão do *Apocalipse*, pela combinação de passagens dos salmos que levam a crer um dia de Deus valer mil anos”.

negativa. Essas credences são toleradas, visto que são manifestações individuais de fé, ou, quando coletivas, regradas pela Igreja. O “fanatismo, isto é, manifestação coletiva alucinada” (GALLO, 1999, p. 56) é algo que se opõe frontalmente as regras intrínsecas ao convívio social, questionando o poder das instituições na interlocução entre o homem e a bíblia, entre o profano e o sagrado, entre o puro e o impuro.

Ivone Gallo foi citada por dez dos quatorze historiadores acadêmicos. Machado (2001) agradeceu a ela por colocar à disposição material de pesquisa, indicar pessoas para serem entrevistadas e alertar sobre problemas relativos às fontes para o estudo da Guerra do Contestado. O historiador refere-se à obra *O Contestado: o sonho do milênio igualitário* quando explana sobre a rotina de espera do messias dentro dos redutos. Já Tonon (2008), ao fazer a revisão bibliográfica sobre seu campo de atuação (a História Cultural), afirma ser a dissertação de Gallo uma das primeiras obras a tratar do Contestado pela ótica religiosa, deixando em segundo plano as estruturas econômicas. Motta de Carvalho (2009) também destaca essa característica da produção intelectual de Gallo (1999), mas com outra intenção. Segundo ele, a insistência da autora em abordar o messianismo/milenarismo como fator principal para desencadear os conflitos na região, relegando a segundo plano as questões fundiárias do período, acabam por reforçar uma representação, que Gallo desejava combater, de que os caboclos eram tão somente fanáticos religiosos.

A crítica mais contundente à dissertação de Gallo foi proferida por Karsburg (2012) em sua investigação sobre a trajetória de João Maria de Agostini na América. O pesquisador analisa o primeiro monge do Contestado a partir do contexto histórico do século XIX, utilizando publicações (depoimentos de memorialistas, artigos em jornais de época) realizadas por contemporâneos da passagem do personagem pelo continente. Tendo em vista algumas lacunas, que não poderiam ser preenchidas pelo exame das fontes, pelo menos não de forma explícita, o autor buscou estabelecer horizontes de possibilidades (compatíveis com o período) para a ação do monge.<sup>38</sup> Desse modo, com base nos estudos sobre os pregadores que transitavam pela Europa e de acordo com as ideias religiosas do século XIX, não

---

<sup>38</sup> “Ao relacionar a atuação do indivíduo a outros de seu tempo, não se pretende explicá-lo pelo grupo a que se assemelhava. O trabalho de contextualização também não busca criar trajetórias síntese onde um único sujeito apareça como representativo de seu grupo. A ideia parece ser exatamente gravitar entre estes dois polos, num constante exercício de variação das escalas” (KARSBURG, 2012, p. 153).

seria plausível defender a tese de que o eremita profetizasse o advento do milênio, propalando entre os caboclos o Livro do Apocalipse.

Nilson Thomé, por sua vez, foi citado em sete das quatorze teses. Machado (2001, p. 158) utilizou o texto do pensador caçadoreense (1999) para demonstrar a existência de outros movimentos sociais que compartilhavam da crença em São João Maria, como os monges barbudos do Fundão, próximo a Soledade/RS, em 1938. Em mais um trecho em que a obra de Thomé (1999) é mencionada, Machado (2001) explana sobre as diferenças envolvendo os movimentos de Entre Rios/SC, conhecido como “Canudinho de Lages” (1897), e Pedra do Reino (1837), no interior de Pernambuco. Karsburg (2012) também cita Thomé (1999) ao abordar João Maria de Agostini.

Esses são alguns exemplos da repercussão que as obras publicadas durante a redemocratização tiveram sobre o grupo de intelectuais, que se convencionou chamar aqui de “historiadores acadêmicos”. As teses defendidas por estes são influenciadas pelos livros dos sociólogos Pereira de Queiroz, Vinhas de Queiroz e Monteiro – conforme indicado em entrevista conduzida no primeiro semestre de 2021 com Machado, Espig e Salomão –, pela produção histórica das décadas de 1980 e 1990, e pelas demais gerações de intérpretes do Contestado.

No tempo presente, pode-se destacar a atuação de pensadores que buscam intervir na região a partir de práticas extensionistas, como o caso de Nilson César Fraga.<sup>39</sup> Desenvolvendo investigações sobre o Contestado desde 1994, Nilson Fraga coordena projetos de pesquisa e extensão universitária nos municípios de Lebon Régis, Timbó Grande, Matos Costa, Calmon, Porto União, União da Vitória e General Carneiro desde 2008.<sup>40</sup> Durante uma entrevista à Cláudia Weinman, no Portal Desacato, em novembro de 2020, Fraga afirmou ter projetos de ensino, pesquisa e extensão ligados, em sua maioria, “aos povos tradicionais do Paraná, ao

---

<sup>39</sup> Licenciado em Geografia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e bacharel em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), mestre em Geografia pela UEM e doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atualmente é professor na Universidade Estadual de Londrina (UEL).

<sup>40</sup> Entre os projetos de extensão desenvolvidos por Nilson Fraga nos últimos anos, pode-se destacar: *Vivenciar e agir sobre terras (in)contestáveis – Observatório(s) do(s) Centenário(s) da Guerra do Contestado: coletar, divulgar e debater as questões seculares do Contestado no Paraná e em Santa Catarina*, iniciado em 2012 e ainda em vigência; *Fomento a sistemas agroecológicos para fortalecimento da autonomia de mulheres camponesas*, realizado em 2019; *Rede de fortalecimento da autonomia das mulheres camponesas por meio do fomento a sistemas agroecológicos voltados à inclusão tecnológica, produtiva e mercantil*, iniciado em 2020 e ainda em vigência (consulta à Plataforma Lattes no dia 14 de maio de 2021).

povo caboclo, às benzedeadas, os mateiros, aos faxinalenses, aos quilombolas”. De acordo com o pesquisador, sua produção científica é viabilizada por meio dos saberes desses homens e mulheres que sobreviveram à Guerra do Contestado e seus descendentes. De outro modo, Fraga explicita que, ao longo dos últimos vinte anos em que convive com os sertanejos, busca problematizar a visão consolidada pela história oficial, através do discurso do Exército e das elites paranaenses e catarinenses, de que os caboclos, “horda de gente preta, escura, cor de pinhão, facínora, bandida, fanatizada”, foram derrotados, objetivando resgatar “o orgulho de ser descendente de caboclos e caboclas” da região.

As pesquisas de Jaisson Teixeira Lino e Gerson Witte também demonstram a vitalidade dos debates sobre o Contestado para além dos PPGHs a partir de estudos arqueológicos e vinculados à área da Educação, respectivamente. Lino (2012), doutor em Quaternário: materiais e culturas pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro de Portugal, defendeu a tese *Sangue e ruínas no sul do Brasil: arqueologia da Guerra do Contestado (1912-1916)*, analisando os vestígios materiais do confronto bélico no sertão catarinense. Já Gerson Witte (2017), mestre em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), problematizou, em sua dissertação, as representações dos caboclos que habitavam os Campos de Palmas na Guerra do Contestado.<sup>41</sup> Além disso, há produções que pretendem examinar o movimento social pelo viés místico-religioso e cultural dos camponeses na região, como o caso de Rui Bragado Sousa, mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).<sup>42</sup>

Outras teses em História que dialogam com o movimento do Contestado são aquelas defendidas por Telmo Marcon (1999), José Carlos Radin (2006) e Grazieli Eurich (2019). Marcon (1999) empreende uma análise histórica da colonização entre o Passo dos Índios (atual Chapecó) e o Goio-Ên, Santa Catarina, por meio de entrevistas com moradores antigos do local. Ele não aborda especificamente a Guerra do Contestado, mas versa sobre os caboclos, personagens importantes na história da ocupação da região, faz algumas menções ao confronto armado e características do território, como, por exemplo, a exploração das florestas nativas pelas madeireiras e a crença nos monges. Seu objetivo é investigar as mudanças

---

<sup>41</sup> O título da dissertação é *Os caboclos dos Campos de Palmas e sua representação na Guerra do Contestado*.

<sup>42</sup> Trata-se da dissertação *O messias caboclo: um estudo sobre a religiosidade e a cultura popular dos camponeses no Contestado (1912-1916)*.

ocasionadas pelo ingresso das serrarias e companhias colonizadoras para os caboclos, que tinham nas matas uma referência fundamental para seu modo de vida. Radin (2006), por sua vez, analisa a atuação das empresas de colonização no antigo município de Cruzeiro, na primeira metade do século XX. Um dos motivos para o recorte espacial foi a criação da municipalidade pelo governo de Santa Catarina, em 1917, logo após o Acordo de Limites, a fim de garantir a ocupação do território. Trata-se de uma área com extensão aproximada de sete mil e seiscentos quilômetros quadrados que abarcou municípios como Joaçaba e Concórdia, no centro-oeste e Alto Uruguai catarinense. Em sua tese, a Guerra do Contestado foi tratada como uma etapa do processo de colonização. Se, por um lado, o confronto armado retardou os investimentos de capitais, por outro, “limpou” os campos para que as companhias colonizadoras pudessem atrair migrantes para se estabelecerem na região. Já Eurich (2019) tratou da crença dos Kaingang em São João Maria, buscando estabelecer vínculos entre o conflito na Vila de Pitanga, região central do Paraná, envolvendo indígenas e colonizadores em 1923, e o movimento do Contestado. A autora inclui-se em um grupo de pesquisadores que problematizam a participação de índios na Guerra do Contestado. Segundo Eurich (2019), pode-se citar os trabalhos de Pedro Martins (1995), Nilson Thomé (2007), Flávio Braune Wiick (2012, 2014, 2017) e Rafael Pereira Simonetti (2014, 2015, 2017) por compartilharem essa abordagem.<sup>43</sup>

Entre as teses em andamento e que contemplam o Contestado em suas análises, menciona-se as pesquisas de Janaina Neves Maciel, iniciada em 2017 no doutorado em História da UFSC, tendo como título *Uma teia e muitos fios: a relação entre o cenário político catarinense e a estrutura agrária na Primeira República*. Colega de Maciel, Flávia Paula Darossi (2017) estuda os *Direitos e regimes de propriedade em Santa Catarina no século XIX*. Finalmente, outra tese em andamento no curso de História da UFSC, mas que tende a problematizar o Contestado através das relações de poder, está sendo produzida por Gabriel Carvalho Kunrath (2021), cujo título provisório é *Todos escrevem ao coronel: uma*

---

<sup>43</sup> Entre os interlocutores dos historiadores acadêmicos também estão Tânia Welter, doutora em Antropologia Social pela UFSC (2007), e César Hamilton Brito Goes, doutor em Sociologia pela UFRGS (2007). Welter publicou em 2018 sua tese *Encantado no meio do povo: a presença do profeta São João Maria em Santa Catarina*. Goes defendeu a tese intitulada *Nos caminhos do Santo Monge: religião, sociabilidade e lutas sociais no sul do Brasil*. Ambos os textos se constituem em importantes contribuições para o estudo da religiosidade e modo de vida da população sertaneja no sertão sul-brasileiro.

*análise das relações coronelistas no interior de Santa Catarina no século XX, através da trajetória de Francisco Ferreira de Albuquerque.*

Todas essas iniciativas que se relacionam com o grupo de intelectuais, chamados de historiadores acadêmicos, revelam algumas características acerca das investigações relativas ao Contestado e ao campo do conhecimento. Inicialmente, enquanto tema de pesquisa, ele não está restrito à disciplina de História, mas é objeto de interesse de profissionais de outras áreas do saber, como geógrafos, arqueólogos e educadores. Percebe-se também uma demanda por trabalhos relativos aos conflitos agrários em Santa Catarina, exemplificada nas teses em andamento de Maciel, Darossi e Kunrath. Do mesmo modo, a pesquisa não pode ser vista como única forma de intervenção sobre a realidade. Projetos de extensão como aqueles desenvolvidos por Fraga contribuem para alterar a maneira como os moradores das antigas áreas assoladas pela Guerra se veem e são vistos pela comunidade em geral. Nesse sentido, é plausível afirmar que os historiadores acadêmicos constroem versões sobre o movimento a partir da relação dialógica que mantêm com os habitantes da região do Contestado: ao mesmo tempo em que são influenciados por carências de orientação da vida prática, também interferem sobre a sociedade.

As teses dos historiadores acadêmicos, portanto, não devem ser compreendidas como iniciativas isoladas dos PPGHs, sem laços com as discussões presentes no contexto vigente. As produções intelectuais e, por consequência, o campo do conhecimento histórico sobre o Contestado, forjado ao longo dos últimos vinte anos, são afetadas por demandas externas às universidades, na mesma proporção em que pretendem atender normas relativas à comunidade interna, como o uso e verificabilidade das fontes e métodos, entre outros fatores que compõem a operação historiográfica. Então, considerando a porosidade e fluidez do conceito “historiadores acadêmicos” e as relações estabelecidas por esses pesquisadores com obras elaboradas por profissionais de diversas áreas do conhecimento e autodidatas, o próximo capítulo analisará os interesses dos intelectuais que desenvolvem investigações sobre o Contestado nos programas de pós-graduação em História, especificamente, nos cursos de doutorado.

## 2 A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE O CONTESTADO NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Em 1916, após a assinatura do Acordo de Limites entre Santa Catarina e Paraná, evento que tradicionalmente é referido como o término da Guerra do Contestado, já havia diferentes interpretações sobre o confronto armado. Os jornais da época, ligados às oligarquias de ambos os estados, posicionaram-se, durante os anos de luta, na defesa dos interesses dos chefes políticos locais e do projeto de modernização da agricultura. Os sertanejos eram vistos como entrave para a colonização e o progresso. Anos depois, os “historiadores de farda”, muitos pertencentes aos Institutos Históricos e Geográficos do país, publicaram suas impressões sobre a campanha do Contestado e o combate aos rebeldes, ora vistos como vítimas das situações impingidas pelos desmandos dos coronéis e da sua própria ignorância, ora bárbaros que se lançavam na luta contra as tropas oficiais sem temerem a morte.

Em meados do século XX, muitos historiadores diletantes publicaram suas reflexões sobre a guerra. Em nível acadêmico, nas décadas de 1950 a 1970, os sociólogos empreendiam vigorosas investigações acerca do fenômeno religioso/social, ao passo que as pesquisas de historiadores se iniciaram na década de 1990 nos cursos de mestrado e nos anos 2000 em cursos de doutorado. Quais foram os motivos que levaram a esse ingresso tardio dos historiadores nos debates acadêmicos? Debruçar-se sobre a questão é problematizar a institucionalização do ofício do historiador e sua profissionalização no contexto nacional.

Para alcançar esse objetivo, o capítulo foi dividido em quatro seções: na primeira, foi analisada a conjuntura social que levou à criação dos primeiros doutorados em História nas décadas de 1970 e 1980, assim como o aumento significativo de cursos nos anos 2000. Parte-se do princípio de que a maior oferta de programas de pós-graduação oportunizou que trabalhos desenvolvidos fora das universidades fossem discutidos academicamente e, *a posteriori*, defendidos. Alguns autores trabalharam com o assunto desde a graduação ou o mestrado, demonstrando o amadurecimento da tese e o percurso que o projeto seguiu dentro do ambiente universitário. A criação de doutorados fora do eixo São Paulo/Rio de Janeiro também contribuiu para o aprofundamento de temas tradicionalmente ligados à história regional nos demais estados do país. De outro modo, os debates

recentes sobre a profissionalização do historiador no Brasil<sup>44</sup> revelam que, apesar do engajamento de alguns agentes públicos e associações representativas da classe, como a ANPUH, a formação acadêmica específica não é um pré-requisito para quem deseja escrever um livro de História.

A segunda seção busca refletir sobre a matriz epistemológica proposta por Rüsen (2015) para a Ciência Histórica, evidenciando as “carências de orientação” que estimularam a produção de teses relativas ao Contestado. Dessa forma, a pesquisa é motivada pelo questionamento da ordem vigente, a observação de algo que ocorreu no passado vivo no presente, por consequência, provocando uma inquietação que precisa ser sanada pela investigação científica. O autor constatou a existência de dois tempos diferentes:<sup>45</sup> um relativo à natureza, o outro ao homem. O primeiro é caracterizado pelo passar dos anos, pelo envelhecimento, perdas e morte. Está relacionado aos ciclos da natureza, aos ritmos das marés e às fases da lua. É algo que o homem não consegue controlar e, por isso, produz um desconforto, que pode ser remediado pela outra dimensão do tempo. Os seres humanos constroem narrativas sobre si e acerca da coletividade, utilizando categorias de passado, presente e futuro na tentativa de estabelecer uma racionalidade, que leve a conviver em sociedade.

De outro modo, cabe salientar que o passado não se apresenta em sua plenitude ao pesquisador, mas através de vestígios, pequenos fragmentos de tempo, os quais devem ser reunidos através da arguição sistemática das fontes para alcançar uma representação plausível do evento histórico. O percurso é constituído de uma forma peculiar, dependendo de quem examina esses rastros, devido às suas habilidades inatas, técnicas adquiridas no processo formativo, ferramentas disponíveis e o lugar ocupado na hierarquia social.

Segundo Cardoso (2012), existiriam três modalidades básicas de posturas epistemológicas diante da História: 1) reconstrucionista: cujo ideal é resgatar o passado e apresentá-lo em sua plenitude, ou seja, cabe ao historiador encadear os

---

<sup>44</sup> Cita-se o projeto de lei do Senado Federal nº 368/2009, proposto pelo senador Paulo Paim (PT/RS), que transitou naquela casa, sendo aprovado o substitutivo 3/2015 e remetido ao presidente da república Jair Messias Bolsonaro em 18 de fevereiro de 2020 para ser sancionado. O projeto de lei foi vetado integralmente pelo presidente no dia 27 de abril de 2020 sob a alegação, segundo *site* do Senado Federal, que feria o princípio constitucional da “livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”. Em 12 de agosto de 2020, o Senado rejeitou o veto presidencial e no dia 17 do mesmo mês foi promulgada a Lei nº 14.038, que trata do assunto.

<sup>45</sup> Que apenas podem ser separados para fins didáticos.

fatos de forma a descrever “como tudo aconteceu”; 2) construcionista: parte do princípio de que não é possível retomar “a realidade tal qual ela era no passado”, neste caso, cabe ao profissional da História produzir sua narrativa a partir da problematização dos fatos, mentalidades e estruturas, de modo a criar uma versão plausível do que “de fato aconteceu”; 3) desconstrucionista: os pesquisadores que adotaram essa tipologia acreditavam na impossibilidade de conhecer “a verdade sobre o passado”, pois o que há são apenas versões. Então, deve-se estudar o discurso que é a única realidade do pesquisador.<sup>46</sup>

Na terceira seção, discute-se a História Regional como um recorte espacial difundido em meio ao questionamento das abordagens totalizantes, como o funcionalismo, estruturalismo e marxismo dogmático. Sua ascendência aos estudos envolvendo o Contestado foram considerados como fator que em alguma medida poderia explicar o ingresso tardio dos historiadores acadêmicos em debates relativos aos conflitos agrários no centro-oeste do Paraná e Santa Catarina.

Por fim, foi feita uma apresentação das teses, destacando, em linhas gerais, quais eram as propostas dos doutorandos. Essa prática mostrou-se conveniente na medida em que pode ser um “cartão de visitas” para o leitor, bem como atualizá-lo das múltiplas perspectivas acerca da produção acadêmica do Contestado.

---

<sup>46</sup> Essa distinção inspirada em Munslow (1997, p. 153) não é rígida, de modo que essas posturas se alternam nas diferentes obras historiográficas. Para conhecer o debate empreendido por Cardoso e Vainfas sobre o tema, ver, respectivamente, CARDOSO, Ciro. Introdução história e conhecimento: uma abordagem epistemológica. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 1-19, e VAINFAS, Ronaldo. Avanços em xeque, retornos úteis. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 319-335.

## 2.1 CRIAÇÃO DOS CURSOS DE DOUTORADO EM HISTÓRIA NO BRASIL E O MOVIMENTO HISTORIOGRÁFICO DO CONTESTADO

Antes de adentrar especificamente nos cursos de doutorado em História, cabe uma retrospectiva sobre o surgimento dos cursos de graduação. Estes demonstram a tendência de concentração da oferta nas regiões Sudeste e Sul, além da expansão para o Norte (muito embora tímida) e Nordeste nos anos 2000. A primeira experiência de ensino superior em História foi implementada pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Com o advento do governo Getúlio Vargas em 1930, a História passou a ser uma preocupação das autoridades estatais. Era necessário construir uma narrativa no novo contexto social e político de modo a ressignificar símbolos pátrios e mitos fundadores da nação. Nessa conjuntura, foi instaurado, em 1934, o curso de História e Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Essa organização curricular perdurou até 1956, quando houve o desmembramento dos cursos. A Universidade Federal do Rio Janeiro, na época, era a Universidade do Distrito Federal, criou o curso de História em 1935, seguindo as diretrizes da educação implementadas pelo Estado Novo, unificando os cursos de História e Geografia em 1939.<sup>47</sup>

Silva e Ferreira (2011) apontam que, entre 1930 e 1970, foram criados oitenta e oito cursos de História por instituições públicas em todo o país. Apenas na década de 1980 foram instituídos cinquenta e quatro cursos e, em 1990, trinta e um. Já nos anos 2000, cento e onze novos cursos surgiram. Em 2011, havia mais de seiscentos cursos no Brasil, mas poucos trabalhos acadêmicos que tratassem desse processo de institucionalização da História.<sup>48</sup> Para os autores, o contexto de democratização vivido em território nacional na década de 1980 foi importante para o aparecimento desses programas. No século XXI, houve, segundo Robl e Mello (2015), uma ampliação da educação superior como um todo. Segundo os autores, a interiorização, a participação do setor privado, a ampliação da rede federal de ensino e a política nacional de formação de professores contribuíram para essa expansão.

---

<sup>47</sup> Os primeiros cursos de História na Região Sul foram criados no Paraná (1938), Rio Grande do Sul (1943) e Santa Catarina (1959). Em 2011, funcionavam na região quarenta e um cursos (14,3% do total) (SILVA; FERREIRA, 2011).

<sup>48</sup> Robl e Mello (2015) observaram a existência de quinhentos e vinte e nove cursos de História (bacharelado e licenciatura) em instituições públicas e privadas, segundo o MEC/Inep/Censo da Educação Superior. Em 2013, o número era de quinhentos e oitenta e dois.

Em relação à interiorização, cabe destacar que foi uma política do governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) na formação de novos polos de desenvolvimento regional, ao passo que a participação da iniciativa privada ocorreu, basicamente, na compra de faculdades menores por conglomerados maiores.

Em 2020, havia quarenta e cinco cursos de doutorado em História no Brasil<sup>49</sup>, com perceptível concentração na Região Sudeste (vinte e um), seguida do Sul (onze), Nordeste (sete), Centro-Oeste (quatro) e Norte (dois). Os cursos mais antigos são da USP, que iniciaram em janeiro de 1971. De outro modo, se os cursos de doutorado mais antigos são do Sudeste, os iniciados recentemente são das regiões Nordeste e Norte.

As teses sobre o Contestado foram defendidas em universidades das regiões Sul e Sudeste, e apenas uma das quatorze foi produzida no Centro-Oeste.<sup>50</sup> Se essa constatação é um indicativo da concentração da oferta de cursos, também apresenta a relevância que os conflitos agrários tiveram na região na medida em que os programas de pós-graduação aprovaram esses projetos de pesquisa. Em relação ao percurso formativo dos pesquisadores, a tabela a seguir mostra algumas características do trânsito por instituições de ensino do Sul e Sudeste.

---

<sup>49</sup> De acordo com pesquisa realizada na Plataforma Sucupira em fevereiro de 2020.

<sup>50</sup> A tese foi defendida por Eduardo Rizzatti Salomão na Universidade de Brasília. Eduardo cursou o doutorado quando trabalhava no Centro de Documentação do Exército em Brasília/DF.

**Tabela 1 - Autor, instituição formadora, ano da conclusão**

Autor	Instituição formadora / Ano de formação							
	Graduação	Ano	Especialização	Ano	Mestrado	Ano	Doutorado	Ano
Paulo Pinheiro Machado	UFRGS	1982	Não informado	-	UNICAMP	1996	UNICAMP	2001
Márcia Janete Espig	UFRGS	1994 2000	Não informado	-	UFRGS	1998	UFRGS	2008
Rogério Rosa Rodrigues	UDESC	1998	Não informado	-	UFSC	2001	UFRJ	2008
Eloy Tonon	FAFIUV UNIJUÍ	1974 1979	UNICENTRO	1990	UNICENTRO	2000	UFF	2008
Delmir José Valentini	UCPel	1988	F.E SEV. SOMBRA	1991	PUC-RS	1997	PUC-RS	2009
Tarcísio Motta de Carvalho	UFF	1998	Não informado	-	UFF	2002	UFF	2009
Miguel Mundstock Xavier de Carvalho	UFSC	2004	Não informado	-	UFSC	2006	UFSC	2010
Marlon Brandt	UDESC UFSC	2004 2004	Não informado	-	UFSC	2007	UFSC	2012
Alexandre de Oliveira Karsburg	UFSM	2004	Não informado	-	PUC-RS	2007	UFRJ	2012
Eduardo Rizzatti Salomão	FAFIUV	2001	Não informado	-	UnB	2008	UnB	2012
Alexandre Assis Tomporoski	UDESC	2003	Não informado	-	UFSC	2006	UFSC	2013
Luiz Carlos da Silva	UTP	2005	Não informado	-	UFPR	2009	UFPR	2017
Viviani Poyer	UDESC	1996	Não informado	-	UFSC	2000	UFSC	2018
Cristina Dallanora	UFSC	2006	Não informado	-	UFSC	2010	UFSC	2019

**Fonte:** Elaboração do autor conforme as informações prestadas pelos pesquisadores na Plataforma Lattes até 15 de fevereiro de 2020.

De acordo com a tabela, doze dos quatorze autores cursaram pelo menos dois níveis de sua formação na mesma instituição de ensino, destes, cinco a partir da graduação. Não é intenção nesta tese aprofundar o debate sobre como a organização curricular interfere na produção acadêmica. Acredita-se que a orientação que os cursos dão aos discentes, assim como as linhas de pesquisa ofertadas pelos programas, colabora para que as obras tenham um determinado enfoque em detrimento de outros possíveis.<sup>51</sup>

<sup>51</sup> Apenas para ilustrar, o objetivo da pesquisa de Karsburg foi reconstruir a trajetória do italiano Giovanni Maria de Agostini (o primeiro João Maria) no Brasil e em outros países da América em meados do século XIX, para compreender o seu campo de atuação e a relação que estabeleceu com o seu tempo (KARSBURG, 2012, p. 5). Essa seleção, segundo o próprio autor, ocorreu por sugestão da orientadora Profa. Dra. Jacqueline Hermann.

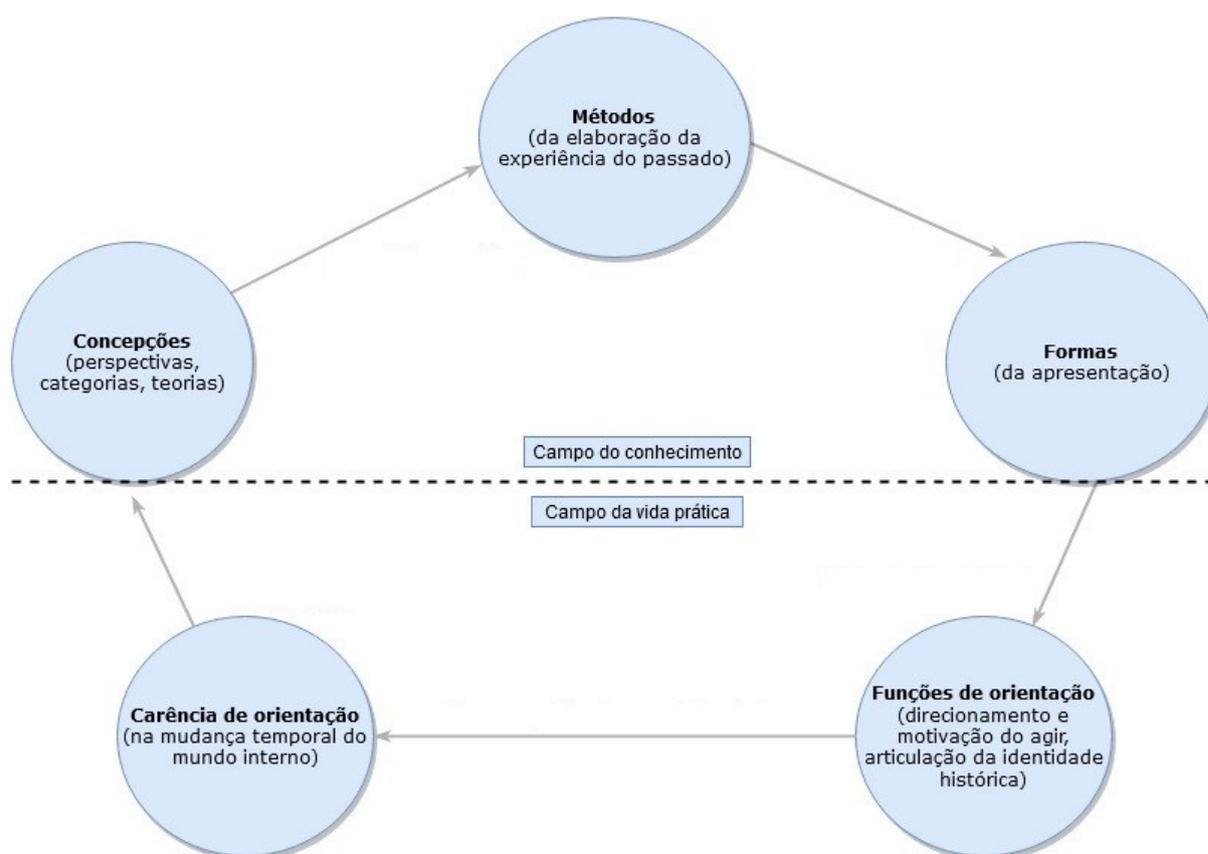
Ao analisar somente as universidades onde os doutorandos defenderam suas teses, observa-se que, em Santa Catarina, ocorreram cinco defesas (todas na Universidade Federal de Santa Catarina); no Rio de Janeiro, quatro; no Rio Grande do Sul, duas; no Distrito Federal, São Paulo e Paraná, uma em cada ente federado. Considerando que, teoricamente, as carências de orientação sobre o Contestado são maiores no território envolvido, surpreendeu o fato de apenas seis trabalhos terem sido produzidos em instituições desses estados. Contudo, ao olhar para a primeira coluna da Tabela 1, relativa às instituições onde os pesquisadores se graduaram, nota-se um quadro diferente. Apenas um dos quatorze pesquisadores formou-se fora da Região Sul, nove graduaram-se em instituições de Santa Catarina ou do Paraná. Isso mostra que os conflitos decorrentes da colonização influenciaram a pesquisa da maioria dos autores, motivando-os a aprofundarem seus conhecimentos em cursos de doutorado, inclusive fora dos estados de origem.

## 2.2 A MATRIZ EPISTEMOLÓGICA DA CIÊNCIA HISTÓRICA

Rüsen (2015) destaca a estreita relação que a vida prática tem com o campo do conhecimento. A História como disciplina atende às demandas cognitivas do cotidiano e vários conceitos utilizados no trabalho historiográfico advêm do senso comum, sendo problematizados durante a investigação científica.

A matriz epistemológica proposta por Rüsen (2015) tem por base cinco fatores de formação do sentido histórico: carência de orientação, concepções, métodos, formas e funções de orientação, conforme a figura abaixo.

**Figura 1 - Matriz do pensamento histórico**



**Fonte:** Elaborado pelo autor, adaptado de Rüsen (2015, p. 73).

O autor alerta para a importância dos vetores em sua singularidade, mas frisa que é a interdependência desses que revela as potencialidades científicas da História. “Cada fator é, individualmente, *necessário*. Sem ele, o pensamento

histórico não poderia ser; mas somente os cinco em conjunto são *suficientes* para a compreensão do que é o pensamento histórico e de como ele funciona enquanto processo cognitivo” (RÜSEN, 2015, p. 74, grifo do autor).

Considerando os pressupostos acima apresentados, pensar sobre a produção historiográfica em torno do Contestado é, inicialmente, problematizar o local de fala desses pesquisadores. Até agora foi demonstrado, através da análise dos dados que constam na Plataforma Sucupira, a data de início e localização dos cursos em História, seja em nível de graduação, seja de pós-graduação, como fator condicionante para publicações sobre o tema. De modo semelhante, procurou-se, a partir das informações fornecidas pelos pesquisadores na Plataforma Lattes, assinalar as instituições que receberam propostas sobre a temática e nas quais os doutorandos obtiveram seus diplomas. Observou-se que alguns eram naturais da região do Contestado, tendo provavelmente interesses pessoais e acadêmicos para desenvolver o projeto. Dessa forma, passa-se a analisar mais detidamente as carências de orientação<sup>52</sup> que os intelectuais perceberam na região.

### 2.3 CARÊNCIAS DE ORIENTAÇÃO

Para estabelecer as “carências de orientação temporal da vida humana prática” dos intelectuais do Contestado, foram identificados, durante a leitura das teses, os objetivos e as justificativas dos autores. Os interesses e motivações dos pesquisadores podem ser classificados em dois grandes grupos: as relações pessoais e as relações acadêmicas com a temática. Parte-se do princípio de que a escolha do tema de pesquisa é algo importante para o estudioso, e que o acompanha ao longo do percurso formativo. Por vezes, a opção ocorre de forma fortuita, a partir da leitura de um livro durante as férias, de uma reportagem na TV, de uma palestra sobre o assunto na instituição onde o profissional exerce suas funções, essas circunstâncias podem muito bem explicar o fascínio pela temática. Entende-se que determinar a tênue linha que divide os dois grupos ou considerá-los como classificações definitivas é uma tarefa improdutiva, pois, além do acaso, muitos outros elementos podem conduzir a disposição para pesquisar determinado

---

<sup>52</sup> Primeiro fator de produção do sentido histórico da matriz epistemológica proposta por Rüsen (2015) para a História Ciência.

evento. A abordagem proposta tem por fonte as teses produzidas pelos autores. Na maioria dessas, é possível inferir a natureza dos interesses e motivações dos pesquisadores, além de depoimentos colhidos via formulário online no primeiro semestre de 2021. Muitas informações também foram retiradas da análise dos currículos Lattes, e outras da participação em seminários, publicações anteriores, atuação político-partidária ou exercício de função, que permitem deduzir sua inserção familiar na região.

Machado e Poyer têm parentesco com pessoas envolvidas na Guerra do Contestado ou nos conflitos agrários posteriores na região. Analisando uma das entrevistas feita pelo pesquisador com Gilberto Kopecki em Irineópolis no dia 26 de fevereiro de 1999, verifica-se o parentesco entre Paulo e Salvador Pinheiro Machado, vulgo Salvador Dente de Ouro, subcomandante do coronel Fabrício Vieira. Este foi responsável pela repressão aos sertanejos insurgentes, sendo acusado de diversos assassinatos pela população local. “Meu parente fora da lei participou como vaqueano a serviço do governo, nos combates do Taquaruçu, Caraguatá, Capão Alto e Santa Maria, sendo citado como bom combatente no Relatório do General Setembrino de Carvalho” (MACHADO, 2001, p. 238). Viviani é bisneta de Luiz Poyer, envolvido em disputas por legitimação de posses na região do atual município de Joaçaba na década de 1920.<sup>53</sup> Até que ponto os vínculos com ascendentes podem motivar a pesquisa acadêmica? Esse é um questionamento, via de regra, de difícil resolução, uma vez que a academia requer um formalismo teórico-metodológico que não se permita identificar claramente a relação parental como força motriz nas investigações. Se se considerar exclusivamente as teses e depoimentos de Machado e Poyer, pode-se inferir que o fato de terem parentes envolvidos nos conflitos por terras é secundário para a realização da pesquisa, visto que não ressaltam a existência desses personagens na produção intelectual e entrevistas. Contudo, acredita-se que esse fator colabora em algum nível para o fascínio pela temática e intenção de prosseguir com a pesquisa.

Dallanora (natural de Joaçaba/SC), Espig (Videira/SC), Brandt (Fraiburgo/SC) Tomporoski (Canoinhas/SC), Tonon e Salomão (União da Vitória/PR) provavelmente tomaram conhecimento da Guerra do Contestado ainda na juventude por residirem no centro e oeste do Paraná e Santa Catarina. Cabe ressaltar que o simples fato de

---

<sup>53</sup> Essa relação de parentesco foi assinalada na obra de Dallanora (2019).

serem da região não é determinante para a escolha do tema. Muitas vezes, mesmo com os apelos do poder público, realização de eventos, divulgação em diferentes mídias, as pessoas não se sensibilizam com a problemática que supostamente constitui a identidade histórica do coletivo a que pertencem. De outro modo, o pesquisador pode ser atraído por uma questão que não se relaciona diretamente com a sua vida prática, por isso investiga outros espaços e tempos históricos. Motta de Carvalho, por exemplo, desenvolve suas atividades no Rio de Janeiro, onde foi vereador do município entre 2016-2020 e 2021-2025, auxiliou na fundação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) em 2005, foi líder sindical em Duque de Caxias e professor na Escola Nacional Florestan Fernandes em 2009. Se suas análises se centrassem apenas em sua atuação profissional, imagina-se que o tema de pesquisa seria relacionado aos problemas enfrentados no Sudeste. Contudo, sua reflexão teórica evidenciou a área contestada por paranaenses e catarinenses no início do século XX. Em entrevista concedida por ele em 23 de março de 2021, o autor afirma que se interessou pela temática ao entrar em contato com obras gerais sobre os conflitos agrários no Brasil.

Achei muito impressionante que a Guerra do Contestado fosse pouco conhecida do público em geral, tivesse tão pouco espaço nos livros didáticos e até mesmo fosse pouco citada nos debates acadêmicos. Considerei que poderia contribuir para a produção do conhecimento histórico sobre o tema e decidi que meu projeto de mestrado (depois também no doutorado) devia ser sobre o Contestado (MOTTA DE CARVALHO, 2021, entrevista).

As experiências extracurriculares de Motta de Carvalho podem ter influenciado na constituição de suas perspectivas históricas. O pesquisador, no percurso formativo de sua vida prática, adotou um referencial teórico ligado ao materialismo histórico, empregando termos como “luta de classes” e “hegemonia” para explicar o processo de desintrusão dos sertanejos das terras consideradas devolutas pelas autoridades estaduais e federais, posteriormente de propriedade da Brazil Railway Company. Segundo Rösen (2015), esses vetores são importantes para compreender a produção do pensamento histórico.

Eu vejo a grande vantagem do esquema no fato de ele permitir reconhecer a ampla dinâmica da relação entre a ciência e a vida prática nos fundamentos da pesquisa histórica [...]. De um lado, todo conhecimento histórico depende do ponto de vista de seus sujeitos no contexto discursivo da cultura histórica de seu tempo. De outro lado, porém, o pensamento histórico está marcado por procedimentos metódicos de garantia de validade, no âmbito de sua formação científica (RÜSEN, 2015, p. 74).

No outro grupo de motivações e interesses, estão as relações acadêmicas com o tema. Machado, Rodrigues, Xavier de Carvalho, Brandt e Salomão, por exemplo, empreenderam a defesa de um campo de investigação histórico. Machado (2001) afirma que os estudos sobre o Contestado se concentravam na figura dos monges e sua atuação na região. O autor utilizou como tendência para a abordagem a História Social. Lembra-se que ele foi o primeiro historiador a defender uma tese concernente especificamente à Guerra do Contestado. Até aquele momento as publicações ocorreram majoritariamente por profissionais de outras áreas, como militares, sociólogos e livres pensadores. Em entrevista concedida pelo autor no primeiro semestre de 2021, Machado afirmou que

não me sentia satisfeito com o tratamento historiográfico predominante com este movimento social. Muitas obras tratavam exclusivamente sob o ponto de vista militar, outras obras mistificavam os impactos da modernidade (como ferrovia, avião) exagerando contrastes (como se os sertanejos fossem matutos ignorantes) (MACHADO, 2021, entrevista).

Rodrigues (2008), por sua vez, aponta as vantagens de estudar o confronto armado a partir das lentes dos militares, especialmente dentro da lógica de modernização do Exército brasileiro. Para isso, procurou suporte na História Militar vista por parcela da historiografia como uma narrativa “factual, laudatória e cronológica”. Xavier de Carvalho (2010) e Brandt (2012), a partir da História Ambiental, procuram destacar as transformações no meio ambiente e como elas impactaram a vida em sociedade, a ocupação e colonização das regiões, além de evidenciar a mata com araucárias como protagonista da trama histórica. Salomão, em entrevista concedida no primeiro semestre de 2021, afirmou a:

necessidade de apreciar o Contestado sob a ótica do reconhecimento da importância de dialogar com as ciências da religião, a qual, é preciso enfatizar, não nega o componente político e social ao conceituar um movimento como religioso, mas nele (no aspecto religioso) reconhece a força e impulso. E sobre isso, é preciso dizer que muitas produções no campo da história social manifestaram desinteresse pelos autores das ciências da religião e da sociologia, limitando a compreensão do fenômeno do Contestado à esfera material como se fosse possível excluir o estudo da religiosidade de todo um conjunto de expressões (2021, entrevista).

Salomão, Tonon, Tomporoski e Espig também explicitaram em suas teses um interesse longo pela temática. Espig (2008), por exemplo, afirma que o assunto despertou seu interesse desde a graduação. Com seu amadurecimento acadêmico e maior experiência em pesquisa, pôde fazer frente aos desafios que consistiam no estudo sobre os “turmeiros”, personagens vistos de “forma deturpada” pela historiografia (ESPIG, 2008). Por fim, uma parte significativa dos intelectuais se referia à ausência de bibliografias que tratassem do assunto para justificar a investigação científica, no caso Machado, Espig, Rodrigues, Motta de Carvalho, Valentini, Silva, Poyer, Karsburg e Salomão.

Considerando a plausibilidade das carências de orientação expostas até este momento referentes aos interesses e motivações dos autores, seja de ordem pessoal, seja de ordem acadêmica, além dos casos fortuitos, é seguro afirmar que o fato de estarem inseridos em um contexto que possibilitasse refletir sobre os desdobramentos da Guerra do Contestado foi importante para a produção intelectual. De outro modo, demonstra a vivacidade do tema. As disputas agrárias e a existência de empresas responsáveis pela exploração da mata nativa e plantações de eucalipto para o beneficiamento com móveis ou celulose em várias cidades da região são indícios da continuidade do processo de monetarização das terras.<sup>54</sup> As estações ferroviárias em áreas centrais de municípios da região do Contestado recordam os litígios fundiários potencializados pela EFSPRG.<sup>55</sup>

As entrevistas realizadas com os historiadores acadêmicos no primeiro semestre de 2021 revelaram parcialmente o que se entende como “casos fortuitos”. Para Karsburg, Motta de Carvalho e Dallanora, o Contestado surge em meio às leituras sobre assuntos diversos como o monge João Maria de Agostini, a questão

---

<sup>54</sup> As empresas Klabin em Lages, Trombini Embalagens em Fraiburgo e Adami S/A Madeiras em Caçador são alguns exemplos de empresas que mantêm suas atividades produtivas voltadas para a exploração da madeira e produção de celulose na região.

<sup>55</sup> Cita-se como exemplo as cidades de Tangará, Videira, Rio das Antas e Caçador no centro-oeste de Santa Catarina.

agrária no Brasil e as disputas fundiárias no município de Cruzeiro, respectivamente. Por vezes, então, o Contestado serve como “ponte” para outro tema de pesquisa como no caso de Karsburg, já em outras ocasiões o Contestado está do outro lado da margem, ou seja, torna-se objeto de interesse principal dos autores, como verificado nos depoimentos de Motta de Carvalho e Dallanora.

A expansão de cursos de História a partir de 2000 contribuiu, até certo ponto, para explicar o acesso tardio de pesquisadores às universidades, bem como o desenvolvimento de seus trabalhos nesses espaços institucionalizados de produção de conhecimento. A elaboração de dissertações e teses sobre o Contestado coincide com o aumento da oferta de cursos de doutorado em História. Contudo, outro ponto deve ser considerado para o aumento do interesse acadêmico em torno da problemática com o descrédito de algumas filosofias da História como o marxismo dogmático, estruturalismo e funcionalismo. No âmbito historiográfico, foi aberto um amplo campo para o debate no qual a História Regional aproveitou para propor algumas questões. Cabe, então, indagar: até que ponto as teses sobre o Contestado são reflexo do fortalecimento da História Regional?

## 2.4 A HISTÓRIA REGIONAL E SUAS TRANSFORMAÇÕES EM MEADOS DO SÉCULO XX

Inicialmente, cabe destacar que a História Regional não tem uma teoria própria, tampouco pode ser considerada uma metodologia específica de estudo da História. Essa é uma opção de recorte espacial do objeto sob a análise que requer alguns cuidados por parte do pesquisador. Segundo Viscardi (1997), a popularização esteve ligada às investigações empreendidas pela Escola dos Annales e, no Brasil, a partir da década de 1970, foi muito utilizada no âmbito da História Agrária. Contudo, para Reichel e Bandieiri, “o reconhecimento da qualificação teórica implicada pela utilização do termo região esteve ausente na historiografia brasileira até a década de 1980” (2011, p. 20). Muitas vezes, as regiões adotadas nas pesquisas foram administrativas.<sup>56</sup> Porém, tomar o termo sem a devida problematização resulta em sua naturalização, ou seja, a História aconteceria na região, mas não teria uma história propriamente dita.

Outro problema enfrentado pela abordagem regional até a década de 1980 foi a crença de que uma história nacional abarcaria, por suas próprias virtudes, as peculiaridades da região, vista como de menor importância. Entretanto, o que se percebeu foi a sobreposição do ideal de nação às abordagens regionais. No Brasil, habitualmente se classificava a história de São Paulo e Rio de Janeiro como a nacional e aquela que os demais estados produziam como narrativas provinciais, sem repercussões em nível de país.

A centralização política vivida durante o Império propiciou o surgimento de uma historiografia cujos eixos definitórios sobre a história do país se vinculavam com os acontecimentos ocorridos na capital política, a cidade do Rio de Janeiro, por um lado, e no novo centro econômico, a cidade de São Paulo, por outro (REICHEL; BANDIERI, 2011, p. 19).<sup>57</sup>

Em meados do século XX, acreditava-se que existia um único caminho para o progresso econômico e social representado pelo imaginário em torno das potências

---

<sup>56</sup> Lembra-se que o conceito original *regio* (em latim) relaciona-se à posse do território e à submissão ao governante.

<sup>57</sup> Algo semelhante foi constatado por Bandieri (2017) em relação à historiografia argentina. Para mais informações, ver CARINI, Gabriel Fernando *et al.* Entrevista a Susana Bandieri: Hacia una historia regional más complejizada: la historia regional como herramienta. *HISTORElo Revisa de Historia Regional y Local*, v. 10, n. 20, p. 320-332, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15446/historelo.v10n20.68946>. Acesso em: 20 mar. 2019.

capitalistas. A região, então, era entendida como um espaço no qual dever-se-ia intervir para desenvolver o país. No âmbito teórico, era um campo de confirmação dos exames das estruturas. Essa interpretação vigorou até a década de 1980, quando houve um deslocamento das discussões envolvendo o assunto. A partir daí começou a ser vista como um espaço marcado por aspectos geográficos e humanos, contendo sua própria história e contradições. Em 1990, com o advento da globalização, havia o receio de que os aspectos da cultura regional se perdessem em meio à atração que os elementos exógenos poderiam causar à população local. A História Regional passou a representar o vínculo do homem com a terra na aparente relação contraditória entre o cidadão do mundo e o cidadão de um lugar específico. De outro modo, com o avanço de novas tecnologias, como a *internet*, a própria noção de espaço (re)começou a ser discutida. Outros temas, como a identidade, fronteiras e tradições, também se tornaram objeto de debate. Destacam-se ainda nesse cenário o surgimento do pós-estruturalismo, a revisão do marxismo, o fortalecimento e a popularização da Micro-História.

Com o amadurecimento das investigações científicas sobre a História Regional, assim como a reflexão teórica e metodológica, alcançaram-se alguns avanços significativos em termos de consolidação desse recorte espacial no Brasil. Pode-se afirmar que a região não estava dada previamente, dependendo mais das relações pessoais do que simplesmente de acidentes geográficos.

[...] a única maneira possível de tornar operativo o conceito de região é construí-lo a partir das interações sociais que a definem no espaço e no tempo, deixando de lado qualquer delimitação que pretenda concebê-la como uma totalidade preexistente, com traços de homogeneidade previamente estabelecidos (REICHEL, BANDIERI, 2011, p. 18).

A História Regional não estava submetida à nacional, e a soma de regiões não correspondia ao país. Essa se interconectava com outros estudos de modo que o evento no âmbito local podia repercutir em nível nacional. Para Carbonari,

la variedad y heterogeneidad de problemáticas muestran que los estudios históricos sobre regiones no se agotan en un modelo único. Hacer historia regional no implica entonces una mirada única. Por el contrario, busca complejizar la perspectiva generalizante y poco diversificada de los modelos estructuralistas (2009, p. 31).

A região não era, portanto, um espaço de comprovação de teorias macrointerpretativas e não se restringia às fronteiras estabelecidas pelos estados nacionais, mas devia ser analisada através da fronteira-zona.<sup>58</sup> Nesse caso, a análise regional servia para complementar os trabalhos acadêmicos realizados sobre o país ou, até mesmo, estabelecer uma nova verdade histórica. A construção de um passado retilíneo e harmonioso sobre a nação, característico da produção historiográfica da segunda metade do século XIX, num contexto de formação e consolidação dos estados nacionais, especialmente na América, revelaria o interesse político por detrás da escrita da História. Contudo, ao debruçar-se sobre a perspectiva regional, percebeu-se que as relações sociais que existiam antes do estabelecimento das fronteiras-linhas entre os países mantiveram-se ao longo do tempo, denotando a anterioridade das regiões em comparação ao Estado-nação.

Tratando-se dos motivos para o aumento das publicações em História Regional, Reckziegel (1999) distingue quatro fatores que auxiliam na explicação:

Em primeiro lugar, podemos nos referir ao esgotamento das *macroabordagens*, das grandes sínteses, até então predominantes, as quais embora necessárias e capazes de apontar parâmetros, mostravam-se claramente insuficientes quando cotejadas com estudos mais particularizados. Em segundo, é lícito mencionar que a instalação e o desenvolvimento dos cursos de pós-graduação em todo o país permitiram, pela primeira vez em algumas regiões, a formação de uma geração de pesquisadores dotada de embasamento científico e comprometida com temas locais (RECKZIEGEL, 1999, p. 16).

Os outros dois argumentos utilizados pela autora dizem respeito às mudanças pelas quais o Estado brasileiro passou nos últimos anos, evidenciando regiões até então pouco conhecidas do restante do país, como o Norte e o Centro-Oeste, assim como as alterações conceituais resultantes das recentes pesquisas sobre o termo. A interpretação de Reckziegel (1999) veio ao encontro das análises sobre as teses produzidas pela historiografia acerca do Contestado. Os dados coletados junto à Plataforma Sucupira demonstraram um aumento dos cursos superiores em História na Região Sul a partir dos anos 2000, possibilitando a formação de um quadro de profissionais com pesquisas teoricamente ligadas às demandas regionais.

---

<sup>58</sup> De acordo com Reichel e Bandieri (2011), quando examinadas as regiões que administrativamente pertencem a dois ou mais países, o conceito de fronteira apresenta um duplo significado. “O primeiro consiste na fronteira-linha, que separa, define territórios; o segundo, o de fronteira-zona, privilegiado pela sociedade platina, que promove intercâmbios e interações econômicas, sociais, políticas e culturais” (REICHEL; BANDIERI, 2011, p. 25).

A consideração acadêmica às possibilidades de interpretação da História Regional na década de 1980 pode ter contribuído para a ampliação dos estudos sobre o Contestado nos anos seguintes a partir das primeiras dissertações e teses em História sobre a região. O amadurecimento do debate acadêmico resultou no aumento do número de pesquisas que consideram oportuno trabalhar com um recorte regional. Por fim, as mudanças sociopolíticas ocorridas no país a partir do governo Lula representam o fortalecimento de uma história a contrapelo, ou seja, aquela que considera como protagonistas da trama histórica os que frequentemente foram invisibilizados: mulheres, homossexuais, indígenas e outros agentes sociais.<sup>59</sup>

## 2.5 BREVE APRESENTAÇÃO DAS TESES SOBRE O CONTESTADO

Nesta seção, pretende-se realizar uma apresentação das quatorze teses sobre o assunto, objeto de estudo do presente trabalho. Foram identificados quatro eixos de abordagens de acordo com os seguintes critérios: temática central, referenciais teórico-metodológicos, principais argumentos utilizados pelos historiadores para explicar o movimento do Contestado, bem como os agentes sociais que protagonizaram cada uma das narrativas. Esses parâmetros auxiliam na interpretação das diferentes representações sobre o Contestado, revelando um movimento social em constante transformação, abarcando interesses distintos como a garantia de acesso às terras, liberdade religiosa, manutenção de antigas práticas ligadas ao modo de vida dos caboclos com o envolvimento de vários sujeitos, e que não se limitou ao período da ocorrência do confronto bélico.

---

<sup>59</sup> Lembra-se que os fatores apresentados até aqui devem ser lidos em seu conjunto: 1) expansão dos cursos superiores em História no Brasil a partir dos anos 2000; 2) amadurecimento e popularização dos debates acadêmicos cujo recorte espacial é a História Regional; 3) mudanças no cenário social e político do país; 4) transformações epistemológicas que envolvem o conceito. Acredita-se que esses elementos contribuíram para a produção de teses sobre o Contestado no início do século XXI.

**Tabela 2 - Teses divididas por eixos**

<b>Eixo 1</b>		<b>Ocupação do território e conflitos sociais</b>	
<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Instituição</b>	<b>Ano</b>
Paulo Pinheiro Machado	Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado	UNICAMP	2001
Márcia Janete Espig	Personagens do Contestado: os turmeiros da estrada de ferro São Paulo–Rio Grande (1908 a 1915)	UFRGS	2008
Delmir José Valentini	Atividades da Brazil Railway Company no sul do Brasil: a instalação da Lumber e a guerra na região do Contestado	PUC-RS	2009
Alexandre Tomporoski Assis	O polvo e seus tentáculos: a Southern Brazil Lumber and Colonization Company e as transformações impingidas ao Planalto Contestado (1910-1940)	UFSC	2013
Cristina Dallanora	Conflitos no ex-Contestado: coronelismo e bandoleirismo numa região de fronteira	UFSC	2019
<b>Eixo 2</b>		<b>Relação homem-natureza</b>	
Miguel Mundstock Xavier de Carvalho	Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970)	UFSC	2010
Marlon Brandt	Uma História Ambiental dos Campos do Planalto de Santa Catarina	UFSC	2012
<b>Eixo 3</b>		<b>Catolicismo popular e suas ressignificações</b>	
Eloy Tonon	Os monges do Contestado: permanências históricas de longa duração das predições e rituais no imaginário coletivo	UFF	2008
Alexandre Karsburg	O eremita do Novo Mundo: a trajetória de um peregrino italiano na América do século XIX	UFRJ	2012
Eduardo Salomão Rizzatti	A Guerra de São Sebastião (1912-1916): um estudo sobre a ressignificação do mito do Rei Encoberto no movimento sociorreligioso do Contestado	UnB	2012
<b>Eixo 4</b>		<b>Relações de poder</b>	
Rogério Rosa Rodrigues	Veredas de um grande sertão: a guerra do Contestado e a modernização do Exército brasileiro	UFRJ	2008
Tarcísio Motta de Carvalho	Coerção e consenso na Primeira República: a Guerra do Contestado (1912-1916)	UFF	2009
Luís Carlos da Silva	Museus do Paraná e Santa Catarina: formas de lembrar e esquecer a guerra sertaneja do Contestado (1912-2012)	UFPR	2017
Viviani Poyer	Fronteiras de uma guerra: imigração, diplomacia e política internacional em meio ao movimento social do Contestado 1907-1918	UFSC	2018

**Fonte:** Elaboração do autor. Catálogo de teses e dissertações da CAPES.

A escolha por distinguir as teses em eixos se deve ao fato de as análises não serem estáticas, uma vez que os autores, distribuídos em diferentes perspectivas,

compartilham entre si percepções correlatas sobre as disputas no planalto de Santa Catarina. Os eixos reúnem teses com temáticas similares, referenciais teóricos comuns, argumentos que privilegiam uma determinada forma de explicação do Contestado, evidenciando características ligadas à ocupação do território e seus conflitos, a relação homem-natureza, o catolicismo popular e suas ressignificações ou as relações de poder, assim como os agentes sociais relacionados à trama histórica – lideranças caboclas, militares, trabalhadores da EFSPRG e da Lumber, empresas ligadas ao Sindicato Farquhar, oligarquias e instituições do Estado. A partir dessa organização, pretende-se que o leitor identifique os diversos enredos elaborados pelos historiadores acadêmicos. Em seguida, serão relacionadas obras que compõem os eixos, os autores, os respectivos objetivos e as justificativas para a produção histórica.

O eixo 1 concerne as teses que tratam da ocupação do território e os conflitos sociais decorrentes desse processo. Machado (2001) analisa as origens e a atuação política dos líderes sertanejos, especialmente na fase final do confronto armado (julho de 1914 a janeiro de 1916). A delimitação temporal proposta se deve à maior importância nesse intervalo de tempo de “lideranças de briga” em detrimento da ascendência das “virgens” e “líderes exclusivamente religiosos” na organização das “cidades santas”. Segundo o autor, dois partidos alternavam-se no poder durante os anos de guerra: o vacilante ou religioso e o guerreiro. Conforme se acirravam os embates com as tropas do governo, os primeiros foram perdendo espaço para os segundos no comando do movimento. Líderes como Eusébio Ferreira dos Santos e Maria Rosa compunham o partido religioso, ao passo que Chiquinho Alonso, Venuto Baiano e Adeodato se destacam no período analisado pelo pesquisador.

Essa opção de recorte temporal pode estar ligada ao fato de, segundo Machado, existir no período em que produzia sua tese uma polarização envolvendo abordagens e entendimentos cujo objeto de estudo era a Guerra do Contestado que priorizava o “estudo sobre os monges”. Nesse cenário, um questionamento interessante foi: até que ponto sua obra – e as produzidas posteriormente seguindo seu referencial teórico – não foram um contraponto a essa literatura que “priorizava o estudo sobre os monges” ou aspectos messiânicos, milenaristas e proféticos?

Espig (2008), por sua vez, problematiza a participação dos operários da EFSPRG no movimento do Contestado. Para ela, a historiografia geralmente aponta esses trabalhadores vindos do centro do país de maneira depreciativa e sugerindo

sua liderança no confronto armado. Contudo, tal compreensão somente é possível tendo por base duas fontes: uma, a matéria no jornal *Diário da Tarde*/PR de 1908; outra, o relatório do general Fernando Setembrino de Carvalho em 1916.<sup>60</sup>

A sua investigação revela que a maioria dos turmeiros que trabalhavam na construção da linha sul da ferrovia (que ligava Ponta Grossa/PR até a divisa com o Rio Grande do Sul) era composta por imigrantes trazidos pela companhia ou vindos das colônias dos estados do Sul, principalmente do Paraná. Após a conclusão das obras, ocorrida de forma paulatina, os operários saíram da região. Portanto, segundo Espig (2008), havia um desconhecimento histórico e acadêmico sobre o tema quando se afirmava a liderança de pessoas oriundas de outros estados do Brasil na Guerra do Contestado.

A tese de Valentini (2009) procura analisar o confronto armado a partir do impacto causado pela inserção de empresas estrangeiras vinculadas ao grupo Farquhar, Brazil Railway Company e Southern Brazil Lumber & Colonization Company na região. Segundo o autor, “são poucos os estudos sobre a atuação da Southern Brazil Lumber & Colonization Company no Brasil e inexistentes no período que abrange as primeiras décadas do século XX” (VALENTINI, 2009, p. 247). O pesquisador destaca que a relevância da pesquisa está na reconstrução da história da empresa Lumber de modo inédito e na relação entre a inserção das companhias estrangeiras e o confronto bélico.

Tomporoski (2013) também investiga o impacto da atuação da Lumber no planalto Contestado. Contudo, seu recorte temporal são os anos de 1910 e 1940, período de intensas transformações em nível nacional e internacional.<sup>61</sup> Anteriormente, quando da confecção de sua dissertação sobre os funcionários da Lumber, o autor demonstra a inquietação com o papel desempenhado pela empresa na região. Em sua tese, procura destacar a influência da madeira nas relações sociais, econômicas, políticas, além da “devastação ambiental perpetrada” no sertão catarinense (2013, p. 28).

Dallanora, por seu turno, analisa os “conflitos sociais e políticos que caracterizam o processo histórico da ocupação da fronteira agrícola de Santa

---

<sup>60</sup> Relatório apresentado ao general de divisão José Caetano de Faria, ministro da Guerra.

<sup>61</sup> Citam-se a ocorrência da Guerra do Contestado, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os problemas decorrentes da crise do capitalismo no fim da década de 1920, a ascensão de regimes autoritários em vários países, além do aumento populacional e a urbanização de inúmeras regiões na América do Sul.

Catarina após o Acordo de Limites de 1916, que estabeleceu as fronteiras desse estado com o Paraná” (2019, p. 8). O recorte temporal adotado é a década de 1920 e seus esforços de interpretação estão centrados, em parte, na região do ex-Contestado, especialmente no meio-oeste catarinense.

Para Dallanora, as disputas no Contestado e as motivações da Guerra continuaram após o Acordo de Limites e foram potencializadas com a intensificação da colonização. A autora chega a essa conclusão examinando as fontes judiciais posteriores ao confronto armado, onde antigas lideranças, como Fabrício das Neves, Antônio Palhano, Fabrício Vieira e Marcelino Ruas, eram partes interessadas. “A hipótese da qual partimos é a de que essas chefias buscavam garantir seu lugar social em meio a profundas transformações políticas e jurídicas que envolveram o processo de colonização desse território” (DALLANORA, 2019, p. 15).

A execução de Fabrício das Neves em 1925 no Irani por ordens de Marcelino Ruas exemplifica a continuidade das rivalidades pessoais advindas do movimento do Contestado. Apesar de ambos os coronéis comporem os batalhões patrióticos responsáveis por combater os levantes vinculados ao tenentismo, tal fato não impede o assassinato. “No inquérito [instaurado para verificar as circunstâncias do crime], Fabrício das Neves foi apontado como o responsável pela morte do coronel paranaense [João Gualberto na Batalha de Banhado Grande no Irani em 1912], como forma de justificar o seu extermínio e dos homens que o acompanhavam” (DALLANORA, 2019, p. 41).

As disputas envolvendo a posse e a regularização das terras intensificam-se com a criação de novas cidades, como Porto União, Mafra, Cruzeiro e Chapecó. Com maior presença do Estado, era necessário um rearranjo entre as lideranças políticas locais a fim de conservar sua influência política.

Conforme observado, as teses de Machado (2001), Espig (2008), Valentini (2009), Tomporoski (2013) e Dallanora (2019) enfatizam o processo de ocupação do território e a influência da ferrovia, das madeireiras e das companhias de colonização, além do papel desempenhado pelas lideranças caboclas na ocorrência de conflitos sociais. De forma geral, os trabalhos também abordam a interferência do Estado na povoação, referem-se aos monges e outros elementos do modo de vida dos caboclos. Contudo, esses argumentos têm uma função secundária na explicação do movimento do Contestado para os autores citados, o que é uma característica própria do eixo de abordagens.

Na segunda perspectiva, “Relação homem-natureza”, encontram-se as obras de Xavier de Carvalho (2010) e Brandt (2012). Ambos os pesquisadores defendem suas teses na UFSC sob a orientação de Eunice Sueli Nodari, e atualmente participam do Laboratório de Migração, Imigração e História Ambiental sediado naquela instituição. A análise de longos períodos de tempo e a preocupação em examinar a interação do homem com a natureza norteiam suas narrativas de modo que a ocupação do território pelo ser humano, segundo os autores, está condicionada às possibilidades ou limitações imposta pelo meio ambiente.

Xavier de Carvalho utiliza como recorte temporal os anos de 1870 a 1970 para tratar “da história da devastação da floresta com araucárias” (2010, p. 11) no Brasil meridional.<sup>62</sup> A importância de sua tese reside no fato de “o que foi produzido até recentemente é número respeitável de trabalhos acadêmicos focados em contextos mais locais e muitas vezes com ênfases acentuadas em apenas aspectos econômicos” (2010, p. 31). Outra crítica empreendida pelo autor é em relação aos trabalhos anteriores sobre as florestas com araucárias por considerá-los voltados apenas para a questão econômica, sem considerar os impactos que a exploração da madeira causava à natureza (redução da biodiversidade, empobrecimento do solo, erosão, deslizamentos). Então, o objetivo era discutir a inevitabilidade do desmatamento das florestas com araucárias para o desenvolvimento econômico do Estado. Nesse sentido, afirma o autor, trata-se de uma história a contrapelo.

Brandt, por sua vez, aborda o processo de transformação da paisagem nos campos do planalto de Santa Catarina entre o século XVIII e a primeira metade do século XX. Serve como marco temporal os anos de 1720, devido à introdução do gado e surgimento das primeiras fazendas de criação, e 1960, pela intensificação da agricultura e introdução da monocultura do *pinus*. Opta por trabalhar com essa temática pela ausência de investigações e porque considera a natureza como importante fator ao estudo histórico. Na maioria das vezes, ela é vista como um suporte para atividades econômicas. Nesse sentido, sua proposta busca evidenciar os vínculos entre o homem e o meio ambiente, destaca a ação de grupos humanos na ocupação da região, manejo do solo e criação de animais, bem como políticas públicas de incentivo à modernização da agricultura.

---

<sup>62</sup> São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Três teses em específico têm como tema central o catolicismo popular e suas ressignificações (eixo 3): Tonon (2008), Karsburg (2012) e Salomão (2012).

O debate proposto por Tonon (2008) trata da permanência no imaginário social, das prédicas dos monges na região onde ocorre o movimento do Contestado. “Além das permanências de crenças, as práticas rituais de batismos, o consumo das águas de fontes ‘ditas sagradas’, o uso de cascas e folhas de árvores próximas às grutas, as rezas e pagamento de promessas” (2008, p, 12).

Prossegue o autor,

o movimento do Contestado, como um acontecimento histórico, há muito tempo despertou minha sedução, as leituras realizadas durante décadas sempre provocaram em mim um encantamento, das várias concepções de mundo dos sujeitos sociais, envoltos no espaço e no tempo, matizando no imaginário, durante várias gerações, fragmentos culturais permanentes (TONON, 2008, p. 11).

Tonon aborda três momentos distintos: o trânsito dos monges João Maria de Agostinho, João Maria de Jesus e José Maria de Santo Agostinho pela região; a Guerra do Contestado; o período posterior ao confronto armado até a contemporaneidade. Em todos esses momentos, o autor procura demonstrar a simetria entre as prédicas e o cotidiano dos sujeitos envolvidos.

Karsburg (2012), em seu estudo sobre João Maria de Agostini, distingue três personagens históricos: o monge italiano Giovanni Maria de Agostini (1844-1852), o monge de ascendência síria Anastás Marcaf, vulgo João Maria de Jesus (1893-1906) e Miguel Lucena de Boaventura, conhecido como José Maria de Santo Agostinho (1916).<sup>63</sup> “Para os pesquisadores, contudo, os indivíduos que se acobertaram sob o pseudônimo do monge ainda estão envoltos em mistérios” (KARSBURG, 2012, p. 12).

Segundo Karsburg, apesar do grande número de publicações sobre os monges, a fé popular tinha por base a existência de apenas dois peregrinos: “São João Maria” e José Maria, além de comporem narrativas que relacionavam os personagens exclusivamente à Guerra do Contestado. Até aquele momento (2012) não havia um estudo detalhado sobre a passagem do primeiro monge pela América.

O objetivo de Karsburg é, então, reconstruir a trajetória do italiano Giovanni Maria de Agostini (o primeiro João Maria) no Brasil e em outros países da América

---

<sup>63</sup> As datas remetem ao período em que esses sujeitos estavam transitando no sul do Brasil.

em meados do século XIX para compreender o seu campo de atuação e a relação que estabeleceu com o seu tempo (KARSBURG, 2012, p. 5).

Giovanni Maria de Agostini nasceu na província de Piemonte, Itália, em 1801.<sup>64</sup> Ele desembarcou em Caracas, Venezuela, em 1838. Entre 1838 e 1843, empreendeu viagem pelos Andes e pela Floresta Amazônica, em percurso que incluía a Venezuela, Colômbia, Equador e Peru antes de adentrar no Brasil.<sup>65</sup>

O primeiro João Maria transitou pelo Brasil entre 1844 e 1852, excetuando um breve período – 1845 a 1846 – em que esteve em Buenos Aires. Na estada na capital argentina, conversou com Juan Manuel de Rosas, então governador da província. Nesse contato, o monge ouviu o pedido para auxiliar na catequização de índios charruas, tribo nômade que habitava a região da fronteira com o Uruguai. Passou por vários países do continente, chegando aos Estados Unidos em 1863. Sua morte ocorreu no ano de 1869 de forma violenta, em circunstâncias não esclarecidas em território estadunidense.

Para Karsburg (2012), João Maria de Agostini e Juan Maria, peregrino do Novo México, são a mesma pessoa. O autor utiliza como subsídios para corroborar a sua argumentação descrições produzidas por diversas autoridades brasileiras em ofícios e relatórios, artigos em jornais e uma fotografia de Juan Maria nos Estados Unidos. A prova objetiva está em uma deficiência física registrada pelo serventuário de Sorocaba no *Livro de registros de estrangeiros*, em 24 de dezembro de 1844, e comprovada na foto. O monge não possuía três dedos da mão esquerda.

Já Salomão (2012) problematiza as relações estabelecidas pelo catolicismo popular, que levou à associação no Brasil entre São Sebastião e Dom Sebastião. A investigação empreendida pelo autor tem por objetivo “estudar a devoção ao mártir católico São Sebastião no Contestado e a relação desta prática religiosa com a crença no retorno do Rei Encoberto Dom Sebastião, desaparecido na batalha de Alcácer-Quibir, em 1578” (2012, p. 5). A tese consiste em identificar o “processo de reelaboração dos símbolos e significados da religiosidade, no Contestado [onde] não mais o Rei Encoberto, mas o mártir católico é quem entrara em cena no comando de um Exército” (SALOMÃO, 2012, p. 5).

---

<sup>64</sup> O período no qual ele viveu na Europa não foi objeto de análise do historiador.

<sup>65</sup> Essas informações foram extraídas dos manuscritos atribuídos a Juan Maria de Agostini (publicados por Charles Wolfe, *New Mexico's Hermit*, em 1925) e as cartas de recomendação e passaportes adquiridos nas viagens do monge pela Europa e América.

Salomão se manifesta dizendo que a Guerra do Contestado, até aquele momento (2012), era pouco estudada fora do Paraná e Santa Catarina (o autor defendeu sua tese na UnB). Além disso, diminuta atenção foi dada pelos pesquisadores que produziram materiais sobre São Sebastião, o mártir católico que emprestou seu nome para o confronto (Guerra de São Sebastião).

Percebe-se, portanto, a multiplicidade de proposições que envolveram a pesquisa doutoral sobre o Contestado no mesmo eixo. Alguns textos, como o de Karsburg (2012), não trabalham especificamente com a região, mas com personagens que representam valores para os habitantes locais.<sup>66</sup> Os ensinamentos dos eremitas, por exemplo, dizem respeito ao dia a dia dos caboclos, fazendo sentido para esses indivíduos. Quando iniciou o confronto armado à crença messiânica no retorno dos monges, assim como dos mortos capitaneados por São Sebastião, forjou uma unidade capaz de resistir os anos de lutas contra o Exército, as polícias estaduais e da companhia estrangeira, além da ação dos vaqueanos.<sup>67</sup>

As teses do eixo 4, “Relações de poder”, abordam a ação dos entes públicos na ocupação do planalto catarinense, bem como os desdobramentos observados durante a Guerra do Contestado e os conflitos do período posterior.

Rodrigues (2008) afirma que muitas pessoas ainda desconheciam a história da Guerra do Contestado. Segundo ele, a maioria dos trabalhos tratava de questões religiosas e tinha um recorte regional. Essas características trazem alguns benefícios para o entendimento do confronto, principalmente acerca do modo de vida dos caboclos. Mas, por vezes, a análise das relações no ambiente político e das crises sociais na Primeira República era comprometida. De outro modo, “sobre a História Militar, quase nada se fez sobre a Guerra do Contestado” (RODRIGUES, 2008, p. 20), por ser considerada, por parte da historiografia, naquele momento, uma narrativa “factual, laudatória e cronológica”.

---

<sup>66</sup> Segundo Rösen (2015), o homem procura sentido para sua existência constantemente. O passar do tempo causa-lhe apreensão de modo que necessita de uma identidade que sirva como teia e responda minimamente à pergunta “quem sou eu”.

<sup>67</sup> Peões, agregados e posseiros a serviço dos coronéis e do Exército brasileiro que localizavam os redutos e combatiam os caboclos insurgentes, muitas vezes com armas cedidas pelo Estado.

O interesse pelo assunto nasceu, em primeiro lugar, da curiosidade pelo modo de vida dos habitantes do interior do país. Em segundo, do questionamento do papel das forças armadas na repressão aos movimentos sociais; também do incômodo de encontrar versões que apresentam a Guerra do Contestado, e tantas outras, como se os militares não existissem enquanto agentes sociais, mas apenas como forças desencarnadas que agem em determinado tempo e lugar (RODRIGUES, 2008, p. 19).

O objetivo do trabalho é analisar o lugar ocupado pela Guerra do Contestado na campanha de modernização militar do Exército. Rodrigues utiliza como recorte temporal os anos de 1912 a 1916, apesar de em vários momentos precisar retroceder ou avançar na delimitação para explicar o aperfeiçoamento e profissionalização do Exército.

Motta de Carvalho, por sua vez, relaciona a Guerra do Contestado a formação do Estado republicano. Segundo ele, no início do século XX havia uma parcela da oligarquia que buscava a hegemonia política e econômica fora do eixo da produção cafeeira, especialmente no Paraná e em Santa Catarina. Seu projeto estava alinhado à lógica capitalista dependente da modernização da agricultura, aumento da produtividade e subordinação dos caboclos.

De acordo com Motta de Carvalho, a Guerra do Contestado foi um episódio que demonstra a inconformidade dos sertanejos com esse propósito, obrigando o Estado, uma vez que não conseguia promover o consenso, a utilizar de violência para garantir o empreendimento capitalista e os interesses da elite local. Nesse sentido, o confronto armado desnaturalizou o processo de introdução do capitalismo, revelando uma situação conflitante, fruto de um processo histórico específico.

Já Silva (2017) objetiva, a partir da análise de acervos de alguns museus municipais e estaduais, identificar possíveis semelhanças e diferenças entre Paraná e Santa Catarina no trato com a memória dos personagens e fatos relacionados à Guerra do Contestado. A importância do estudo reside no silêncio que persiste sobre o tema fora do ambiente acadêmico, e os usos políticos sobre esse silêncio em datas comemorativas, homenagens a personalidades que atuaram no confronto bélico por meio da atribuição de nomes de ruas, praças e cidades.

A impressão, ao ler essa tese, é de que o autor tem duas preocupações que se entrecruzam em alguns momentos (especialmente no terceiro capítulo). A primeira preocupação, e a principal, é sanada respondendo à questão que motivou o trabalho: qual a imagem construída pelos museus da região sobre o Contestado? A outra problemática concerne à ausência nessas instituições da abordagem sobre a

atuação dos governadores paranaenses e catarinenses durante a Guerra do Contestado. Talvez, a dependência que os museus tinham do poder público, assim como outros do país, para se manterem abertos em meio ao sucateamento dos prédios, falta de funcionários e condições precárias da conservação dos acervos responda parcialmente o incômodo demonstrado pelo autor ao longo do texto.

Na investigação de Poyer (2018), a principal preocupação é com a ação dos imigrantes para garantirem seus direitos junto aos órgãos representativos de seus países de origem e as instituições brasileiras no contexto da guerra. De outro modo, como os governos federal e estadual lidaram com essas demandas? A partir do exame de fontes diplomáticas, como os ofícios expedidos entre as embaixadas e o chanceler brasileiro, a autora consegue delinear um protocolo seguido pelas autoridades nos casos que chegavam ao seu conhecimento, como as indenizações requeridas que não eram pagas alegando que os imigrantes estabelecidos na região sabiam que se tratava de uma área em conflito, assumindo o risco pelo seu empreendimento; o pagamento pecuniário para pessoas de origem europeia e seu indeferimento para os nacionais causaria a impressão de que havia preferência pelos primeiros em detrimento dos segundos.

A autora justifica a produção do trabalho por apresentar o imigrante como um sujeito ativo, capaz de acionar os órgãos nacionais e internacionais competentes em busca de soluções para problemas advindos da Guerra do Contestado, como a destruição de propriedades e a morte de familiares.

Com a apresentação dessas teses, procurou-se mostrar, em linhas gerais, a aderência das temáticas aos eixos propostos. Enquanto determinados intelectuais problematizavam os modos de vida dos caboclos, sua religiosidade e aspectos ligados ao messianismo, ao milenarismo e profetismo, outros analisavam as políticas públicas para o Contestado e a ação de empresas estrangeiras na colonização e exploração comercial do território. Já os interesses e motivações explícitos nas obras dizem respeito aos vínculos familiares, às experiências extracurriculares, à defesa de um campo de investigação histórico, ao fascínio longo pela temática e à ausência de bibliografias que tratam do assunto.

Ao refletir sobre as carências de orientações que provocaram as investigações científicas acerca do Contestado, observa-se que a maioria dos profissionais cursou pelo menos um nível de seu itinerário formativo no Paraná ou Santa Catarina. Além disso, o ingresso tardio da História acadêmica no debate sobre

os conflitos agrários na região ocorre, em parte, em razão da concentração da oferta dos cursos de doutorado no Sudeste. A criação e ampliação do número de cursos em outros estados possibilitou que trabalhos desenvolvidos até então distantes das instituições de ensino superior pudessem ser problematizados nos novos programas de pós-graduação. Ainda, o uso do recorte regional em análises históricas também contribuiu para o aumento quantitativo de trabalhos que abordaram movimentos sociais como o Contestado e suas interações com o contexto nacional e internacional. As teses sobre o assunto são elaboradas na conjuntura social e política descrita anteriormente.

Os eixos “ocupação do território e conflitos sociais”, “relação homem-natureza”, “catolicismo popular e suas ressignificações” e “relações de poder”, bem como os agentes abordados pelos autores, as “lideranças caboclas”, “militares”, “trabalhadores da EFSPRG e da Lumber”, “empresas do Sindicato Farquhar”, “oligarquias e instituições do Estado” demonstram a complexidade do processo histórico e a vivacidade do movimento social. As inquietações dos autores são compatíveis com as perspectivas apresentadas neste capítulo, revelando aspectos de seus percursos formativos, opções teórico-metodológicas e seus respectivos campos de experiência. Além disso, ao demonstrar as formas pelas quais os intelectuais se aproximaram da temática e os desafios para a institucionalização das pesquisas nos PPGHs, identificou-se motivações e orientações que estão presentes no campo do conhecimento histórico sobre o assunto.

Por fim, cabe salientar que a estratégia cognitiva da produção do saber é considerada pelos historiadores acadêmicos no processo investigativo,<sup>68</sup> visto que esses fatores garantem a plausibilidade das reflexões alcançadas na pesquisa, além de permitir a crítica historiográfica. Nesse sentido, o próximo capítulo abordará as perspectivas orientadoras sobre o passado e como foram utilizadas pelos intelectuais do Contestado.

---

<sup>68</sup> Algo que não necessariamente acontece com historiadores diletantes, por exemplo.

### 3 PERSPECTIVAS ORIENTADORAS SOBRE O PASSADO

O ofício de historiador tem como pressuposto a delimitação do tema, o recorte temporal e espacial de sua investigação, o referencial teórico a ser utilizado, além da tessitura dos vínculos entre os objetos de estudo e a distinção dos elementos fundamentais para explicar o processo histórico dos secundários na narrativa.

O uso dos conceitos na História também tem algumas especificidades se comparadas aos de outras áreas do conhecimento. A primeira é de que o historiador trabalha com duas temporalidades distintas: o tempo do contexto social em que o pesquisador está inserido (de onde emergem suas perguntas) e do processo examinado. Cada um desses períodos tem sua própria linguagem e discurso. Nesse sentido, há uma nítida distinção entre os intelectuais com formação específica dos autores desprovidos de instrução formal nos cursos de História.<sup>69</sup>

Os estudos históricos,<sup>70</sup> assim como outros aspectos e instâncias constitutivas da vida em sociedade, contribuem para a formação de identidades na medida em que problematizam as relações criadas pelo homem com o seu passado. Deve-se, no entanto, considerar que a perspectiva do historiador de modo similar a outros analistas (sociólogos, filósofos, arqueólogos, jornalistas) é sempre parcial, estando circunscrita às possibilidades e limitações que as universidades e a comunidade externa lhes apresentam.<sup>71</sup>

Ao longo do século XX, o imaginário de que a História poderia produzir um conhecimento objetivo e completo sobre o passado foi sistematicamente questionado por teóricos, como Michel de Certeau (2011) e Paul Ricoeur (1994). Rösen (2015) também discorda da viabilidade de compreender o passado em sua totalidade. Para ele, os acontecimentos progressos são examinados através de perspectivas orientadoras, ou seja, a interpretação sobre o passado relaciona-se ao referencial teórico-metodológico adotado pelo pesquisador.<sup>72</sup> Nesse sentido, o

---

<sup>69</sup> Com isso não se pretende afirmar o monopólio em torno da escrita do passado e garanti-lo aos profissionais da área, mas demonstrar que existem diferentes dinâmicas e interesses na produção de representações sobre os acontecimentos pretéritos.

<sup>70</sup> Entendidos como produções acadêmicas nos cursos de História.

<sup>71</sup> Conforme Certeau, “existem as leis do meio [...]. Elas organizam uma ‘polícia’ do trabalho. Não ‘recebido’ pelo grupo, o livro cairá na categoria de ‘vulgarização’ que, considerada com maior ou menor simpatia, não poderia definir um estudo ‘historiográfico’” (2011, p. 56).

<sup>72</sup> Essa afirmação não pode ser confundida com uma interpretação pós-moderna da história na qual há inúmeras versões plausíveis sobre o passado e, por isso, a verificação da autenticidade do fato é impossível, conduzindo algumas vezes ao questionamento sobre sua própria existência. As

objetivo desta seção é problematizar o modo como o Contestado foi examinado pelos historiadores acadêmicos, identificando eixos de abordagens dos conflitos na região e os conceitos que compõe o campo do conhecimento histórico.

O capítulo foi dividido em duas partes: a primeira discute os referenciais teóricos dos pesquisadores, em especial o entendimento que eles têm sobre as motivações do confronto armado, bem como a persistência no tempo de razões que conduziram à Guerra do Contestado. Para operacionalizar essa análise, retoma-se a categorização proposta na Tabela 2 na medida em que reúne as obras com temas e personagens comuns à investigação, empregando argumentos similares para explicar o movimento social; a segunda examina os conceitos recorrentes nas teses e pauta o debate sobre os conflitos na região.<sup>73</sup> Entre os termos utilizados pelos historiadores, encontram-se “sertão”, “coronelismo”, “jaguncismo”, “bandoleirismo”, “violência costumeira”, “modernização” e “ruralismo”. O critério para a seleção desses conceitos reside no fato de que os autores articulam esses termos com o intuito de demonstrar a longevidade e vivacidade do movimento do Contestado.

### 3.1 PERSPECTIVAS ORIENTADORAS SOBRE O PASSADO: EIXOS

Os eixos “ocupação do território e conflitos sociais”, “relação homem-natureza”, “catolicismo popular e suas ressignificações” e “relações de poder”, propostos na Tabela 2, são problematizados nesta seção, tendo em vista os principais argumentos e referenciais teórico-metodológicos empregados pelos historiadores para explicar o Contestado.

Ao constatar que determinado grupo de intelectuais evidenciou um conjunto de características do movimento e as utilizou como mote para as suas discussões, não significa que os demais autores desconsiderem aspectos pertinentes a outras perspectivas. De fato, a articulação entre os argumentos de cunho social, religioso, político e ambiental é recorrente nas obras examinadas. Porém, a frequência com a

---

perspectivas orientadoras, assim como o conhecimento histórico, devem dialogar com a produção já existente e reconhecida pela comunidade científica.

<sup>73</sup> Entende-se que os conceitos, assim como os eixos, podem ser considerados perspectivas orientadoras do passado, visto que são capazes de reunir numa mesma denominação um conjunto de sujeitos, lugares e processos, auxiliando na produção do conhecimento histórico.

qual uma ideia é defendida pelo autor revela sua predisposição para aquela abordagem em específico.

Por meio desses quatro eixos de análise, os intelectuais procuram demonstrar a complexidade do evento, assim como a persistência ao longo do tempo das motivações para o confronto armado. A partir do estudo dos referenciais teóricos, os pesquisadores aprofundam as discussões sobre o tema, o recorte espacial e temporal, assim como a percepção acerca da denominação a ser utilizada quando se referem aos acontecimentos percebidos na zona conflagrada, a Guerra ou o movimento do Contestado.

### **3.1.1 Ocupação do território e conflitos sociais**

Os historiadores acadêmicos do Contestado que enfatizaram em suas abordagens o aumento dos conflitos sociais no início do século XX, foram Machado (2001), Espig (2008), Valentini (2009), Tomporoski (2013) e Dallanora (2019). Nessas teses, observa-se a articulação de elementos referentes ao ingresso das empresas do grupo Farquhar na região e as mudanças no modo de vida dos caboclos. Essas mudanças foram rápidas e significativas, de forma que, para os autores, conduziram à eclosão do confronto armado. O messianismo e a questão de limites entre Paraná e Santa Catarina foram vistos pelos intelectuais como argumentos complementares à interpretação do evento. Paulo Pinheiro Machado, por exemplo, busca demonstrar que o caráter messiânico-milenarista do movimento não se reduz apenas a isso. Segundo ele,

[...] os sertanejos acabaram demonstrando, tanto por discursos como por atos, que desenvolveram uma nítida consciência das condições sociais e políticas de sua marginalização, de que se tratava de uma guerra entre ricos e pobres, que lutavam contra o governo que defendia os interesses dos endinheirados, dos “Coronéis” e dos estrangeiros (2001, p. 5-6).

Portanto, as preocupações dos sertanejos, segundo Machado (2001), estavam relacionadas às questões práticas de seu cotidiano, como o processo de expulsão das terras ocupadas por eles, as lutas contra o poder dos coronéis e as desigualdades sociais. Para o historiador, o apelo messiânico é intensificado pelas transformações presenciadas pelos sujeitos envolvidos no evento.

Na tentativa de explicar o messianismo, o pesquisador rechaça a ideia de que o fenômeno é possível devido ao isolamento da população serrana, uma vez que o planalto catarinense era o caminho dos tropeiros que saíam do Rio Grande do Sul e comercializavam com o centro do país. “É importante ressaltar que, durante quase todo o desenrolar do conflito, a maior parte da população ‘pelada’ ou simpática ao movimento rebelde não chegou a viver nos redutos e estava vivendo dispersa no planalto” (MACHADO, 2001, p. 17). Para corroborar sua argumentação, afirma:

A população do planalto não vivia em isolamento num sertão distante, estava ligada por laços de trabalho, parentesco e solidariedade a outras comunidades mais distantes, e era frequentemente informada dos últimos eventos políticos das províncias vizinhas. Muitas famílias se espalharam estrategicamente por várias localidades para possuir pontos de apoio, pouso, descanso e retaguarda para a complexa atividade do tropeirismo. Um tropeiro deveria possuir, em qualquer localidade que chegasse, cavalos para troca, um prato de comida e uma cama para repouso (2001, p. 70-71).

Considerando a obra de Maria Isaura Pereira de Queiroz, Machado (2001) analisa e refuta a ideia de que a Guerra do Contestado tenha ocorrido por uma disputa entre parentelas<sup>74</sup> ligadas aos coronéis Francisco de Albuquerque e Henriquinho de Almeida, em Curitiba. Para o autor, os caboclos envolvidos no confronto buscavam uma alternativa para a política que lhes era apresentada, questionando o processo de desintrusão, a violência praticada pelo corpo de segurança da Brazil Railway Company e da Lumber e as arbitrariedades cometidas pelas autoridades locais.

Quando examina o perfil social das lideranças do Contestado, Machado (2001) procura distinguir seu ponto de vista do adotado por Pereira de Queiroz.

Evidentemente, mesmo uma insurgência social dos “de baixo” pode contar com a participação e liderança de indivíduos provenientes da classe dominante, sem que este fato modifique a natureza originária do movimento. O que pretendo, neste momento, é demonstrar as informações que servem de argumento contra a tese de Maria Isaura P. de Queiroz, que afirma que o movimento do Contestado foi uma “luta entre parentelas” chefiadas por diferentes Coronéis (MACHADO, 2001, p. 228-229).

Outro ponto abordado por Machado (2001) é a questão dos limites entre Paraná e Santa Catarina. Para ele, os autores que analisaram a “Guerra Sertaneja do Contestado” costumavam relegar em segundo plano as disputas judiciais entre os

---

<sup>74</sup> A parentela consiste em um grupo heterogêneo de pessoas subordinadas a um coronel.

estados, no entanto, a incerteza da jurisdição da área marca o processo de ocupação do território e as experiências da população local, contribuindo para os conflitos agrários na região. O estabelecimento de vilas e a posterior emancipação são estratégias utilizadas tanto pelo governo paranaense quanto catarinense para justificar o pleito relativo às fronteiras estaduais no Supremo Tribunal Federal (STF). Nesse contexto, é comum a intervenção das autoridades em território que pretensamente não tinham alçada.<sup>75</sup>

Os turmeiros da EFSPRG são os protagonistas da obra de Márcia Janete Espig. A autora avalia a participação desses trabalhadores no movimento do Contestado. Para ela, os operários da ferrovia, apesar de frequentemente citados, não eram objeto de reflexão mais atenta dos pesquisadores. Em vários textos, eles são abordados em notas de rodapé.

Espig (2008) realiza uma análise da historiografia sobre o Contestado desde o relato dos militares, passando por textos de historiadores diletantes, até as recentes produções acadêmicas sobre o confronto. Para ela, o texto-base para várias obras posteriores é o relatório produzido por Setembrino de Carvalho.<sup>76</sup> Nesse documento, a origem dos trabalhadores da estrada de ferro é apontada como o Rio de Janeiro e Pernambuco. A autora demonstra como ao longo do tempo outros locais são incorporados a essa lista, sem, contudo, haver a citação das fontes. A quantidade de trabalhadores também variou, passando de dez mil para o número aproximado de quatro a oito mil, novamente sem referenciar o material de consulta. O que se manteve ao longo da produção historiográfica é a representação da violência perpetrada por esses indivíduos.

No que se refere aos operários do trecho catarinense da EFSPRG, Machado (2001) afirma que a maioria advinha da região contestada, exceto os trabalhadores

---

<sup>75</sup> Machado (2001) trouxe o exemplo de Policarpo Gomes de Oliveira, comerciante que ajuizou uma ação de protesto no Fórum de São Bento do Sul em 1893, requerendo uma indenização do governo paranaense pela apreensão, por parte da polícia do Paraná, do vapor “Minuano” e dois chatos de madeira de sua propriedade em jurisdição de Santa Catarina. Tais conflitos eram utilizados em discursos de parlamentares de ambos os estados no intuito de pressionar o Poder Judiciário para a resolução dessa questão. Pode-se citar também, como exemplo, a ocorrência de “uma espécie de guerra fiscal entre os estados pela erva-mate. O estado de Santa Catarina sempre tributou à menor a erva paranaense para exportar pelo seu Porto de São Francisco” (MACHADO, 2001, p. 114), enquanto o Paraná aumentava a fiscalização nas regiões de Canoinhas e São Bento do Sul.

<sup>76</sup> Fernando Setembrino de Carvalho (1861-1947) foi o general responsável por comandar a repressão dos caboclos insurgentes do Contestado entre 1914 e 1915. A estratégia adotada de promover o cerco aos redutos, impedindo a circulação de armamentos, mantimentos e pessoas, além de alianças com líderes locais, é considerada por Rodrigues (2008) como fator relevante para o desfecho do confronto armado.

especializados que acompanhavam o desenvolvimento das obras no Paraná e no Rio Grande do Sul. “É possível que o General Setembrino tenha carregado na proporção da participação destes indivíduos estranhos à região, para justificar uma campanha tão difícil e custosa contra os ‘ignorantes caboclos do Contestado’” (MACHADO, 2001, p. 136-137). Não há indícios, para o autor, de nenhum operário da ferrovia ter vindo de outra região do país e liderado o movimento rebelde.

Foi possível descartar a informação, levantada por diversos autores, de que boa parte dos trabalhadores que construíram a linha de ferro eram indivíduos (desempregados e criminosos) enviados de outras regiões do país. Pelo contrário, os dados disponíveis apontam para o emprego maciço de habitantes da região entre os turmeiros e não há, entre as lideranças rebeldes, pessoas que tenham sido deportadas de outras regiões para trabalhar nestas obras (MACHADO, 2001, p. 338-339).<sup>77</sup>

Machado (2001) e Espig (2008), ao afirmarem que os líderes caboclos eram naturais da região, ressaltam que os problemas que motivaram a Guerra do Contestado eram intrínsecos às relações socioeconômicas do planalto catarinense. Nesse sentido, as causas do confronto armado não estavam circunscritas no período imediatamente anterior à batalha de Banhado Grande e à morte de José Maria em 1912, mas se inseriam em disputas antigas que envolviam a dependência desses trabalhadores em relação aos coronéis, as desigualdades sociais e a violência costumeira.

Os problemas decorrentes da construção da EFSPRG são perceptíveis especialmente em núcleos populacionais anteriormente pouco habitados. Espig (2008) cita como exemplo o município de Ponta Grossa/PR, onde houve o aumento de ocorrências policiais envolvendo a perturbação da ordem pública, com brigas, assassinatos, invasão de propriedade privada e circulação de dinheiro falso, atribuída às pessoas vindas “de fora” por causa da ferrovia.

Entretanto, a autora destaca que a violência na região não surgiu com a EFSPRG, mas se intensificou. O fluxo de pessoas para trabalharem nas obras aumentou as brigas e mortes, tanto entre operários e o corpo de segurança da empresa privada quanto em decorrência dos conflitos envolvendo indígenas e colonizadores registrados, principalmente até 1908.

A Southern Brazil Lumber & Colonization Company também é analisada pelos historiadores acadêmicos. Delmir José Valentini ressaltou, em sua tese, a

---

<sup>77</sup> Este é um dos pontos de convergência entre as obras de Machado e Espig.

grandiosidade da Lumber no intuito de corroborar o argumento central de seu trabalho, ou seja, a empresa pertencente ao Sindicato Farquhar altera sensivelmente as condições ambientais, políticas, sociais e econômicas da região, impulsionando a Guerra do Contestado. “Em novembro de 1911, foi instalada a maior serraria da América do Sul em plena floresta ombrófila mista” (VALENTINI, 2009, p. 19). Prossegue o autor,

nesse sentido a Southern Brazil Lumber & Colonization Company constituiu-se no maior complexo madeireiro do mundo, pois também abrangia outras propriedades e estabelecimentos menores como Valões, São Roque (Calmon) e serrarias do Estado do Paraná (2009, p. 137).

Segundo Valentini, a Guerra do Contestado foi motivada por uma crise social principiada pela inserção das companhias estrangeiras na região que alterou as condições de vida dos caboclos, conduzindo-os à marginalização.

[...] a Ferrovia São Paulo-Rio Grande carregou em seu bojo a exploração comercial da madeira, a colonização e a institucionalização da propriedade privada, fatores esses decisivos na deflagração da crise que submeteu o sertanejo à progressiva marginalização. Esta foi, pois, a principal causa da eclosão do maior conflito social brasileiro da República Velha, denominado Guerra do Contestado (VALENTINI, 2009, p. 202).

Os ataques posteriores à empresa – estações de trem, serrarias e colônia de imigrantes – demonstram que os sertanejos a tinham como inimiga a ser combatida. Entre 5 e 6 de setembro de 1914, ocorreu o incêndio de uma das serrarias da Lumber na Fazenda São Roque, em Calmon, a investida contra as estações ferroviárias da EFSPRG em São João dos Pobres e Calmon, além da morte do capitão do Exército João Teixeira Matos da Costa. “[...] No dia 29 de setembro, os sertanejos atacaram a grande serraria da Southern Brazil Lumber & Colonization Company, de Três Barras, porém lá foram repelidos pelo grupo particular de segurança da própria companhia” (VALENTINI, 2009, p. 221). Em 2 de novembro, aconteceu a ofensiva contra a colônia de Rio das Antas, onde acabaram morrendo sete rebeldes, entre eles Chiquinho Alonso, liderança cabocla. Alexandre de Assis Tomporoski também analisou a madeireira, e enfatiza as formas de resistência dos empregados em relação à exaustiva jornada de trabalho e às disputas judiciais envolvendo o pagamento de indenizações por acidentes de trabalho.

O autor afirma que fazia parte do modo de vida dos sertanejos participar de festas comunitárias, desempenhar práticas de solidariedade, como puxirões entre os moradores dos “bairros rurais”, além do que:

não era incomum que o sertanejo, ao menos uma vez na vida, realizasse uma viagem mais longa, uma espécie de “aventura”, ou para averiguar possíveis áreas de terra em melhores condições de exploração, ou para conseguir melhores preços para seus produtos. De qualquer maneira, esses indivíduos não viviam em isolamento, pelo contrário, a circulação pelas regiões próximas para a venda ou troca dos produtos do campo por outras mercadorias era parte importante da suplementação da subsistência. Entrevista Gregório Rocha, 84 anos. Taquarizal. Canoinhas - SC (TOMPOROSKI, 2013, p. 58-59).

Em relação às festas em honra dos santos, é importante destacar que não eram regulamentadas pela Igreja Católica. As lideranças do próprio bairro rural é que as organizavam. Esses foram momentos de reafirmar a influência do “festeiro” entre vizinhos, conhecidos e familiares, que se deslocavam, inclusive, de outras localidades para prestigiar os festejos.

A organização das festas era entregue a pessoas de destaque de cada bairro rural, as quais patrocinavam ou reuniam recursos para cobrir os gastos com alimentação e bebida. Ser o “festeiro” trazia distinção social e exigia do titular da função esforço para tornar a festa um evento de sucesso, o que amplificaria sua fama e prestígio (TOMPOROSKI, 2013, p. 83).

Algumas lideranças que organizavam as festividades comunitárias, como Eusébio Ferreira dos Santos e Manoel Alves de Assumpção Rocha, de São Sebastião da Boa Vista ou Perdizes, e Francisco Paes de Farias e Praxedes Gomes Damasceno, de Taquaruçu, atuaram na Guerra do Contestado. A participação deles está tradicionalmente associada à formação do segundo Taquaruçu e vigília pelo retorno de José Maria, São João Maria, e o Exército Encantado de São Sebastião.

Essas práticas sociais que constituíam o modo de vida dos caboclos passaram a ser limitadas pela rotina de trabalho nas madeireiras. Os operários da Lumber, por exemplo, tinham uma jornada exaustiva, com duração aproximada de dez horas diárias. O tempo destinado à interação social tornou-se escasso.

Assim como outros autores, Tomporoski (2013) reflete sobre a Guerra do Contestado. Para ele, esse confronto foi uma parte do processo de espoliação dos recursos mínimos para a sobrevivência do sertanejo empreendido pelas companhias

estrangeiras, com o apoio de autoridades públicas em nível nacional, estadual e municipal.

A atuação das empresas estrangeiras em toda a região do Contestado e, especificamente, da Lumber Company no planalto contestado, foi um elemento peremptório para a eclosão do conflito, através do qual a população local reivindicou seus direitos e demonstrou claramente contra quem e o que estava lutando: os estrangeiros, o capital, as autoridades constituídas, ou seja, os membros das classes dominantes, explicitando assim a profunda racionalidade do movimento, que não representou uma odisseia de “fanáticos” ou “jagunços”, e sim a luta de pessoas pobres por aquilo que consideravam justo e seu por direito (TOMPOROSKI, 2013, p. 187).

Além dos constantes conflitos apontados por Machado (2001) e Espig (2008) envolvendo a posse das terras, as desigualdades sociais e as relações de dependência dos caboclos com os coronéis, o ingresso de elementos exógenos na região desempenharam influência significativa na eclosão do confronto armado. O capitalismo, representado pela EFSPRG e pela Lumber, acentuou as disputas existentes, provocando uma crise nas relações estabelecidas no planalto catarinense que não podia ser mediada pelos chefes políticos locais.

Tomporoski (2013) destaca o caráter social da revolta motivada pela inserção das companhias estrangeiras, conclusão que também Valentini (2009) chegou, e pela nova configuração de forças entre coronéis e seus agregados. O autor chama o confronto bélico de “movimento sertanejo do Contestado” e destaca as inúmeras motivações que levaram uma parcela da população a pegar em armas contra as forças oficiais e particulares arregimentadas pelos coronéis. Os caboclos insurgentes foram apresentados como agentes de suas próprias histórias não apenas durante a guerra.

O embate entre os pobres do planalto contestado e o capital estrangeiro, especificamente a Lumber Company, não se restringiu ao período da Guerra do Contestado, mas avançou no tempo e revestiu-se de novas formas e instrumentos, tal como a mobilização de seus trabalhadores contra os excessos praticados pela empresa naquela região [referência às greves operárias de 1917 e 1919] (TOMPOROSKI, 2013, p. 205).

Como visto anteriormente, Cristina Dallanora também avalia a permanência das rivalidades presentes nos tempos da Guerra do Contestado em anos posteriores, como o assassinato de Fabrício das Neves, por exemplo.

De modo geral, pode-se afirmar que os historiadores que compartilham o eixo “ocupação do território e conflitos sociais” têm uma proposta interpretativa que consideram os aspectos culturais compartilhados pelos sertanejos como fatores importantes para a compreensão do movimento do Contestado. A realização de puxirões e festas comunitárias, a violência costumeira ou as relações conflituosas, a prática do compadrio, bem como a crença nos monges são tratadas a partir de um referencial teórico que conciliou a análise estrutural daquela sociedade e a hermenêutica dos sujeitos envolvidos. Para tanto, as obras relativas à História Cultural, produzidas por Burke, serviram como embasamento teórico no exame empreendido pelos intelectuais ao refletirem sobre a ocupação do planalto de Santa Catarina e aos embates decorrentes desse processo. De outro modo, a aproximação com a escola marxista inglesa, especialmente com o pensamento de Hobsbawm e Thompson, revela a preocupação de incluir no debate acadêmico sobre o movimento social tópicos como a identificação dos caboclos com o território e o seu desejo em preservar os rituais e as práticas comunitárias frequentes até então.

Como parcela significativa dos historiadores desse eixo trabalharam com a Micro-História,<sup>78</sup> há um referencial voltado para essa metodologia. Obras de Ginzburg foram recorrentemente citadas, assim como os livros de Levi, Grendi e Revel. Em entrevista realizada no primeiro semestre de 2021, Machado, Espig e Dallanora reafirmaram ter adotado essa metodologia em suas teses.

Ao realizar leituras de autores da micro-história italiana, me identifiquei com várias das discussões que realizavam. Sendo assim, usei muitas das “ferramentas” estudadas por historiadores como Carlo Ginzburg, Giovanni Levi, Jacques Revel, dentre outros. [...] Dito isso, destaco que não considero meu trabalho como puramente “de” micro-história, mas sim um trabalho que utiliza ferramentas micro-históricas para atingir seus resultados, sem abandonar diálogos com a história social e com a história cultural (ESPIG, 2021, entrevista).

Esse posicionamento da pesquisadora frente a utilização da metodologia é compartilhado por Machado, Tomporoski e Dallanora, na medida em que examinam a problemática de forma articulada com a História Social e Cultural.

Apesar dos diferentes objetos de estudo, temporalidades e espaços de análise, percebe-se nos cinco trabalhos que as explicações sobre o movimento do Contestado centram-se nos conflitos agrários. Alguns dos argumentos considerados

---

<sup>78</sup> Machado (2001), Espig (2008), Tomporoski (2013) e Dallanora (2019).

pelos autores dizem respeito às contradições sociais anteriores à inserção do capitalismo na região, a tentativa dos sertanejos em garantir sua subsistência por meio da luta armada, o impacto causado pela construção da EFSPRG sobre a sociedade camponesa e as mudanças das condições de vida dos habitantes locais a partir da vinda das madeiras para a região. O messianismo não foi analisado com maior profundidade pelos historiadores, pois não fazia parte do problema de pesquisa deles. Já a indefinição sobre os limites entre Paraná e Santa Catarina foi percebida como um fator auxiliar para a compreensão dos acontecimentos. Nesse sentido, entende-se que esses intelectuais têm como perspectiva orientadora do passado a ocupação do território e os conflitos decorrentes desse processo.

### **3.1.2 Relações homem-natureza**

As abordagens propostas por Xavier de Carvalho (2010) e Brandt (2012) filiam-se ao campo de investigação da História Ambiental. Este é um recorte teórico-metodológico relativamente recente na historiografia acadêmica, onde problematiza a dinâmica da relação entre o ser humano e o restante da natureza na ocupação de determinado território.<sup>79</sup> Entre os intelectuais que compõem o referencial teórico dos historiadores, estão Worster, Behling, Crosby, Dean, Drummond e Pádua. Para Donald Worster (1991), a História Ambiental possui três conjuntos de questões: o primeiro diz respeito às investigações acerca da natureza propriamente dita, seus aspectos orgânicos e inorgânicos, os ecossistemas e a capacidade de equilíbrio entre as espécies; o segundo corresponde à interação do homem com o meio ambiente através de relações socioeconômicas; o terceiro, às representações produzidas acerca da natureza – mitos, pinturas e valores éticos. Para Worster, há necessidade da ligação entre os estudos materiais (compreendidos no segundo conjunto) e intelectuais (no terceiro conjunto), pois “não se deve deixar que as ideias flutuem num reino etéreo, acima da poeira e do suor do mundo material. Elas devem ser estudadas nas suas relações com os modos de subsistência [...]” (1991, p. 212).

---

<sup>79</sup> No Brasil, assim como nos demais países da América Latina, o debate intensificou-se a partir da década de 1990, quando a própria ecologia foi problematizada em universidades do país. Desde 1992, por exemplo, há na UFSC o Laboratório de Migração, Imigração e História Ambiental, atualmente coordenado por Eunice Nodari e João Klug; desse grupo fazem parte, entre outros pesquisadores, Marlon Brandt e Xavier de Carvalho.

Nesse sentido, observa-se nas teses de Xavier de Carvalho (2010) e Brandt (2012) o empenho em analisar o processo de ocupação do Brasil meridional e do planalto catarinense (em específico), contemplando os três conjuntos de questões propostos por Worster (1991).

Para Xavier de Carvalho (2010), nos últimos dez mil anos, o aumento populacional e o desenvolvimento tecnológico tiveram impactos negativos sobre o meio ambiente. Vastas áreas foram exploradas sem a preocupação de manter a biodiversidade e a sustentabilidade.

O autor retrocede em sua reflexão “ao limite entre as eras Mesozoica e Paleozoica, há 251 milhões de anos atrás” (XAVIER DE CARVALHO, 2010, p. 31) para mostrar as origens e mudanças nas matas com araucárias, antes mesmo da presença do ser humano. O foco, entretanto, é a ação das madeireiras no Brasil meridional e como acentuaram as transformações do meio ambiente.

Segundo Xavier de Carvalho (2010), o marco inicial da devastação das florestas com araucárias foi no final do século XIX, a partir da construção da ferrovia Paranaguá-Curitiba e a estrada da Graciosa, possibilitando, assim, a instalação de serrarias no planalto da capital paranaense. No Rio Grande do Sul, corroborou para a exploração das matas o início da imigração, especialmente em Caxias do Sul. O crescimento populacional e o modelo de colonização – pequenas propriedades – obrigaram os descendentes europeus a migrarem para outras regiões do país, replicando, mas também adaptando suas técnicas de produção.

A partir da conclusão da EFSPRG, as serrarias tornaram-se empreendimentos lucrativos na medida em que não atendiam exclusivamente às demandas locais, mas vendiam as madeiras para grandes centros urbanos. Segundo Xavier de Carvalho (2010), a indústria madeireira tem no sul do Brasil uma importância econômica e política muito grande, em parte porque a araucária não era vista apenas como um empecilho para o avanço da colonização, mas também como uma fonte de lucro. Em comparação com outras regiões, a floresta com araucárias tinha uma “quantidade de madeira utilizável pelas serrarias” superior, inclusive, em relação à Amazônia, lá as árvores que podiam ser exploradas comercialmente estavam muito distantes entre si. Considerava também que a araucária era mais bem aceita pelos mercados consumidores, já que reconheciam sua qualidade. Várias partes da árvore podiam ser aproveitadas, como os nós que serviam para abastecer as caldeiras, até mesmo como peças de decoração.

Ao se referir à Guerra do Contestado, Xavier de Carvalho (2010) afirma que a Lumber teve participação decisiva na ocorrência do confronto armado devido à valorização monetária das terras, a expulsão dos posseiros, a destruição dos ervais nativos, a colocação de trilhos para os vagonetes e o incentivo à colonização.

A Guerra do Contestado [...] foi o resultado de uma crise nas condições materiais da vida dos sertanejos (expulsão das terras e novas formas de trabalho) e de alguns membros da elite e também no que Diacon chamou nas condições “espirituais”, ou seja, na visão de mundo, no que eles percebiam como o que deveria ser a sociedade e as “obrigações” dos patrões (2010, p. 241).

Na tese de Marlon Brandt, o confronto armado é retratado como elemento relevante na ocupação da região. Com base em Vinhas de Queiroz (1966), Brandt afirma que, “em linhas gerais, o movimento do Contestado iniciou-se como um fenômeno religioso de exaltação mística com fortes características messiânicas, o que foi mantido, com maior ou menor intensidade, até os seus momentos finais” (2012, p. 161). No entanto, o autor não nega o caráter fundiário da Guerra.

Brandt (2012) empreende sua análise considerando o tempo da longa duração, assim como Xavier de Carvalho (2010). Seu objetivo é examinar o processo de ocupação do planalto catarinense, bem como a intensificação, no limiar do século XX, do discurso de modernização da agricultura, instrução do homem do campo e melhoramento da infraestrutura. Para o pesquisador, a mudança da paisagem na região ocorre devido aos interesses econômicos de empresas privadas e do Estado brasileiro. Esses se sobrepõem às preocupações ambientais, especialmente quando observada a participação do governo no fomento da agricultura, pecuária e extração de madeira, especificamente ao incentivo do plantio de pinus – árvore originária da América do Norte – em substituição à araucária, que a partir da segunda metade do século XX escasseou.

A perspectiva orientadora sobre o passado implícita no trabalho de Xavier de Carvalho (2010) e Brandt (2012) concerne as relações estabelecidas entre o homem e a natureza, de modo que a última pode impulsionar ou limitar o processo de ocupação humana do território. A presença da floresta de araucárias no planalto catarinense, por exemplo, atrai o interesse dos donos de madeireiras para explorar os recursos naturais disponíveis, objetivando a obtenção de lucros em seus empreendimentos. Da mesma forma, a diminuição do número de árvores na região a

partir de meados do século XX leva à substituição da mata nativa pela de pinus, assim como o melhoramento das pastagens para os rebanhos que visavam potencializar a exploração do solo.

### 3.1.3 Catolicismo popular e suas ressignificações

No eixo “catolicismo popular e suas ressignificações”, são incluídos os trabalhos de Tonon (2008), Salomão (2012) e Karsburg (2012). Observa-se nessas obras a articulação de elementos culturais, como o modo de vida, a religiosidade dos caboclos e a organização social percebida na região.

Eloy Tonon, ao abordar as representações do passado, trata da continuidade da crença nos monges como uma característica dos caboclos no planalto catarinense. A fé no eremita, visto como santo pela população local, se iniciou antes do confronto bélico e se manteve depois do Acordo de Limites. Apesar da constatação manifesta na leitura de Tonon (2008), chama a atenção que ele não adere ao sentido atribuído por outros intelectuais, como Machado (2001), Espig (2008), Poyer (2018) e Dallanora (2019) para o movimento do Contestado.<sup>80</sup> Segundo Tonon (2008), o movimento equivale à Guerra, estando circunscrito aos anos de 1912 a 1916.<sup>81</sup>

Eduardo Rizzatti Salomão, por sua vez, problematiza a recepção das pregações messiânico-milenaristas pelos habitantes locais. Segundo ele, essa apropriação é facilitada pelo contexto vivido no início do século XX. A insegurança jurídica, motivada pelos litígios entre catarinenses e paranaenses, as concessões de áreas para a EFSPRG, a expulsão de caboclos das terras ocupadas por eles há gerações, disputas entre coronéis pela hegemonia local, início do processo de colonização por imigrantes europeus e a exploração da floresta viabilizaram a apropriação do discurso profético.

Para o autor, “a Guerra de S. Sebastião foi desencadeada por um movimento nitidamente religioso” (2012, p. 30), sendo as reivindicações sociais e políticas

---

<sup>80</sup> Para esses autores, o movimento do Contestado é caracterizado pela sua permanência no tempo, estendendo-se do período anterior a guerra até a contemporaneidade.

<sup>81</sup> “O movimento do Contestado foi um movimento social, dotado de característica própria, delimitado entre os anos de 1912 a 1916, ocorreu na região disputada política e judicialmente entre os estados do Paraná e de Santa Catarina [...]” (TONON, 2008, p. 13).

incorporadas posteriormente pela adesão de diferentes grupos, “guiadas ou permeadas por significados e expectativas religiosas” (2012, p. 30). Nota-se, portanto, uma mudança significativa sobre a interpretação do movimento do Contestado se comparado aos autores analisados até o momento. A religiosidade é alçada ao primeiro plano por Salomão (2012).

Para o autor, a religiosidade não pode ser vista como um subproduto da luta de classes, mas como elemento que, muitas vezes, determina as ações dos caboclos insurgentes no campo de batalha. Salomão (2012) empreende, inclusive, uma crítica às análises marxistas representadas pelas obras de Rui Facó – *Cangaceiros e fanáticos: gênese e luta* (1963) – e Renato Mocellin – *Os guerrilheiros do Contestado* (1989).

[...] é de um simplismo prejudicial à compreensão da amplitude da questão afirmar que a Guerra de S. Sebastião foi, essencialmente, embalada pelo antagonismo regional entre pobres e ricos, adotando-se o clichê da luta de classes como única explicação aceitável (SALOMÃO, 2012, p. 173-174).<sup>82</sup>

O pesquisador, ao examinar a organização cabocla e os rituais adotados nos redutos, percebe semelhanças nas festas religiosas, comuns no interior do Brasil, especialmente na região conflagrada. Salomão (2012) afirma que o elogio à Monarquia se relaciona ao ritual que compunha a Festa do Divino – comemorada cinquenta dias após a Páscoa, no dia de Pentecostes –, muito mais do que o desejo da restauração da antiga monarquia brasileira.<sup>83</sup>

As cavalcadas, que antecedem a Festa do Divino e servem para demonstrar as habilidades dos contendores no manuseio de espadas, facões e armas de fogo, também foram mantidas nos redutos.

A ritualização é outro aspecto que remete ao Divino e às festividades em homenagem aos santos do panteão católico. Em Taquaruçu [trata-se do segundo reduto], o cortejo era iniciado pelos cavaleiros e secundado por uma procissão. Essa rotina é semelhante à adotada na encenação das Cavalcadas associada ao Divino: após os duelos entre cristãos e mouros, e a conversão desses últimos, os cavaleiros encabeçam o cortejo que dá início a celebração em louvor ao Espírito Santo (SALOMÃO, 2012, p. 206).

<sup>82</sup> A adoção da terminologia “Guerra de São Sebastião” para referir-se ao confronto armado ocorrido entre 1912 e 1916 no planalto de Santa Catarina demonstra a importância dada pelo autor para questões ligadas à religiosidade durante a beligerância.

<sup>83</sup> A formação de uma corte, por exemplo, era uma prática comum durante a festividade.

A conjuntura social da época, marcada pela consolidação da República como regime adotado pelo governo, as lembranças de movimentos, como o de Canudos, além das disputas locais de poder conduzem a uma interpretação equivocada, mas plausível do que ocorria no sertão catarinense.

Apesar de destacar o caráter “santo” da guerra na ótica dos sertanejos, o autor procura articular a religiosidade com questões sociais na constituição do movimento. Esse cuidado é perceptível em várias passagens do texto, inclusive no título denominando o movimento como “sociorreligioso”.

A posse da terra era uma questão presente nas queixas dos caboclos. Desde seu início, o movimento contou com a adesão de posseiros expulsos durante a colonização das terras marginais aos trilhos da estrada de ferro, ou por força das ocupações promovidas por coronéis ávidos em lucrar com o comércio de madeira e erva-mate (SALOMÃO, 2012, p. 227-228).

Alexandre Karsburg (2012), por sua vez, empenha-se em refazer o percurso do monge Giovanni Maria de Agostini pelos países da América. Apesar de não se referir diretamente ao movimento do Contestado, sua análise é interessante, pois diz respeito a um dos personagens emblemáticos na região: São João Maria.

Uma possível relação a ser estabelecida entre o monge Giovanni Maria e o movimento do Contestado é o fato de que a motivação de várias pesquisas de profissionais das diversas áreas, e mesmo amadores, sobre “São João Maria” ter sido a Guerra do Contestado (KARSBURG, 2012, p. 148). Partindo, portanto, do estudo do confronto armado, os pesquisadores refletem sobre a relevância que a fé nos monges tinha para as pessoas da época e como essa crença messiânica encorajava os combatentes.<sup>84</sup> Karsburg (2012) percebe que o ajuntamento em torno de José Maria em 1912 e outros movimentos<sup>85</sup> com características similares

<sup>84</sup> Entre as obras citadas por Karsburg (2012) que seguem essa orientação estão: CABRAL, Oswaldo R. *João Maria: interpretação da campanha do Contestado*. São Paulo: Nacional, 1960. MONTEIRO, Duglas T. *Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1974. QUEIRÓZ, Maria I. P. de. *La guerre sainte au Brésil: le mouvement messianique du Contestado*. *Boletim*, n. 187, São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1957; QUEIRÓZ, Maria I. P. de. *O messianismo – no Brasil e no mundo*. São Paulo: Dominus – Ed. da Universidade de São Paulo, 1965. QUEIROZ, Maurício V. de. *Messianismo e conflito social (a guerra sertaneja do Contestado: 1912-1916)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

<sup>85</sup> Entre os exemplos citados por Karsburg (2012, p. 380-381) estão: o “Clube do monge santo”, interior de Triunfo/RS (1855); o andarilho da imagem de Nossa Senhora que caminhou pelo Rio Grande do Sul, sendo preso em 1872 na cidade de Rio Pardo; a “seita” de Veríssimo José Maia, nas proximidades de Cachoeira do Sul/RS em 1875; os “Canudinhos de Lages”/SC em 1898; os “monges do Pinheirinho” em Encantado/RS e os “monges barbudos” no atual município de Salto do Jacuí/RS em 1938.

ocorrem como resultado da recepção e ressignificação das palavras de Giovanni Maria de Agostini na sua passagem pelo sul do Brasil.

As abordagens de Tonon (2008), Salomão (2012) e Karsburg (2012) concernem ao universo cultural dos caboclos, tendo como viés as prédicas de João Maria ou, no contexto da Guerra do Contestado, a ressignificação do mito de D. Sebastião.<sup>86</sup> Os aspectos culturais da sociedade campestre são evidenciados pelos autores a partir das representações criadas por esses indivíduos, buscando problematizar a ocorrência do confronto armado, a vinda dos imigrantes, o ingresso das madeireiras e sua repercussão na comunidade local.

Observa-se que as obras de Bourdieu, Burke, Ginzburg e Hobsbawm perpassam as teses reunidas na perspectiva “catolicismo popular e suas ressignificações”, de modo que os historiadores acadêmicos incorporam conceitos como “*habitus*”, “poder simbólico”, “trocas simbólicas” na discussão histórica, além da redução da escala de análise, no caso Tonon (2008) e Karsburg (2012).<sup>87</sup>

Percebem-se as diferenças entre os problemas e abordagens propostas por esses intelectuais e aqueles identificados com as demais perspectivas. Essa distinção é comprovada quando se compara os motivos que conduziram à eclosão da Guerra do Contestado. Enquanto esse grupo de pesquisadores valoriza elementos referentes à religiosidade e à cultura, os outros destacam questões ligadas às relações de poder e aos conflitos agrários decorrentes do processo de ocupação do território pelas empresas do Sindicato Farquhar.

---

<sup>86</sup> Salomão (2012) explanou sobre a crença em São Sebastião, mártir cristão, alvejado por flechas como punição, ordenada por Dioclesiano, imperador romano entre 284 e 305, por professar sua fé e o imaginário em torno do rei de Portugal D. Sebastião, desaparecido na Batalha de Alcácer-Quibir em 1578. As semelhanças entre os homônimos e, especialmente, sua relação com a fé cristã foram difundidas no Brasil e ganharam adeptos pelo interior da colônia. Destacou-se o fato de, na luta contra os franceses e tamoios em 1564, o santo protetor adotado pelos portugueses para a expedição que partiu ao Rio de Janeiro, comandada por Estácio de Sá, ser São Sebastião. Anos depois, em 1634, o padre Antônio Vieira proferiu o Sermão de São Sebastião na igreja com o mesmo nome, em Acupe, na Bahia. Em sua pregação havia o sincretismo entre o rei – que havia desaparecido/encoberto – e o mártir cristão. Segundo o autor, as semelhanças entre os personagens alimentavam o imaginário sebastianista no Brasil.

<sup>87</sup> O referencial teórico utilizado pelos historiadores acadêmicos deste eixo está alinhado à História Cultural, de modo que a religiosidade da população cabocla foi examinada como um aspecto constituinte da cultura daquele grupo social.

### 3.1.4 Relações de poder

Os estudos sobre as relações de poder ganham destaque a partir da reformulação da História Política na década 1970, especialmente com as investigações de Michel Foucault e o advento da Micro-História. Os poderes que permeiam as instituições, como os exércitos, hospitais, manicômios, fábricas, escolas, entre outros espaços, foram problematizados e novos agentes incorporados à investigação histórica, como os doentes, loucos e homossexuais. No Brasil, essas reflexões também provocaram mudanças na forma de produzir o conhecimento histórico impulsionado pelo debate internacional sobre o assunto, mas também pelo aumento dos cursos de pós-graduação.

Considerando os temas, problemas e referenciais teóricos das teses, identificam-se abordagens cuja principal preocupação são as relações de poder. Nas teses de Rodrigues (2008), Motta de Carvalho (2009), Silva (2017) e Poyer (2018) é percebida a articulação de elementos referentes ao poder político do Estado, como os eventos observados durante a Guerra do Contestado ou as representações criadas sobre o confronto *a posteriori*.

Rogério Rosa Rodrigues aborda o projeto de modernização do Exército propalado pelos oficiais em meio à campanha militar do Contestado. Para ele, a região se tornou um laboratório de testes para os armamentos, técnicas de guerra e protocolos adotados pela burocracia estatal. Em oposição à idealização do Exército como entidade moderna e disciplinada, o autor demonstra que as ações no campo de guerra – a violência contra civis, execuções sem julgamento, prática da degola, estupros, furtos etc. – não se compatibilizam com as ambições da alta cúpula das forças armadas. Além disso, observa-se nas “ordens do dia”, instrumento analisado por Rodrigues (2008), o despreparo dos soldados em manusear o armamento e a inexperiência no serviço militar. Há uma diferença significativa entre a propaganda da instituição e os fatos percebidos na repressão aos caboclos no Contestado.

[...] o profissionalismo do exército estava antes presente no discurso dos “jovens turcos” e da Liga de Defesa Nacional do que no cotidiano militar, uma vez que no Exército se repetiam velhas práticas: baixo nível de preparo dos soldados, indisciplina, embriaguez, castigos corporais (RODRIGUES, 2008, p. 403).<sup>88</sup>

---

<sup>88</sup> Esse conjunto de fatores, segundo Rodrigues (2008), afastava os filhos da classe média dos quadros do Exército.

Apesar dessas contradições, cabe destacar que o rápido desfecho dos conflitos no Contestado era de suma importância para as autoridades estaduais e federais. Para a resolução das hostilidades entre os sertanejos, coronéis e empresas do grupo Farquhar, foram arregimentados, segundo Rodrigues (2008), aproximadamente oito mil homens entre civis e militares para combater os “supostos fanáticos no sul do Brasil”. Somente a expedição de Setembrino de Carvalho mobilizou em torno de seis mil soldados – um terço do Exército brasileiro.<sup>89</sup>

Tratando-se do confronto armado, Rodrigues (2008) propõe uma periodização diversa para a Guerra do Contestado<sup>90</sup>, iniciada em setembro de 1914 com a nomeação de Setembrino de Carvalho interinamente como inspetor permanente da 11ª Região Militar sediada em Curitiba e responsável por combater os sertanejos insurgentes. “A partir desse momento, estava iniciada oficialmente a Guerra do Contestado, uma vez que anteriormente para lá só haviam sido enviadas expedições intermitentes” (RODRIGUES, 2008, p. 56-57). A saída de Setembrino de Carvalho, em maio de 1915, representa para o autor o fim da Guerra do Contestado.

Tarcísio Motta de Carvalho, que também analisa o papel do Exército na repressão do movimento do Contestado, tem como objeto de estudo a imposição do projeto ruralista via intervenção armada do Estado na região. Na tentativa de aumentar sua participação na máquina pública, setores da oligarquia paranaense e catarinense pretendiam modernizar e diversificar a agricultura na busca de maiores rendimentos financeiros e da hegemonia política e econômica fora do eixo da produção cafeeira. Em Santa Catarina, o programa foi implementado através da criação de campos de experimentação e escolas agrônomicas,<sup>91</sup> estabelecimento de

---

<sup>89</sup> A região conflagrada, segundo Rodrigues (2008, p. 58), era de aproximadamente vinte e seis mil quilômetros quadrados. Para o autor, não há consenso sobre o número de mortos no conflito; referindo-se a Monteiro (1974), lembrou que este estimou entre três e oito mil.

<sup>90</sup> A periodização usualmente adotada pelos historiadores para a Guerra do Contestado é de 1912 (Batalha de Banhado Grande no Irani) a 1916 (assinatura do Acordo de Limites entre Paraná e Santa Catarina). Rodrigues (2008), por sua vez, propõe como marco temporal para o confronto armado as datas de início e término do comando do general Setembrino de Carvalho.

<sup>91</sup> O ensino agrícola visava instruir o homem do campo e habilitá-lo para aumentar a produtividade do solo. Os imigrantes e os caboclos eram agricultores. No entanto, as escolas concentraram-se próximas ao núcleo de colonização europeia e da capital. A exceção era o Campo de Demonstração/Posto Zootécnico de Lages, local de onde vieram alguns políticos importantes no cenário estadual, como o governador Vidal Ramos.

colônias com imigrantes europeus, empréstimo de máquinas agrícolas e a subordinação dos trabalhadores nacionais ao capital.<sup>92</sup>

Segundo Motta de Carvalho (2009), a Guerra do Contestado demonstra a insatisfação dos caboclos para com esse plano de colonização, obrigando o Estado a utilizar da violência para garantir o empreendimento capitalista e os interesses da elite local. Nesse sentido, o confronto armado desnaturalizou o processo de monetarização da terra, revelando uma situação conflitante, fruto de um processo histórico específico. A guerra “é resultado da expansão capitalista, no sentido da instauração da propriedade privada, da expropriação dos camponeses e da consolidação de um mercado de trabalho” (MOTTA DE CARVALHO, 2009, p. 26).  
Prossegue o historiador,

nesse sentido, entendemos que o messianismo e o milenarismo presentes na Guerra do Contestado não devem ser encarados como causas do conflito, porém como elementos presentes na cultura cabocla a partir das tensões surgidas no enfrentamento das transformações em curso na região no início do século XX (MOTTA DE CARVALHO, 2009, p. 168).

Portanto, os historiadores acadêmicos reunidos no vetor “Relações de poder” não aprofundaram os estudos sobre a influência do messianismo no movimento do Contestado. Os motivos da eclosão da Guerra estão ligados, na obra de Motta de Carvalho (2009), aos interesses políticos das oligarquias locais em obter maior representatividade em nível nacional e consolidar sua posição regionalmente. A crença religiosa é percebida como um recurso para o entendimento e reação dos caboclos às novas configurações de poder decorrentes do ingresso da ferrovia, madeireiras e imigrantes no planalto catarinense.

Na tese de Viviani Poyer, as relações de poder transparecem na análise da atuação das embaixadas e do governo brasileiro durante a Guerra do Contestado. A autora examina os pedidos realizados pelos imigrantes para suas respectivas legações, requerendo a intervenção desse órgão para salvaguardar suas propriedades ou conceder indenizações. De outro modo, também é possível verificar na obra de Poyer (2018) como a ação ou omissão do Estado interferiu em questões pontuais, como os assassinatos cometidos contra a família Antoniewicz.<sup>93</sup> A

---

<sup>92</sup> Entendem-se por trabalhadores nacionais os caboclos, habitantes da região do Contestado.

<sup>93</sup> Provavelmente cometido pelos fabricianos, como ficaram conhecidos os homens sob as ordens do cel. Fabrício Vieira no episódio, defendendo interesses fundiários da família Paula e Souza. O

historiadora demonstrou que a indefinição em relação aos limites entre Paraná e Santa Catarina interveio na solução de assuntos policiais e judiciários. “A viúva [de Mariano Antoniewicz], tendo ficado sem meios de vida, por repetidas vezes tentou apresentar queixas, mas as autoridades locais recusavam recebê-las, declarando não se achar a fazenda sob sua jurisdição” (2018, p. 290).

Outro aspecto revelado por Poyer (2018) e que demonstra as relações de poder na região é a subserviência dos funcionários públicos locais aos interesses dos coronéis. O ministro plenipotenciário russo:

atribuía, ainda, essa negligência e omissão ao medo que as autoridades locais tinham de instaurar um processo contra a gente do coronel Fabrício, uma vez que acusava de participação desses homens, juntamente com familiares de Arthur de Paula, no assassinato de seus entes (POYER, 2018, p. 290-291).

Luís Carlos da Silva aborda o Contestado a partir da análise das políticas públicas de memória relativas aos museus estaduais e municipais no Paraná e em Santa Catarina. Segundo ele, esses estabelecimentos detêm um acervo limitado sobre o confronto armado. “Em relação ao Contestado, estes museus nunca foram os vetores principais de uma valorização cultural e de análise sobre a guerra” (SILVA, 2017, p. 134), muito embora desempenhem um papel importante nas disputas sobre o imaginário do confronto armado. Sua inserção junto à comunidade local, bem como a possibilidade de organizar exposições temáticas permanentes ou temporárias, permite criar representações sobre o assunto.

A noção de poder na obra de Silva (2017) está vinculada às influências que os órgãos públicos e a iniciativa privada têm sobre a conservação do patrimônio cultural por meio da guarda em arquivos e museus ou tombamentos. Desse modo, o planejamento de exposições deve considerar os interesses políticos e econômicos presentes no município, tendo em vista as condições de dependência do museu para com as prefeituras e famílias que auxiliam na sua manutenção. Para o autor, a presença contínua de alguns clãs em instâncias de poder, como o caso da família Ramos, em Lages, e as madeireiras, em Três Barras, explicam, em parte, o desinteresse em realizar exposições que problematizem os conflitos da região.

---

assassinato ocorreu em lugar denominado Anta Gorda, na margem esquerda do rio Iguaçu, em 5 de fevereiro de 1915.

Dessa forma, Silva (2017) procura demonstrar a continuidade dos problemas que conduziram à Guerra do Contestado. Um exemplo disso esteve no endosso dado pelo autor às críticas de Tokarski (2012) durante a sessão alusiva ao centenário do confronto armado na Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

As críticas foram direcionadas tanto às lideranças políticas do passado quanto às atuais. Quem visita uma cidade como Três Barras, por exemplo, enxerga com facilidade o que apontou Tokarski. Uma madeireira multinacional domina a localidade, mas não se percebe sinais de um retorno para o município. Deficiência administrativa associada a um capital que em sua maioria não fica na região. O Contestado ainda hoje parece não ter “virado a página” em relação às madeireiras; há reflorestamentos para fins comerciais em diversas cidades (SILVA, 2017, p. 194).

No estado vizinho, a questão também parece não ter sido resolvida: “o ‘ambiente intelectual’ no Paraná tornou-se arredo ao tema [Guerra do Contestado] após o Acordo de Limites assinado em 1916” (SILVA, 2017, p. 203). As lideranças paranaenses, inclusive Afonso Camargo, governador que assinou o acordo, recorrentemente ao se manifestar sobre o litígio com os catarinenses, demonstrou insatisfação com a perda de território. Muitos acreditavam, apesar das sentenças judiciais em contrário, que as terras contestadas pertenciam por direito ao Paraná, que pioneiramente desbravou o território.<sup>94</sup>

Para Silva (2017), os líderes políticos de ambos os estados, bem como os seus respectivos Institutos Históricos e Geográficos, quando abordavam o confronto armado, centravam-se na questão dos limites e nas disputas judiciais, envolvendo os entes federados. A explicação para essa predileção passa pelo “esquecimento” do próprio sertanejo nos discursos oficiais. O ideário do “Paraná moderno” de meados da década de 1960, por exemplo, destaca a vinda de europeus, sendo agentes responsáveis pelo desenvolvimento e industrialização do estado. A valorização dos imigrantes ensejou a supressão de outros sujeitos que partiram do Rio Grande do Sul e São Paulo para colonizar o oeste paranaense.

Os museus, como instituições responsáveis pela conservação do patrimônio cultural e criação de uma narrativa para os eventos, refletem muitos posicionamentos das autoridades locais. A ausência nesses espaços de memória de exposições sobre a atuação dos governadores de ambos os estados durante o

---

<sup>94</sup> Salienta-se que as decisões judiciais não foram cumpridas, havendo um acordo entre os estados envolvidos, o qual Afonso Camargo afirmou ser a única solução possível naquele contexto.

confronto armado é um indício da permanência de condições sociais e políticas que inviabilizam essa abordagem.<sup>95</sup>

As abordagens propostas pelos historiadores acadêmicos que analisam as relações de poder na região apresentam elementos em comum vinculados à versão atualizada da História Política. O destaque concedido aos aspectos, como o papel do Estado na deflagração do confronto armado, as relações institucionais entre imigrantes e os órgãos representativos de seus países de origem e a longa questão de limites entre Paraná e Santa Catarina são alguns dos argumentos centrais utilizados para explicar o movimento do Contestado. Nas teses analisadas, as relações de poder não se restringem à intervenção do Estado na vida dos caboclos.<sup>96</sup> A interação entre os diferentes agentes sociais pode ser exemplo de forças divergentes em ação no espaço social: soldados e vaqueanos, setores da oligarquia, imigrantes e caboclos, além da constante luta pelo discurso legítimo acerca do movimento social, no caso, os museus. Essas interações podem, por vezes, desenvolver-se dentro de instituições do estado, mas, certamente, não se limitam a apenas essas.

Os referenciais teóricos presentes nas teses pertencentes a esse eixo revelam uma compreensão de poder que não se coaduna necessariamente com a atuação do Estado. Em diversos momentos, os sujeitos foram retratados agindo contra os interesses estatais. A obra de Poyer (2018) é representativa nesse sentido. Como explicar o recurso dos imigrantes às embaixadas de seus países de origem a fim de salvaguardar suas propriedades e requerer indenizações sem considerar a autonomia dessas pessoas em suas tomadas de decisão?

O emprego de autores como Bourdieu e Foucault demonstra preocupação com o poder, enquanto manifestação de forças em constante transformação e não atreladas à hierarquia previamente estabelecida, mas gerando consensos provisórios. Nesse cenário, os referenciais teóricos contendo Thompson e Hobsbawm podem ser percebidos como tendências dos historiadores acadêmicos em considerar a subjetividade como parte integrante da formação de grupos e classes sociais de modo a oferecer motivações para o confronto armado.

---

<sup>95</sup> Ao evidenciarem a continuidade dos conflitos que desencadearam a Guerra, os doutorandos demonstraram que uma análise centrada tão somente no confronto armado é incapaz de explicar o movimento social e a mística construída em seu entorno.

<sup>96</sup> Apesar das decisões tomadas pelas autoridades públicas desempenharem um papel importante na eclosão da Guerra do Contestado, conforme assinalado por Rodrigues (2008) e Motta de Carvalho (2009).

A ligação entre memória e poder expressa com maior ênfase por Silva (2017) é outra problemática abordada pelos historiadores acadêmicos. As obras de Maurice Halbwachs – *A memória coletiva* (2006) –, Jacques Le Goff – *História e memória* (1994) – e Michael Pollak – *Memória, esquecimento, silêncio* (1989) – perpassam as produções historiográficas analisadas nesse eixo, reforçando a preocupação com a memória coletiva e sua relação com a História. Essa referência da memória como fonte de poder é compatível com a incorporação de conceitos, como “capital simbólico” e “poder simbólico”, advindos do pensamento de Bourdieu, além do exame das ramificações do poder no tecido social que não está ligado exclusivamente aos órgãos públicos.

O estudo dos conceitos pelos pesquisadores durante a sua produção historiográfica é prática importante para identificar as perspectivas orientadoras sobre o passado na medida em que reúnem determinados agentes sociais, interesses, circunstâncias e contextos, provocando a reflexão teórica quando do seu uso na explicação do movimento Contestado. Nesse sentido, a próxima seção busca problematizar os termos recorrentes nas teses que auxiliam a compreensão das motivações dos conflitos agrários no sertão catarinense.

### 3.2 PERSPECTIVAS ORIENTADORAS SOBRE O PASSADO: O USO DOS CONCEITOS NA HISTORIOGRAFIA REFERENTE AO CONTESTADO

Após analisar os principais argumentos empregados pelos historiadores acadêmicos para explicar o contexto em que ocorreu o confronto armado<sup>97</sup> e identificar seus referenciais teóricos, interpretados a partir dos eixos apresentados na Tabela 2,<sup>98</sup> examinam-se alguns termos que pautaram o debate relativo ao Contestado. Entre os conceitos presentes nas teses, estão “sertão”, “coronelismo”, “jaguncismo”, “bandoleirismo”, “violência costumeira”, “modernização” e “ruralismo”. Conforme assinalado outrora, o critério para a seleção desses conceitos reside no fato de que os autores articulam esses termos no intuito de demonstrar a persistência no tempo do movimento social, não estando, portanto, suas demandas restritas ao período da Guerra do Contestado.

Esta seção divide-se em três partes: a primeira aborda o sertão como um espaço de disputas entre os agentes sociais: peões, agregados, patrões, autoridades estaduais e federais e as companhias estrangeiras, utilizando o conceito de “campo” proposto por Bourdieu (1989), ou seja, como uma arena onde diferentes interesses, representações e discursos de legitimidade estão em embate, analisam-se as dinâmicas das relações sociais na área contestada; a segunda problematiza as transformações sociais e políticas ocorridas na região no início do século XX, especialmente a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande do Sul, e como essas mudanças foram percebidas pela população local. Através dos conceitos de “jaguncismo”, “bandoleirismo” e “violência costumeira”, busca inserir as reações dos caboclos insurgentes às investidas do Exército brasileiro, polícias estaduais, vaqueanos e o corpo de segurança do Sindicato Farquhar no campo da experiência, segundo a acepção de Koselleck (1979), dos habitantes do Contestado e logo inscrito em um longo período de tempo.

A terceira parte trata do processo de modernização da agricultura e o sertão, este como espaço a ser colonizado por imigrantes europeus, considerados preparados para o trabalho na lavoura e criação de animais, em detrimento dos

---

<sup>97</sup> Cita-se o término do trecho sul da EFSPRG, a inserção de madeiras e núcleos de colonização na região, as mudanças nas relações de poder e as disputas fundiárias decorrentes desse processo, além da crença no retorno dos monges e do Exército encantado de São Sebastião.

<sup>98</sup> “Ocupação do território e conflitos sociais”, “relação homem-natureza”, “catolicismo popular e suas ressignificações” e “relações de poder”.

caboclos, tidos pelas autoridades estaduais e federais como empecilhos para o desenvolvimento da região.

### 3.2.1 O sertão como campo de disputas

Como já analisado anteriormente, a Guerra do Contestado foi motivada pela desigualdade social, mandonismo local e disputas fundiárias constantemente presentes no centro-oeste de Santa Catarina e Paraná no início do século XX (mesmo antes das incursões das companhias estrangeiras). Esse entendimento desvencilha-se da ideia de que a atuação das empresas do grupo Farquhar isoladamente provocou o confronto bélico. No entanto, cabe destacar que o papel desempenhado pela Brazil Railway Company e pela Lumber certamente foi relevante para a ocorrência da Guerra, uma vez que acentuaram as contradições já existentes, assim como trouxeram outros personagens para a trama histórica, como os imigrantes, as estações ferroviárias e as serrarias, aumentando as tensões pela posse das terras. O sertão deve ser visto, então, como um campo de disputas persistentes ao longo do tempo, não circunscrito apenas à Guerra do Contestado.

As concepções sobre o sertão foram apresentadas por vários historiadores acadêmicos, entre eles Espig (2008), Xavier de Carvalho (2010), Brandt (2012) e Karsburg (2012). Os pontos evidenciados foram a baixa densidade demográfica, presença de indígenas e caboclos, além do imaginário da barbárie que acompanhava as menções desse espaço.

Segundo Brandt (2012), o sertão, enquanto terminologia, surgiu no início da colonização do Brasil. Trata-se de uma visão eurocêntrica que desprestigiava outras formas de ocupação territorial que não aquela adotada pelo colonizador. Para Karsburg (2012, p. 408), os sertões meridionais brasileiros eram caracterizados pelos conflitos entre índios e colonos brancos – similar ao *far west* norte-americano.

Quando se trata dos habitantes do sertão, segundo Espig (2008), há na historiografia tradicional<sup>99</sup> uma visão dicotômica, ora como “vilões cruéis”, incivilizados e indolentes, cabendo aos “homens do litoral” civilizá-los, ora estigmatizados de “pobres ignorantes”, numa perspectiva de matriz paternalista.

---

<sup>99</sup> Espig (2008) entende por historiografia tradicional os estudos que não problematizam suficientemente as fontes consultadas, aceitando-as previamente como verdadeiras.

Observa-se, portanto, um impasse, de um lado, o sertanejo humilde e quase pacífico; de outro, o rebelde e sanguinário (ESPIG, 2008, p. 52). A solução encontrada pelas autoridades estatais e pela historiografia tradicional foi conferir a liderança do movimento do Contestado a pessoas de outras regiões. Nessas circunstâncias, os sertanejos foram manipulados por esses líderes.

Machado (2001) utiliza o termo “campesinato” ao se referir aos habitantes do sertão. Eram tanto os trabalhadores nacionais do planalto catarinense quanto os imigrantes que afluíram para a região no final do século XIX. “O campesinato do planalto catarinense era formado, nitidamente, por uma camada de posseiros e sitiantes independentes ao norte e ao centro e de agregados no centro e sul” (MACHADO, 2001, p. 62). O autor prossegue:

No início do século XX, em Curitiba, os vínculos de subordinação entre os fazendeiros e seus peões e agregados não eram tão fortes como em Lages. A própria situação de fronteira, que caracterizava a região, era uma possibilidade aberta ao peão ou agregado em buscar independência no mato (2001, p. 73).

Em virtude dessa relativa autonomia, os conflitos, inclusive judiciais, entre agregados e patrões eram mais comuns em Curitiba do que em Lages, por exemplo. Segundo Machado (2001, p. 73), “esta diferenciação é fundamental e não foi observada por outros pesquisadores que entenderam o poder dos Coronéis do sertão como algo uniforme no planalto catarinense”.

Motta de Carvalho (2009) corrobora com a divisão do planalto catarinense em duas partes: norte e sul. Na metade norte, a principal atividade econômica era a extração de erva-mate; na parte sul, a pecuária extensiva. Nas fazendas, as condições objetivas de vida dos agregados, como moradia e trabalho, dependiam da benevolência dos patrões. Já onde predominavam os ervais havia uma maior autonomia dos trabalhadores.

Os peões, agregados e posseiros que contavam com a “boa vontade” dos chefes locais deveriam pegar em armas sempre que necessário para defender os interesses dos coronéis. Para Machado (2001), o coronelismo dizia respeito ao poder de influência que determinada liderança tinha em nível local. Segundo o autor, a capacidade de reunir um maior número de homens armados num curto intervalo

de tempo e a posse de terras mostrou ser mais importante para os fins pretendidos pelos líderes políticos no Contestado do que ocupar cargos eletivos.<sup>100</sup>

As relações de compadrio estabelecem laços de solidariedade e obediência dos trabalhadores e suas famílias ao empregador, no caso, o coronel.

Pela tradição local, muito semelhante em quase todo o sertão do Brasil, cabia ao padrinho aconselhar e proteger seu afiliado e, a este, obediência e respeito a seu padrinho, que funcionaria como um “segundo pai”. O trabalhador agregado ou morador, pai do menino afiliado era “compadre” de seu patrão, por extensão, também recebia proteção em troca de obediência (MACHADO, 2001, p. 293).

De modo similar a Machado (2001), Tomporoski (2013) afirma que o coronelismo diz respeito à influência que fazendeiros e comerciantes de maior representatividade exerciam sobre a população local. Sua autoridade advinha da posse de uma grande quantidade de terras e o número de pessoas que orbitavam em torno de sua propriedade. “A verdadeira força de um coronel estava assentada na quantidade de homens armados que poderia mobilizar numa determinada situação, fosse para proteger a si ou um aliado, fosse para atacar um adversário” (TOMPOROSKI, 2013, p. 222).

Contudo, Tomporoski (2013) destaca que o coronelismo na Primeira República não equivalia à hegemonia dos coronéis no poder político local. A necessidade de negociar coligações com o Estado através dos governadores e da estrutura dos partidos republicanos demonstrava uma fragilidade desse modelo de governança, especialmente em Santa Catarina, evidenciado quando da inserção das companhias estrangeiras na cena política estadual e a construção da ferrovia na região do Contestado. Ao não assegurar a relação recíproca de proteção e subordinação, os coronéis foram surpreendidos pela sublevação de seus afiliados.

As relações de poder, apesar de perdurarem no tempo, não se manifestam sempre da mesma forma. No início do século XX, por exemplo, com a conclusão da EFSPRG e o ingresso das madeiras na região, ocorreu um rearranjo das configurações de poder para contemplar os novos agentes sociais presentes no Contestado. Os historiadores acadêmicos problematizam esse processo histórico, enfatizando os conflitos ocorridos no sertão.

---

<sup>100</sup> Haja vista que na Primeira República (1889-1930) a condição para se tornar eleitor era ser alfabetizado, e a maioria das pessoas sob a influência dos coronéis era analfabeta.

Outro elemento analisado pelos intelectuais são as agressões e hostilidades cometidas tanto por caboclos rebeldes quanto pelas forças oficiais nos anos de Guerra. Entretanto, circunscrever os assassinatos, depredações e furtos especificamente no contexto da intervenção armada no planalto catarinense não é adequado. A violência costumeira, bem como o bandoleirismo na região, revela que as disputas envolvendo a posse de terras não se restringiam ao confronto armado, mas haviam ramificações no período anterior e desdobramentos posteriores.

### **3.2.2 Jaguncismo, bandoleirismo e violência costumeira**

Outros conceitos que revelam a permanência dos conflitos na região e questionam o imaginário da existência de uma sociedade harmoniosa antes da inserção do capitalismo são o jaguncismo, o bandoleirismo e a violência costumeira. Este último é evidenciado por Espig (2008) quando afirma que a ferrovia não trouxe a violência para a região, mas intensificou o fenômeno social já existente. Tomporoski (2013) também menciona a ocorrência de brigas em festas comunitárias e puxirões antes do advento das madeireiras em Três Barras. Por isso, imputar às pessoas vindas de outras regiões a liderança de um movimento combativo às forças oficiais,<sup>101</sup> considerando os moradores locais como pacíficos, não se sustenta, visto que a violência era uma prática costumeira no Contestado. A ausência do Estado possibilitou que a reparação de morte de parentes, estupros e furtos fosse realizada pela iniciativa da vítima ou de sua família, sendo legitimada por aquela sociedade.

O jaguncismo, por sua vez, vincula-se a uma parcela dos caboclos que lutavam contra o Exército durante a Guerra do Contestado (TONON, 2008). Segundo o autor, eles ganharam esse nome por arrebanhar o gado de antigos aliados políticos ou simpatizantes dos ideais republicanos.

Tonon (2008) parece simpático às causas dos sertanejos organizados em redutos, apresentando-os como espoliados de seus direitos básicos, como a posse da terra. Essa posição política do pesquisador é percebida na tentativa de atribuir aos homens a serviço dos coronéis e das empresas privadas a alcunha de jagunços (conservando o valor negativo desse conceito).

---

<sup>101</sup> Por “forças oficiais” entende-se o Exército brasileiro, o corpo de segurança dos estados do Paraná e Santa Catarina, além dos vaqueanos.

Os vaqueanos eram os *legítimos jagunços*, aterrorizavam a população, assaltavam propriedades de sítiantes, assassinavam sertanejos dispersos, ou presos, estupravam mulheres, sob o manto protetor de seus apaniguados – coronéis, oligarquias, exército e polícia – aos quais prestavam serviços como mercenários (grifo meu) (TONON, 2008, p. 191).

O bandoleirismo, conceito que perpassa a obra de Dallanora (2019), demonstra que a prática de atos violentos não está circunscrita ao período da Guerra, mas a antecede e teve continuidade mesmo após o fim do confronto armado. Depois de realizar uma revisão bibliográfica sobre o termo, buscando um parâmetro de comparação do movimento social percebido no ex-Contestado com o cangaço ocorrido no nordeste do país no início do século XX, a autora sentencia:

O bandoleirismo do oeste catarinense, na década de 1920 [a semelhança do cangaço], era legalizado mediante necessidade do governo; além disso, apresentava-se como uma forma de defesa de interesses pessoais e manutenção do lugar social que esses chefes ocupavam numa sociedade rural, em meio a formação do território de fronteira (2019, p. 109).

Numa perspectiva distinta da apresentada por Tonon (2008), Dallanora (2019) não debate o caráter positivo ou negativo do jaguncismo, mas procura demonstrar os interesses por detrás da ação armada de grupos particulares de segurança. Nessa abordagem, é possível inserir os atos de violência na longa duração, ora legitimados pelo Estado, ora reprimidos por este.

Devido à resistência impingida contra o projeto de colonização e ocupação do território por empresas privadas com o auxílio do Exército brasileiro, os caboclos insurgentes foram vistos como obstáculos para o desenvolvimento da região. As agressões são evidenciadas, em parte, como estratégia adotada pelos sertanejos para garantir a posse da terra para sua subsistência. Se o termo “jaguncismo” limita a desobediência civil à Guerra do Contestado, os conceitos de bandoleirismo e violência costumeira ampliam o horizonte analítico dos historiadores acadêmicos, pois dizem respeito a um fenômeno social que não se restringe ao confronto bélico, mas podiam ser verificados antes e depois desse.

### 3.2.3 Os caboclos como empecilhos para o desenvolvimento da região

Os caboclos eram vistos pelas autoridades públicas como incapazes de promover a modernização da agricultura e o aumento da produtividade no campo. Desse modo, eles deviam ser substituídos por imigrantes europeus familiarizados com métodos modernos de plantio e utilização do solo. O sertão, portanto, despertou uma sensação contraditória e complementar; de um lado, representado como terra de medo, de outro, lugar de oportunidades e desenvolvimento econômico. Segundo Xavier de Carvalho,

[...] essa forma de considerar o sertão distante do civilizado, do desenvolvido, do progresso, do ordenado e racional, é uma forma de torná-lo, em termos de imaginário, mais próximo do selvagem, do rústico, do fora de controle, do caótico, do irracional [...]. O sertão é considerado o lugar da barbárie, da Guerra do Contestado, da ignorância dos sertanejos, mas a transformação do sertão pelo trabalho pela colonização organizada iria garantir a transformação desejada dessa paisagem em um lugar de progresso (2010, p. 214).

Para Motta de Carvalho (2009), antes de os caboclos serem reprimidos pelas forças policiais, foi construído um imaginário acerca desses sujeitos como avessos à modernidade, preguiçosos, indolentes e com métodos agrícolas arcaicos, que seriam naturalmente superados pelo progresso – representado pela EFSPRG. Para Espig (2008), o desenvolvimento da viação férrea foi visto como símbolo do progresso, assim como a colonização por europeus dessas áreas, até aquele momento entendidas como inabitadas e/ou “incivilizadas”. O trem, por conseguinte, proporcionaria o florescimento do comércio e a circulação de pessoas.<sup>102</sup>

Nas serrarias da Lumber, os imigrantes ocupavam funções que supostamente necessitavam do conhecimento técnico do equipamento, ao passo que os nacionais

---

<sup>102</sup> Houve também críticas em alguns periódicos por autoridades, entre essas Demerval Peixoto (segundo-tenente do Exército durante a campanha do Contestado), sobre o modo como a estrada de ferro foi construída. O traçado repleto de curvas, a utilização de materiais superfaturados, assim como a falta de manutenção da via férrea foram alguns dos elementos que demonstravam o interesse da Brazil Railway Company em lucrar mais na construção do que na sua operacionalização posterior, algo evidente, segundo Espig (2008), no balancete de receitas e despesas da empresa. Evitando obras sofisticadas de engenharia, por consequência, mais caras, e aumentando a quilometragem dos trilhos em busca das subvenções e concessões de terras do governo federal, a Brazil Railway Company entregou uma ferrovia com graves problemas logísticos. O percurso não era viável nem ao menos para o deslocamento rápido de tropas, pois as viagens demoravam muito – os trens obtinham velocidade média de vinte a trinta quilômetros por hora – e os acidentes de descarrilamento eram frequentes. Apesar das reportagens que ressaltavam as condições precárias da ferrovia, o discurso que vinculava sua construção ao progresso manteve-se ao longo dos anos.

trabalhavam no corte e deslocamento das árvores para a madeireira. Contudo, assinala Tomporoski:

Tais funções [no interior da serraria] não parecem ter sido ocupadas [pelos imigrantes] devido a uma escolha técnica, pois havia uma quantidade significativa de analfabetos entre os imigrantes que desenvolviam tais atividades. Além disso, muitos eram trabalhadores rurais em seus países de origem, não viviam em áreas urbanas tampouco trabalhavam em fábricas (2013, p. 149).

A preferência por imigrantes tinha como plano de fundo um preconceito étnico por sua origem. De acordo com o discurso do empregador, os estrangeiros estavam mais bem preparados para o trabalho do que os caboclos.

A hipótese levantada por Motta de Carvalho (2009) é de que os sertanejos do planalto norte, pelo seu modo de vida autônomo em relação ao latifúndio, resistiam ao projeto de modernização da agricultura, pois pressupunha disciplina e submissão. Coube ao Estado empregar a força da polícia contra eles a fim de adequarem-se à política ruralista,<sup>103</sup> atenderem aos interesses das oligarquias estaduais e desocuparem as terras para a implantação de colônias com imigrantes europeus.

No decorrer do século XX, intensifica-se a modernização da agricultura e o melhoramento das pastagens. O interior de Santa Catarina, especialmente no planalto e seus campos, era visto pelas autoridades estaduais como “região cujas condições seriam propícias para a produção de alimentos de origem animal ou vegetal, cujo destino seria os grandes centros urbanos” (BRANDT, 2012, p. 198). Prosseguiu o autor,

a região deveria receber o progresso e modernizar a agricultura e a pecuária. Campos experimentais, novas espécies de forrageiras e raças de gado importadas passaram a ser testados e introduzidos, visando à melhoria da produtividade animal e vegetal na região (*idem*).

O historiador aponta a instalação e o funcionamento da Estação Agronômica e Veterinária de Rio dos Cedros (1895), no Vale do Itajaí, como marco inicial das pesquisas, envolvendo a agricultura e a pecuária no estado. Em Lages, ocorreu a criação do campo de demonstração e o Posto Zootécnico em 1905, durante o

---

<sup>103</sup> O ruralismo pode ser entendido como um projeto modernizador e diversificador da agricultura, sendo um contraponto da monocultura cafeeira de São Paulo e Minas Gerais e, por consequência, ao poder concentrado naquela região. Para Motta de Carvalho (2009), o discurso ruralista teve como ponto de partida a constatação de uma crise agrícola, provocada anos antes pela abolição da escravidão e a necessidade de instruir os recém-libertos.

governo de Vidal Ramos, com o objetivo de impulsionar a modernização agropecuária. O posto realizava o melhoramento das matrizes, introdução de novas raças, atendimento veterinário, orientação da população na criação de pastagens, manejo da terra e cuidados para com as pragas. Empreendia ainda experimentações com diversas espécies de forrageiras nativas e exóticas, muitas dessas distribuídas na região. Esse empenho tinha como plano de fundo o domínio do homem sobre a natureza e o melhor aproveitamento da terra.

A partir da análise dos principais argumentos e conceitos empregados pelos historiadores acadêmicos acerca do Contestado, afirma-se que o debate sobre o assunto evidencia a continuidade das questões que outrora motivaram a luta armada. A violência costumeira, o bandoleirismo, as manifestações de fé dos caboclos, a modernização da agricultura e o povoamento do sertão por imigrantes e empresas de colonização, além da longevidade das relações de poder que unia peões e coronéis, como o compadrio, demonstra que o Acordo de Limites não pôs fim às contradições daquela sociedade. De modo semelhante, o exame dos eixos, “ocupação do território e conflitos sociais”, “relação homem-natureza”, “catolicismo popular e suas ressignificações” e “relações de poder” revelam a predominância de menções do “movimento do Contestado” ao invés da “Guerra do Contestado”, corroborando a afirmação anterior. Entender os conflitos ocorridos na região dessa forma, ao invés de circunscrevê-los a um evento em específico, tem duas implicações teórico-metodológicas: a primeira diz respeito ao posicionamento do historiador como analista envolvido no processo histórico, cujos desdobramentos são percebidos na contemporaneidade, ou seja, a vivacidade do movimento estimula a produção histórica sobre a temática, gerando novos questionamentos e abordagens com reflexos na vida cotidiana;<sup>104</sup> a segunda decorre da anterior, ou seja, a produção do conhecimento histórico relaciona-se com o tempo presente,

---

<sup>104</sup> Rodrigues (2019), em entrevista ao *podcast* “Fronteiras no tempo”, afirmou que durante o período em que esteve em Ilhéus/BA (2008-2011), trabalhando como professor de Teoria e Metodologia da História na Universidade Estadual de Santa Cruz, não prosseguiu com suas pesquisas sobre o Contestado uma vez que não havia no ambiente acadêmico local um diálogo acerca do tema. O historiador retomou as investigações sobre o assunto em 2011, quando regressou para Santa Catarina, ministrando aulas na Universidade do Estado de Santa Catarina. Machado (2016) também se referiu à importância que a temática possui na região do confronto armado. Apesar de ter se interessado pelo movimento do Contestado no final da graduação (1981-1982), a partir da leitura do livro *Messianismo e conflito social*, escrito por Maurício Vinhas de Queiroz, somente aprofundou suas reflexões sobre o tópico quando se mudou para Santa Catarina.

inserindo-se no campo de disputas por sentidos que exercem funções de orientação para a coletividade, assim como a política e a religião.

Essa interação entre o conhecimento histórico e o campo de disputas por sentidos é percebido no debate em torno da identidade cabocla no planalto catarinense. Rodrigues (2019) assinala que durante o *Primeiro Congresso Nacional sobre o Contestado*, realizado entre 12 e 15 de julho de 2019, em Caçador, presenciou o relato de uma professora do município de Timbó/SC que falava sobre as dificuldades que os moradores locais tinham para se reconhecerem como caboclos. A derrota do movimento na campanha do Contestado e o ritual de submissão às autoridades civis e militares que se seguiu fizeram com que muitos descendentes vissem os rebeldes como bandidos, ligados a roubos, mortes e outras violências. Mas, segundo Rodrigues (2019), os estudos publicados desde a década de 1950 lançam nova luz sobre os habitantes da região, pois problematizam aspectos da religiosidade, da vida comunitária e da posse da terra. Desse modo, muitos profissionais da educação e associações atualizaram antigas versões sobre os conflitos ocorridos no início do século XX, valorizando elementos formativos da cultura dos sertanejos. As representações depreendidas dessas narrativas concorrem com outras elaboradas em espaços de produção do conhecimento, como igrejas, partidos políticos e meios de comunicação.

Rüsen (2015, p. 62) afirma que, no campo de disputas por atribuições de sentidos para a vida, convivem diferentes pretensões de verdade e critérios de validade, como a verdade científica, a prática, a política, terapêutica, técnica, estratégica, estética, teórica e religiosa. Todas essas, bem como outras não listadas pelo pensador alemão, influenciam na tomada de decisões, nas representações e no imaginário acerca do passado, lugares ou personagens. O que distingue a verdade científica das demais são “os princípios da verificabilidade empírica e coerência teórica” (RÜSEN, 2015, p. 62). Desse modo, o estudo dos métodos utilizados pelos historiadores acadêmicos é indispensável para compreender a constituição e as especificidades do conhecimento histórico sobre o movimento do Contestado. Nesse sentido, o próximo capítulo examinará a articulação entre os problemas, as técnicas utilizadas na crítica das fontes, as estratégias interpretativas e as respostas identificadas pelos autores nas investigações acerca da temática.

## 4 OS MÉTODOS E A ELABORAÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO SOBRE O CONTESTADO

O presente capítulo trata dos métodos utilizados pelos historiadores acadêmicos nas investigações sobre o movimento do Contestado. Como visto no primeiro e segundo capítulos, a crescente produção em nível de pós-graduação acerca do assunto revela novas carências de orientação relativas ao tema.<sup>105</sup> Se, por um lado, o interesse pela temática não é exclusivo do ambiente universitário,<sup>106</sup> a historiografia acadêmica tem pressupostos e contribuições específicas ao debate (que não necessariamente são compartilhadas com outros intelectuais como romancistas, sociólogos, filósofos e antiquários) sobre o método histórico. Este é caracterizado pela verificabilidade, ou seja, pela possibilidade de, a qualquer momento, os resultados e procedimentos adotados pelo pesquisador serem auditados pelo leitor.<sup>107</sup> Essa condição do conhecimento histórico, somada à necessidade de um inquérito criterioso sobre a historicidade dos conceitos empregados nas teses, demonstra a cientificidade da História, bem como a pertinência em empreender o exame da historiografia acadêmica sobre o Contestado. O objetivo desta seção é identificar os métodos que orientam as pesquisas que deram origem às obras analisadas, contextualizando as fontes, as interpretações, as estratégias e categorias que configuram as abordagens.

---

<sup>105</sup> Entre os exemplos das novas carências de orientação surgidas a partir da produção em nível de pós-graduação acerca do movimento do Contestado, citam-se os casos de Márcia Janete Espig e Paulo Pinheiro Machado. Na tese, Machado (2001) aponta que a presença maciça de trabalhadores vindos de outras regiões do país para a construção da EFSPRG, bem como a participação deles na Guerra, poderia ser questionada, uma vez que nos processos judiciais relativos ao confronto armado não há indícios da atuação desses personagens. Porém, faltavam estudos históricos específicos sobre o assunto naquele momento. Anos mais tarde, Espig (2008) traçou os perfis sociais dos turmeiros que trabalharam no trecho sul da ferrovia. A autora explicitou a influência da obra de Machado (2001) para a definição de sua temática: “A tese de doutorado produzida por Paulo Pinheiro Machado sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado (2001) instigou ainda mais minha curiosidade, pois demonstrou de forma inequívoca que, dentre as lideranças do movimento, grandes e pequenas, não se encontravam remanescentes da construção da Estrada de Ferro” (ESPIG, 2008, p. 22).

<sup>106</sup> A vivacidade do movimento do Contestado, como assinalado outrora, também é perceptível na existência de entidades que cultivam a memória da Guerra, aspectos da cultura dos caboclos como as festividades, danças, religiosidade e comidas típicas.

<sup>107</sup> As produções históricas gestadas nas universidades, especialmente as teses, além de resultados inéditos, devem expor os métodos utilizados durante a investigação científica a fim de referendar as conclusões apresentadas pelos historiadores para a comunidade acadêmica e externa. Dessa forma, é possível que leitores especializados ou iniciantes acompanhem as fases e metodologias empregadas durante o desenvolvimento da pesquisa.

Este capítulo foi dividido em três seções: a primeira problematiza as perguntas suscitadas pelos pesquisadores e os sujeitos contemplados nas indagações. Parte do princípio de que a pergunta histórica, como primeira fase da investigação científica, pode orientar a seleção das fontes,<sup>108</sup> e as respostas plausíveis são construídas após o processo de crítica e interpretação dos documentos à luz das teorias, técnicas e estratégias selecionadas pelos historiadores. Busca ainda identificar a natureza das fontes (relatórios, jornais, processos, depoimentos) e inventaria em quais espaços (universidades, bibliotecas, arquivos etc.) são coletadas, debatendo seus usos nas teses. A segunda ressalta o processo de crítica das fontes empreendido pelos historiadores acadêmicos<sup>109</sup> e a terceira discute as interpretações dos pesquisadores relativas à análise empírica.

Entende-se por “métodos de pesquisa” o conjunto de técnicas e estratégias que permitem elaborar um conhecimento plausível sobre o Contestado a partir da interpretação dos fatos extraídos criticamente das fontes. Considera-se que a pertinência dos aspectos teórico-metodológicos na produção acadêmica sobre o Contestado passa pela análise das perguntas que motivaram o debate historiográfico acerca do tema. De outro modo, nesse momento cabe também identificar a constituição de conceitos forjados durante o processo heurístico e que indicarão, futuramente, os sentidos atribuídos ao movimento social e aos personagens envolvidos na trama histórica evidenciada na narrativa.

---

<sup>108</sup> O documento torna-se fonte pela potencialidade de responder a uma pergunta e não por um atributo previamente determinado. Prost (2020) é mais incisivo nesse quesito. Para o pensador francês, “tampouco existe documento sem ter sido questionado. Por sua questão, o historiador estabelece os vestígios deixados pelo passado como fontes e como documentos; antes de serem submetidos a questionamento, eles nem chegam a ser percebidos como vestígios possíveis, seja qual for o objeto” (PROST, 2020, p. 76-77).

<sup>109</sup> De acordo com Rüsen (2015), a crítica é o procedimento responsável por extrair das fontes os fatos relativos à experiência humana no tempo. Entre as variáveis a serem consideradas nessa etapa metodológica, estão a “proximidade temporal” dos documentos em relação ao evento estudado, a “possibilidade objetiva” de as informações colhidas serem verdadeiras e as “técnicas de apresentação” dos dados obtidos durante a pesquisa.

#### 4.1 AS FONTES COMO VESTÍGIOS PARA A COMPREENSÃO DO PASSADO

No início do estudo histórico, as carências de orientação são traduzidas em problemas de pesquisa. A busca por responder a esses questionamentos guia os historiadores na seleção, catalogação e sistematização dos documentos, que potencialmente se tornam fontes na investigação científica. Desse modo, a elaboração de uma pergunta precede a visita a museus, arquivos e bibliotecas, entrevistas e registros fotográficos.<sup>110</sup> Dependendo da questão que o pesquisador se propõe a responder, alguns documentos podem ser fundamentais, acessórios ou supérfluos, visto que não existe fonte por excelência, pois são construídas durante a fase da heurística.

Considerando os eixos “ocupação do território e conflitos sociais”, “relação homem-natureza”, “catolicismo popular e suas ressignificações” e “relações de poder”, analisa-se “a quem”, ou “ao quê” se dirigem as indagações dos pesquisadores. Ao primeiro eixo, vinculam-se as obras de Machado (2001), Dallanora (2019), Espig (2008), Valentini (2009) e Tomporoski (2013). Os dois primeiros buscam entender o papel das lideranças sertanejas nos conflitos agrários na região, os três últimos objetivam compreender os impactos causados pelas empresas (madeireiras e colonizadoras) na vida dos habitantes locais.

Machado (2001) visa identificar o perfil social dos líderes do Contestado. Ele demonstra, pela análise de processos judiciais, matérias jornalísticas e entrevistas, que os líderes do movimento social eram do centro-oeste de Santa Catarina – Eusébio Ferreira dos Santos,<sup>111</sup> a virgem Maria Rosa,<sup>112</sup> Chiquinho Alonso,<sup>113</sup>

---

<sup>110</sup> “A história não é uma pesca com rede: o historiador não lança seu barco ao acaso na tentativa de apanhar alguns peixes, sejam eles quais forem. É impossível encontrar resposta para questões que não chegaram a ser formuladas” (PROST, 2000, p. 71). Contudo, em algumas situações, a descoberta de um documento inédito pode indicar o tema/problema de uma pesquisa.

<sup>111</sup> Um dos líderes da comunidade de São Sebastião da Boa Vista (atualmente localizada no município de Lebon Régis/SC) estabeleceu-se na região na década de 1870, e durante o movimento do Contestado teve participação destacada na organização do reduto rebelde em Taquaruçu. Lembra-se que a primeira “virgem do Contestado” – menina que alegava ter visões de José Maria, orientando os fiéis nos atos iniciais do confronto armado – foi sua neta Teodora, sendo substituída por Manoel, seu filho, e depois por Joaquim, seu neto (chamados de Meninos-Deus). “A atuação intensa de sua esposa Querubina, segundo alguns mais ‘fanática’ que o próprio Eusébio, convidando parentes e famílias ligadas por laços de amizade, vizinhança e de compadrio, foi importante para o rápido aumento da população do reduto” (MACHADO, 2001, p.197-198). A menção de Machado a “amizade, vizinhança e compadrio” cultivados por Eusébio em São Sebastião revela sua articulação com a comunidade local, fruto de anos de convivência.

<sup>112</sup> Jovem de quinze a dezesseis anos, morava com os pais na Serra da Esperança, comunidade próxima a Perdizes, no centro do planalto Contestado.

Adeodato,<sup>114</sup> entre outros personagens –, com vínculos familiares no Contestado. Dallanora (2019) empreende o rastreamento do destino de algumas lideranças do movimento, como Fabrício das Neves, Antônio Palhano, Fabrício Vieira e Marcelino Ruas. Ela questiona como as lideranças políticas que atuaram na Guerra do Contestado se adaptaram ao contexto sociopolítico da década de 1920 para se manterem no poder. A autora utiliza como fontes os processos judiciais, as correspondências e materiais jornalísticos. Apesar de abordar um período distinto do analisado por Machado (2001), a historiadora também lançou luz sobre as relações parentais e de compadrio desses antigos líderes (sejam vaqueanos, sejam rebeldes) da região. Desse modo, afirma-se que os motivos que provocaram os conflitos agrários nas primeiras décadas do século XX, segundo os autores, estavam inscritos no processo de ocupação do território.

Espig (2008), Valentini (2009) e Tomporoski (2013) dirigem suas perguntas para o polo oposto do problematizado por Machado (2001) e Dallanora (2019), ou seja, para as empresas do Sindicato Farquhar. Espig (2008) problematiza as origens dos turmeiros da EFSPRG e sua possível participação no confronto bélico. Para isso, reúne documentos pertencentes à Brazil Railway Company, fontes jornalísticas e processos judiciais. A autora conclui que parcela significativa dos operários da EFSPRG veio das colônias de imigrantes do Sul, especialmente do Paraná. Assim, ao contrário do que é aceito pela “historiografia tradicional”, não se trata de bandidos oriundos dos grandes centros do Sudeste e Nordeste. Valentini (2009) contou com vários documentos sobre a Lumber e Brazil Railway Company. O autor questiona se “a atuação da Brazil Railway Company com a conclusão da ferrovia São Paulo-Rio Grande e a instalação da Southern Brazil Lumber & Colonization Company foram fatores decisivos no desencadeamento da Guerra na Região do Contestado” (VALENTINI, 2009, p. 20). Tomporoski (2013), por sua vez, debruça-se sobre a madeireira pertencente ao grupo Farquhar. Seu foco se volta sobre as formas de resistência dos trabalhadores no cotidiano. Além de entrevistas, Tomporoski (2013) utilizou fontes jornalísticas e processos judiciais ligados a demandas trabalhistas. A

---

<sup>113</sup> “Francisco Alonso de Souza era um posseiro do vale do rio Timbó, que corre para o norte, desaguando no Iguaçu. Sua família já havia participado dos combates ao lado de Demétrio Ramos, contra a presença paranaense no vale” (MACHADO, 2001, p. 243).

<sup>114</sup> “Adeodato Manoel Ramos nasceu em 1887, na localidade de São José do Cerrito, àquela época um distrito do município de Lages” (MACHADO, 2001, p. 293). Após a morte de sua mãe, mudou-se para Curitiba, onde trabalhou junto com seu pai, Telêmaco Ramos, como agregado na fazenda Rio Doce, pertencente a Manoel Gomes Peppe (o qual se tornou seu padrinho).

questão que levanta diz respeito “as transformações impingidas pela Lumber Company sobre aquela região [planalto contestado] e sua população, e, em contrapartida, o que aquelas pessoas fizeram para se opor e resistir a tal processo e às mudanças decorrentes dele, que afetaram sua forma de viver” (2013, p. 25).

Os historiadores do eixo “relação homem-natureza” direcionam seus questionamentos sobre a ação humana na natureza, assim como os limites que o meio ambiente impõe às pretensões do homem em explorar o território. Xavier de Carvalho (2010) teve por objetivo responder como a existência da floresta de araucárias no sul do país atraiu o investimento de capitais, seja de pequenas serrarias, seja do complexo industrial da Lumber, para desmatá-la modificando não apenas a paisagem da região, mas potencializando o crescimento de cidades como São Paulo, Montevidéu e Buenos Aires. Brandt (2012, p. 18) questiona sobre “de que maneira as ações humanas nos campos do planalto de Santa Catarina se expressaram nessa paisagem e qual o papel que a natureza desempenhou nas mudanças sociais, culturais e econômicas da região”.

Como visto no capítulo anterior, o arcabouço teórico-metodológico utilizado por Xavier de Carvalho (2010) e Brandt (2012) concerne a História Ambiental. A consulta em arquivos contempla fontes sobre a criação e funcionamento de escolas agrônômicas, melhoramento de pastagens e criação de animais, leis municipais que disciplinam a exploração do solo, e outros assuntos correlatos foram constantes durante a produção das teses.

Os autores cujo eixo de abordagem é o “catolicismo popular e suas ressignificações” elaboram as perguntas considerando os aspectos culturais da população local. Tonon problematiza “como se constituiu a memória, as permanências no imaginário dos sujeitos sociais de crenças, incorporando ainda determinados rituais” (2008, p. 12), como os batismos do monge nas águas santas. De modo similar, afirma-se que o autor pretendia entender os motivos que fizeram esse imaginário em torno do eremita perdurar até a contemporaneidade. Para isso, o pesquisador entrevistou devotos, visitou as grutas do monge nas cidades de Lapa/PR, Irineópolis/SC e Três Barras/SC, além de trabalhar com reportagens de jornais e processos judiciais do início do século XX.

A pergunta que orienta a pesquisa de Karsburg (2012) não se referiu diretamente ao movimento do Contestado, mas ao percurso realizado por Giovanni Maria de Agostini no continente americano. Não se tenciona aprofundar o debate

sobre os métodos utilizados em sua tese, mas se registra que a sua produção acadêmica tangencia alguns elementos da cultura dos caboclos do centro-oeste de Santa Catarina e Paraná. Por esse motivo, considerou-se pertinente examinar sua obra para complementar as perspectivas sobre os conflitos agrários no Contestado.

Já Salomão (2012) questiona a devoção a São Sebastião presente no interior catarinense e a sua interação com a crença no retorno de Dom Sebastião, de modo a agregar características ao monarca português que desaparecera na Batalha de Alcácer-Quibir, e que inspirou vários movimentos sebastianistas, como da “cidade do Paraíso Terrestre” (1817) e “Pedra Bonita” (1836). Na investigação, o autor utiliza relatórios, atas e laudos produzidos no confronto armado por órgãos públicos, especialmente pelo Exército, além de matérias de revistas.<sup>115</sup> Salienta-se que, na realização do doutorado, Salomão trabalhava em Brasília, no Centro de Documentação do Exército, o que explica parcialmente a predisposição em selecionar fontes que estivessem sob a guarda dessa instituição.

Os historiadores do eixo “relações de poder” – Rodrigues (2008), Motta de Carvalho (2009), Silva (2017) e Poyer (2018) – analisam as instituições do Estado e sua interferência no cotidiano das pessoas envolvidas no movimento do Contestado. Rodrigues (2008) orienta sua pergunta para a importância da Guerra do Contestado na modernização do Exército e a propaganda da profissionalização das tropas. Como seu objeto de estudo e problema de pesquisa estavam relacionados às forças armadas, verificou uma quantidade considerável de fontes, como relatórios, ordens do dia, correspondências com foco nas tropas em operação no Contestado.

Outra tese que analisa a atuação do Exército no sertão catarinense e paranaense é a de Motta de Carvalho (2009). Ele desejava saber qual a função da Guerra dentro do projeto ruralista das oligarquias locais. Nesse contexto, as forças armadas atenderam aos interesses das lideranças políticas da região e dos investidores estrangeiros que buscavam se beneficiar dos incentivos concedidos pelos entes públicos na exploração da mata nativa e na fundação de colônias com imigrantes europeus.

---

<sup>115</sup> Trata-se da revista *A Defesa Nacional*, criada em 10 de outubro de 1913 por Parga Rodrigues, Bertholdo Klinger e Estevão Leitão de Carvalho, três oficiais que, ao voltarem de um treinamento na Alemanha e inspirados pela organização da instituição naquele país, resolveram criar um periódico de cunho militar para divulgar as ações do Exército, bem como refletir sobre o seu papel na vida em sociedade.

Poyer (2018) se deteve às estratégias adotadas pelos imigrantes para garantirem a propriedade das terras e as indenizações por possíveis perdas durante os anos do confronto bélico. A relação que esses sujeitos estabeleceram com as embaixadas de seus países de origem é objeto da indagação elaborada pela pesquisadora, bem como as repercussões dessas proposições junto aos órgãos oficiais na diplomacia brasileira. As fontes principais foram correspondências, ofícios e outros documentos diplomáticos.

Silva (2017) questiona sobre como os museus municipais, estaduais e particulares de Santa Catarina e Paraná ajudaram a construir a memória do Contestado. De modo similar a essa pergunta, surgiram outras sobre como a Guerra foi lembrada ou silenciada e qual o protagonismo desse período histórico na produção das memórias e identidades entre os habitantes da região (2017, p. 6). O autor visitou diversos museus, registrando acervos em fotografias incorporadas posteriormente na sua tese.

De modo geral, as perguntas elaboradas pelos historiadores acadêmicos problematizam indivíduos (lideranças sertanejas e trabalhadores das empresas Brazil Railway Company e Lumber), *habitus* (modos de vida, religiosidade e cultura da população local), instituições (Exército, embaixadas, museus, empresas do grupo Farquhar), processos (desmatamento, criação de colônias, melhoramento de pastagens, inserção de novas raças de animais e plantio de árvores exóticas, como o pinus) e instâncias de poder (governos e oligarquias). Assim, esses indivíduos, *habitus*, instituições, processos e instâncias de poder sujeitos à curiosidade investigativa dos pesquisadores são conceitos importantes para a interpretação do movimento do Contestado. A partir desses, os historiadores produzem suas narrativas acerca dos eventos ocorridos no planalto catarinense nos primeiros anos do século XX, assim como estabelecem relações de longevidade no tempo relativas às motivações que desencadearam o confronto armado.

Não há diferença expressiva entre os tipos de documentos catalogados pelos intelectuais, ou nos eixos “ocupação do território e conflitos sociais”, “relação homem-natureza”, “catolicismo popular e suas ressignificações” e “relações de poder”. Foram utilizadas ordens do dia, boletins diários, partes de combate e ficha funcional relativa ao quadro do Exército e o corpo de segurança dos estados do Paraná e Santa Catarina, folhas de pagamento dos vaqueanos, registro de patentes, álbum fotográfico da campanha do Contestado, fotografias diversas, mapas, plantas

de propriedades, estatutos, autos de perguntas a prisioneiros, inquiridos e processos criminais. Também foram consultados telegramas, minutas, correspondências, ofícios, relatórios, atas de reuniões, requerimentos, balancetes, livros de receitas e despesas da EFSPRG, livro de registro de funcionários da EFSPRG, folha de pagamento da Lumber e editais. Nos cartórios, foram encontrados inventários, testamentos, escrituras, contratos de compra e venda e registros do vigário. No que diz respeito ao poder público, percebe-se a citação de leis municipal, estadual e federal, *Anais* do Congresso Legislativo do Paraná e da Câmara dos Deputados e Senado Federal, recenseamentos e discursos de autoridades estatais. Ainda, foram referenciados protestos eleitorais, jornais e revistas, documentários, filmes e audiovisuais, exames cadavéricos e livros de doação.<sup>116</sup>

Entre os acervos consultados pelos historiadores acadêmicos, citam-se os materiais em posse de particulares, arquivos públicos, museus, bibliotecas e outras instituições de memória.<sup>117</sup>

Os pesquisadores também entrevistaram moradores locais sobre os assuntos relativos à temática de pesquisa. Machado (2001), Espig (2008), Tonon (2008), Valentini (2009), Motta de Carvalho (2009), Brandt (2012), Tomporoski (2013), Silva (2017), Poyer (2018) e Dallanora (2019) utilizam a História Oral para problematizar as representações que os indivíduos construíram sobre o confronto armado, os monges, os imigrantes, a ferrovia e as madeireiras.

Machado (2001) entrevistou vinte e seis pessoas entre 1998 e 2000, utilizou oito entrevistas realizadas pelo padre Thomás Pieters entre 1973 e 1974, além de alguns depoimentos colhidos por Monteiro (1974). As entrevistas com remanescentes do conflito ou seus descendentes não foram as principais fontes da pesquisa, servindo apenas para complementar a argumentação principal. Nesse sentido, o autor aponta a dissertação de Valentini (1997) como uma obra adequada para conhecer as representações da população local sobre o confronto armado.

Valentini (2009) utiliza as entrevistas realizadas por ele nos cursos de mestrado e doutorado em História e nove depoimentos coletados pelo padre

---

<sup>116</sup> As fontes utilizadas pelos historiadores acadêmicos podem ser compreendidas como “rastros”, “vestígios” ou “indícios” do pretérito que não podem ser acessados na íntegra. Conforme Rousso (1996, p. 90), “o vestígio é, por definição, o indício daquilo que foi irremediavelmente perdido”, ou seja, não se trata de uma experiência passível de repetição fidedigna do passado, pois dessa se conhece apenas fragmentos. Cabe ao pesquisador, então, selecionar, organizar e dar sentido para as ações humanas no tempo.

<sup>117</sup> A lista com os espaços de consulta utilizados pelos autores consta no Apêndice B.

Thomás Pieters na década de 1970, em Fraiburgo. Em relação às memórias e relatos sobre a história da Lumber, dezoito entrevistas foram realizadas de janeiro de 2004 a julho de 2008. Os vinte e um depoimentos que tratam das memórias e relatos da Guerra do Contestado foram coletados entre 1995 e 1996, durante o seu mestrado em História (ao qual Machado se referiu anteriormente).

A tese de Brandt (2012) contém vinte e nove entrevistas, das quais vinte em Fraiburgo, as demais em Campos Novos (duas), Curitiba (duas), Monte Carlo (uma), Celso Ramos (uma), Campo Erê (uma), Bom Jesus (uma) e Florianópolis (uma). A maior parte dos depoimentos foi colhida pelo próprio pesquisador (vinte e dois), enquanto o padre Thomás Pieters conduziu outros cinco, os demais foram obtidas junto ao acervo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM) em Chapecó, ocorrendo originalmente em Campo Erê/SC e Celso Ramos/SC, sendo conduzidas por Angela Maria de Lima Cechetti e Marcos Schuh, respectivamente.

Silva (2017) entrevistou oito pessoas ligadas a museus e outras instituições de memória no Paraná e em Santa Catarina. Tonon (2008) também realizou oito entrevistas, Tomporoski (2013) sete, Dallanora (2019) cinco, Poyer (2018) quatro e Espig (2008) uma. Motta de Carvalho (2009), apesar de não ter ido a campo colher os depoimentos, optou em utilizar as fontes orais reproduzidas por Demerval Peixoto – *Campanha do Contestado* (1995) –, Maurício Vinhas de Queiroz – *Messianismo e conflito social* (1977) –, Douglas Teixeira Monteiro – *Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado* (1974) – e Paulo Pinheiro Machado – *Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado* (2001).

O uso de fontes orais pelos historiadores acadêmicos, especialmente por aqueles que conduziram as entrevistas, pressupõe a valorização da metodologia,<sup>118</sup> o conhecimento de princípios metodológicos básicos da História Oral, além do entendimento de que a memória é um processo fluido.

Deve-se considerar também que a forma como uma história de vida é contada pelo entrevistado implica uma representação que o sujeito tem sobre si e acerca do grupo ao qual pertence. Essas construções de narrativas baseadas em aspectos psicológicos e sociais não são de modo algum naturais. A entrevista, via de regra,

---

<sup>118</sup> Rousso afirmou que “a escrita, a impressão, portanto a possibilidade de um documento resistir ao tempo e acabar um dia sobre a mesa do historiador não conferem a esse vestígio particular uma verdade suplementar diante de todas as outras marcas do passado: existem mentiras gravadas no mármore e verdades perdidas para sempre” (1996, p. 89).

tende a gerar um desconforto no entrevistado, pois se trata de um momento excepcional em sua vida. Ele não está habituado a refazer seu itinerário formativo enquanto indivíduo de maneira sistemática, e com esforço responde às perguntas que são dirigidas a ele. Então, distorções de fatos, personagens e lugares visitados devem ser vistos pelo pesquisador não como uma falsificação, mas uma adaptação da realidade vivida para a construção do processo identitário daquele sujeito ou coletividade.

Considerando os diferentes problemas de pesquisa elaborados pelos historiadores acadêmicos, verificou-se que a pauta das entrevistas foi diversificada, abarcando desde as mudanças percebidas no modo de vida da população local com o ingresso das colonizadoras e madeireiras, reminiscências da Guerra do Contestado, a crença nos monges até a preservação e organização de exposições em museus do Paraná e Santa Catarina.

Os acervos contendo documentos oficiais, reportagens jornalísticas e entrevistas com os moradores locais foram desenvolvidos pelos historiadores acadêmicos para responderem aos seus respectivos questionamentos acerca da temática. A primeira parte do presente capítulo apresenta uma visão geral da heurística nas teses: os problemas de pesquisa, a natureza das fontes e os locais de consulta frequentados pelos doutorandos durante suas investigações. Foi possível perceber que os questionamentos elaborados pelos historiadores que compartilham os eixos “ocupação do território e conflitos sociais”, “relação homem-natureza”, “catolicismo popular e suas ressignificações” e “relações de poder” buscaram problematizar os indivíduos, *habitus*, instituições, processos e instâncias de poder importantes para a interpretação do Contestado.

Partindo do princípio de que a documentação pertinente foi selecionada, catalogada e devidamente organizada para responder às problemáticas propostas pelos autores, na próxima seção será discutido o tratamento dado a essas fontes, ou seja, como foram extraídas as informações dos documentos utilizados na pesquisa. Para tanto, serão articuladas três variáveis: a proximidade temporal da fonte em relação ao evento, a possibilidade objetiva de veracidade da documentação e as técnicas de representação do empírico.

## 4.2 CRÍTICA: TÉCNICAS DE TRABALHO COM AS FONTES DE PESQUISA

A crítica às fontes é um procedimento metodológico que visa, a partir da leitura e análise da documentação catalogada, extrair dados que possam auxiliar na interpretação do objeto de estudo. Diferentemente da crença positivista de que as “fontes” fariam por si mesmas, cabendo ao pesquisador apenas apresentá-las, visto que pela força de sua materialidade – documento oficial – e seu conteúdo, manifestariam a verdade e convenceriam o público da validade do estudo histórico. A historiografia desenvolvida nas décadas finais do século XX atribuiu ao historiador o papel de intérprete dessas fontes. Rüsen (2015, p. 184) afirma que “os contextos históricos, nos quais se encontram os fatos obtidos metodicamente junto às fontes, não podem ser apreendidos das fontes enquanto tais, pois as fontes não têm como saber o que ocorreu depois delas”. Então, seguindo alguns critérios estabelecidos pela Ciência Histórica, os pesquisadores procedem ao exame dos documentos.

De acordo com o pensador alemão, a crítica ocorre tanto de forma externa, ao analisar a autenticidade do documento, quando interna, ao avaliar o conteúdo da fonte.<sup>119</sup> Nesta seção, despente-se a atenção para a crítica interna e suas variáveis, como a “proximidade temporal” da fonte com o evento retratado e a “possibilidade objetiva” de a documentação ser coerente com o saber histórico comprovado. Também são abordadas as técnicas de representação do conteúdo retirado das fontes, como tabelas, mapas, gráficos, entre outros.<sup>120</sup> Com essa metodologia, pretende-se expor um quadro geral do tratamento dado às fontes e como podem ser articuladas na produção de narrativas sobre a Guerra do Contestado.

---

<sup>119</sup> Por se tratar de teses sobre o Contestado, subentende-se que a crítica externa já foi realizada pelos historiadores, e as fontes que não passaram por esse crivo não constam nas obras.

<sup>120</sup> Para que a análise empreendida nesta seção seja produtora, foram selecionadas algumas fontes utilizadas pelos historiadores que têm um impacto relevante na produção de suas interpretações e, ao mesmo tempo, dizem respeito às variáveis expostas. O uso de fontes jornalísticas nas teses será abordado no tópico “proximidade temporal”, já o emprego de entrevistas será problematizado na subseção “possibilidades objetivas” e a utilização de recursos gráficos, como tabelas e mapas, pelos autores será examinada no subitem “técnicas de apresentação”.

#### 4.2.1 Proximidade temporal: os rastros do evento presentes nas fontes

A historiografia acadêmica utiliza como fontes de pesquisa os documentos produzidos durante a Guerra do Contestado por diferentes instituições, como do Exército, das autoridades locais e órgãos representativos de Santa Catarina, Paraná e da capital federal e das empresas do Sindicato Farquhar, a fim de subsidiar as reflexões em torno do tema. São analisadas reportagens que circularam em periódicos da época e noticiavam os acontecimentos no sertão catarinense e paranaense. A proximidade temporal das fontes em relação ao evento é importante para a investigação histórica, uma vez que, “como se sabe, a confiabilidade da lembrança decresce com o afastamento temporal do lembrado. Assim em princípio, a plausibilidade de uma documentação aumenta com a proximidade do documentado” (RÜSEN, 2015, p. 180). Em contrapartida, argumenta-se que esses registros são parciais, porque expressam apenas o ponto de vista dos agentes responsáveis pela repressão ao movimento do Contestado e, portanto, devem ser relativizados. Certamente, assim como outros documentos, os registros oficiais devem passar por um processo de crítica para avaliar se o caráter parcial das fontes inviabiliza seu emprego na pesquisa.

As reportagens em jornais podem servir como exemplo do que foi exposto. O jornalismo no início do século XX foi marcado pela posição política de seus editores. O periódico *O Trabalho*, de Curitiba, por exemplo, foi fundado em 1908 pelo cel. Albuquerque, contando com publicações de pessoas com poder de influência na região.<sup>121</sup> Logo, é factível que os interesses dessa camada social fossem expressos nas páginas do jornal. Segundo Machado,

---

<sup>121</sup> Para Machado, “Albuquerque fundou o jornal ‘O Trabalho’, onde contava, como colaboradores, com personalidades de destaque na Vila, como Faustino José da Costa (membro do Conselho Municipal, tropeiro e grande fazendeiro), Domingos de Oliveira Lemos (fazendeiro e comerciante), José Rauen (titular do Cartório), Marcílio João Maia e, até antes da crise, Henrique de Almeida Jr. e João Alves Sampaio” (MACHADO, 2001, p. 192).

além da força militar privada, os chefes locais que efetivamente ocuparam os executivos municipais, necessitaram firmar seu poderio eleitoral sobre um determinado município ou região, o que implicou na absorção política de setores urbanos que, ao final das contas, seriam responsáveis pela futura eleição do Coronel e de pessoas ligadas a seu partido. Os Coronéis, a partir dos próprios PRs [Partidos Republicanos], mantinham muitos jornais em pequenas cidades do interior. Jornais estes redigidos por bacharéis e profissionais liberais que gravitavam em torno dos Coronéis, quando não eram seus parentes diretos. A existência desta imprensa, eminentemente política, estendia para setores sociais médios urbanos o discurso político e os interesses dos Coronéis dominantes, conseguindo, desta maneira, consolidar sua força regional com maior legitimidade (2001, p. 89).

Apesar de se reconhecer a parcialidade dessas publicações, verifica-se a ampla utilização de jornais pelos historiadores acadêmicos na construção das explicações acerca do movimento social ocorrido no planalto catarinense. Ao realizar a análise das teses, foram identificados setenta e quatro títulos diferentes, somados às publicações de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro.<sup>122</sup> As publicações não se restringem às capitais, mas aos outros municípios dos estados, como Lages/SC, Três Barras/SC e Canoinhas/SC.<sup>123</sup> Portanto, pode-se afirmar que os periódicos são instrumentos importantes para entender as representações dos sertanejos e os desdobramentos da Guerra do Contestado.

Entre os jornais mais citados pelos autores, estão *O Dia*<sup>124</sup> e *O Estado*,<sup>125</sup> de Florianópolis; *Diário da Tarde*<sup>126</sup> e *A República*,<sup>127</sup> de Curitiba. Percebe-se também a repercussão do movimento do Contestado em publicações do Rio de Janeiro, onde quatorze títulos diferentes trataram, em alguma medida, do que acontecia no sul do país no início do século XX. Entre os jornais direcionados ao público de origem europeia, estão o *Diario Español* e *Il Bersagliere*. Em Joinville, circulavam os periódicos *Joinvillenser Zeitung* e *Kolonie Zeitung*, voltados para as colônias alemãs. Destaca-se a frequente menção ao jornal *O Trabalho* nas teses.<sup>128</sup>

<sup>122</sup> Nessa fase da investigação, foi desconsiderada a tese de Karsburg (2012), visto que os sujeitos problematizados por ele divergem dos analisados pelos demais pesquisadores.

<sup>123</sup> De acordo com as informações colhidas na análise das teses, só no interior de Santa Catarina havia trinta e três jornais, o que revela a existência de um número expressivo de núcleos populacionais, de leitores e interesses de determinados grupos utilizarem esse meio para divulgar seus ideais.

<sup>124</sup> Os autores que citaram o jornal *O Dia* foram Machado (2001), Espig (2008), Rodrigues (2008), Tonon (2008), Brandt (2012), Salomão (2012), Silva (2017) e Dallanora (2019).

<sup>125</sup> Os autores que citaram o jornal *O Estado* foram Machado (2001), Rodrigues (2008), Tonon (2008), Salomão (2012), Silva (2017) e Poyer (2018).

<sup>126</sup> O jornal *Diário da Tarde* foi citado por Espig (2008), Rodrigues (2008), Tonon (2008), Motta de Carvalho (2009), Salomão (2012), Tomporoski (2013), Silva (2017) e Poyer (2018).

<sup>127</sup> Os autores que citaram o jornal *A República* foram Espig (2008), Silva (2017) e Dallanora (2019).

<sup>128</sup> Os autores que citaram o jornal *O Trabalho* foram Machado (2001), Espig (2008), Motta de Carvalho (2009) e Brandt (2012).

A utilização de matérias jornalísticas nas teses teve como principal função contextualizar eventos e demonstrar a percepção dos editores acerca dos sujeitos envolvidos nas disputas fundiárias no sertão contestado nos primeiros anos do século XX. Espig (2008) fez várias menções a jornais durante a produção do seu texto, especialmente reportagens sobre a construção da EFSPRG e os impactos causados nos municípios e vilas da região. O jornal *O Trabalho* ressalta os benefícios que a ferrovia poderia trazer aos habitantes locais – agricultores, pecuaristas e comerciantes em geral. Havia, em 1908, uma expectativa da inauguração da ferrovia reproduzida no relatório do cel. Albuquerque ao Conselho Municipal de Curitiba em 8 de fevereiro de 1908.

São cada vez mais animadoras as nossas esperanças na construção do prolongamento da Estrada de Ferro da Harmonia a esta Villa, seguindo naturalmente, daqui, ramais para todos os Municípios Serranos. Está no próprio interesse da companhia resolver este problema. Ligando o litoral à Serra, com estradas de ferro *teremos um comércio desenvolvido, o florescimento da indústria e o reerguimento da lavoura*. Os Municípios Serranos, como quase todos os do litoral, têm vida própria, *precisam porém de braços*, à sombra de um processo agrícola mais aperfeiçoado e com ele o meio rápido de transporte de mercadorias. Só assim poderão concorrer em progresso com os seus coirmãos do litoral [grifos de Espig] (*O Trabalho*, 8/2/1908, *apud* ESPIG, 2008, p. 167-168).

Espig (2008) trouxe reportagens vinculadas ao jornal *Diário da Tarde* que apresentavam críticas à ferrovia, como a disseminação de doenças – escarlatina, varíola e varicela –, crimes atribuídos aos operários da Brazil Railway Company, atraso no pagamento dos empreiteiros e descumprimento de outras cláusulas contratadas pela empresa, traçado da ferrovia e descarrilamentos de vagões.

Apesar da diferença de tom referente à construção da malha ferroviária na região, tanto o periódico da capital paranaense quanto o do interior de Santa Catarina atribuem os atos violentos e depredações ocorridos nas cidades às pessoas vindas “de fora” para trabalhar nas obras da EFSPRG. Na edição de 18 de agosto de 1908, o jornal *O Trabalho* retrata os danos causados em Curitiba por uma “horda de vândalos” vindos de Lages para atuar na ferrovia, fazendo menção implícita ao envolvimento de Batista Raphaeli, aliciador de operários na serra catarinense. Em 30 de setembro de 1908, o jornal *Diário da Tarde* disserta sobre a vinda de uma “quadrilha” composta por polacos e russos a mando da companhia para Ponta Grossa e sobre os crimes praticados por esse grupo no local.

Observa-se, portanto, que Espig (2008) utiliza as reportagens dos jornais da época para problematizar os impactos causados pela construção da EFSPRG. Sobre a relação entre o movimento do Contestado e os trabalhadores da estrada férrea, os indícios nesse tipo de fonte são escassos. A autora, então, busca complementar as informações disponíveis com outros documentos, conforme expresso no trecho a seguir:

Na documentação remanescente, localizam-se alguns episódios de crimes ou violência praticados pelos turmeiros da Estrada de Ferro. Primeiramente devo ressaltar que a região de construção da ferrovia era, tradicionalmente, considerada uma região violenta e sujeita à ação de bandidos dos mais variados perfis. Esta representação surge em grande variedade de documentação, como memórias militares (p. ex. SOARES, s/d, p. 90), jornais (p. ex. DIÁRIO DA TARDE, 29/12/1910 e PARANÁ MODERNO, 16/04/1911), relatos religiosos (STULZER, 1982, p. 96), relatos memorialísticos (vide, p. ex. GAIO, s/d). Várias fontes de segunda mão e inclusive a maior parte da bibliografia reproduzem a mesma interpretação: a região contestada era consumida pelo conflito entre Santa Catarina e Paraná, e a desorganização do poder público na região, sobretudo no que se refere à ação policial, levava grande volume de criminosos a buscar guarida em suas terras (ESPIG, 2008, p. 273-274).

Além de demonstrar a longevidade no tempo de atos violentos decorrentes, segundo a autora de frouxidão das forças públicas estaduais, Espig (2008) também ressalta a diversidade de fontes consultadas para construir seu argumento acerca do movimento do Contestado. Os demais historiadores acadêmicos fazem uso similar das matérias jornalísticas, servindo-se dessas para contextualizar o período, especialmente inserir o objeto de estudo nas disputas ocorridas na região durante o período em análise. Tomporoski (2013) utiliza reportagem do *Diário da Tarde* de 8 de julho de 1912 para ilustrar o funcionamento da Lumber em Três Barras. Dallanora (2019) emprega as fontes jornalísticas para corroborar o argumento central de sua tese de que os conflitos agrários na região envolvendo personalidades que participaram da Guerra do Contestado continuaram mesmo após o término do confronto armado. Já em Machado (2001), as reportagens aparecem para complementar as informações sobre episódios específicos, como a prisão e o depoimento de Adeodato, em Florianópolis, em 14 de agosto de 1916, e o documento utilizado por Vidal Ramos para comprovar a insensatez do movimento rebelde para seu sucessor ao governo do Estado.<sup>129</sup>

---

<sup>129</sup> Trata-se da carta de Francisco Paes de Farias (Chico Ventura) para Altino de Farias, seu compadre, publicada no jornal *O Dia* em 6 de março de 1914.

Graças adeus aqui não se tem medo nem um. Perdizes, 23 de fev. de 1914. Ilmo. Sr. Meu compadre e amigo Altino Gonsalves de Farias. Participo-lhe que aqui não é tão feio como as notícias q corre pois quem tem medo da morte não é lugar q sirva aqui. S/ os amigos não desejam mar de amigos nem um estamos cumprindo ordem de nosso rei José Maria só cumprimos ordem o q vier contra nós as providências de deus n. sr. e q ade valler nós tamos qui a irmandade cuidando de obedecer a santa religião pois não obedecemos lei de governo se não só a lei do governo do céu lembre-se do q eu lhe disse tantas vezes que a lei q deus deixo no mundo é a lei de rei é a que estamos esperando e se deus quizer avemos de ver se deus quizer [...]. Francisco Paes de Farias [...] (*O Dia*, 6/3/1914, *apud* MACHADO, 2001, p. 216).

Considerando os demais eixos – “relação homem-natureza”, “catolicismo popular e suas ressignificações” e “relações de poder” –, percebe-se algo semelhante ao que ocorreu com os historiadores que compartilham a perspectiva “ocupação do território e conflitos sociais”. Os pesquisadores utilizam os jornais de época para ilustrar as representações acerca dos sujeitos envolvidos nos embates na região, dando ênfase aos aspectos concernentes às suas principais preocupações na produção historiográfica, como, por exemplo, a campanha militar (Rodrigues, 2008), a percepção que uma parcela da população, especialmente de Curitiba, tinha dos caboclos (Motta de Carvalho, 2009), o desenvolvimento da agricultura em Curitibaanos e a colonização do planalto catarinense (Brandt, 2012), questões pertinentes à religiosidade cabocla (Salomão, 2012), memórias vinculadas pela imprensa acerca dos políticos com atuação durante a Guerra (Silva, 2017), além da reconstrução de eventos, como a Chacina do Iguaçu (Poyer, 2018).

O trabalho com os jornais, no que diz respeito a esse caso [Chacina do Iguaçu], acabou sendo muito compensatório, porém, é importante ter sempre presente que, assim como no trabalho com demais fontes históricas, esses não podem ser tomados como documentos isolados ou portadores de verdades inquestionáveis, uma vez que sempre há interesses, relações, significações por trás daquilo que é publicado. Por isso da necessidade de, sempre que possível, cruzar suas informações com outras fontes e com referencial bibliográfico especializado sobre o tema. Aspectos como esses podem ser constatados como nesse caso da chacina, em que cada jornal relatou o fato com alguma diferença de informação, de detalhe, de ordem dos acontecimentos, dos envolvidos, mas aquilo que é comum a todos pode me ajudar a ter mais convicção acerca do acontecido (POYER, 2018, p. 207).

Conforme apontado por Poyer (2018), a proximidade das fontes é importante para compreender o evento, mas a documentação da época não deve ser considerada portadora de verdades absolutas. Precisa, sim, ser tratada a partir de

critérios capazes de verificar a possibilidade objetiva de suas informações serem verdadeiras. Desse modo, passa-se para a segunda variável que compõe a crítica interna: a plausibilidade dos dados presentes nos documentos.

#### **4.2.2 Possibilidade objetiva: a plausibilidade dos dados presentes nos documentos**

As fontes jornalísticas devem ser submetidas a uma avaliação que considere, além do conteúdo da reportagem, o grupo político responsável pela publicação do material, a circulação do periódico e o público para o qual foi destinado. Desse modo, a proximidade temporal com o evento por si só não garante idoneidade da fonte. A partir do exame dos interesses para manutenção de um diário de notícias e sua comercialização, pode-se verificar a possibilidade objetiva de o conteúdo das reportagens reproduzirem o fato histórico. Essa preocupação com a integridade das matérias foi uma constante nas obras analisadas. Contudo, é importante ver como a relação de desconfiança com as fontes ocorre quando se trata das entrevistas dirigidas pelos historiadores acadêmicos.

No último quartel do século XX, observou-se uma mudança significativa no ofício do historiador, que inclui um novo olhar para o passado, considerando a vida dos indivíduos e sua relação com o meio que os circunda. O estudo das estruturas, tão caras aos pesquisadores marxistas dogmáticos, estruturalistas e funcionalistas, foi perdendo espaço dentro das universidades brasileiras para metodologias preocupadas com as reações dos seres humanos a determinados condicionantes, como a Micro-História, a História Regional, a História Oral, entre outras técnicas investigativas que colocavam homens e mulheres no centro da análise. Nesse contexto, grupos sociais e outros agentes, como caboclos insurgentes, vaqueanos, soldados, oficiais, estradas de ferro e matas com araucárias, passam a figurar como protagonistas da trama histórica.

As fontes orais vistas com resistência pelos historiadores desde a profissionalização da disciplina na Europa oitocentista foram gradualmente incorporadas ao seu *métier* a partir da ampliação dos objetos de análise (incluindo

populações ágrafas, como muitos caboclos e indígenas),<sup>130</sup> o estudo da história do tempo presente e das representações sociais. Nas teses examinadas, os depoimentos dos descendentes de antigos moradores locais que vivenciaram o início da colonização e o confronto armado foram explorados pelos doutorandos a fim de compor os argumentos utilizados para explicar o movimento do Contestado. Cabe perguntar, então, como os historiadores acadêmicos verificaram a possibilidade objetiva das informações prestadas pelos depoentes ou, de modo similar, quais foram os cuidados metodológicos adotados pelos pesquisadores expressos nas teses quando da incorporação de entrevistas nas obras analisadas.

Entre todos os historiadores que abordaram o Contestado e utilizaram a História Oral, apenas Machado (2001), Valentini (2009), Brandt (2012) e Tomporoski (2013) deixam explícitas suas preocupações em relação ao uso dessa metodologia. Nessas teses, as entrevistas serviram para complementar as informações colhidas de outras documentações, como processos judiciais, jornais e correspondências.

As entrevistas e depoimentos orais não são as principais fontes consultadas para esta tese, nem meu objetivo central é levantar a *memória atual* sobre o movimento caboclo. Procurei estes depoimentos para complementar, reforçar e, quando possível, checar a pesquisa documental, já em si bastante problemática pela escassez e dispersão das fontes escritas (MACHADO, 2001, p. 21 - grifo do autor).

Então, os depoimentos podem ser entendidos de duas formas diversas: uma como fontes para “complementar, reforçar e checar a pesquisa documental”; outra como representações sobre o passado. A diferença entre ambas é a ênfase que determinado autor concede a cada uma.

Entre as precauções mais frequentes dos historiadores acadêmicos em relação à História Oral, há a escolha do público-alvo para a aplicação do questionário. Os pesquisadores procuram entrevistar depoentes de condições sociais díspares. “Nas entrevistas encontram-se entre os entrevistados, tanto grandes fazendeiros quanto herdeiros de proprietários de terra quanto sitiantes que viviam às margens das fazendas pastoris na região do planalto catarinense” (BRANDT, 2012, p. 29-30). A seleção dos entrevistados é uma fase relevante no processo de construção da fonte, pois amplia as perspectivas sobre o movimento do

---

<sup>130</sup> Para Machado, “as fontes orais revelam aspectos peculiares da vida cotidiana do período (vida dos tropeiros, lida no campo, trabalho na *Lumber* etc.) e alguns detalhes importantes sobre a vida das lideranças rebeldes” (2001, p. 21).

Contestado. Segundo Machado (2001, p. 23), a importância dessa prática reside no fato de “a memória da guerra, seus conflitos e impasses, [ser] compartilhada de forma muito distinta nas diferentes regiões do planalto”.

Ocorre que essas percepções sobre o passado se modificam com o tempo e no próprio diálogo com o entrevistador, visto que rememorar as experiências vividas diz respeito não só ao pretérito, mas ao presente de quem narra sua história. Nesse ponto, está a segunda preocupação dos historiadores acadêmicos que se debruçam sobre as fontes orais: o caráter fluido da memória. Essa é uma variável que não pode ser ignorada ou vista como uma adulteração proposital do fato, mas um processo corriqueiro na vida humana. O superdimensionamento de alguns eventos, ou a supressão de informações, revela os interesses, conscientes ou não, do entrevistado e do grupo no qual ele está inserido.

João Ventura afirma que, nos combates em toda a guerra, não chegaram a morrer 100 sertanejos, enquanto o exército e as forças do governo perderam mais de 30 mil. Trata-se, evidentemente, de um grande exagero: Ventura superdimensiona as perdas do governo e minimiza as baixas entre os “fanáticos”. Porém, este “erro” pode ser entendido como uma ênfase que o depoente quis dar ao bom preparo militar dos sertanejos, e ao fato da maior parte das mortes entre a população local ter ocorrido devido à fome e às doenças decorrentes do cerco. A rigor, estes são problemas naturais a quaisquer fontes que precisam ser conferidas, checadas e até assimiladas (MACHADO, 2001, p. 29).

João Ventura, filho de Francisco Paes de Farias, um dos líderes do movimento rebelde, tinha treze anos quando ocorreu a Guerra do Contestado, e foi tamboreiro dos Pares de França. Além dele, Machado (2001) entrevistou João Mello, outro participante do confronto armado onde atuou, segundo o próprio depoente, como menino de recados de Adeodato. Considerando as mudanças relativas à memória comum com o distanciamento temporal entre os entrevistados e os eventos retratados, Machado (2001) submeteu os depoimentos a um processo de crítica, comparando o discurso de cada um com outras entrevistas e documentações. De modo similar, Tomporoski (2013) refletiu sobre a plausibilidade dos depoimentos, concluindo que os mesmos episódios narrados por pessoas diferentes se constituem em “pontos de saturação” e comprovam sua ocorrência.

Um aspecto de considerável relevância na análise da entrevista é o *ponto de saturação*, ou seja, quando a informação começa a se repetir, isso assinala os pontos chave da fala e demonstra a fidedignidade da informação. Além disso, é preciso realizar o cruzamento das informações obtidas com outras fontes, o que explicita sua lógica interna e sua coerência (TOMPOROSKI, 2013, p. 33).

A terceira preocupação dos pesquisadores ao trabalharem com depoimentos consiste no caráter de dependência da memória. A constatação de que “[...] todas as pessoas que consegui entrevistar eram crianças ou, no máximo, adolescentes na época do movimento, isto quando já não eram de uma geração seguinte” (MACHADO, 2001, p. 23) resulta em problema para a investigação histórica decorrente da fluidez e dependência da memória. Com o passar do tempo, as novas relações sociais e os desafios da contemporaneidade podem interferir nas lembranças da infância desses depoentes? Até que ponto eles conseguem relatar o que de “fato aconteceu”? Parte-se do princípio de que a memória oficial – aquela produzida por instituições de Estado, responsáveis por preservar o patrimônio histórico, estabelecer datas comemorativas, instruir estudantes e iniciar os jovens na vida cívica, tais como museus, escolas, exército, entre outras –, interfere na forma de como os indivíduos se reconhecem na esfera pública. Desse modo, é impossível imaginar um grupo social manter a identidade baseada na memória do que aconteceu em completa autonomia, apartada dessas instituições de Estado.

Tinha esperança em contar com os depoimentos de remanescentes e descendentes dos habitantes dos redutos para obter uma história dos “de baixo”, dos sertanejos que lutaram deixando pouquíssimos registros por escrito, mas muito pouco foi possível avançar neste sentido de uma memória independente. Portanto, registro estas considerações para demarcar, principalmente, as limitações e problemas destas fontes (MACHADO, 2001, p. 22).

As lacunas da pesquisa parecem crescer com a constatação de que muitas experiências vividas pelos participantes do confronto armado não foram registradas por escrito e desapareceram com a morte deles.

No dia 25 de fevereiro de 1995, faleceu Miguel Correa dos Santos, da Serra da Esperança em Lebon Régis, Santa Catarina. Em 1998, João Maria de Góis em Caçador. Em 1999, Manuel Martins em Timbó Grande. Em 2002, Francisco Paes de Farias, o Chico Ventura, em Lebon Régis, aos 102 anos de idade. Em 2006, foi a vez do centenário e último remanescente, Firmino Rodrigues Martins, faleceu em Jaborá, Santa Catarina [...]. Hoje, encontramos somente descendentes (filhos, netos e bisnetos) de antigos moradores das cidades santas (VALENTINI, 2009, p. 242).

Apesar de em seguida Valentini (2009) afirmar que as memórias dos “tempos do reduto” continuam vivas nos descendentes, deve-se considerar que são de “segunda geração”,<sup>131</sup> ou, como diria Pollak (1992), experiências vividas “por tabela”.<sup>132</sup> O fato de que existem diversas lacunas a ser preenchidas durante a pesquisa com fontes orais consiste na quarta preocupação dos historiadores.

O que foi chamado até aqui de “preocupações” pode ser entendido como cuidados metodológicos adotados pelos intelectuais do Contestado no trato com a História Oral para alcançar, a partir da crítica das fontes, a “possibilidade objetiva” de as informações extraídas das entrevistas corresponderem à verdade do fato. Entre os cuidados metodológicos explicitados pelos historiadores acadêmicos, está a lógica da produção de fontes através das entrevistas, a confiabilidade da memória e as lacunas surgidas com a morte de participantes do evento. Além dessas, podem ser elencadas outras, como o silêncio deliberado dos moradores locais quando inquiridos sobre o assunto. Valentini (2009) assinala a resistência de muitos sertanejos em falar sobre o tema, algo que também foi relatado por Machado (2001). Tratam-se, pois, de memórias traumáticas,<sup>133</sup> que os sujeitos preferem esquecer.

Chamou a atenção durante a análise historiográfica outro tipo de perda: o extravio de parte da documentação de pesquisa recolhida por Vinhas de Queiroz em 1953/1954 e 1960 na região do Contestado. Segundo Machado (2001), Maria Isaura Pereira de Queiroz, que recebeu parte do acervo de Maurício Vinhas de Queiroz,

---

<sup>131</sup> “Desta maneira, entendo que mesmo estes remanescentes dos redutos já transmitem uma memória de segunda geração, por reproduzir acontecimentos que foram recontados por seus pais depois da guerra” (MACHADO, 2001, p. 23-24).

<sup>132</sup> Pollak (1992) propôs uma reflexão interessante e pertinente sobre a memória. Segundo o autor, a memória constitui-se por acontecimentos vividos pessoalmente e por aqueles “vividos por tabela”. Estes últimos seriam tão significativos para a coletividade que o indivíduo os adotaria como se tivesse participado efetivamente daquele evento. “É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória herdada” (POLLAK, 1992, p. 2). Algo similar ocorre quando se trata de personagens que mesmo sem serem conhecidos pessoalmente são familiares, e lugares que mesmo sem terem sido visitados são comuns para determinado grupo social. No caso dos descendentes da Guerra do Contestado, as experiências contadas pelos seus avôs e pais marcaram as vidas da prole, sendo lembradas como se os filhos e netos tivessem participado do confronto armado (memória herdada).

<sup>133</sup> Rösen (2009) utilizou os conceitos de “experiências históricas traumáticas”, “evento de qualidade perturbadora”, “trauma” e “experiências históricas negativas” para discorrer sobre acontecimentos que provocaram mudanças significativas em determinada coletividade. A experiência traumática pressupõe luta por parte daqueles que a vivenciaram, uma vez que conversar sobre ela causa dor e sofrimento. A História como Ciência responsável por sistematizar as ações humanas no tempo pode contribuir para a superação de angústias e perturbações na medida em que insere os fatos em narrativas, atribuindo sentidos à existência do homem em sociedade.

negou acesso aos documentos, como também o fez com outros pesquisadores. Esse impedimento representa uma lacuna considerável na realização de novas interpretações sobre o tema e que poderiam utilizar as fontes recolhidas anteriormente.<sup>134</sup>

As apreensões decorrentes da “seleção dos entrevistados”, “o caráter fluido e dependente da memória”, “a morte dos participantes”, “o silêncio dos remanescentes” e as “possíveis perdas de documentações” foram considerados pelos historiadores quando da crítica das fontes orais. Então, o caminho mais seguro encontrado pela maioria dos doutorandos em suas teses para verificar a “possibilidade objetiva” dos dados obtidos foi o uso das entrevistas para complementar as informações, comparando os depoimentos com outras fontes.

De modo geral, apenas verificar a proximidade temporal e a possibilidade objetiva da documentação escolhida pelo historiador não é suficiente para a investigação histórica, pois o conteúdo resultante desse processo deve ser transmitido para os leitores de forma sintética e compreensível. Desse modo, “as técnicas de apresentação dos dados obtidos na produção histórica” são variáveis importantes para a crítica das fontes, uma vez que facilitam a interpretação dos dados, reunindo-os em um mesmo suporte – tabelas, gráficos e mapas. Assim, a próxima seção analisará a utilização de técnicas de apresentação e as estratégias empregadas pelos autores ao selecionarem determinadas representações gráficas.

---

<sup>134</sup> Machado (2001) elogiou Duglas Teixeira Monteiro por apresentar a íntegra dos depoimentos colhidos por ele. A exemplo do sociólogo, Machado (2001) fez o mesmo em sua tese. Dessa forma, o autor acreditava que seria possível para os demais pesquisadores lançarem novos olhares sobre o conteúdo das entrevistas realizadas anteriormente na região. Deve-se considerar que, no caso da História Oral, o tempo é um elemento fundamental para a realização das entrevistas, seja para evitar perdas (com a morte dos participantes de determinado evento), seja para extrair uma perspectiva mais próxima do episódio em tela.

### **4.2.3 Técnicas de apresentação e estratégias na produção do conhecimento histórico**

Os historiadores acadêmicos, ao considerar as variáveis “proximidade temporal” e “possibilidade objetiva”, concedem plausibilidade às abordagens propostas, uma vez que problematizam o contexto no qual as fontes de pesquisa foram produzidas. Na construção de suas tramas históricas, as matérias jornalísticas e os depoimentos foram inseridos pelos autores majoritariamente em citações longas, muito embora também haja casos de menções curtas e indiretas às reportagens e aos depoimentos. A estratégia dos intelectuais ao realizarem esse procedimento foi respaldar empiricamente suas elucubrações teóricas.

Entre as técnicas de apresentação dos dados obtidos na investigação científica, pode-se referir ao uso de tabelas, gráficos e mapas. Percebe-se uma diferença significativa no emprego desses recursos gráficos que mudam de acordo com os eixos “ocupação do território e conflitos sociais”, “relação homem-natureza”, “catolicismo popular e suas ressignificações” e “relações de poder”.

Entende-se que o referencial teórico-metodológico adotado pelos intelectuais determina a necessidade ou dispensabilidade do uso de representações gráficas. Por exemplo, enquanto as teses do eixo “relação homem-natureza” possuem mapas, gráficos e tabelas para reforçar ou elaborar argumentos para a explicação dos objetos, as teses que visam problematizar a cultura dos caboclos a partir de sua religiosidade empregam esses recursos de forma comedida, geralmente com o intuito exclusivo de ilustrar uma percepção sobre os eventos.

Destaca-se também uma diferença relativa ao conteúdo das representações gráficas, além da natureza e frequência com que aparecem no texto. No eixo “ocupação do território e conflitos sociais”, por exemplo, observa-se que os mapas, plantas e croquis são inseridos nas obras quando os autores analisam as disputas entre Santa Catarina e Paraná acerca da zona contestada, a construção da EFSPRG, a Guerra do Contestado e o processo de colonização do planalto catarinense na década de 1920. Já as tabelas apresentam a atividade produtiva da Lumber (VALENTINI, 2009) e a expansão da malha ferroviária no sul do Brasil (ESPIG, 2008). Consideradas em sua totalidade, essas técnicas revelam a preocupação com a colonização e as questões agrárias advindas desse processo.

Xavier de Carvalho (2010), por sua vez, problematiza a história do desmatamento das florestas com araucárias no sul do Brasil utilizando tabelas, gráficos e mapas como recursos importantes para sua argumentação. Para ele, a construção de ferrovias dinamizou a comercialização de madeiras extraídas da região para outros estados e países, como Alemanha, Estados Unidos, Paraguai e Uruguai. Esse argumento é reforçado pela apresentação do quantitativo de madeiras – em milhares de metros cúbicos – vendidas para a Argentina durante 1926 a 1950 e 1964 a 1977 (XAVIER DE CARVALHO, 2010, p. 138), além das exportações brasileiras – em mil réis – entre 1910 e 1912 (2010, p. 114).

Brandt (2012), ao trabalhar com tabelas, tem outro objetivo: identificar o aumento dos estabelecimentos rurais entre 1920 e 1940 nos municípios de Campos Novos, Curitibanos, Lages e São Joaquim, bem como a introdução de sementes exóticas na região a partir do Posto Zootécnico de Lages já na década de 1910. Entende-se, pela análise de sua tese, que essas inovações tecnológicas contribuem para a expansão da produção agropastoril, crescimento populacional nos campos do planalto, além de permitir melhor aproveitamento do solo pelos agricultores.

A utilização de recursos, como tabelas, gráficos, mapas, plantas e croquis, pelos historiadores acadêmicos tem duas funcionalidades na elaboração das teses. A primeira é reunir num mesmo suporte informações sobre assuntos variados, como as disputas fundiárias e de jurisdição entre Santa Catarina e Paraná, colonização da região, atividade produtiva da Lumber e o traçado da EFSPRG no sertão contestado; a segunda, o conteúdo explicitado e a frequência com que os autores empregam as representações gráficas contribuem para explicar o movimento do Contestado, compondo as narrativas acerca dos indivíduos, *habitus*, instituições, processos e instâncias de poder. Afirma-se, então, que as técnicas de apresentação dos dados obtidos através da crítica compõem a estratégia dos autores para reforçar os argumentos defendidos em suas teses.

### 4.3 INTERPRETAÇÃO: OS SENTIDOS PARA A EXPERIÊNCIA HUMANA NO TEMPO

Nesta seção, serão abordadas as respostas encontradas pelos historiadores acadêmicos para as perguntas que motivaram suas pesquisas e, por consequência, a coleta das fontes. Entende-se que as respostas são soluções possíveis para as problemáticas apresentadas ao longo das teses, e são alcançadas pela interpretação das informações extraídas da documentação. Nessa fase, é realizado o cruzamento dos dados obtidos pela crítica e preenchidas lacunas observadas no exame das fontes.

As respostas encontradas pelos pesquisadores decorrem das perguntas realizadas às fontes, mas também das informações possíveis de serem extraídas da documentação, ou seja, há uma relação intrínseca entre a heurística, a crítica e a interpretação, que conduzem à construção de uma versão verossímil sobre o passado. Entre as estratégias interpretativas citadas por Rüsen (2015) como responsáveis por conectar os fatos retirados das fontes, dando sentido às experiências do homem no tempo,<sup>135</sup> encontram-se a hermenêutica (na qual, prioritariamente, as experiências temporais dos sujeitos são levadas em consideração para explicar determinado evento), a analítica (onde o contexto no qual as ações humanas se desenvolvem é priorizado, visto que as estruturas sociais limitam o livre-arbítrio individual) e a dialética (em que a intencionalidade da ação humana é combinada com a análise macroeconômica).

Rodrigues (2008), Motta de Carvalho (2009), Valentini (2009) e Silva (2017) podem ser considerados historiadores que trabalham na perspectiva analítica. Rodrigues (2008), ao questionar o papel da campanha do Contestado na modernização do Exército, realiza um exame da propaganda institucional e dos eventos ocorridos em campo de batalha a partir de registros oficiais, matérias jornalísticas, entre outros suportes. A resposta encontrada pelo autor, que consiste no principal argumento de sua tese, foi de que a Guerra do Contestado era vista como um laboratório de testes para a modernização do Exército. Nesse período,

---

<sup>135</sup> As fontes não revelam o contexto onde certa ação ocorreu devido ao fato de terem um alcance limitado em termos de registro da experiência humana. Os relatórios, correspondências, processos judiciais e matérias jornalísticas, por exemplo, referem-se usualmente ao passado e ao presente de forma parcial, sendo incapazes de antever os efeitos dos atos enunciados. Cabe ao pesquisador, distante fisicamente do acontecimento, interligar os fatos extraídos das fontes, estabelecendo um sentido às vivências dos homens.

ocorre a tradução de manuais com técnicas de combates inspiradas na Alemanha e França (trincheiras), a utilização de armamentos modernos – metralhadoras de fabricação alemã e binóculos –, o emprego da “fotografia de guerra” como propaganda aos militares e a presença do telefone, telégrafo e do avião no teatro das operações.

Motta de Carvalho (2009) busca entender o projeto de modernização da agricultura de Santa Catarina e Paraná como uma tentativa de as oligarquias regionais galgarem prestígio político em âmbito nacional. O projeto ruralista capitaneado pelos latifundiários, que não integravam o eixo São Paulo-Minas Gerais, tem por objetivo aumentar a produtividade e a diversificação agrícola, fornecendo os gêneros alimentícios que demandavam as regiões produtoras de café. O Estado republicano impôs um conjunto de valores capitalistas à sociedade camponesa, entre os quais a adoção da propriedade privada através da Guerra do Contestado.

Valentini (2009) tem como principal questão explicar a influência das empresas Brazil Railway Company e, especialmente, da Southern Brazil Lumber & Colonization Company, na ocorrência do confronto armado. Após a análise das movimentações financeiras e comercialização de serrarias da Lumber, o historiador conclui que “a singular empresa industrial, instalada na Região do Contestado, provocou mudanças significativas na conjuntura social” (VALENTINI, 2009, p. 21). Para reforçar a argumentação, o autor reserva o último capítulo de sua tese para tratar das “abruptas transformações que ocorreram na região e que provocaram a crise que levou à luta armada” (2009, p. 28) a partir da instalação da madeireira no planalto contestado. Em outro trecho da obra, o historiador observa:

Mais do que nunca, a eclosão da Guerra do Contestado esteve relacionada diretamente à atuação da Brazil Railway Company e às suas subsidiárias. Dois momentos distintos separam a História do Contestado: antes e depois da instalação dos trilhos entre os Rios Iguaçu e Uruguai [...]. Após a inauguração da ferrovia, tudo mudou e teve início uma nova História do Contestado (2009, p. 56).

Silva (2017) analisa os acervos dos museus de Santa Catarina e Paraná no tocante ao confronto armado e como potencialmente construíram representações acerca do passado. Ao dissertar sobre os museus municipais e particulares situados na região do Contestado, o autor demonstra que sua criação, manutenção e exposições permanentes estavam ligadas aos interesses políticos de autoridades

locais e/ou famílias tradicionais. O caso de Curitiba foi emblemático pela atuação dos membros da elite local em manter uma versão positiva sobre o município, evidenciando o “tropeirismo” ao invés da Guerra do Contestado. “Em uma cidade [Curitiba] na qual o assunto ainda é indigesto entre descendentes de antigas e tradicionais famílias, continuava (e continua sendo) tarefa complicada querer acrescentar novas análises a respeito da memória sertaneja” (SILVA, 2017, p. 238). Tal situação também foi constatada no museu de Palmas a partir do destaque dado à ação dos coronéis na fundação da cidade e silenciamento em torno da “questão de limites”, que resultou na incorporação de grande parte do território do município por Santa Catarina. Os exemplos se repetem no museu de Lages, área de influência da família Ramos, e no museu da Polícia Militar do Paraná, devido ao enaltecimento da figura do cel. João Gualberto no combate do Irani. Segundo Silva (2017),

é fato que os assuntos culturais são tratados com descaso no Brasil e que por isso pode-se deduzir que o responsável por um museu tenha ampla liberdade de atuação, uma vez que não conta com pressões de governos que pouco ou nada contribuem (para o bem e para o mal) no gerenciamento destas instituições. Em geral isto é verdade [...]. No entanto há de se convir que exista um “teto”, um limite que não possa ser ultrapassado e que pode vir tanto de prefeituras e governos estaduais como de alguns seguimentos da sociedade [...]. Sobre os limites de ação do Museu, [Júlio Corrente] citou o caso das madeireiras que ainda atuam fortemente na região [de Caçador]. Nesse sentido, segundo ele, fazer uma exposição, mesmo que seja de curta duração, sobre o histórico desmatamento e o pouco retorno social destas Companhias trariam transtornos para o diretor da instituição uma vez que as madeireiras têm grande influência nas decisões da prefeitura (Júlio Corrente.<sup>136</sup> Entrevista concedida em 14/7/2016) (2017, p. 294-295).

Duas exceções foram apontadas por Silva (2017): o museu de Irani e o museu do Jagunço, em Taquaruçu. O museu do Jagunço foi idealizado por Pedro Felisbino, morador da comunidade do interior de Fraiburgo. Ele recolheu artefatos (armamentos, munições, painéis, equipamentos agrícolas) que remetiam ao período do confronto armado. Segundo o autor, essa instituição preencheu uma lacuna perceptível na análise das coleções de outros museus, demonstrando “a voz do caboclo” na Guerra do Contestado.

Rodrigues (2008), Motta de Carvalho (2009), Valentini (2009) e Silva (2017) entendem que as estruturas, sejam de governo, sejam pertinentes ao capital, influenciaram decisivamente na ocorrência de eventos e na posterior construção de

---

<sup>136</sup> Júlio Corrente era diretor do Museu Histórico e Antropológico da região do Contestado em Caçador quando ocorreu a entrevista.

memórias. Ao indivíduo enredado nos episódios desencadeados pela ação de uma instituição de poder, caberia apenas reagir ao contexto que lhe foi apresentado. A interpretação hermenêutica das informações extraídas das fontes, por sua vez, consideraria as ações dos agentes sociais como fundamentais para compreender os desdobramentos de determinada contenda. Nesse caso, pode-se citar as teses de Tonon (2008), Karsburg (2012) e Salomão (2012).

Tonon (2008) problematiza a continuidade da crença em São João Maria, analisando as vivências dos fiéis e a forma como rememoravam os ensinamentos do monge. Para o autor, a permanência da devoção decorre do sentido das prédicas proferidas pelo eremita para a vida das pessoas. O autor procura demonstrar ao longo de sua tese a simetria entre os discursos dos taumaturgos e o cotidiano dos sertanejos. A prova disso, segundo ele, eram as peregrinações realizadas até as “grutas do monge” em diferentes cidades do Contestado, o batismo nas águas santas, o nome dos descendentes de sertanejos e as lendas atribuídas a São João Maria ou José Maria.

Karsburg (2012) identifica o trajeto percorrido por Giovanni Maria de Agostini pelo continente americano. A reconstrução da história de vida desse personagem ocorreu a partir de uma interpretação hermenêutica das fontes disponíveis. Para o historiador, o primeiro monge do Contestado transitou por vários países da América desde 1838. O eremita faleceu em 1869 numa caverna próximo à vila de Mesilla, fronteira dos Estados Unidos e México.

Salomão (2012), ao problematizar a relação entre o mito sebastianista e a crença no santo homônimo, estabelecidos pelos caboclos do Contestado, afirma que o universo cultural religioso do sertão catarinense ressignifica a crença em São Sebastião, acrescentando atributos estranhos à hagiografia católica. Essa releitura deve-se ao catolicismo presente na época no interior brasileiro por meio de adaptações das “legendas de santos” às condições materiais e aspirações da população local, permitindo, assim, a conservação da fé e a coesão do grupo.

As teses de Tonon (2008), Karsburg (2012) e Salomão (2012) têm como principal preocupação a ação de indivíduos ou grupos sociais em determinados contextos históricos. A religiosidade dos caboclos foi um dos pontos de confluência das abordagens que tinham como foco a crença nos monges e em São Sebastião, e a memória sobre os primeiros anos de colonização do centro-oeste de Santa Catarina. Nas demais teses, as diferenças entre as modalidades interpretativas das

fontes não são tão aparentes quanto nos exemplos anteriormente citados. Machado (2001), Espig (2008), Xavier de Carvalho (2010), Brandt (2012), Tomporoski (2013), Poyer (2018) e Dallanora (2019) propõem abordagens que consideravam as estruturas sociais e políticas do início do século XX, ou, no caso de Carvalho (2010) e Brandt (2012), períodos mais recuados no tempo, conciliando suas análises com abordagens sobre as práticas humanas da vida cotidiana.

Machado (2001) problematiza as origens sociais e a formação política das lideranças caboclas a partir de um estudo sobre a sociedade camponesa presente no sertão contestado. Seu último capítulo, entretanto, é dedicado a Adeodato, um dos comandantes do movimento social. A partir dessa perspectiva interpretativa das fontes, o autor conclui que a maioria dos líderes eram médios agricultores e pecuaristas, possuindo uma família numerosa e, conforme o confronto armado se acirrava, podiam ser divididos nos partidos dos moderados (parentes e pessoas próximas a Eusébio Ferreira dos Santos) e dos radicais (como Elias de Moraes, Chiquinho Alonso e Adeodato).

Espig (2008) questiona sobre as origens dos turmeiros da EFSPRG e a possível participação deles na Guerra do Contestado. Para identificar esses trabalhadores, a autora utiliza como metodologia de pesquisa a Micro-História, ao mesmo tempo em que problematiza as políticas dos governos estaduais e federal que concederam terras para as empresas ligadas a Percival Farquhar. Segundo a historiadora, o término da linha tronco da EFSPRG ocorre de forma paulatina, tendo os trabalhadores três destinos prováveis: os estrangeiros (eram a maioria entre eles), que imigraram junto com suas famílias para colonizar a região e percebiam nas obras a oportunidade de aumentar sua renda familiar, retornaram para as colônias, principalmente no Paraná; os operários especializados, que tinham como principal atividade a construção de ferrovias, migraram para outras obras, principalmente para o ramal São Francisco e para uma estrada de ferro na Bahia, construída no mesmo período; algumas pessoas foram ocupadas em outros serviços do Sindicato Farquhar e nas atividades da madeireira Lumber.

Espig afirma que a constatação de a maioria dos trabalhadores ficar ociosa na região não se mostra plausível, em grande parte porque a Brazil Railway Company não tinha interesse em mantê-los ali, uma vez que poderiam se tornar posseiros nas propriedades da empresa. A companhia mantinha uma política rigorosa na preservação de seu patrimônio, contando inclusive com a segurança particular.

A versão de que os operários da EFSPRG participaram do movimento do Contestado se sustenta, em parte, pela paralisação dos trabalhos no ramal São Francisco em 1914, o que potencialmente levaria alguns operários a se juntarem aos sertanejos. Contudo, para Espig (2008), esses homens não representavam a maioria dos trabalhadores da ferrovia. A afirmação, comumente utilizada na historiografia tradicional sobre o Contestado, de que os proletários vindos de outras partes do país eram líderes do movimento também se mostra improvável para a autora, visto que os inquéritos produzidos pela força policial citavam, na maioria das vezes, indivíduos nascidos na macrorregião (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

Xavier de Carvalho (2010) analisa o desmatamento das florestas, considerando as araucárias como personagens principais da trama histórica. Sua análise de longo prazo pode ser caracterizada como uma interpretação dialética, pois o autor alterna uma perspectiva da longa duração com o destaque concedido à ação das madeiras no sul do Brasil. A resposta alcançada pelo historiador foi de que o impacto que se seguiu à comercialização da madeira com outras regiões foi muito maior do que quando eram destinadas apenas aos habitantes locais. A possibilidade de transformar a madeira de araucária em diversos móveis, bem como as características das matas – árvores relativamente próximas umas das outras –, ocasionou a exploração sistemática da floresta, e a modificação da paisagem.

Brandt (2012), por sua vez, questiona até que ponto as ações humanas foram limitadas ou impulsionadas pela natureza na ocupação do planalto de Santa Catarina. Conclui que, entre os séculos XVIII e XX, mudanças pontuais ocorreram na região, como a travessia dos tropeiros transportando muares para o Sudeste e o estabelecimento das primeiras fazendas de criação de gado e pouso. Entretanto, ainda nessa conjuntura era possível aos habitantes locais manterem as práticas tradicionais de agricultura e pecuária extensiva. Já com o ingresso das companhias estrangeiras, representado pelo Sindicato Farquhar, e o projeto de modernização das práticas agropastoris, o modo de relacionamento do sertanejo com a terra precisava conformar-se com as novas exigências do mercado. A natureza, portanto, desempenhou funções importantes, mas não decisivas para a exploração do território, influenciou em variáveis como os interesses comerciais envolvidos, as técnicas e tecnologias disponíveis para o plantio ou criação de gado, instituições de auxílio no manejo do solo e políticas públicas que viabilizavam investimentos na área.

Tomporoski (2013) examina, além dos impactos socioeconômicos e ambientais causados pela atuação da Lumber na região de Canoinhas, a reação dos trabalhadores às mudanças impostas pela empresa em seu dia a dia. O autor assinala que as transformações impingidas pela Lumber foram as restrições ao consumo de álcool, com a proibição da venda de bebidas alcoólicas em determinados dias e horários, o impedimento da posse de armas de fogo e brancas em áreas urbanas, a proibição de jogos, além do “aparato institucional” da madeireira, composto por cinema, hospital, farmácia, armazém, e, a partir da década de 1930, os jogos de futebol. Destaca ainda a existência de um corpo de segurança privado que agia, muitas vezes, coagindo os trabalhadores, dispersando e reprimindo movimentos grevistas. De outro modo, as mobilizações ocorridas em 1917 e 1919 por melhores condições de trabalho foram um sinal de resistência à política adotada pela empresa em relação aos proletários. Nesse caso, a interpretação dialética do historiador consiste na tentativa de conciliar a análise da empresa com eventos ocorridos na segunda metade da década de 1910.

Poyer (2018), a exemplo de Tomporoski (2013), Espig (2008) e Machado (2001), utiliza a Micro-História como metodologia para a análise de episódios de violência contra imigrantes; por exemplo, o “caso Kullak” (com desdobramentos ao longo da primeira década do século XX), o “massacre do Iguazu” (cometido na madrugada do dia 21 a 22 de novembro de 1914) e o assassinato de três membros da família Antoniewicz em 5 de fevereiro de 1915. Esses eventos despertaram o interesse da imprensa nacional e internacional e das autoridades brasileiras que temiam prejuízos à sua política de ocupação do território. A autora busca, portanto, aliar a análise dessas experiências de vida com as relações diplomáticas do governo brasileiro no início do século XX. A resposta da historiadora, após o exame das fontes, foi de que, entre as estratégias de garantia de direitos, os imigrantes também acionavam os órgãos públicos, tanto do Brasil quanto dos países de origem (embaixadas, parlamentos) para reclamar investigações de crimes contra compatriotas, recebimento de indenizações por desapropriação de terras, danos ao patrimônio e por mortes.

Dallanora (2019) demonstra, a partir da interpretação dialética das informações extraídas das fontes, que as lideranças políticas do ex-Contestado continuaram na década de 1920 a disputar terras e prestígio no centro-oeste de Santa Catarina. Os conflitos envolvendo os líderes locais demonstram que o Acordo

de Limites de 1916 não pôs fim às tensões relativas à posse de terras. Na configuração política dos anos 1920, muitos coronéis se filiaram aos interesses do Estado, ao passo que outros apoiavam os grupos revoltosos. O que estava em jogo nesses casos eram os interesses pessoais dos chefes locais. A política adotada pelo governo federal de incentivo à formação de batalhões patrióticos para combater o movimento tenentista pode ser comparada à incorporação de vaqueanos pelo Exército na Guerra do Contestado na medida em que ambos foram armados e pagos pelo erário público.

Ao considerar a “analítica”, “hermenêutica” e “dialética” como modalidades interpretativas, percebe-se a inviabilidade de identificá-las exclusivamente com um dos eixos: “ocupação do território e conflitos sociais”, “relação homem-natureza”, “catolicismo popular e suas ressignificações” e “relações de poder”, pois os historiadores realizam suas interpretações de formas diversas, ora privilegiando as estruturas, ora as ações individuais, ou a articulação entre ambas as abordagens de modo harmônico. No primeiro eixo, Machado (2001), Espig (2008), Tomporoski (2013) e Dallanora (2019) utilizam a dialética, ao passo que Valentini (2009) fez uso da analítica. No eixo “relações de poder”, Rodrigues (2008), Motta de Carvalho (2009) e Silva (2017) interpretam as fontes a partir da analítica e Poyer (2018), da dialética. Já as teses que versam sobre o “catolicismo popular e suas ressignificações” e “relação homem-natureza” empregam a hermenêutica e a dialética, respectivamente. Essa constatação indica que a modalidade interpretativa está ligada à escolha de metodologias adequadas para a investigação científica, mais do que com o referencial teórico adotado pelos autores.

As interpretações propostas pelos historiadores acadêmicos podem ser vistas como pontes entre as informações extraídas da documentação. Como foi observado, existem fontes de diferentes naturezas (oficiais, jornalísticas, bibliográficas e orais), mas incapazes de permitir o acesso integral do passado. Cabe, então, ao pesquisador, a partir de seu referencial teórico e da seleção de metodologias apropriadas, produzir um conhecimento plausível sobre o que aconteceu. Na análise historiográfica das teses sobre o Contestado, percebe-se que o conjunto de respostas encontradas pelos doutorandos (apresentadas durante esta seção) é capaz de revelar um panorama do movimento social, que se desdobra posteriormente em representações sobre os indivíduos, *habitus*, instituições, processos e instâncias de poder que o compõe.

## 5 NARRATIVAS E SENTIDOS NA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE O CONTESTADO

Este capítulo problematiza a elaboração de sentidos nas narrativas sobre o Contestado. Entende-se que as narrativas, como vetores da matriz epistemológica do conhecimento histórico, não apenas apresentam os resultados da investigação empírica, sendo também representações do passado. Desse modo, o objetivo do presente capítulo é identificar de que forma os indivíduos, *habitus*, instituições, instâncias de poder (ou seja, os personagens), os processos (eventos na longa duração) e o espaço – objetos de interesse dos historiadores acadêmicos – foram representados, a fim de delinear sentidos da produção histórica sobre o Contestado.

A narrativa enquanto representação do passado difere das perspectivas orientadoras e dos métodos de pesquisa. Ela pode ser considerada, de certo modo, uma arte, na medida em que sua função não é apenas reproduzir os fatos tal qual ocorreram no passado, mas encontrar uma razão de ser para eles. A experiência humana no tempo está repleta de sentidos e o homem tem uma “necessidade transcultural” (RICOEUR, 1994, p. 85) de organizá-los de forma que consiga criar uma narrativa para si, seja enquanto indivíduo ou clã, profissional de determinada área, membro de alguma agremiação ou nacionalidade. Assim sendo, a História possui um caráter terapêutico, visto que orienta o ser humano na concepção de narrativas, abstraindo do caos da experiência um sentido para a vida. Da mesma maneira que, “as histórias, regra geral, não são apropriadas em sua totalidade e sem quaisquer restrições, mas sim de forma própria, discursiva, ajustadas por assim dizer ao horizonte de interpretação dos receptores” (RÜSEN, 2015, p. 69).

Ricoeur (1994), por sua vez, utilizou o conceito de “mimese” para explicitar porque a narrativa histórica não é a reprodução fidedigna do passado (e nem poderia ser).<sup>137</sup> Segundo o filósofo francês, são três as etapas/mimeses que compõem a elaboração da narrativa. Em primeiro lugar, a “prefiguração do campo prático”, ou seja, o retorno à pré-compreensão familiar que se tem da ordem da ação. No caso do historiador, essa fase é caracterizada pelo conhecimento prévio sobre o assunto, a investigação em fontes e a leitura das bibliografias produzidas até aquele momento sobre o Contestado, por exemplo. Posteriormente, os resultados da

---

<sup>137</sup> Para Ricoeur (1994), a mimese é a “imitação criadora” ou a “representação da ação”.

pesquisa são convertidos em palavras, sentenças e parágrafos (é a entrada no “reino da ficção”) e, finalmente, a “refiguração” pela recepção da obra, que consiste na apropriação do texto pela comunidade de leitores. As narrativas, portanto, são uma via de acesso do leitor para o debate relativo às condições de produção de um conhecimento histórico expresso em determinada obra, ao invés de uma descrição exata do que “realmente” aconteceu no passado.

Antes de analisar as narrativas elaboradas pelos historiadores, é importante salientar que o referencial teórico utilizado neste capítulo está embasado no conceito de “intriga” em Paul Ricoeur (1994). Segundo o filósofo francês, a intriga pode ser considerada uma história, contendo uma base empírica, que envolve fatores heterogêneos, tais como personagens, intenções, estratégias, ações, contextos e resultados inesperados, traumáticos e violentos. Ainda segundo Ricoeur (1994), os elementos que fazem parte da intriga são basicamente o espaço (onde a ação acontece), os personagens (que praticam a ação) e os eventos (a ação e os seus desdobramentos). Nesse sentido, pode-se observar, nas teses sobre o Contestado, intrigas elaboradas pelos pesquisadores, pautadas em suas interpretações sobre os dados extraídos das fontes. O espaço é o planalto de Santa Catarina. Os personagens são caboclos insurgentes, coronéis, militares, imigrantes, turmeiros da EFSPRG, funcionários da Lumber, além de instituições como as empresas do Sindicato Farquhar ou espécies vegetais nativas da região como as araucárias. Entre os eventos, estão a construção da malha ferroviária, o desmatamento, a colonização, a Guerra do Contestado e a modernização da agropecuária. É através do exame das interações entre o espaço, os personagens e eventos, que se delineou os sentidos produzidos pelos historiadores para o Contestado.

De modo a identificar os elementos da intriga, optou-se por empregar como método de investigação a “Análise de Discurso”, conforme preconizada por Eni Orlandi (2003 e 2005). Para ela, os textos poderiam ser tratados como uma “unidade de análise”, sejam eles artigos, capítulos, coletâneas, parágrafos, frases ou palavras, e estivessem eles em revistas, livros, discos, álbuns fotográficos ou *outdoors*. Então, para cumprir com o objetivo proposto, foi selecionado o conjunto de teses produzidas nos PPGHs sobre o Contestado como unidades de análise. A fim de demonstrar as interações entre os elementos da intriga e a constituição de sentidos através da narrativa, o capítulo foi dividido em três seções. Na primeira, intitulada “Contestado e territorialidade”, foram debatidas questões pertinentes à

geografia do planalto catarinense e se elas eram tratadas isoladamente, ou articuladas ao modo de vida da população local. As obras, objeto de estudo nessa seção, foram aquelas em que os autores delimitaram, de forma explícita, o espaço onde ocorreu a mobilização dos caboclos. Posteriormente, em “Os protagonistas do movimento do Contestado”, foram identificados os principais agentes abordados nas teses, sejam eles instituições, instâncias de poder ou indivíduos. Por fim, em “A narrativa: fatos e sentidos”, foram problematizados os eventos que, segundo os autores, tiveram impactos mais profundos sobre o *habitus* dos sertanejos, implicando em mudanças socioambientais e nas relações de poder na região.

## 5.1 CONTESTADO E TERRITORIALIDADE

O termo “Contestado” pressupõe o conflito, pois remete a algo que não é pacífico, motivo de disputas políticas e jurídicas entre indivíduos ou instituições. No caso do planalto catarinense, a polissemia do conceito pode dizer respeito à Guerra ocorrida entre 1912 e 1916, às disputas judiciais envolvendo Santa Catarina e Paraná, ao território em litígio ou ao movimento social que não se restringiu ao fim das contendas entre os estados do Sul. Dessa forma, é importante identificar na construção das narrativas dos historiadores qual o sentido que eles pretendem para o “Contestado”. Inicialmente, deve-se salientar que o objeto de interesse desta seção é a análise de discurso relativo à região onde se desenvolve o movimento social. Nesse sentido, foram selecionados para exame aqueles autores que delimitaram de forma explícita em suas teses o território em questão.<sup>138</sup> Machado (2001, p. 55) assim demarcou o planalto catarinense:

regiões de matas e capoeiras do planalto médio e norte, nos vales dos rios Marombas, Taquaruçú, Paciência, Canoinhas, Timbó, Peixe e Iguaçú, região do oeste e norte do município de Curitiba [...] Mais ao norte, nos vales dos rios Canoinhas e Paciência, e à oeste, em Campos Novos.

---

<sup>138</sup> Entre esses historiadores, estão Machado (2001), Valentini (2009), Xavier de Carvalho (2010) e Brandt (2012). Entretanto, isso não significa que eles foram os únicos a se preocuparem com a interação entre a territorialidade e a economia, política e cultura. Todas as pesquisas históricas pressupõem espacialidades e temporalidades compatíveis com a análise do objeto de estudo.

Assim como Machado (2001), os demais historiadores que dedicaram parte de suas narrativas a aspectos territoriais do Contestado buscaram identificar a geografia do planalto catarinense, sua fauna e flora, além da importância da floresta ombrófila mista para a população local e para os animais silvestres. Valentini foi um dos autores a ressaltar a pertinência de “situar o ambiente onde ela [a Southern Brazil Lumber & Colonization Company] se instalou e contextualizar a sua edificação e atuação até o início da segunda metade do século XX” (2009, p. 29) para melhor compreender as mudanças ocorridas na região a partir da ação da madeireira. Poyer também frisou a relevância de “localizar geograficamente a região e caracterizar a sua paisagem, que nos remete conseqüentemente a questões sociais, políticas e econômicas da região” (2017, p. 68). Verifica-se, portanto, que a ocupação humana é tratada pelos autores de forma articulada à vegetação, ao clima e ao relevo presentes no Contestado. Via de regra, os historiadores destacaram a ancestralidade da presença do homem, a partir da ação de indígenas xokleng e kaingang, a biodiversidade do território, o caminho dos tropeiros e as primeiras fazendas para criação e engorda do gado.

Sobre o primeiro ponto – a ancestralidade da ocupação humana –, os historiadores se opunham à ideia de que o Contestado era um território desabitado e sem uma história até a construção da EFSPRG. Os indígenas, especialmente, kaingangs e xoklengs já habitavam as florestas com araucárias desde antes da vinda dos jesuítas e da passagem dos bandeirantes no Brasil Colônia. Seus hábitos alimentares incluíam o pinhão, a caça e a agricultura de subsistência. Quando da chegada dos primeiros migrantes, de origem ibérica, os conflitos com os nativos se intensificaram, mas também as possibilidades de trocas culturais.

Machado (2001) iniciou sua análise do planalto catarinense explanando sobre a história de Dona Carola e seu encontro com xoklengs nas margens do rio Marombas. A experiência da personagem é contada por seu bisneto, Ilson Neves de Moraes (13/11/1998), e é significativa para o entendimento das relações entre índios e colonizadores durante os séculos XIX e XX em Curitiba. A aparente amenidade das primeiras trocas entre Carola e o menino indígena parecia revelar a possibilidade de convivência pacífica entre brancos e nativos. Para Tomporoski (2013), os encontros entre grupos étnicos distintos eram oportunidades para o intercâmbio de conhecimentos, tais como o uso de “ervas medicinais” e da coivara – incineração da vegetação nativa para a adubação do solo e posterior plantio.

Entretanto, as circunstâncias de contato como as descritas acima eram exceções. O assassinato da criança indígena pelo sobrinho de Dona Carola, Clemente, desencadeou, segundo o relato de Ilson, ataques a diversas fazendas e, posteriormente, o extermínio da população originária pela ação de colonos armados. Machado (2001) afirmou que, “normalmente a população ‘branca’ procurava liquidar com os bugres das regiões recém ocupadas como uma forma preventiva de ‘limpeza de terreno’” (MACHADO, 2001, p. 39). Chama a atenção nessa citação o modo pelo qual o autor escreveu o termo “branca”, colocando-o entre aspas. Pelo contexto em que essa afirmação aparece na obra do pesquisador, é possível inferir que as ações violentas contra os nativos aconteciam também por iniciativa de não-brancos como caboclos e indígenas de outras etnias que, servindo aos interesses dos colonizadores, também buscavam resolver desentendimentos com tribos rivais.

Os historiadores apontam a atuação dos bandeirantes paulistas e bugreiros como sendo os primeiros contatos entre os indígenas do planalto catarinense com os colonizadores.<sup>139</sup> Entretanto, essas foram breves reflexões sobre o tema. Maior atenção é concedida ao caminho das tropas iniciado no século XVIII e que atravessava a região. Machado (2001) afirmou que um “novo ciclo povoador” começou com a viagem dos tropeiros pelo sertão de Santa Catarina e Paraná.

Com o caminho das tropas se formou um longo curso de fazendas de invernada e criação, locais de importância fundamental ao repouso e engorde do gado extenuado pelas longas jornadas, o que acabou por transformar esta região em fronteira de expansão da pecuária paranaense e gaúcha (MACHADO, 2001, p. 44).

Segundo Brandt (2012), essas fazendas propiciaram uma nova fisionomia à região na segunda metade do século XVIII. As vilas de Lages, Curitiba e Campos

---

<sup>139</sup> Os bugreiros eram os agentes responsáveis por localizar e capturar os aborígenes. Sobre o assunto, *vide*: BRANDT, Marlon. Construções do espaço rural dos campos. In: \_\_\_\_\_. *Uma história ambiental dos Campos do Planalto de Santa Catarina*. Tese (Doutorado em História) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Eunice S. Nodari. Florianópolis, SC, 2012. p. 131-137; MACHADO, Paulo Pinheiro. Bugres, tropeiros e birivas. In: \_\_\_\_\_. *Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916*. Tese (Doutorado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Orientador: Prof. Dr. Cláudio H. de M. Batalha. Campinas, SP, 2001. p. 38-42; VALENTINI, Delmir José. O sertão sul-brasileiro. In: \_\_\_\_\_. *Atividades da Brazil Railway Company no Sul do Brasil: a instalação da Lumber e a Guerra na Região do Contestado (1906-1916)*. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Orientadora: Núncia S. de Constantino. Porto Alegre, RS, 2009. p. 35-43.

Novos foram formadas como pontos de pouso para as tropas que partiam do Rio Grande do Sul até as feiras de Sorocaba/SP. Já Machado (2001) traçou um perfil dos tropeiros que se estabeleceram na região. Eram famílias paulistas e gaúchas, alguns escravos, pessoas livres e pobres que viviam da pecuária extensiva, da agricultura de subsistência, venda do excedente e da comercialização de erva-mate.

Machado (2001), Valentini (2009) e Tomporoski (2013) analisaram os caminhos das tropas para corroborar o argumento de que a população planaltina não estava isolada em um sertão distante. Ao invés disso, ela mantinha relações comerciais e familiares com os viajantes, obtendo informações sobre acontecimentos sociais e políticos de outras partes do país, conectando os “centros urbanos como São Paulo e regiões distantes, como a fronteira com o Uruguai” (TOMPOROSKI, 2013, p. 60). Dessa forma, as reivindicações dos sertanejos no movimento do Contestado podem ser percebidas como uma crítica social comum à população pobre da fronteira sul do Brasil.

Cita-se ainda outros argumentos usados pelos autores para referendar a tese de que a ocupação demográfica do planalto catarinense era remota. Entre eles, a constatação de que os “bairros rurais” contribuíram decisivamente para a povoação da região;<sup>140</sup> a existência de uma rede de convivência entre os vizinhos, capaz de consolidar laços de amizade e cooperação, materializados nas festas religiosas, puxirões e no uso comunal das terras; além da vinda de imigrantes europeus para se estabelecerem no interior de Santa Catarina e Paraná a partir de 1890.<sup>141</sup>

Já a biodiversidade da região é problematizada, especialmente, por Valentini (2009), Xavier de Carvalho (2010) e Brandt (2012). Valentini iniciou sua narrativa sobre o planalto catarinense definindo o que é a floresta ombrófila mista e sua localização geográfica. Ao explanar sobre as várias vegetações que compõem esse ecossistema, o autor teve por objetivo apresentar ao leitor as diversas espécies vegetais da região, bem como os recursos naturais a serem explorados pelas

---

<sup>140</sup> Machado (2001) e Tomporoski (2013) compartilham a percepção de que os bairros rurais são elementos importantes para entender a ocupação do planalto contestado. Ambos fazem referência a Antônio Cândido Mello e Souza e seu livro *Os parceiros do Rio Bonito: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida* (2001). Nesse sentido, os bairros rurais eram formados por casas bastante próximas, como em um povoado, ou tão afastadas que nem pareciam ser uma unidade.

<sup>141</sup> Contudo, “por não virem como colonos para pequenas propriedades [...] os alemães do planalto se transformaram em criadores ou lavradores, reforçando o perfil social anteriormente existente na região” (MACHADO, 2001, p. 59). Esse cenário só foi alterado no início do século XX com a chegada das empresas Brazil Railway Company e Lumber.

madeireiras. Sua intenção era destacar a importância da iniciativa das empresas ligadas ao Sindicato Farquhar na mudança da paisagem e no modo de vida da população local. Essa constatação torna-se clara em trechos como “a ferrovia foi inaugurada no ano de 1910 e, até então, a região era habitada, esparsamente, pelas comunidades indígenas e pelos caboclos e mestiços pioneiros” (VALENTINI, 2009, p. 56). Para o autor, a atuação das empresas norte-americanas impactou também na extração e comercialização da erva-mate, que, até o início do século XX, era realizada de forma “artesanal” e não representava uma alteração no número de pessoas, bem como na concentração populacional em determinada área. Entretanto, frisa Valentini (2009), foram os empreendimentos resultantes da instalação das madeireiras pertencentes à Lumber, responsáveis “pela construção de moradias para os operários, de edificações para as casas de comércio, de necessidades de transporte, de criação de escolas” (2009, p. 64), além de outras mudanças percebidas na sociedade local.

Xavier de Carvalho (2010) também teve como objeto de estudo a floresta ombrófila mista. O historiador buscou demonstrar a ancestralidade e grandiosidade das florestas com araucárias por meio de argumentos como: “as florestas em particular existem há cerca de 400 milhões de anos” (XAVIER DE CARVALHO, 2010, p. 37); as primeiras coníferas (incluindo a família das araucárias) datam de duzentas e cinquenta e um milhões de anos; “as florestas com araucárias ocupavam até o século XIX cerca de 200.000 km<sup>2</sup> dos planaltos do sul do Brasil” (*idem*). Sobre a diversidade do ecossistema, o autor destacou que entre as espécies que compunham a “fisionomia do tipo florestal” estavam a imbuia, a canela lageana, a erva-mate, o butiá e o xaxim. A estratégia de Xavier de Carvalho, nesse sentido, é “evitar uma visão estática dos ecossistemas, como se eles representassem apenas o cenário em que se desenrolou a atividade humana, como se os próprios ecossistemas não tivessem uma dinâmica independente” (2010, p. 50). A floresta com araucárias não era um espaço “intocado” como levou a crer, segundo o autor, o “discurso de muitas fontes do período”, pois as mudanças climáticas e da geografia global do planeta (com a movimentação das placas tectônicas e o fim da Pangeia) já interferiram no desenvolvimento e conservação das matas, mesmo antes da ação humana nas florestas no início da ocupação das Américas por homínídeos.

Entretanto, o desmatamento empreendido a partir do século XX no planalto sul-brasileiro teve algumas características que o distinguiram das mudanças

ocorridas até então. Segundo Xavier de Carvalho (2010), essa diferenciação se assenta em duas razões principais: as transformações ambientais foram efetuadas essencialmente pela ação humana e a destruição da mata nativa aconteceu com rapidez. Esses fatores auxiliam a entender a importância de observar mais atentamente a ocupação sistemática da região com o fluxo de imigrantes e a utilização de novas tecnologias nesse período histórico.

Como se pode identificar nessas teses sobre o Contestado, os aspectos territoriais do planalto catarinense são tratados de forma articulada à economia, cultura e ocupação demográfica. Os sentidos forjados pelos historiadores acadêmicos para o Contestado são de que somente é possível compreender os sujeitos, suas intenções, estratégias, ações e desdobramentos considerando as interações humanas com a natureza. De outro modo, quando da finalização da construção da EFSPRG, o início das atividades da Lumber e a colonização da região no século XX já havia pessoas que ali moravam por gerações e que sofreram os impactos do empreendimento capitalista na região.

Havia, portanto, diferenças significativas no modo como os caboclos se relacionavam com o meio ambiente e as dinâmicas socioeconômicas impostas pela presença das companhias estrangeiras na região. As lideranças caboclas, coronéis, Exército nacional, imigrantes, trabalhadores da EFSPRG e da Lumber, empresas do Sindicato Farquhar e oligarquias do Paraná e Santa Catarina possuíam diferentes perspectivas e motivações relativas à ocupação e exploração do território. Nesse sentido, torna-se importante analisar de que forma os historiadores representaram os agentes sociais atuantes no planalto catarinense nas primeiras décadas do século XX, bem como a participação deles no movimento do Contestado.

## 5.2 OS PROTAGONISTAS DO MOVIMENTO DO CONTESTADO

As narrativas acerca do movimento do Contestado contemplam diferentes agentes sociais, sejam eles indivíduos como líderes caboclos, coronéis, oficiais do Exército, imigrantes, trabalhadores da EFSPRG e da Lumber, sejam instituições como as forças armadas, as oligarquias e as empresas estrangeiras. Os diferentes tipos de personagens abordados nas teses revelam, além da diversidade de perspectivas teórico-metodológicas que compõem o campo histórico, diferentes formas de representação sobre o Contestado. Essa constatação, evidenciada a partir da análise das teses produzidas entre 2001 e 2019, está em consonância com a definição de personagem em Ricoeur:

nada na noção de personagem, entendido no sentido daquele que faz a ação exige que este seja um indivíduo. [...] o lugar do personagem pode ser tomado por qualquer um designado na narrativa como sujeito gramatical de um predicado da ação, na frase narrativa de tipo “X faz R” [...] O indivíduo responsável é somente o primeiro de uma série de análogos entre os quais figuram os povos, as nações, as classes e todas as comunidades que exemplificam a noção de sociedade singular (1994, p. 280-281).

De outro modo, afirma-se que os autores problematizaram dramas individuais de personagens principais e/ou secundários, protagonistas e/ou coadjuvantes como estratégia para reter a atenção dos leitores. Essa tessitura da intriga auxilia na compreensão do processo de expropriação da terra, das disputas pelo poder, dos conflitos culturais-religiosos e da exploração dos recursos naturais. Contudo, os atores não atuam como seres autônomos ao seu grupo social, mas se relacionam com o coletivo a que pertencem.

Os principais personagens da narrativa de Machado (2001), por exemplo, foram caboclos que lideraram o movimento do Contestado. O historiador demonstrou as origens sociais e políticas desses líderes, entre outros meios, através da análise de seus inventários. Segundo o autor, nomes como Praxedes Gomes Damasceno, Francisco Paes de Farias, Elias Antônio de Moraes, Alexandre Ferreira de Souza e Manuel Alves de Assumpção Rocha eram pequenos lavradores, cujas posses foram divididas entre famílias numerosas. Havia, portanto, uma relativa homogeneidade no grupo rebelde: os caboclos eram “homens pobres, pequenos lavradores posseiros, agregados ou peões. Dessa forma, havia também brancos caboclos e alemães e polacos acabocladados” (2001, p. 131).

Nesse sentido, Machado (2001) afirmou que o fenótipo não é um fator decisivo para a definição de quem eram os caboclos. Os historiadores que defenderam suas teses posteriormente, de um modo geral, concordaram que as origens étnicas dos caboclos não eram determinantes para responder como este grupo se formou e quais seriam seus costumes em comum. Diante disso, alguns autores destacaram os elementos culturais, enquanto outros preferiram examinar aspectos sociais que interferiram nas percepções sobre esses sujeitos.

Motta de Carvalho, por exemplo, definiu a cultura cabocla “como o conjunto de valores e representações construídas por esta fração de classe ao longo da experiência histórica do século XIX e que contém como elementos fundamentais uma determinada forma de relação com a terra e com a natureza naquela região” (2009, p. 165). Para ele, a cultura cabocla deve ser entendida em uma relação dialética entre os *habitus* da população interiorana e a religiosidade, sintetizada na crença em São João Maria. Já Salomão (2012, p. 16) afirmou que:

é possível falar de uma cultura cabocla no Contestado, na qual se inseriram brancos e negros. Vários imigrantes europeus também se “acaboclarão”, tornando-se devotos de São João Maria (o santo regional de maior expressividade) e adotando modos de vestir e falar próprios da região.

Poyer (2018), por sua vez, propôs um contraponto à definição apresentada por Machado (2001). Depois de fazer uma transcrição de fragmentos da obra do autor sobre o conceito, ela discordou do pesquisador “quando esse diz que não há conotação étnica nessa palavra. Para mim, esse aspecto está implícito na palavra, inclusive na sua etimologia, é impossível falar em ‘caboclo’ e não pensar na questão étnico-racial” (POYER, 2018, p. 75). A autora concluiu, então, que o termo teve diferentes sentidos ao longo do tempo, indo do social, ao econômico e cultural.

Tomporoski (2013, p. 30) também havia se manifestado nesse sentido em sua tese. Segundo o autor, muito embora o indivíduo fosse identificado por características como cor de pele, pigmentação dos cabelos e olhos, era o modo de vida, tradições e costumes que definiam o sujeito. Para ele, os hábitos que configuravam o cotidiano dos sertanejos assentavam-se na manutenção de um pequeno roçado com diversos gêneros alimentícios, chamado de “roça cabocla”, geralmente atrás das casas, cuja produção em pequena escala garantia a subsistência da família. O excedente era trocado no comércio local ou com os

tropeiros. A prática do “pixurum” ou mutirão também era frequente na região. Ela consistia no trabalho coletivo em terras de um membro do bairro rural, a fim de auxiliar no roçado, plantio ou colheita. O dono das terras onde a atividade era realizada fornecia alimentação e ao final do dia havia um baile. Essa prática estreitava os laços de solidariedade entre os membros da comunidade, visto que estava baseada na confiança e reciprocidade. Para Tomporoski (2013), outro elemento que compunha o *habitus* dos sertanejos era o uso comunal da terra e o faxinal – a divisão em áreas de plantar e de criar.

Brandt (2012) observou que, em regiões de campos e florestas, era habitual o uso comunal das terras entre os caboclos. Os animais eram criados soltos e circulavam na vizinhança, quase sem obstáculos, à exceção de acidentes geográficos, como riachos, por exemplo. Nesse sistema de manejo e exploração do solo, a floresta servia como espaço de plantar e o campo era o espaço de criar. Então, os animais pastavam livremente, enquanto as roças eram cercadas.

Houve, portanto, na historiografia um consenso em torno do caráter sociocultural, das características e condições envolvidas em ser considerado caboclo no Contestado, além da relativização do fenótipo como fator determinante para a definição desse conceito. Os caboclos eram homens pobres que compartilhavam um conjunto de crenças, práticas comunitárias e econômicas baseadas na agricultura de subsistência e na ajuda mútua.

É possível verificar também nas teses analisadas a consolidação do processo de ocupação do sertão contestado por essa população antes do século XX, a partir dos caminhos de tropeiros e da instalação de fazendas de criação de gado. O aumento das tensões ocasionadas por novos agentes sociais como a EFSPRG e as madeireiras alteraram as relações de poder na região, provocando mudanças significativas no modo de vida dos habitantes locais.

As empresas do Sindicato Farquhar foram personagens importantes nas narrativas de Espig (2008), Valentini (2009), Xavier de Carvalho (2010) e Tomporoski (2013). Espig (2008) ressaltou a função estratégica que a construção de uma estrada de ferro ligando o centro ao sul do país tinha na época, especialmente, considerando-se os constantes conflitos entre o Brasil e os vizinhos do Prata. Muito embora alguns oficiais como Tapajós (1915) afirmavam a necessidade de linhas férreas para o rápido deslocamento de tropas e armamentos pesados, o fato era que EFSPRG pouco contribuía para os interesses dos oficiais, uma vez que o percurso

da linha sul, cheio de curvas, impedia altas velocidades, na mesma medida em que facilitava descarrilhamentos. Além disso, oficiais como Peixoto destacavam em suas correspondências o estado das “velhas locomotivas que se apressou aparelhar [referência à Brazil Railway Company], ludibriando as ferrujosas engrenagens para pô-las ao serviço militar rendoso e não regateado” (PEIXOTO, 1995b, p. 36 *apud* ESPIG, 2008, p. 198) durante a Campanha militar do Contestado.

Analisando as receitas financeiras da EFSPRG entre 1905 e 1916, Espig (2008) observou que, a partir de 1911, quando da inauguração do trecho sul da ferrovia, a empresa administradora passou a ter prejuízos com o transporte de pessoas e cargas. Apenas em 1914 e, especialmente em 1915, a Companhia obteve lucros. Essa condição foi possível graças à cobrança junto ao governo federal do deslocamento de tropas e armamentos na ferrovia. “O Exército Nacional deslocou-se à região, dentre outros motivos, para proteger a EFSPRG. Paradoxalmente, porém, ao utilizá-la gerava uma substancial dívida para a União” (ESPIG, 2008, p. 202). Segundo a autora, “um cálculo exato do valor despendido pelo Exército junto à EFSPRG é praticamente impossível, mesmo conhecendo o número aproximado de transportes efetuados e o preço das tarifas” (ESPIG, 2008, p. 205). Contudo, pode-se afirmar que o Exército brasileiro interferiu duplamente em favor da Companhia estrangeira. Inicialmente, defendendo as edificações e maquinários da empresa, e, para isso, acabando por pagar pelo uso dos trens e serviço de telégrafo.

De outro modo, foi através da EFSPRG que os caboclos insurgentes receberam revólveres e munições, segundo Setembrino de Carvalho, “contrabandeadas em caixões de cerveja, ou qualquer outro artigo de consumo insuspeito” (CARVALHO, 1916, p. 45 *apud* ESPIG, 2008, p. 216). Certamente, havia muitos sertanejos que, apesar de não migrarem para os redutos, eram simpáticos à causa dos rebeldes, auxiliando-os com diferentes suprimentos. Além disso, muitos comerciantes viam no confronto armado a possibilidade de ganhar dinheiro negociando com as tropas oficiais e com os caboclos insurgentes.

Na tese de Espig (2008), portanto, a ferrovia São Paulo-Rio Grande teve um papel importante para a Guerra do Contestado, de modo que a EFSPRG também poderia ser considerada uma personagem do movimento social, uma “testemunha ocular”, causadora dos conflitos agrários e confrontos envolvendo tropas oficiais e a população rebelada. Ao analisar o assassinato de um comerciante de origem italiana, Luís Schena, radicado na vila de São João, e a morte do capitão Matos

Costa durante a ofensiva rebelde contra as estações férreas, madeireiras e vilas em meados de 1914, observa-se a onipresença da estrada de ferro nas histórias narradas pela autora.

A narrativa de Espig (2008) sobre o assassinato de Luís Schena foi constituída pela análise de bibliografias anteriores tais como Demerval Peixoto – *Campanha do Contestado* (1995) –, Aurélio Stulzer – *A guerra dos fanáticos* (1982) –, Cleto da Silva – *Apontamentos históricos de União da Vitória, 1769-1933*, (1933) – e, principalmente, o artigo publicado no jornal *O Estado*, de Florianópolis, em 1983 por Dante Martorano. Trata-se de uma entrevista com “D. Ema”, filha de Luís, com quatorze anos de idade na época do assassinato. Espig (2008) indicou algumas precauções necessárias ao analisar a obra de Martorano, pois “construído no formato de artigo, o relato sofre visivelmente a interferência do entrevistador (que imprime um ritmo próprio ao texto) e também da memória de D. Ema, que seleciona e remodela os fatos” (ESPIG, 2008, p. 222). Apesar disso, Espig reconheceu a importância do texto para a compreensão do evento.

Segundo a historiadora, “quando surgira o aviso de que os ‘fanáticos’ estavam chegando, boa parte dos moradores saíra em fuga. Entretanto, não sobrara espaço para a família no trem de inspeção que passara na noite anterior ao ataque” (*idem*). Logo, é possível imaginar o pânico causado na população local, composta em sua maioria por trabalhadores da estrada de ferro, pelo comunicado da chegada eminente dos rebeldes. A família Schena foi obrigada a continuar em São João, haja vista que “não sobrara espaço [...] no trem de inspeção”. No dia seguinte, Luís foi vitimado com “um golpe de facão na altura do pescoço”.

Sua esposa presenciou sua morte, acompanhada dos cinco filhos; estes tiveram o choro impedido pelos invasores. Seus dois filhos adolescentes, de 14 e 12 anos, foram poupados, porém tiveram de ser escondidos para não esbravejarem contra os agressores. Outros dois homens, hóspedes do hotel, também foram assassinados na presença da família, apavorando ainda mais as crianças (ESPIG, 2008, p. 222-223).

O homicídio, via de regra, é entendido pelo senso comum como um ato brutal, realizado em uma situação limite, requerendo a punição imediata e exemplar do criminoso. Muito embora, atualmente, o relato de mortes costume despertar inquietação por seu caráter “traumático”, produzindo reflexões sobre a vida, as desigualdades sociais e a violência nas grandes cidades, percebe-se que as

peças criaram certa resiliência a essas notícias, tratando-as como algo da rotina. Nesse sentido, alguns elementos da narrativa podem contribuir para que a morte seja destacada ou atenuada, dependendo do interesse dos autores e para qual comunidade de leitores o texto se destina. No caso em específico, Espig (2008) ressaltou o impacto que as execuções tiveram nas crianças, tanto por terem presenciado a morte do pai, quanto de “dois outros homens, hóspedes do hotel”. Os termos “choro impedido”, “crianças” e “família” têm como função ressaltar a violência praticada no ataque dos rebeldes a São João e assinalar a importância do evento para a narrativa. A autora salientou que a estratégia dos caboclos naquela fase do movimento era executar todos os homens adultos, poupando a vida de mulheres e crianças. Dona Ermínia Schena, a viúva, chegou a Porto União da Vitória em 8 de setembro, após ter fugido a pé e, depois, em um vagonete conduzido por turmeiros da EFSPRG (MARTORANO, 1983 *apud* ESPIG, 2008, p. 223).

As histórias de Luís Schena e Matos Costa se inter cruzam na narrativa de Espig (2008), visto que o capitão do Exército se deslocou para a região devido aos ataques contra às estações de Calmon e São João, que resultaram, entre outros eventos, na morte do comerciante. As principais fontes utilizadas pela historiadora na produção da narrativa sobre o assassinato de Matos Costa foram o inquérito policial militar aberto para verificar as circunstâncias do crime e indiciar culpados e as obras produzidas por Helling (1931) e Silva (1933). Inicialmente, a pesquisadora procurou analisar a biografia do militar, tido por parte da historiografia como destemido, conhecedor das demandas dos caboclos insurgentes, empenhado na missão de pacificar o Contestado, mas também prepotente, de modo que “vários testemunhos apontam para uma postura arrogante por parte de Matos Costa ao saber dos ataques a Calmon e São João” (ESPIG, 2008, p. 226-227). Para a autora, o capitão acreditava que mediará um acordo com as lideranças rebeldes, sem saber sobre a ascensão ao poder do “partido guerreiro” em meados de 1914.

Ao descrever o evento, Espig (2008) se restringiu às fontes da época, preservando alguns conceitos presentes na documentação original sobre o ocorrido nas proximidades da estação São João em 6 de setembro de 1914:

a cerca de três quilômetros da estação de São João, o Capitão e boa parte de seus praças desceram do trem para um reconhecimento; *tratava-se, contudo, de uma emboscada e a força foi trucidada*, exceto pelos que fugiram no momento do tiroteio. O trem que os transportava retrocedeu sem ordens, *deixando os bravos completamente desprotegidos*. Matos Costa *permaneceu firme, tombando no serviço do dever e tornando-se um herói* (grifo meu) (2008, p. 226-227).

Dessa forma, a autora pretendeu demonstrar como os documentos elaborados no período sobre a morte de Matos Costa consolidaram uma determinada representação sobre ele – “bravo”, “firme” e “herói” –, abordando, por outro lado, a vilania dos caboclos, capazes de “emboscar e trucidar desprotegidos”. Espig (2008) ressaltou que o final do inquérito policial sobre a morte do militar eximiu de responsabilidade a companhia estrangeira administradora da EFSPRG e os subordinados ao capitão, recaindo a culpa exclusivamente nos rebeldes.

Os dois episódios se desenvolveram nas proximidades dos trilhos do trem. O ataque promovido pelos caboclos insurgentes contra o Exército tivera como palco a malha ferroviária, bem como o assassinato de Luís Schena, haja visto que seus familiares fugiram da vila com ajuda de turmeiros da EFSPRG. Nesse sentido, ao frisar a importância da ferrovia para a tessitura da intriga apresentada acima, a autora tornou a estrada de ferro uma personagem da narrativa sobre o Contestado.

A Lumber, outra empresa que compunha a holding de Percival Farquhar, foi um agente importante na narrativa de Xavier de Carvalho (2010). O autor afirmou que antes da chegada da madeireira em Santa Catarina existiam pequenos engenhos, nos quais as madeiras eram serradas “em escala artesanal” e atendiam as demandas do comércio local. Esse cenário mudou em 1911, com a instalação do grande complexo de Três Barras e a ampliação gradativa da capacidade de produção das outras serrarias presentes na floresta ombrófila mista.

Valentini (2009) destacou a estrutura da cidade-empresa de Três Barras. Na sede da Lumber, havia um hotel, escritório, hospital, farmácia, armazém, restaurante, cinema, serviços educacionais e até mesmo uma fábrica de gelo, buscando reproduzir o modo de vida dos dirigentes vindos dos Estados Unidos para o sertão contestado. Além disso, a companhia tinha um número considerável de escritórios na América do Sul, possuía departamentos em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Paranaguá, Buenos Aires e Montevideu, o que evidenciava a comercialização da madeira extraída de território catarinense em outros estados e países vizinhos. Xavier de Carvalho realizou uma análise semelhante à de Valentini.

A destruição da floresta com araucária colaborou através do suprimento constante de madeira para o acelerado crescimento urbano do Rio de Janeiro e São Paulo, que em poucas décadas tornaram-se em duas das maiores cidades do mundo. Da mesma forma, fileiras numerosas de caminhões carregados de madeira de araucária serrada partiram da região de Lages com destino à construção da nova capital federal no fim dos anos 1950 (XAVIER DE CARVALHO, 2010, p. 135).

Nesse sentido, Xavier de Carvalho (2010) e Valentini (2009) interligaram a história da devastação das florestas com araucárias ao desenvolvimento urbano de outras regiões do país, demonstrando a importância da árvore em cenário nacional, bem como inserindo os estudos sobre o Contestado em uma perspectiva global.

Outras duas cidades vorazes consumidoras de araucária foram Buenos Aires e Montevideu, que também tiveram um intenso crescimento urbano ao longo do século XX. [...] Além da Argentina e do Uruguai, uma série de outros países em todos os continentes aparecem nas listas de destino do pinheiro, destacando-se principalmente a Inglaterra, os Estados Unidos, a Alemanha e a antiga União Sul-Africana (atual África do Sul). Mesmo dentro do Brasil podemos falar em “exportação” de araucária para fora da região do ecossistema, e não só para o Sudeste, mas também para os Estados do Nordeste em quantidade significativa, e até para os Estados do Norte, em quantidades menores (XAVIER DE CARVALHO, 2010, p. 137).

Valentini (2009) também destacou a especialização do trabalho na madeireira, listando uma série de funções desempenhadas pelos funcionários dentro da serraria, escritório e nas matas: operadores de locomotivas e guinchos, foguistas, engatadores, lenheiros e guardiães de carregadores, feitores, afiadores e bitoleiros. A abordagem sobre os diferentes trabalhos desempenhados na madeireira revela, em primeiro lugar, o grande número de pessoas empregadas na empresa. Valentini (2009) diz ser difícil precisar quantos operários tinha a Lumber, haja visto a divergência entre as fontes da época. Contudo, ele apontou para um número aproximado de quatrocentos a seiscentos trabalhadores. Em segundo lugar, pode-se observar a intenção do historiador em dar ênfase à cadeia produtiva da extração e comercialização da madeira.

Além da madeira serrada, que foi o carro-chefe das exportações da Lumber, outra forma de renda era obtida através da fabricação de móveis. Enquanto o pinheiro possibilitava tábuas e vigas serradas para o comércio interno e externo, as imbuías tornaram-se a matéria-prima da fabricação de luxuosos móveis e de decoração de ambientes sofisticados no País e no exterior (VALENTINI, 2009, p. 184).

Tomporoski (2013), por sua vez, analisou as redes de poder no planalto norte catarinense, levando em consideração a influência da Lumber na vida política de Três Barras, na época distrito de Canoinhas/SC. Um dos episódios abordados em sua tese e que indica as relações estabelecidas entre a empresa e os entes públicos foi o assassinato do subdelegado Francisco Arruda Câmara Júnior.

A eleição de Otávio Xavier Rauen para a superintendência municipal de Canoinhas, em 1918, limitou a capacidade de interferência da Lumber no distrito de Três Barras. Rauen, representante de uma parcela do Partido Republicano Catarinense que fazia oposição à empresa estrangeira, exonerou Oswaldo de Oliveira, médico e político ligado à Lumber, do cargo de intendente distrital, e substituiu o subdelegado Theófilo Becker pelo tenente Câmara, “transferido de Joinville e sem quaisquer vínculos com a empresa ou com as tramas políticas na região de Canoinhas” (TOMPOROSKI, 2013, p. 252). O fato de a Lumber ter perdido a prerrogativa de indicar pessoas próximas para ocupar cargos públicos politicamente importantes para a empresa desencadeou acontecimentos que culminaram na execução do novo subdelegado.

Conforme Tomporoski (2013), a capacidade de nomear sujeitos de confiança para órgãos estatais era uma das faculdades que asseguravam o poder dos coronéis e, no caso da Lumber, vantagens auferidas pelo Estado. Nesse sentido, a substituição do subdelegado de Três Barras poderia causar prejuízos à madeireira, uma vez que “a relação entre a companhia e a força policial local havia sido construída com base na troca de favores e no atendimento das demandas da empresa, por parte destas autoridades, especialmente pelo subdelegado de polícia de Três Barras” (TOMPOROSKI, 2013, p. 253). O que comprova essa afirmação é Theófilo Becker ter sido contratado para chefe do corpo de segurança da Lumber, logo após ser exonerado do cargo de subdelegado.

A narrativa de Tomporoski baseou-se no processo-crime por homicídio do tenente Francisco Arruda Câmara Júnior, cujo réu foi Theófilo Becker e outros (Canoinhas, 1920), mas diferentemente da linguagem típica de um processo judicial, o autor iniciou a apresentação do evento como se escrevesse uma obra literária. O assassinato do tenente Câmara foi assim introduzido por Tomporoski:

Encontramo-nos no dia 28 de outubro de 1920, dezenove horas e trinta minutos, o *crepúsculo avançando sobre o planalto contestado*. No quartel do destacamento policial de Três Barras, o tenente Francisco Arruda Câmara Junior, *um jovem joinvillense, recém nomeado subdelegado de polícia daquele distrito*, conversava com três moradores da localidade (grifo meu) (TOMPOROSKI, 2013, p. 255).

O autor buscou envolver o leitor na cena analisada, de modo que este compartilhasse com o tenente Câmara, “um jovem joinvillense, recém nomeado subdelegado de polícia daquele distrito”, a angústia de ser surpreendido em seu ambiente de trabalho por um grupo de homens armados. Além disso, outro recurso usado por Tomporoski (2013) chama a atenção: referindo-se ao anoitecer em Três Barras, o autor escreveu “o crepúsculo avançando sobre o planalto contestado”. De certa forma, a utilização do termo “contestado” indica uma continuidade no tempo das disputas envolvendo o capital e a população local, representada nesse ato pelo crime cometido contra o subdelegado. Prosseguiu o seu relato:

Subitamente, os quatro homens perceberam a afluência de um numeroso grupo à porta da subdelegacia e o avanço de alguns integrantes à sala das audiências, onde se encontravam. Uma voz declarou rispidamente: “Estou aqui senhor tenente, me prenda agora!”. Ato contínuo, uma mão empunhando um revólver apareceu ao lado da porta e desferiu diversos tiros. O tenente Francisco Arruda Câmara Junior foi atingido por seis projéteis e morreu instantaneamente (TOMPOROSKI, 2013, p. 255).

A primeira impressão é de que o tenente Câmara foi surpreendido por relações de poder que desconhecia até momentos antes de sua morte. Tomporoski não dissuadiu o leitor dessa ideia inicial, mas ao longo de sua narrativa complexificou o evento em análise. O autor demonstrou que o assassinato praticado por Becker teve um caráter pessoal, na medida em que no dia anterior este havia impedido a execução de uma ordem de prisão despachada pelo subdelegado contra Hugo Bensch, chefe do Setor de Caldeiras da Lumber. Esse ato de desobediência também simbolizou o escárnio da empresa para com a nova autoridade policial.

De outro modo, Tomporoski (2013) ressaltou a impopularidade do tenente Câmara na comunidade devido ao combate de jogos de azar, proibidos em Canoinhas naquele período, o que foi a principal causa de rejeição da população ao novo subdelegado. Quando Becker ocupava este cargo, sabia que:

a excessiva repressão ao jogo poderia lhe trazer dificuldades na manutenção de seu controle sobre a população de Três Barras, o que explicaria certo consentimento em relação a esta questão – que também poderia existir em relação ao álcool e às armas – especialmente com amigos, conhecidos e trabalhadores da companhia (TOMPOROSKI, 2013, p. 256).

Então, no momento do assassinato, o tenente Câmara não possuía uma rede de apoio, encontrando-se em desvantagem frente a uma empresa que desde 1911 estava instalada em Três Barras, representada no ato pela mão armada de Theófilo Becker. Tomporoski (2013, p. 258) afirmou que “o conjunto de relatos sugere que o objetivo inicial do grupo era surrar o tenente Câmara, prendê-lo na subdelegacia, e, no dia seguinte, fazê-lo embarcar à força em um trem para fora da vila de Três Barras”. Segundo o autor, a estratégia da defesa de Theófilo era afastar a imputação de premeditação do assassinato, pois um grupo de pessoas descontentes com as “arbitrariedades” praticadas pela autoridade policial pretendia, inicialmente, apenas aplicar uma surra no tenente, até que em algum momento os planos mudaram.

A história do assassinato do tenente Câmara foi tratada por Tomporoski (2013) como representativa das ingerências da Lumber nos órgãos públicos de Três Barras, a partir de sua (in)capacidade de nomear pessoas para exercerem cargos que a beneficiassem. O fato de, ao longo de sua tese, serem trazidos diversos exemplos de trabalhadores que foram feridos no desempenho de suas atividades na madeireira demonstra uma característica do estilo de escrita do autor: conciliar as análises sobre a empresa com as experiências vividas pelos indivíduos.

Outro assassinato cometido na década de 1920, na região do Contestado, foi abordado por Dallanora (2019): a morte de José Fabrício das Neves<sup>142</sup> em 30 de janeiro de 1925, nas margens do Rio Irani. Os acusados pelo crime foram os irmãos Marcelino Ruas, José Camilo Ruas, Antônio Thomaz Ruas e Napoleão Ruas, conforme inquérito policial aberto em 2 de abril de 1925 (DALLANORA, 2019, p. 74). Na ocasião, todos os envolvidos faziam parte dos “Batalhões Patrióticos”, responsáveis por reprimir levantes armados contra o Governo Federal. Segundo Dallanora, “[...] o objetivo comum que aproximava esses homens tão diferentes nas suas trajetórias de vida estava permeado por rivalidades internas e anteriores ao fato ocorrido” (2019, p. 134), sendo que a execução do Coronel do Irani indicaria que

---

<sup>142</sup> José Fabrício das Neves teve participação decisiva na Batalha de Banhado Grande, sendo um dos indiciados pelo evento que resultou, entre outros fatos, na morte do cel. João Gualberto e do monge José Maria.

as lideranças locais continuavam aproveitando o “aparato do Estado brasileiro” para a resolução de problemas pessoais.

De acordo com a autora, entre as causas que podem ter conduzido ao assassinato de José Fabrício das Neves, esteve um desentendimento por conta de um contrato de compra e venda firmado por ele e Marcelino Ruas em junho de 1924.

Segundo a memória oral analisada por Martins com os descendentes de Fabrício das Neves, este teria pagado rigorosamente as prestações, mas Marcelino Ruas não poderia cumprir o contrato e “dar a escritura”, devido à “penhora no banco”. [...] Conforme depoimento do neto de Fabrício das Neves, “[...] a única saída dele era matar o Fabrício e os capangas dele [...]”, pois caso contrário seria morto. [...] Esses depoimentos apontam que o problema da penhora da terra impediria que Marcelino cumprisse o contrato, e o assassinato, por sua vez, pudesse decorrer de uma possível prevenção de punição por parte de Fabrício das Neves (DALLANORA, 2019, p. 119).

Marcelino Ruas, um dos principais atores da intriga de Dallanora (2019), comercializava erva-mate no centro-oeste catarinense desde 1919. Ele e seus irmãos monopolizavam a exploração do produto na região de Cruzeiro (atual Joaçaba) através da ameaça e de violência contra os concorrentes. Contudo, “em fins de 1925, ao que parece, Marcelino via enfraquecer o seu poder, pois, com a presença do coronel Passos Maia, auxiliado por praças financiados pelo estado, ele não mais poderia botar para correr concorrentes da firma Simão Ruas e Cia” (DALLANORA, 2019, p. 129). Um dos comerciantes que rivalizavam com o clã Ruas naquele período era Fabrício das Neves, o que reforça a ideia de que o assassinato nas margens do Rio Irani em janeiro de 1925 teve por motivação questões pessoais.

Ao analisar os discursos em torno das mortes de Luís Schena e do capitão Matos Costa (Espig, 2008), do tenente Câmara (Tomporoski, 2013) e de José Fabrício das Neves (Dallanora, 2019), observa-se que as narrativas sobre indivíduos que participaram do movimento do Contestado foram utilizadas como recursos para explicar os conflitos agrários, as relações de poder, as manifestações culturais-religiosas e a exploração do meio ambiente na região. A estratégia dos autores foi, a partir das fontes judiciais, chamar a atenção do leitor para histórias individuais com uma linguagem similar àquela encontrada em obras literárias. Dessa forma, afirma-se que os sentidos forjados para o movimento social, por meio da análise do discurso em torno dos personagens, é de que a vinda de empresas estrangeiras para o planalto de Santa Catarina, teve reflexos não apenas no nível

macroeconômico (colonização, instituição da propriedade privada, alterações nas relações trabalhistas), mas também na vida de pessoas comuns: pequenos fazendeiros, posseiros, agregados, peões, imigrantes, soldados, entre outros.

Os eventos examinados pelos historiadores, assim como os personagens, são diversificados e não se restringem aos anos da Guerra do Contestado. O desmatamento da floresta ombrófila mista, a construção da EFSPRG, as concessões de terras públicas, a criação de colônias com imigrantes europeus, o melhoramento de pastagens foram alguns dos assuntos tratados pelos autores como eventos que não se circunscreveram ao confronto armado. Eles estão ligados à compreensão de que o movimento do Contestado teve origens anteriores à campanha militar e desdobramentos que chegam até o tempo presente.

### 5.3 A NARRATIVA: FATOS E SENTIDOS

Os eventos, objeto de estudo nesta seção, devem ser percebidos enquanto elementos capazes de alterar as narrativas, de modo que, a partir de sua ocorrência, as vivências dos personagens se modifiquem de tal forma que é impossível retornar ao estágio anterior (antes do evento). Nesse sentido, não se trata necessariamente de uma ocorrência rápida e brutal. Conforme assinalado por Ricoeur (1994, p. 152), “[...] importa mais a um acontecimento que ele contribua para o progresso de uma intriga do que seja breve e nervoso, ao modo de uma explosão”. Segundo o filósofo francês, diferentemente do tempo curto em que o evento é explosivo, nos tempos médios e longos, ele é sintoma ou testemunho. Desse modo, os historiadores acadêmicos abordaram diferentes eventos cuja duração se prolongou no tempo, como, por exemplo, a construção da EFSPRG, a colonização, o desmatamento e a modernização da agricultura.

O evento principal da narrativa proposta por Espig (2008) foi a construção do trecho sul da ferrovia São Paulo-Rio Grande. Essa fase do empreendimento capitalista foi mais morosa do que a linha norte, pois, além das dificuldades impostas pela própria natureza, também havia problemas para arregimentar trabalhadores para executar as obras. Segundo a autora, entre as estratégias idealizadas pela Brazil Railway Company para impulsionar os trabalhos da EFSPRG, estiveram a oferta de salários acima daqueles praticados no mercado, o deslocamento de

funcionários do ramal São Francisco e de operários responsáveis pela manutenção da malha ferroviária para a linha-tronco. Ainda assim, diante da persistente falta de mão de obra, a empresa realizou campanhas publicitárias na Europa para atrair imigrantes e utilizou aliciadores, conforme matéria do jornal *Diário da Tarde* de 1908:

SP-RS. Nestes últimos dias tem chegado a esta capital [Curitiba] mais de 1.000 trabalhadores para a Estrada de Ferro São Paulo–Rio Grande, e hoje vieram mais de 300. *Os contratantes, segundo parece, estão arrebanhando a escória dos vagabundos do Rio, Santos e São Paulo*, de sorte que esses indivíduos tem dado que fazer a polícia para manter a ordem na hospedaria de imigrantes onde se tem alojado. Ainda ontem o Sr. Dr. Chefe de Polícia esteve até às 11 horas da noite na hospedaria, a fim de manter a ordem. O embarque hoje para Ponta Grossa desse pessoal, foi feito pela polícia com um contingente de infantaria e um piquete de cavalaria (DIÁRIO DA TARDE, 16/04/1908 *apud* ESPIG, 2008, p. 301 - grifos da autora).

A historiadora destacou trechos da reportagem que indicavam a procedência dos trabalhadores que, supostamente, migravam do “Rio, Santos e São Paulo” em direção às obras da EFSPRG, bem como os estigmas sociais atribuídos a eles, chamados pelo jornal de “escória dos vagabundos”. Anos depois, em 1916, o general Setembrino de Carvalho também utilizou essas informações como forma de justificar o esforço e dispêndios do Exército em campanha contra os “fanáticos do Contestado”. Além do *Diário da Tarde*, Espig (2008) abordou outros periódicos que puseram em suspeição a índole dos operários da ferrovia.

O jornal *O Progresso* relata a ocorrência de um “Grande Recrutamento” em Ponta Grossa, em outubro do mesmo ano: “Não sabemos se os que foram recrutados nesta cidade e seguiram com destino àquele lugar vão pegar em armas ou no cabo das picaretas” (O PROGRESSO, 11/11/1909). Nesse caso, menciona-se especialmente a condição desqualificada dos homens contratados, supostamente recrutados entre desocupados ou malfeitores da cidade (ESPIG, 2008, p. 332).

A participação dos empregados da EFSPRG no movimento do Contestado foi relativizada por Espig (2008). De acordo com ela, um pequeno grupo de trabalhadores permaneceu na região a fim de finalizar a linha-tronco em 1910 (ano da conclusão do trecho sul), enquanto os demais partiram para seus lotes de terras comprados de empresas colonizadoras, ou em busca de oportunidades na construção da malha ferroviária em outras regiões. Nesse sentido, a retomada das obras no ramal São Francisco em 1910 foi apresentada pela historiadora como um

destino viável para esses trabalhadores. Já a crise que paralisou as obras em 1913 pode ter motivado alguns desses operários a aderirem à causa rebelde.

Em 1913 as dificuldades financeiras da BRC começaram a interferir nos trabalhos da Estrada de Ferro São Francisco. Houve uma redução muito grande do pessoal, chegando mesmo a interromper, nos meses de junho e julho, a construção do trecho entre Canoinhas e Porto União da Vitória (MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, 1915a, p. 141) (ESPIG, 2008, p. 354).

Em 1914, vários operários que atuaram no ramal São Francisco foram demitidos e não receberam o valor que lhes era devido, ocasionando uma greve. Espig (2008) considerou que esses trabalhadores, descontentes com a Brazil Railway Company, poderiam ter se filiado ao movimento. A autora estimou que no máximo mil homens, conforme o cálculo de Pinto Soares (1920), estariam nessa situação: desempregados e dispostos a pegar em armas contra a companhia.<sup>143</sup>

Como visto anteriormente, Valentini (2009, p. 202) abordou a construção da EFSPRG como um evento que modificou as condições de vida da população local devido ao aumento do desmatamento, ao transporte e comércio de madeira, à colonização e à consolidação da propriedade privada. Segundo ele, existiu uma relação direta entre a inauguração da ferrovia e a Guerra do Contestado.

O desencadeamento da guerra na região do Contestado foi antecedido por acontecimentos significativos. Os mais expressivos foram a inauguração da Ferrovia São Paulo-Rio Grande, em dezembro de 1910, consolidando a via de chegada do capital internacional na região (VALENTINI, 2009, p. 203).

Ao dissertar sobre a estrada de ferro como a “via de chegada do capital internacional na região”, Valentini (2009) se refere ao projeto empresarial liderado por Farquhar que, na década de 1910, já contava com inúmeros empreendimentos no Brasil. Seu modo de operar previa aproveitar ao máximo as benesses do Estado, buscando potencializar a exploração dos recursos naturais disponíveis, de modo a obter lucro no menor tempo possível. No caso do Contestado, segundo Motta de Carvalho (2009), a ferrovia facilitava o transporte, a comercialização de madeira e demais gêneros produzidos nos núcleos coloniais, bem como o aumento do tráfego

---

<sup>143</sup> Xavier de Carvalho (2010) ressaltou que a suspensão das atividades da Lumber, na segunda metade de 1914, também acentuou as tensões sociais na região, visto que quatrocentos trabalhadores da empresa foram demitidos. O autor, portanto, considera a possibilidade de que o desemprego desses homens pode ter facilitado a arrematada promovida pelos rebeldes.

na EFSPRG viabilizava os custos de operação da companhia. Outro historiador que destacou o estabelecimento de empresas que atuavam em ramos complementares com o objetivo de aproveitar ao máximo as concessões estatais e dinamizar os gastos nas operações implementadas foi Xavier de Carvalho (2010). Segundo ele, “[...] para tornar a ferrovia lucrativa era conveniente, de acordo com Farquhar, desenvolver empresas que aumentassem o seu tráfego e atraíssem imigrantes, que por sua vez gerariam ainda mais demanda de tráfego para a ferrovia” (2010, p. 232). Essa postura diante dos negócios teve consequências práticas para aqueles que sofreram a expropriação de suas terras, o aumento do desmatamento, a impossibilidade de acesso aos ervais e a marginalização.

Motta de Carvalho (2009), considerando o impacto das alterações provocadas pela atuação das colonizadoras e madeireiras sobre a população local, afirmou que “a inclusão de novas relações de trabalho e o súbito interesse industrial pelas florestas existentes transformava a vida daqueles que viviam na região” (MOTTA DE CARVALHO, 2009, p. 141). No que concerne ao primeiro tópico, as longas jornadas de trabalho, o recrutamento de mão de obra através do pagamento de salários, a especialização das atividades nas serrarias e a hierarquização dos operários conforme suas funções gradualmente conduziram ao abandono de antigas práticas como o trabalho voluntário baseado na reciprocidade – próprio dos mutirões, por exemplo. No que concerne ao segundo tópico, deve-se pensar na desarticulação de um modo de vida específico que dependia da floresta para servir de abrigo e alimentar os animais durante o rigoroso inverno, além de fornecer pinhões, caça de animais silvestres e a exploração dos ervais nativos pela população local.

Desse modo, os empreendimentos capitalistas no planalto de Santa Catarina excluía os caboclos que habitavam a região. Havia uma preferência por imigrantes, especialmente vindos da Europa Central, que era evidenciada nas declarações oficiais de autoridades paranaenses e catarinenses, nos diversos periódicos de ambos os estados e em dispositivos legais como o Decreto nº 6533 de 1907, que disciplinava o modelo de colonização a ser adotado pela iniciativa privada. Para Motta de Carvalho, “as frações de classe organizadas em torno do ruralismo identificaram a possibilidade de implementar, através das empresas do grupo Farquhar, políticas públicas que reforçassem a sua dominação” (2009, p. 143), através da venda de terras para o projeto colonizador e áreas para desmatamento.

A colonização, portanto, impunha aos caboclos novos desafios. Os sertanejos, que durante gerações habitavam a região do Contestado sem os títulos da terra, passaram a ser vistos como invasores. Valentini (2009) usou de forma perspicaz os diferentes significados compreendidos em fontes da época de expressões como “estabelecidos” e “intrusos”, conforme apresentado no trecho: “Muitos moradores já estavam *estabelecidos* nas terras próximas ao Rio do Peixe, de longa data, e viviam na condição de posseiros [...]” (grifo meu) (VALENTINI, 2009, p. 203). Logo acima desse trecho, Valentini (2009) apresentou a declaração dos responsáveis pela Lumber ao presidente da Brazil Railway Company em 1917: “Esta propriedade *sempre teve intrusos* na mesma (...). Muito destes *intrusos* foram nascidos e criados na propriedade assim como seus pais, e para fazê-los se retirar agora encontraríamos grandes dificuldades” (grifo meu) (VALENTINI, 2009, p. 204). É, sem dúvida, interessante o fato de que são considerados “intrusos”, pelos dirigentes das empresas estrangeiras, pessoas que nasceram e se criaram na região, cujos pais e, provavelmente, avós também estavam ali “estabelecidos”. Em Espig (2008, p. 253), é possível verificar essa situação paradoxal imposta aos caboclos: “O Comissário de Terras da EFSPRG, Mr. Francis Cole, tratava os antigos moradores como invasores, mesmo aqueles que usufruíam da posse da terra há décadas”. E mais instigante são os representantes do capital ignorarem propositalmente a contradição dessa afirmação.

O desmatamento, outra consequência da inauguração da EFSPRG, foi tratado por Xavier de Carvalho (2010) como evento principal de sua narrativa. Para ele, apesar da ação humana modificar o ecossistema desde a ocupação primitiva do solo, foi no início do século XX que a exploração das matas nativas se intensificou devido à adoção de técnicas e equipamentos que permitiam maior produtividade às madeireiras. A instalação da Lumber em Três Barras, no ano de 1911, foi analisada pelo autor como um marco para a devastação da floresta com araucárias, devido ao ineditismo de suas práticas extrativistas. Segundo o autor, até a década de 1910:

embora existissem algumas pessoas extraído já uma quantia significativa de erva-mate e criando uma quantidade de bois e porcos que poderíamos considerar como pequena, as florestas com araucária estavam ainda em excelentes condições, se formos julgar as florestas primárias como o estado desejável de conservação de uma floresta (XAVIER DE CARVALHO, 2010, p. 210).

Para reforçar seu argumento, Xavier de Carvalho afirmou que os dirigentes da empresa planejaram, inicialmente, manter a madeireira funcionando por vinte horas diárias, utilizando assim a capacidade máxima dos equipamentos. Contudo, essa ideia não prosperou, tendo em vista não as condições físicas e psíquicas dos operários, mas os gastos que o trabalho noturno pressupunha com iluminação e secagem da madeira que servia como combustível nas caldeiras.

Em nível regional, a atuação da empresa estrangeira foi responsável pela “valorização das terras, intensificação da colonização, difusão de toda uma série de hábitos e costumes estranhos ao sertanejo que ali vivia, extermínio da população indígena e a devastação da floresta com araucária” (XAVIER DE CARVALHO, 2010, p. 202). No que se refere a valorização monetária da terra, deve-se mencionar a privatização das terras devolutas e a compra de áreas ou direitos de exploração das árvores pela Lumber por preços, para a época, acima do valor do mercado.

No total até 1911 a companhia tinha cerca de 225.000 hectares de terras cobertas em sua maioria de florestas com araucária primárias. [...] Aliás não é estranho imaginar o aumento repentino no preço da terra, pois a Lumber comprou essas áreas enormes de terras em apenas 3 anos (XAVIER DE CARVALHO, 2010, p. 233).

Como se pode observar, o historiador destacou a quantidade de propriedades adquiridas pela empresa, duzentos e vinte e cinco mil hectares, e o exíguo intervalo de tempo para que essas compras e concessões se efetivassem. Havia, pois, além do interesse das lideranças políticas locais em se beneficiar da venda de terras para a companhia, uma forte pressão sobre a população pobre para desocupar áreas que haviam sido concedidas pelos entes públicos ao Sindicato Farquhar.

O Estado, por sua vez, também foi favorecido pela atuação da Brazil Railway e da Lumber na região, visto que elas viabilizavam o projeto de colonização do interior do país com imigrantes europeus. Essa percepção das autoridades facilitou o processo de concessões de terras com o intuito de povoar os “sertões” – denominação adotada nos documentos oficiais e mapas do início do século XX.

Em termos mais concretos, o uso de termos como “sertão” e “região escassamente povoada” encontrados nas fontes era a expressão de um projeto para devastar a floresta com araucária para dar lugar a um ambiente completamente distinto, em que a presença das atividades humanas deveria ser predominante (XAVIER DE CARVALHO, 2010, p. 215).

Essa perspectiva sobre o papel do homem diante da floresta, além dos referidos ganhos monetários auferidos pela empresa, teve, segundo Xavier de Carvalho (2010), impactos ambientais significativos. Segundo o autor, o imaginário que se tinha na época era de que as árvores eram um recurso infinito. Desse modo, “a Lumber explorou as florestas com araucária de suas propriedades num ritmo intenso e insustentável durante os anos em que operou no planalto norte catarinense e nos campos gerais do Paraná” (XAVIER DE CARVALHO, 2010, p. 267-268). Em pouco tempo, a logística para extração da madeira teve que se adaptar à diminuição das árvores aptas para a exploração nas áreas originalmente utilizadas pela empresa.

Nesse contexto, Xavier de Carvalho (2010) destaca um impasse relativo ao modo de operação da madeira de Três Barras, cuja estrutura era gigantesca e dispendiosa para os investidores estrangeiros. Segundo o autor, serrarias menores como a de Cachoeirinha, que começou a funcionar em 1916 em Jaguariaíva/PR, também pertencente à Lumber, mostraram-se mais lucrativas do que o complexo industrial instalado no interior de Canoinhas. Em “[...] apenas 13 meses após o início das atividades, a serraria já tinha lucrado, de acordo com o gerente Sherman Bishop, 300% em relação ao investimento total” (XAVIER DE CARVALHO, 2010, p. 258). Essa constatação dos dirigentes da empresa conduziu Bishop a propor, em relatório de abril de 1917, a possibilidade de subdivisão do engenho de Três Barras.

Ao se considerar que, após seis anos da chegada da Lumber, ela já era alvo de críticas (internas e externas) pela maneira com que operava na região e os custos de manutenção de seus equipamentos, percebe-se a insustentabilidade desses projetos capitalistas em longo prazo. Nesse sentido, Xavier de Carvalho (2010) obteve êxito ao demonstrar os impactos provocados pela instalação da companhia em Três Barras sobre o meio ambiente e a comunidade. A exploração das araucárias, em grande escala, resultou na escassez de árvores e no reflorestamento de pinus pela indústria madeireira a partir da década de 1970.

Brandt (2012), por sua vez, destacou o conjunto de ações implementadas pelo estado de Santa Catarina, ao longo do século XX, para aumentar a produtividade agrícola no planalto. Segundo o autor, havia um entendimento entre os intelectuais e políticos catarinenses de que as potencialidades da região não estavam sendo aproveitadas adequadamente. A atração de imigrantes, isoladamente, mostrou-se uma estratégia inócua, uma vez que era preciso também

incentivar o uso de tecnologias e técnicas pertinentes, além de melhorar as pastagens, as sementes e as matrizes animais. Foram, então, implementados “campos experimentais, novas espécies de forrageiras e raças de gado” (BRANDT, 2012, p. 198). O objetivo era tornar o planalto um celeiro para produção de alimentos de origem animal e vegetal que pudessem ser vendidos em grandes centros urbanos. Segundo o pesquisador, esse processo de modernização era conservador, pois pressupunha maiores investimentos financeiros, sem alterar questões estruturais, como o acesso e permanência das famílias no meio rural, por exemplo.

Para Brandt (2012), a ideia de atraso agrícola do planalto catarinense tinha, inclusive, um viés racial, ou seja, a defasagem das técnicas e tecnologias era transposta da agricultura e pecuária para o homem do campo.

A ideia do atraso em que se encontrava o planalto catarinense em relação a outras regiões, como o Vale do Itajaí, era recorrente na imprensa e nos meios intelectuais, sendo comum a comparação entre o planaltino e o colono de origem alemã. Enquanto o primeiro era pouco afeito ao trabalho, qualificado muitas vezes como preguiçoso e indolente, o colono era visto como ordeiro e trabalhador, o elemento que traria o progresso para a região (BRANDT, 2012, p. 212-213).

Desse modo, compreende-se que o processo de modernização/progresso foi uma tentativa de substituição de práticas e sujeitos no sertão Contestado. Nesse sentido, os confrontos armados envolvendo o Exército e os caboclos insurgentes foram o reflexo dessa política estatal, diante da resistência de parcela significativa da população local. Contudo, mesmo com o fim da Guerra do Contestado, ainda persistiam antigos hábitos, como a pecuária extensiva e a relutância dos agricultores em arar o solo – acreditando que isso diminuiria a qualidade da terra. O projeto de aumento da produtividade só seria implementado de fato nas décadas seguintes com iniciativas complementares à colonização:

[...] instituições de pesquisa e ensino agrícolas acompanhavam, ao menos no plano do discurso político, a criação de outras condições para melhorar as condições rurais do país, como a abertura de novas estradas e ferrovias, o estabelecimento do crédito rural, a inserção de máquinas e novas tecnologias de plantio e cultivo, juntamente com a propaganda institucional ou por revistas, boletins técnicos e tópicos e artigos sobre agricultura na imprensa local (BRANDT, 2012, p. 221).

Brandt (2012), portanto, abordou a modernização da agricultura e pecuária como um evento que transcendia à Guerra do Contestado. Para ele, a campanha

militar ocorrida na região poderia ser entendida como um desdobramento das políticas públicas para elevar a produção de alimentos no planalto catarinense, seja incentivando a imigração e oportunizando assistência técnica aos colonos, seja fomentando a compra de máquinas agrícolas, novas sementes e raças bovinas. Essas iniciativas estatais evidenciavam mais uma necessidade de inclusão das oligarquias nos círculos políticos nacionais, a partir do comércio de produtos advindos do sul do país, do que uma preocupação com os habitantes locais.

As abordagens empreendidas pelos historiadores sobre o processo de espoliação das terras, incursão das companhias estrangeiras, marginalização da população pobre e alterações socioambientais derivadas do desmatamento revelam que as narrativas sobre o Contestado são compostas por eventos de longa duração. Ao ressaltar o caráter lento e contínuo do processo de constituição do movimento, os autores se contrapõem às perspectivas simplistas e fragmentárias relativas à mobilização social no sertão de Santa Catarina e Paraná. Afinal, o que motivou o movimento do Contestado não era algo pontual e de fácil resolução. Os intelectuais enfatizaram, assim, as causas remotas e implicações profundas das alterações provocadas pelo ordenamento jurídico implementado na República, especialmente no que se refere às terras devolutas, às políticas pró-imigração e de concessões realizadas pelo governo federal e estaduais à iniciativa privada, bem como as alianças forjadas entre os coronéis locais e o capital.

Considerando, então, o conjunto das teses sobre o Contestado como “unidade de análise”, verificou-se alguns argumentos que, com maior frequência, caracterizam o espaço, personagens e eventos presentes nas narrativas. No primeiro caso, é mencionada a ocupação primitiva do território por indígenas e o importante papel que os caminhos das tropas tiveram na criação das primeiras fazendas e vilas na região, tais como Lages, Campos Novos e Curitiba. Além disso, o espaço foi retratado como produto das interações entre o homem e a natureza, sendo que o modo de vida dos caboclos se constituiu pelo convívio com a terra, com as matas e com a comunidade. Os personagens abordados nas teses, por sua vez, representavam os impactos causados pelo capitalismo na região sobre a vida de pessoas comuns.

Desse modo, os autores estabeleceram a indissociabilidade entre fatores macroeconômicos como a industrialização, a colonização, a privatização das terras públicas, por exemplo, e o cotidiano dos caboclos, imigrantes, turmeiros da

EFSPRG, operários das madeireiras, além de militares do Exército, vaqueanos e coronéis. Já o interesse por eventos que tivessem desdobramentos na longa duração indica uma tendência dos historiadores em considerar o Contestado como um movimento social que não estava restrito à campanha militar. Assim sendo, os autores abordaram eventos cujo caráter não era “breve, nervoso e explosivo” (Ricoeur, 1994)<sup>144</sup> como a atuação da Brazil Railway Company, da Lumber, do Estado e das oligarquias políticas na execução da ferrovia, na exploração das florestas, na introdução de novas tecnologias e técnicas agropastoris.

Ao dissertar sobre o espaço e a ligação que havia entre os caboclos e a natureza, ou seja, a importância dela para a constituição do modo de vida da população local, os intelectuais afirmavam que toda mudança relativa ao meio ambiente, seja de ordem natural, ou por intervenção humana, pode interferir nas experiências que os indivíduos têm com o seu *habitat*. A construção da EFSPRG e a vinda da Lumber e das companhias colonizadoras promoveram uma alteração profunda nas relações entre os sertanejos e seu entorno. As concessões de terras públicas para empresas, a espoliação dos caboclos de suas posses e a restrição ao exercício de práticas comunitárias como o uso comunal das terras, por exemplo, impulsionaram as manifestações populares contra seus alcoses.

Os eventos abordados nas narrativas indicam que os desdobramentos das ações implementadas no planalto catarinense a partir do início do século XX eram expressivas, visto que muitas das motivações do movimento social não foram resolvidas no período, apresentando efeitos, inclusive, no tempo presente, tais como as desigualdades sociais, os conflitos agrários e as disparidades de acesso aos bens públicos. Ao evidenciar, em suas narrativas, a interação dos caboclos com a natureza, as mudanças provocadas pelo avanço da colonização e o impacto de políticas macroeconômicas sobre o cotidiano das pessoas comuns, os historiadores acadêmicos forjaram um sentido para o Contestado. Tratava-se, portanto, de um movimento social, de base popular, que se contrapôs, de diferentes formas, a um projeto colonizador que excluía parcela significativa dos habitantes locais. Esse entendimento permeou os vetores da produção histórica acerca do Contestado: ocupação do território e conflitos sociais, relação homem-natureza, catolicismo popular e suas ressignificações e relações de poder. Nesse sentido, pode-se

---

<sup>144</sup> Muito embora essas ocorrências também fizessem parte das narrativas.

afirmar, pelo estudo das carências de orientação, perspectivas teórico-metodológicas e narrativas, que se constituiu, nas últimas duas décadas, um campo do conhecimento e uma comunidade de historiadores dispostos a manter um diálogo contínuo sobre as problemáticas representadas pelo movimento do Contestado.

## CONCLUSÃO

A análise historiográfica é uma prática relevante para a Ciência Histórica, na medida em que pressupõe um olhar crítico sobre o passado e para o caráter efêmero dos consensos em torno dos espaços, personagens e eventos. Ela é responsável por inquirir os autores sobre suas fontes, teorias, metodologias e narrativas. Assim sendo, a análise historiográfica contribui para desnaturalizar o processo de formação do conhecimento e revelar os objetivos implícitos nas pesquisas históricas. No caso do Contestado, as diferentes gerações de intelectuais forjaram diversos sentidos para o ocorrido no planalto de Santa Catarina. Esses sentidos relativos ao passado dependem, entre outras variáveis, dos lugares sociais ocupados pelos autores no presente, seu nível de instrução, motivações para as produções, bem como o público-alvo do texto. É compreensível, portanto, que os representantes do Exército e da Igreja, responsáveis por combater os rebeldes no âmbito ideológico e no campo de batalha, desejassem justificar sua atuação durante a Guerra do Contestado, logo suas obras refletiram esses interesses. A proximidade deles com os acontecimentos limitou a avaliação do movimento social a manifestações de caboclos ignorantes, fanáticos e jagunços. A partir de meados do século XX, outros agentes sociais propõem interpretações sobre o Contestado, tendo por base novos documentos para pesquisa, perspectivas teórico-metodológicas, interesses e lugares de fala.

Nas décadas de 1980 e 1990, diferentes pautas foram evidenciadas por movimentos sociais no campo e nas cidades, haja vista o novo contexto sócio-político brasileiro. A redemocratização possibilitou que temas considerados sensíveis pelos governos militares (1964-1985) fossem discutidos na esfera pública e a historiografia acerca do Contestado, bem como de outros assuntos vinculados às manifestações populares no Brasil, acompanhou essa tendência. Foram problematizadas temáticas que dialogavam com carências de orientação, persistentes no tempo e de alcance nacional, como o acesso e a permanência na terra, o direito das minorias, a liberdade religiosa e de expressão. Nesse sentido, reafirma-se a proximidade entre a História Ciência e a vida prática.

Atualmente, não há indícios de arrefecimento dos debates sobre o tema. Observa-se, inclusive, um aumento do número de eventos cujo propósito é discutir os elementos constituintes do movimento social, assim como associações e demais

coletivos que o utilizam para pensar sobre a questão agrária, a pluralidade religiosa, a preservação de patrimônios materiais e imateriais. Entende-se, portanto, que o Contestado é uma causa profícua, pois articula disputas variadas como os conflitos fundiários no Brasil, a desigualdade social, o uso da violência estatal contra a população pobre, entre outros aspectos importantes para compreender o subdesenvolvimento do país. Já ao observar o Contestado enquanto região, é possível verificar a existência de muitos problemas estruturais decorrentes das décadas de descaso com a sociedade local. Brandt, Karsburg e Poyer (2021, entrevistas), por exemplo, ressaltaram a concentração de renda, o baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a pobreza em alguns municípios do planalto norte e centro-oeste catarinense como indicativos da continuidade de dilemas que motivaram o movimento do Contestado. Os cinco piores IDHs de Santa Catarina são de municípios localizados na região do Contestado (Cerro Negro, Calmon, Vargem, São José do Cerrito e Campo Belo do Sul).<sup>145</sup> Certamente, esses dados não são uma coincidência. A manutenção dessas condições nos dias de hoje impulsiona pesquisas cujas motivações e objetos são diversos daqueles dos primeiros intérpretes do Contestado.

Procurando delinear os objetivos, interesses, fontes, métodos, interpretações e narrativas sobre o movimento social na atualidade, bem como a existência de um campo de conhecimento sobre o Contestado, optou-se por problematizar as teses defendidas por doutores em História. Essa escolha ocorreu porque as teses são, teoricamente, as obras mais relevantes dos autores, demandando no mínimo quatro anos de investigação científica, quando não aprofundamentos de trabalhos anteriores. Além disso, as teses são frequentemente testadas em seminários, orientações, bancas de qualificação e defesa. Dessa forma, elas acabam por se tornar um referencial teórico-metodológico importante no campo de conhecimento e, por consequência, leitura obrigatória para os novos acadêmicos.

Ao considerar essas características relativas à produção historiográfica sobre o Contestado, a presente tese foi dividida em cinco capítulos. No primeiro, *A historiografia do Contestado e o processo de redemocratização no Brasil* se problematizou o contexto sociopolítico dos anos 1980 e 1990 que contribuiu para a produção de obras relevantes ao entendimento do movimento do Contestado. São

---

<sup>145</sup> A consulta foi realizada em 26 de outubro de 2021 no site do IBGE, com base nos dados de 2010.

livros de intelectuais, com formação em outras áreas do saber e/ou diferentes níveis de escolaridade, que publicaram obras sobre o Contestado durante a redemocratização e que enfatizaram os conflitos fundiários no planalto catarinense. Destacaram-se no período autores como Marli Auras, Ivone Gallo, Euclides Felipe e Nilson Thomé. O aumento das publicações também foi acompanhado da institucionalização das pesquisas em cursos de pós-graduação em História. Espig, Machado, Rodrigues e Valentini, por exemplo, já em fins da década de 1990, realizavam estudos sobre o assunto em PPGHs.

No segundo capítulo, *A produção historiográfica sobre o Contestado nas universidades brasileiras*, analisa-se o contexto em que ocorreu o ingresso dos historiadores no debate acadêmico sobre o assunto. Verificou-se que cada um dos pesquisadores se aproximou da temática por algum motivo específico. Ao analisar as suas motivações em produzir teses sobre o Contestado, constatou-se que as razões eram tanto de cunho pessoal quanto acadêmico, além dos casos fortuitos. Nas relações pessoais, estão inclusas as experiências extracurriculares e parentais envolvendo os autores. Já nas relações acadêmicas predominou a defesa de um campo de investigação histórico, o interesse longo pela temática e a ausência de bibliografias que tratassem do assunto. Machado, Rodrigues, Xavier de Carvalho e Brandt, por exemplo, procuraram sustentar uma abordagem específica relativa ao Contestado – através da História social, militar e ambiental –, declarando expressamente a existência de lacunas nas obras publicadas até então. Assim sendo, os autores travaram um interessante debate com a bibliografia anterior acerca dos sentidos atribuídos ao movimento social em determinado período. Essas tensões entre as diferentes gerações de intelectuais, na medida em que confrontam interpretações sobre espaços, personagens e eventos, são responsáveis por provocar a ampliação do conhecimento histórico relativo à matéria. Certamente, essa expansão dos saberes não ocorre por simples adição das novas obras ao campo, mas por uma relação dialógica entre as ideias defendidas pelos autores.

Já o terceiro capítulo, intitulado *Perspectivas orientadoras sobre o passado*, problematizou o modo como a temática foi analisada pelos historiadores nas universidades, identificando eixos de abordagens sobre os conflitos na região e os conceitos usados nas teses. Constatou-se que os autores compartilham entre si referências teórico-metodológicas, argumentos e elementos da narrativa (espaço, personagens e eventos), de modo que foi possível visualizar quatro eixos da

produção histórica sobre o Contestado: “ocupação do território e conflitos sociais” (Machado, Espig, Valentini, Tomporoski e Dallanora); “relação homem-natureza” (Xavier de Carvalho e Brandt); “catolicismo popular e suas ressignificações” (Tonon, Karsburg e Salomão); e “relações de poder” (Rodrigues, Motta de Carvalho, Silva e Poyer), destacando-se um ponto importante de convergência entre os intelectuais: o entendimento de que o Contestado é um movimento fluído no tempo, iniciado antes da campanha militar e com desdobramentos na atualidade.

No quarto capítulo, *Os métodos e a elaboração do conhecimento histórico sobre o Contestado*, foram identificados fontes, métodos, interpretações, estratégias e categorias adotadas pelos doutorandos para produzir suas obras. Nessa seção, foram indicados os documentos utilizados pelos autores, os espaços de consulta, as principais perguntas realizadas para as fontes e as respostas alcançadas com a investigação científica. Sobre os questionamentos, de um modo geral, pode-se afirmar que se referem a indivíduos (lideranças sertanejas, trabalhadores da EFSPRG e da Lumber), *habitus* (modo de vida, religiosidade e cultura da população local), instituições (exército, embaixadas, museus, empresas do grupo Farquhar), processos (desmatamento, criação de colônias, melhoramento de pastagens, inserção de raças de animais e plantio de árvores exóticas como o pinus) e instâncias de poder (governos e oligarquias).

O quinto capítulo, *Narrativas e sentidos na produção histórica sobre o Contestado*, teve por objetivo delinear de que forma os personagens (indivíduos, *habitus*, instituições, e instâncias de poder), eventos (processos) e espaços – objetos de interesse dos historiadores acadêmicos – foram representados, a fim de verificar possíveis sentidos para a produção historiográfica sobre o Contestado. A partir da análise de discurso, observou-se que os sentidos atribuídos pelos intelectuais se referem a um movimento social, de base popular, que se contrapôs, de diferentes formas, a um projeto colonizador que excluía parcela significativa dos habitantes locais. Essa compreensão permeou os quatro eixos da produção histórica acerca do Contestado, podendo ser considerados como indicadores da formação de um campo do conhecimento sobre o tema.

De acordo com Bourdieu (1996), o conceito de “campo” se refere a um espaço de disputas por reconhecimento pessoal, institucional e legitimidade do discurso sobre aspectos específicos da sociedade. Existem, portanto, diferentes campos (artístico, religioso, acadêmico), assim como diversos agentes responsáveis

por estabelecerem as regras de convivência nesses espaços. Em todos os casos, o campo é relativamente autônomo em relação à sociedade, ou seja, há regras e estratégias que apenas fazem sentido para o grupo de intelectuais que participam daquele espaço de disputas por poder. Assim sendo, ter um currículo Lattes atualizado, publicar trabalhos com regularidade, participar de seminários, mesmo que sem nenhum ganho pecuniário, apenas faz sentido no campo acadêmico.

Contudo, isso não significa que o campo opera apartado da sociedade, afinal ele é mantido por demandas sociais que são problematizadas pela pesquisa científica, ou seja, obedecem às regras e procedimentos próprios do ambiente universitário. No caso do Contestado, observa-se a existência de um campo, na medida em que é possível identificar elementos comuns nas pesquisas: interesses e motivações; utilização de fontes como processos judiciais, inquéritos policiais, inventários, ofícios, relatórios financeiros, depoimentos orais; referenciais teóricos-metodológicos e formas de representação do passado plausíveis para o campo do conhecimento histórico. Há um corpo de especialistas que debatem assiduamente o tema, participando de projetos de pesquisa e extensão, congressos, bancas, programas de tv e rádio, *podcasts*, documentários e *lives* sobre o Contestado. Nesse sentido, também é possível perceber que o conhecimento histórico, assim como o jurídico, médico, artístico têm como objetivo produzir efeitos sobre a sociedade: orientar a vida prática de diferentes sujeitos e instituições.

Através da análise das teses, delineou-se essa comunidade de historiadores, que se desenvolveu e se consolidou nas últimas duas décadas. Entre as interações explicitadas, destacam-se a constante referência a artigos, capítulos de livros, dissertações e teses elaboradas pelos historiadores acadêmicos; o uso de fontes em comum e a troca de experiências. Outra prática frequente é a orientação, coorientação e participação em bancas de qualificação e defesa, o que reforça os laços de solidariedade entre os pesquisadores. Rogério Rosa Rodrigues, por exemplo, foi convidado para as bancas de Tomporoski, Silva e Dallanora, além de coorientar a tese de Poyer. Machado, por sua vez, atuou nas treze pesquisas de doutorado em História: orientou três trabalhos, foi avaliador em seis oportunidades, emprestou documentos aos colegas, fez comentários e correções pontuais. Além disso, todos os treze pesquisadores se referiram à tese de Machado, demonstrando a relevância dessa obra para o campo do conhecimento.

Contudo, as interações entre os intelectuais não se restringiram ao período de produção das teses. Por meio da análise dos currículos Lattes, foi possível concluir que a maioria dos pesquisadores continuam atuando em universidades e outros estabelecimentos de ensino superior – *locus* por excelência para o exercício das regras do campo. Entre os quatorze historiadores que defenderam teses sobre o Contestado, verificou-se que apenas dois não atualizaram seus dados recentemente: Motta de Carvalho (21/05/2012) e Tonon (19/12/2016).<sup>146</sup> Entende-se que os demais autores são participantes ativos no campo do conhecimento.

De outro modo, para Bourdieu (1996), os agentes envolvidos nas disputas dentro dos campos, via de regra, não ocupam as mesmas posições, devido à “distribuição desigual de capital” na sociedade. No caso do campo histórico sobre o Contestado, o capital cultural dos pesquisadores é angariado, entre outros fatores, pela participação em práticas comuns ao campo acadêmico como, por exemplo, em bancas de qualificação e defesa, orientação de pesquisas, publicação de artigos em revistas científicas e organização de obras coletivas. Para que isso aconteça, na maioria dos casos, é necessário que o intelectual atue no ensino superior.

Dos doze historiadores que recentemente atualizaram seus currículos na Plataforma Lattes, oito registraram projetos de pesquisa e/ou extensão em andamento sobre problemas comuns à região do Contestado. Todos esses intelectuais estavam ligados, de alguma forma, às instituições de ensino superior, seja como docentes ou cursando pós-doutorado. Destaca-se, entre os projetos de pesquisa, a proposta de trabalho intitulada *Consolidação do Grupo de Investigação sobre o Movimento do Contestado* (GIMC), uma iniciativa coordenada por Machado, Valentini, Rodrigues e Tomporoski. De acordo com os dados que constam no currículo de Machado, os pesquisadores do GIMC pretendem problematizar o Contestado a partir de diferentes eixos temáticos: a crença em São João Maria, os efeitos imobiliários e os impactos agrários da construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande no planalto catarinense, as relações de gênero, o papel da mulher, dos indígenas e negros no movimento social e o ensino de História sobre o Contestado.

Atualmente o GIMC, coordenado por Machado e Espig, reúne oito dos quatorze historiadores acadêmicos (Espig, Dallanora, Karsburg, Machado, Poyer,

---

<sup>146</sup> Motta de Carvalho é vereador no Rio de Janeiro e Tonon é professor aposentado da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória, atual Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), conforme informações da secretaria do campus no início de 2021.

Rodrigues, Tomporoski e Valentini), além de profissionais de outras áreas do conhecimento. O GIMC tem papel de destaque no campo histórico sobre o movimento do Contestado, uma vez que seus membros são autores assíduos e contribuem na organização de eventos sobre a temática.

Em 2012, ocorreu o *I Simpósio Nacional do Centenário do Movimento do Contestado*, proposto pelo grupo de investigação, nas universidades federais de Santa Catarina (UFSC), de Pelotas (UFPel) e da Fronteira Sul (UFFS). Na ocasião, houve apresentações de antropólogos, arqueólogos, cientistas sociais e da religião, além da “ampliação geográfica, envolvendo pesquisadores da tradição de São João Maria” (MACHADO, 2021, entrevista).

O *II Simpósio Nacional sobre o movimento do Contestado: Fronteiras, Colonização, Conflitos e Meio Ambiente (1912-2014)*, realizado em 2014 na UFFS, apontou para uma tendência da historiografia: abordar acontecimentos com desdobramentos na longa duração e analisar por diferentes ângulos o movimento do Contestado (ambiental, político, demográfico). Além disso, deve-se salientar a mudança do nome do Simpósio, não mais fazendo referência ao centenário, mas aos problemas presentes no planalto catarinense. Outros quatro simpósios ocorreram entre 2015 e 2020, demonstrando a capacidade que esses intelectuais têm de mobilizar pesquisadores de várias áreas do conhecimento.

Machado, Valentini, Karsburg e Silva (2021, entrevistas) afirmaram que as interações entre os historiadores do Contestado aumentaram a partir das celebrações relativas ao centenário do confronto armado, ou seja, a partir do Primeiro Simpósio Nacional organizado pelo GIMC. Desde então, os pesquisadores destacaram a existência de processos e fenômenos históricos que transcendiam as fronteiras da região, conectando o movimento do Contestado com outros percebidos em diferentes partes do Brasil, da América Latina e da África. A sexta edição do Simpósio Nacional, por exemplo, teve como título *O lugar do Contestado na História do Brasil*. Entre as atividades que compunham o evento, estavam mesas sobre o movimento de Belo Monte/BA, dos Muckers de Sapiranga/RS e da comunidade de Caldeirão/CE. Há, portanto, uma clara intenção da comunidade de historiadores em nacionalizar as discussões sobre o Contestado, aproximando-as de outros debates sobre manifestações de caráter religioso e popular.

Ao articular os estudos sobre o Contestado com os problemas estruturantes da sociedade brasileira, assim como de outros países latino-americanos, os

intelectuais demonstram a viabilidade de ampliar o debate sobre a temática para outras regiões do Brasil. Salomão, que não compõe o GIMC, destacou ter se reunido com um grupo de pesquisadores filiados ao Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), em parceria com docentes da Escola Superior de Guerra, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (UFF) para discutir a atuação do Estado em guerras e na segurança pública. Segundo ele,

da troca de ideias, apresentei ao grupo a possibilidade de trazer o tema do Contestado para debate da temática da guerra e da segurança pública, na intenção de promover reflexões sobre o papel coercitivo do Estado como detentor do monopólio da violência e da ação das Forças Armadas na atualidade. Para mim era um campo novo, que tratei como oportunidade de aprendizado. O trabalho foi bem recebido e me rendeu convite para apresentá-lo em eventos [...] (SALOMÃO, 2021, entrevista).

Percebe-se um entendimento, por parte dos historiadores que compõem o campo do conhecimento, de que é preciso trabalhar o Contestado de forma integrada a outras mobilizações populares. Contudo, se o projeto de nacionalização do Contestado é uma urgência à comunidade de historiadores (congregados ou não no GIMC), deve-se repensar as contribuições que a História Regional, enquanto abordagem específica sobre um objeto de estudo, pode trazer para a compreensão do movimento social.

A presente tese parte do princípio de que a História Regional, enquanto abordagem histórica, está à parte da hierarquização entre nacional-regional-local, ou seja, considera-se enganoso defender a existência de temáticas essencialmente nacionais e outras, de uma segunda classe, vistas como menores e, portanto, restritas à certa região ou localidade. Filia-se ao pensamento de Reichel e Bandieri (2011) quando essas afirmam que a História Regional complexifica a “história nacional”, na medida em que problematiza a constituição das fronteiras enquanto limites *ad aeternum* entre unidades bem definidas (os Estados-Nacionais). A História Regional, nessa perspectiva teórico-metodológica, tem por função questionar as interações relativas a acontecimentos que, preliminarmente, só teriam implicações locais. Não se trata de adotar indistintamente uma divisão geográfica como recorte territorial pré-estabelecido, mas perceber a historicidade das regiões. Nesse sentido, o projeto de nacionalização pretendido para o Contestado é plenamente compatível

com uma perspectiva regional. O fortalecimento dos estudos com essa orientação, inclusive, é fundamental para compreender as relações entre o movimento do Contestado e outras manifestações camponesas no âmbito nacional e transnacional.

Esse movimento de expansão do campo, ou de ampliação da legitimidade dos especialistas em falar sobre assuntos correlatos ao campo, também é observado em outra dimensão: a produção de livros didáticos. Conforme informações contidas nos currículos Lattes de Tomporoski e Rodrigues, um dos objetivos do projeto *Consolidação do Grupo de Investigação sobre o Movimento do Contestado* é a elaboração de materiais didáticos para subsidiar a prática docente na Educação Básica. De modo semelhante, as iniciativas desenvolvidas por Espig,<sup>147</sup> Rodrigues<sup>148</sup> e Valentini<sup>149</sup> indicam que esses intelectuais estão empenhados em ampliar o debate sobre a temática para além das universidades, pela produção e disponibilização de materiais didáticos.

A preocupação com a formação de uma consciência histórica sobre espaços, personagens e eventos geralmente não contemplados no ensino fundamental e médio, devido à própria organização da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), resulta da constatação de que as obras fornecidas aos alunos do Ensino Básico pelo poder público abordam de forma superficial movimentos sociais como o Contestado. De modo geral, essas manifestações populares são abordadas brevemente nos livros didáticos como “revoltas da Primeira República”. Assim sendo, a aproximação entre as universidades e as escolas podem trazer diversos benefícios aos agentes envolvidos como, por exemplo, despertar o interesse dos jovens e qualificar os profissionais da educação na matéria, facilitar a divulgação e produção de conhecimentos em municípios que ainda sofrem os efeitos dos conflitos fundiários, das ligações asfálticas deficitárias, da ausência de hospitais regionais e de especialidades na área da saúde.

Por fim, como visto anteriormente, o caráter autônomo do campo faz com que o discurso produzido pelo corpo de especialistas precise ser legitimado pela

---

<sup>147</sup> O projeto de extensão *Cadernos Temáticos do Laboratório de Ensino de História* foi iniciado em 2020 e está em andamento.

<sup>148</sup> O projeto de pesquisa *A Guerra do Contestado no ensino de história do Brasil: memória, história e conflitos* está em andamento desde 2016. Já o projeto de extensão *Constelações: história pública e usos do passado* é uma iniciativa mais recente, iniciada em 2020.

<sup>149</sup> O projeto de extensão intitulado *Acreditando na própria história: Letras, artes, músicas, memórias e histórias da Guerra do Contestado* foi iniciado em 2019 e está em andamento.

sociedade. Desse modo, os resultados das pesquisas científicas não podem ficar restritos aos pares, mas devem orientar a vida prática de pessoas que não participaram diretamente da produção daqueles saberes. Essa ligação da História com a vida é fundamental para que haja uma ampliação do debate sobre o Contestado. Assim, a vitalidade da temática reside justamente no surgimento frequente de novas demandas advindas dos intelectuais e da comunidade local. Nesse caso, é compreensível que o projeto *Consolidação do GIMC* preveja eixos de investigação pouco explorados até o momento nos PPGHs, como o papel das mulheres, indígenas e negros no movimento social. Desse modo, entende-se que as configurações do campo de conhecimento sobre o Contestado, forjado ao longo do século XXI, são dinâmicas, pois são articuladas às questões sociais, econômicas, políticas e culturais relevantes à região e ao país.

## REFERÊNCIAS

- ASSUMPÇÃO, José H. T. d'. *A Campanha do Contestado: as operações da Coluna Sul*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, vol. 1, 1917; vol. 2, 1918.
- AURAS, Marli. *Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla*. 5ª ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2015.
- BACK, Sylvio. Guerra do Contestado: 100 anos (1912/16-2012). *CPDOC FGV*, Rio de Janeiro, 9 set. 2012. Entrevista.
- BASTOS, Ângela M. de O. *O Contestado: Sangue no Verde do Sertão*. Ilustração de Pitágoras Dutra. Florianópolis: Ed. Terceiro Milênio, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas/SP: Papyrus, 1996.
- \_\_\_\_\_. O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, p. 193-216.
- CABRAL, Oswaldo R. *João Maria: interpretação da campanha do Contestado*. São Paulo: Nacional, 1960.
- CARINI, Gabriel F. et al. Entrevista a Susana Bandieri: Hacia una historia regional más complejizada: la historia regional coo herramienta. *HISTORELO - Revisa de Historia Regional y Local*, v. 10, n. 20, 2018, p. 320-332. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15446/historelo.v10n20.68946>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- CARBONARI, Maria R. De como explicar la región sin perderse en el intento. Repassando y repensando la Historia Regional. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 13, n. 1, p. 19-34, 2009.
- CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- CARVALHO, Fernando S. de. *Relatório apresentado ao Gen. José Caetano de Faria, Ministro da Guerra, pelo comandante das forças em operações de guerra no Contestado*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1915.
- \_\_\_\_\_. A pacificação do Contestado. *Conferência realizada no Clube Militar na noite de 3 de julho de 1916*. Rio de Janeiro: Clube Militar, 1916.
- CERQUEIRA, Alves. *A Jornada de Taquaruçú (feito guerreiro): contribuição ao estudo da história militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Edição. 1936.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

DAVID, Maria B. de A.; WANIEZ, Philippe; BRUSTLEIN, Vidette. Atlas dos beneficiários da reforma agrária. *Estudos avançados*. São Paulo, SP, v. 11, n. 31, p. 51-68, set./dez. 1997. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141997000300004](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000300004). Acesso em: 17 mar. 2021.

DIACON, Todd A. *Millenarian vision, capitalist reality: Brazil's Contestado rebellion, 1912-1916*. Durharn: Duke University Press, 1991.

DILL, Teresa M. da S. *Contestado: historiografia e literatura (1980-2001)*. Passo Fundo: UPF, 2004.

ESPIG, Márcia J. *A presença da Gesta Carolíngia no movimento do Contestado*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Orientador: José R. Macedo. Porto Alegre/RS, 1998.

\_\_\_\_\_. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico. *Estudos Ibero-Americanos*, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), v. XXIV, n. 2, p. 269-289, dez. 1998. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/27266>. Acesso em: 7 abr. 2020.

EURICH, Grazieli. *A fé que move os indígenas: o monge São João Maria e os “ecos” do Contestado na luta Kaingang pela terra no interior do Paraná*. Tese (Doutorado em História) - Curso de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Orientadora: Vânia M. L. Moreira. Rio de Janeiro/RJ, 2019.

FELIPPE, Euclides J. *O último jagunço*. Curitiba-SC: UnC, 1995.

FERREIRA, Marieta de M. História, tempo presente e História Oral. *Topoi*, Rio de Janeiro - RJ, p. 314-332, dez. 2002. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2237-101X2002000200314&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2237-101X2002000200314&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 26 ago. 2020.

FIGUEIREDO, Cléria; SILVA, Christian L. Política de Reforma agrária e o processo de titulação no INCRA: uma análise na Superintendência de Santa Catarina. *IGepec*, Toledo, v. 24, n.2, p. 275-296, jul./dez. 2020.

FLORENTINO, Luiz F. Entrevista com o professor Paulo Pinheiro Machado. *História - Questões e debates*, Curitiba, v. 64, n. 1, p. 301-323, jan./jun. 2016.

FORTES, Telmo. *Glória até o fim: espionagem militar na Guerra do Contestado*. Florianópolis: Insular, 1998.

FRAGA, Nilson C. Entrevista concedida a Cláudia Weinman. 01 nov. 2020.

GALLO, Ivone C. A. *O Contestado: o sonho do milênio igualitário*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

GOÉS, César H. B. *Nos caminhos do Santo Monge: religião, sociabilidade e lutas sociais no sul do Brasil*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Orientador: Ivaldo Gehlen. Porto Alegre/RS, 2007.

IBGE. Home page <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc>. Acesso em: 26 out. 2021.

INCRA. Home page <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 08 mar. 2021.

INCRA. Diretoria de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamentos. *Assentamentos*. Brasília-DF, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>. Acesso em: 17 mar. 2021.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LAZARIN, Katiuscia M. *Fanáticos, rebeldes e caboclos: discursos e invenções sobre diferentes sujeitos na historiografia do Contestado (1916-2003)*. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Orientadora: Paulo P. Machado. Florianópolis/SC, 2005.

LEBON RÉGIS. *Seja bem-vindo(a) ao Coração do Contestado*. Lebon Régis-SC, 2019. Disponível em: <https://www.lebonregis.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/50313>. Acesso em: 12 mar. 2020.

LEONARDOS, Stella. *Romanceiro do Contestado*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1996.

LINO, Jaisson T. *Sangue e ruínas no sul do Brasil: arqueologia da Guerra do Contestado (1912-1916)*. Tese (Doutorado em Quaternário: materiais e culturas) - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD). Orientador: Luiz Oosterbeek; Delmir J. Valentini. Vila Real/ Portugal, 2012.

LOPES, Alfredo R. S. A guerra dos e nos periódicos da capital: análise dos embates e alianças entre as elites políticas de Florianópolis/SC durante a guerra sertaneja do Contestado. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, IV. Maringá. *Anais...* Maringá - PR: Universidade Estadual de Maringá, 2009. p. 27-38. Disponível em: [https://www.academia.edu/831967/A\\_GUERRA\\_DOS\\_E\\_NOS\\_PERI%C3%93DICOS\\_DA\\_CAPITAL\\_AN%C3%81LISE\\_DOS\\_EMBATES\\_E\\_ALIAN%C3%87AS\\_ENTRE\\_AS\\_ELITES\\_POL%C3%8DTICAS\\_DE\\_FLORIAN%C3%93POLIS-SC](https://www.academia.edu/831967/A_GUERRA_DOS_E_NOS_PERI%C3%93DICOS_DA_CAPITAL_AN%C3%81LISE_DOS_EMBATES_E_ALIAN%C3%87AS_ENTRE_AS_ELITES_POL%C3%8DTICAS_DE_FLORIAN%C3%93POLIS-SC). Acesso em: 7 abr. 2020.

MACHADO, Paulo P. História e movimentos sociais: a vida, a História e a Democracia. In: XVI ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – ANPUH-SC, 2016, Chapecó-SC. *Conferência de abertura*. Chapecó: UFFS, 2016, p. 6-13.

MALERBA, Jurandir. Notas à margem: a crítica historiográfica no Brasil dos anos 1990. *Textos de História*, v. 10, n. 1/2, p. 181-207, 2002. Disponível em: <http://periodicos.unb.br>. Acesso em: 8 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História: uma reflexão sobre o embate entre os historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre *Public History*. *História da Historiografia*, Ouro Preto/MG, n. 15, p. 27-50, ago. 2014. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/692>. Acesso em: 6 mar. 2020.

MARCON, Telmo. *Memória e cultura: modos de vida dos caboclos do Goio-En (SC)*. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientadora: Profa. Dra. Maria A. M. Antonacci. São Paulo/SP, 1999.

MARQUES, Aracyldo. *Demônios do Planalto*. Rio de Janeiro: Ed. Cátedra, 1995.

MATTEI, Lauro F. A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 301-325, abril 2012. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/356>. Acesso em: 17 mar. 2021.

MONTEIRO, Duglas T. *Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado*. São Paulo: Ed. da USP, 2011.

MORETTO, Samira P. História Ambiental - a dispersão de espécies vegetais em foco. In: SOARES, Fabrício A. A.; SILVA, Ricardo O. da. *Diálogos: estudos sobre teoria da História e historiografia*. v. 3. Criciúma/SC: EDIUNESC, 2018.

NODARI, Eunice S. Um olhar sobre o oeste de Santa Catarina sob o viés da História Ambiental. *História, Debates e Tendências*, Passo Fundo/RS, v. 9, n. 1, p. 134-148, jan./jun. 2009, publ. no 1º sem. 2010.

OLIVEIRA NETO, Godofredo. *O bruxo do Contestado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 5ª edição. Campinas/SP: Pontes, 2003a.

\_\_\_\_\_. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4ª edição. Campinas/SP: Pontes, 2003b.

\_\_\_\_\_. *Discurso e texto: formulação e circulação de sentidos*. 2ª edição. Campinas/SP: Pontes, 2005.

PADUA, José A. As bases teóricas da História Ambiental. *Estudos Avançados*, Universidade de São Paulo, v. 24, p. 81-101, 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142010000100009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100009). Acesso em: 20 abr. 2020.

PEIXOTO, Dermeval. *A Campanha do Contestado*. 3 v. Curitiba: Fundação Cultural (Coleção Farol do Saber), 1995.

PEREIRA, Paola M. *Reforma Agrária e ditadura militar: a fazenda de Burro Branco na memória dos trabalhadores rurais*. Dissertação (Mestrado Profissional em Agroecossistemas) - Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Sandra L. Dalmagro. Florianópolis/SC, 2015.

PFÜTZENREUTER, Rudney O. *O canto do inhambu*. São Paulo: Ed. SENAI, 1991.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. *Cadernos da CEOM – CEOM: 20 anos de Memórias e História no Oeste de Santa Catarina, Chapecó - SC*, v. 19, n. 23, p. 149-188, 2006. Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2103/1193>>. Acesso em: 6 abr. 2020.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2020.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a História*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

QUEIRÓZ, Maria I. P. de. La guerre sainte au Brésil: le mouvement messianique du Contestado. *Boletim*, n. 187, São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1957.

\_\_\_\_\_. *O messianismo – no Brasil e no mundo*. São Paulo: Dominus – Ed. da Universidade de São Paulo, 1965.

QUEIROZ, Maurício V. de. *Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado: 1912-1916*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

RADIN, José C. *Companhias colonizadoras em Cruzeiro: representações sobre a civilização do sertão*. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Orientadora: Eunice S. Nodari. Florianópolis/SC, 2006.

RECKZIEGEL, Ana L. S. História Regional dimensões teórico-conceituais. *História: Debates e Tendências*, Passo Fundo/RS, v. 1, n. 1, p. 15-22, jun. 1999.

REICHEL, Heloisa; BANDIERI, Susana. Redescobrimo as fronteiras. A sobrevivência histórica das regiões no processo de construção estatal do Brasil e da Argentina. In: REGUERA, Andrea; HARRES, Marluza (Org.). *Da região à nação*. São Leopoldo/RS: Oiks, 2011. p. 17-48.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo I. Campinas/SP: Papyrus, 1994.

ROBL, Fabiane; MELLO, Paulo E. D. de. A expansão e a avaliação dos cursos de História no Brasil. *História Hoje*, São Paulo, v. 4, n. 7, p. 137-164, 2015. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/166>. Acesso em: 9 mar. 2020.

RODRIGUES, Rogério R. Historicidade: Guerra do Contestado. *Fronteiras no Tempo: um podcast de História*, [s.l.], Episódio 22, 2 de julho de 2019. Entrevista. Disponível em: <https://fronteirasnotempo.com/fronteiras-no-tempo-historicidade-22-guerra-do-contestado/>. Acesso em: 13 out. 2020.

ROSA, José V. da. Reminiscência da Campanha do Contestado: subsídios para a história. *Terra Livre*. Florianópolis, set.-dez. 1918.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. *Estudos Históricos*, v. 9, n. 17, p. 85-91, 1996. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2019>. Acesso em: 24 ago. 2020.

RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes da meta-história. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, n. 2, mar. p. 163-209, 2009. Disponível em: <https://www.historia dahistoriografia.com.br/revista/article/view/12>. Acesso em: 9 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. *Teoria da História: uma teoria da História como Ciência*. Curitiba/PR: Ed. UFPR, 2015.

SANTOS, Wagner G. dos. *A invenção da historiografia brasileira profissional: geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil*. Vitória/ES: Ed. Milfontes, 2020.

SENADO FEDERAL. *Planalto veta regulamentação da profissão de historiador*. Brasília-DF, 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/04/27/planalto-veta-regulamentacao-da-profissao-de-historiador>. Acesso em: 30 abr. 2020.

SILVA, Alcides R. da. *Os rebeldes brotam da terra: uma história de amor e de luta*. São Paulo: Ed. FTD, 1995.

SILVA, Norma L. da; FERREIRA, Marieta de M. Os caminhos da institucionalização do ensino superior de História. *História & Ensino*, Londrina/PR, v. 2, n. 17, p. 283-306 jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/11242>. Acesso em: 9 mar. 2020.

SILVA, Rosângela C. da. *Terras públicas e particulares: O impacto do capital estrangeiro sobre a institucionalização da propriedade privada (um estudo sobre a Brazil Railway Company no meio oeste catarinense)*. Dissertação (Mestrado em Direito) - Curso de Pós-graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Orientador: Paulo H. Blasi. Florianópolis/SC, 1983.

SOARES, José O. P. *Apontamentos para a história: o Contestado*. Porto Alegre: Oficinas gráficas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1920.

\_\_\_\_\_. *Guerra em sertões brasileiros: do fanatismo à solução do secular litígio entre Paraná e Santa Catarina*. Rio de Janeiro: Papelaria Velho, 1931.

SOUSA, Rui B. *O messias caboclo: um estudo sobre a religiosidade e a cultura popular dos camponeses no Contestado (1912-1916)*. Dissertação (História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá (UEM). Orientador: Reginaldo B. Dias. Maringá/PR, 2014.

THOMÉ, Nilson. *Os iluminados: personagens e manifestações místicas e messiânicas no Contestado*. Florianópolis: Insular, 1999.

VALENTINI, Delmir J. *Da Cidade Santa à Corte Celeste: Memórias de sertanejos e a Guerra do Contestado*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Orientadora: Núncia S. de Constantino. Porto Alegre/RS, 1997.

VASCONCELLOS, Auro S. de. *O dragão vermelho do Contestado*. Florianópolis: Insular, 1999.

\_\_\_\_\_. *Chica Pelega - a guerreira de Taquaruçu*. Florianópolis: Insular, 2000.

VISCARDI, Cláudia M. R. História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora/MG, v. 3, n. 1, p. 84-97, 1997. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20441>. Acesso em: 15 mar. 2020.

WELTER, Tânia. *O profeta São João Maria continua encantado no meio do povo: um estudo sobre os discursos contemporâneos a respeito de João Maria em Santa Catarina*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Orientadora: Maria A. Schmidt. Florianópolis/SC, 2007.

WITTE, Gerson. *Os caboclos dos Campos de Palmas e sua representação na Guerra do Contestado*. Dissertação (Educação) - Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Orientadora: Sônia M. dos S. Marques. Francisco Beltrão/PR, 2017.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991. Disponível em: <http://www.nuredam.com.br>. Acesso em: 18 abr. 2020.

## FONTES

BRANDT, Marlon. *Uma História Ambiental dos campos do planalto de Santa Catarina*. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Eunice S. Nodari. Florianópolis/SC, 2012.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida à Vanderlei Cristiano Juraski. Fraiburgo/SC, 26 mar. 2021. Via formulário eletrônico.

CARVALHO, Miguel M. X. de. *Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970)*. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Eunice S. Nodari. Florianópolis/SC, 2010.

CARVALHO, Tarcísio M. de. *Coerção e consenso na Primeira República: a Guerra do Contestado (1912-1916)*. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Orientadora: Sônia R. de Mendonça. Niterói/RJ, 2009.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida à Vanderlei Cristiano Juraski. Fraiburgo/SC, 23 mar. 2021. Via formulário eletrônico.

DALLANORA, Cristina. *Conflitos no ex-Contestado: coronelismo e bandoleirismo numa região de fronteira*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina. Orientador: Prof. Dr. Paulo P. Machado. Florianópolis, 2019.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida à Vanderlei Cristiano Juraski. Fraiburgo/SC, 26 abr. 2021. Via formulário eletrônico.

ESPIG, Márcia J. *Personagens do Contestado: os turmeiros da estrada de ferro São Paulo–Rio Grande (1908-1915)*. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientador: José R. Macedo. Porto Alegre/RS, 2008.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida à Vanderlei Cristiano Juraski. Fraiburgo/SC, 23 mar. 2021. Via formulário eletrônico.

KARSBURG, Alexandre. *O eremita do Novo Mundo: a trajetória de um peregrino italiano na América do século XIX*. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Orientadora: Jacqueline Hermann, Rio de Janeiro/RJ, 2012.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida à Vanderlei Cristiano Juraski. Fraiburgo/SC, 11 mar. 2021. Via formulário eletrônico.

MACHADO, Paulo P. *Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916*. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Orientador: Prof. Dr. Cláudio H. de M. Batalha. Campinas/SP, 2001.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida à Vanderlei Cristiano Juraski. Fraiburgo/SC, 11 mar. 2021. Via formulário eletrônico.

POYER, Viviani. *Fronteiras de uma guerra: imigração, diplomacia e política internacional em meio ao movimento social do Contestado 1907-1918*. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Orientador: Paulo P. Machado, Florianópolis/SC, 2018.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida à Vanderlei Cristiano Juraski. Fraiburgo/SC, 19 abr. 2021. Via formulário eletrônico.

RODRIGUES, Rogério R. *Veredas de um grande sertão: a guerra do Contestado e a modernização do Exército brasileiro*. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Orientador: Renato L. C. N. e Lemos, Rio de Janeiro/RJ, 2008.

SALOMÃO, Eduardo R. *A Guerra de S. Sebastião (1912-1916): um estudo sobre a ressignificação do mito do Rei Encoberto no movimento sociorreligioso do Contestado*. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília. Orientador: Vicente Dobroruka. Brasília/DF, 2012.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida à Vanderlei Cristiano Juraski. Fraiburgo/SC, 21 abr. 2021. Via formulário eletrônico.

SILVA, Luiz C. da. *Museus do Paraná e Santa Catarina: formas de lembrar e esquecer a guerra sertaneja do contestado (1912-2012)*. Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná. Orientadora: Roseli Boschila. Curitiba/PR, 2017.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida à Vanderlei Cristiano Juraski. Fraiburgo/SC, 11 mar. 2021. Via formulário eletrônico.

TOMPOROSKI, Alexandre A. *O polvo e seus tentáculos: a Southern Brazil Lumber and Colonization Company e as transformações impingidas ao Planalto Contestado, 1910-1940*. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina. Orientador: Paulo P. Machado. Florianópolis/SC, 2013.

TONON, Eloy. *Os monges do Contestado*: permanências históricas de longa duração das predições e rituais no imaginário coletivo. Tese (Doutorado em História) - Centro de Estudos Gerais, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Orientadora: Gizlene Neder. Niterói/RJ, 2008.

VALENTINI, Delmir J. *Atividades da Brazil Railway Company no sul do Brasil: a instalação da Lumber e a guerra na região do Contestado (1906-1916)*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Orientadora: Núncia S. de Constantino. Porto Alegre/RS, 2009.

## APÊNDICE A - OBRAS QUE COMPÕEM O GRÁFICO 1

<b>DÉCADA DE 1910</b>			
	<b>AUTOR</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ANO</b>
1	ASSUMPÇÃO, José Herculano Teixeira d'	A Campanha do Contestado (livro)	1917
2	BADING, Adolph	O movimento fanático do Contestado (Paraná e Santa Catarina) (artigo em revista)	1916
3	CARVALHO, Fernando Setembrino de	Relatório apresentado ao Gen. José Caetano de Faria, Ministro da Guerra, pelo comandante das forças em operações de guerra no Contestado (relatório)	1915
4	CARVALHO, Fernando Setembrino de	A pacificação do Contestado. Conferência realizada no Clube Militar na noite de 3 de julho de 1916 (conferência)	1916
5	MARTINS, Romário	Limites inter-estaduais entre Paraná e Santa Catarina: Breves explicações do mapa histórico anexo (livro)	1910
6	PEIXOTO, Demerval [Crivelaro Marcial]	Campanha do Contestado: episódios e impressões (livro)	1916
7	ROSA, José Vieira da	Reminiscência da Campanha do Contestado (livro)	1918
<b>DÉCADA DE 1920</b>			
	<b>AUTOR</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ANO</b>
1	SILVA, Cleto da	Acordo Paraná-Santa Catarina ou o Contestado diante das carabinas (livro)	1920
2	SOARES, José Octaviano Pinto	Apontamentos para a história: o Contestado (livro)	1920
<b>DÉCADA DE 1930</b>			
	<b>AUTOR</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ANO</b>
1	CABRAL, Oswaldo Rodrigues	A Guerra dos Fanáticos (capítulo de livro)	1937
2	CERQUEIRA, Alves	A Jornada de Taquaruçú (feito guerreiro). Contribuição ao estudo da história militar do Brasil (livro)	1936
3	SINZIG, Pedro	Frei Rogério Neuhaus (livro)	1939
4	SOARES, José Octaviano Pinto	Guerra em sertões brasileiros: do fanatismo à solução do secular litígio entre Paraná e Santa Catarina (livro)	1931
<b>DÉCADA DE 1950</b>			
	<b>AUTOR</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ANO</b>
1	GERSON, Brasil	Pequena história dos fanáticos do Contestado (livro)	1955
2	LEMONS, Alfredo de Oliveira	A História dos Fanáticos em Santa Catarina e parte de minha vida naqueles tempos: 1913-1916 (livro)	1954
3	LUZ, Aujor Ávila da	Os fanáticos: crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos (contribuição para o estudo de antro - sociologia criminal e da história do movimento dos fanáticos de Santa Catarina) (livro)	1952
4	PEREIRA, João	Uma página da campanha do Contestado (artigo em revista)	1954

5	QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de	La Guerre Sainte au Brésil: Le mouvement messianique du Contestado (tese)	1955
<b>DÉCADA DE 1960</b>			
	<b>AUTOR</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ANO</b>
1	CABRAL, Oswaldo Rodrigues	João Maria: Interpretação da Campanha do Contestado (livro)	1960
2	ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO	Guerras insurrecionais no Brasil (Canudos e Contestado) (curso)	1966
3	ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO	Guerras insurrecionais no Brasil (Canudos e Contestado) (curso)	1968
4	FAUSTO, Boris	A guerra sertaneja do Contestado: observações críticas em trono de dois trabalhos (artigo em revista)	1966
5	OLIVEIRA, João Pereira	Diário de Campanha de um aspirante a oficial (Contestado – 1914-1915) (livro)	1962
6	PEREIRA, Osny Duarte	O cinquentenário da Guerra Sertaneja do Contestado Paraná-Santa Catarina (artigo em revista)	1966
7	PREDROSA, José F. de Maya	Canudos e Contestado (artigo em revista)	1969
8	QUEIROZ, Themistocles C. de	A luta no Contestado (artigo em revista)	196(?)
9	SASSI, Guido Wilmar	Geração do Deserto (livro)	1964
10	VINHAS DE QUEIROZ, Mauricio	Messianismo e conflito social: A Guerra Sertaneja do Contestado (1912-1916) (livro)	1966
11	WEISS, Milton Pedro	Campanha do Contestado (artigo em revista)	1969
<b>DÉCADA DE 1970</b>			
	<b>AUTOR</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ANO</b>
1	BERNARDET, Jean-Claude	Guerra camponesa no Contestado (livro)	1979
2	CABRAL, Oswaldo Rodrigues	A campanha do Contestado (livro)	1979
3	LEMONS, Zélia de Andrade	Curitibanos na história do Contestado (livro)	1977
4	MONTEIRO, Duglas Teixeira	Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado (livro)	1974
5	MONTEIRO, Duglas Teixeira	Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado (capítulo de livro)	1978
6	MOURÃO, Laís	Contestado: a gestação social do Messias (artigo em revista)	1974
7	QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de	O Messianismo no Brasil e no mundo (livro)	1976
<b>DÉCADA DE 1980</b>			
	<b>AUTOR</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ANO</b>
1	ALBUQUERQUE, Mário Marcondes	Contestado: distorções e controvérsias (livro)	1987
2	AURAS, Marli	Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla (dissertação)	1984
3	BEBBER, Guerino (Org.)	Lendas caboclas do Contestado (livro)	1989

4	COSTA, Licurgo	Um cambalacho político: A verdade sobre o "Acordo" de limites Paraná Santa Catarina (livro)	1987
5	DERENGOSKI, Paulo Ramos	O desmoronamento do mundo jagunço (livro)	1986
6	DERENGOSKI, Paulo Ramos	Os rebeldes do Contestado (livro)	1987
7	FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO (ed.)	O Contestado (livro)	1987
8	GICOVATE, Moisés	Campanha do Contestado (artigo em revista)	1987
9	GORNISKI, Aramis	Monge: Vida, milagres, histórias, lendas (livro)	1980
10	MELLO, Marco Antônio da Silva; VOGEL, Arno	Monarquia contra República. A ideologia da terra e o paradigma do milênio na "guerra santa" do Contestado (artigo em revista)	1989
11	MIRANDA, Alcebiádes	Contestado (livro)	1987
12	MOCELLIN, Renato	Os guerrilheiros do Contestado (livro)	1989
13	OLIVEIRA, Beneval de	Planaltos de frio e lama, os fanáticos do Contestado – o meio, o homem e a guerra (livro)	1985
14	PIAZZA, Walter Fernando (et al.)	O Contestado (livro)	1987
15	SILVA, Rosângela Cavallazzi da	Terras públicas e particulares: O impacto do capital estrangeiro sobre a institucionalização da propriedade privada (um estudo sobre a Brazil Railway Company no meio oeste catarinense) (dissertação)	1983
16	SOUZA, Fredericindo Marés de	O Presidente Carlos Cavalcanti e a revolta do Contestado (livro)	1987
17	STULZER, (Frei) Aurélio	A guerra dos fanáticos (1912-1916): A contribuição dos Franciscanos (livro)	1982
18	THOMÉ, Nilson	Trem de ferro: a ferrovia do Contestado (livro)	1980
19	THOMÉ, Nilson	A aviação militar no Contestado: réquiem para Kirk (livro)	1986
20	THOMÉ, Nilson	Guerra Civil em Caçador (livro)	1984
21	THOMÉ, Nilson	A insurreição xucra do Contestado (livro)	1987
22	TOTA, Antônio Pedro	Contestado: A Guerra do Novo Mundo (livro)	1983
23	WALDRIGUES, Augusto	História do monge João Maria (livro)	1985
<b>DÉCADA DE 1990</b>			
	<b>AUTOR</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ANO</b>
1	AFONSO, Eduardo José	O Contestado (livro)	1994
2	AMARAL, Roniere Ribeiro do	Messianismo e Liberdade: análise do movimento messiânico do Contestado segundo Max Weber (dissertação)	1998
3	AURAS, Marli	Poder oligárquico catarinense: da guerra aos "fanáticos" do Contestado a "Opção pelos Pequenos" (tese)	1991
4	BASTOS, Ângela Maria de Oliveira	O Contestado: Sangue no Verde do Sertão (livro)	1997
5	BRESSAN, Carla Rosane	A construção da identidade do homem do Contestado enquanto grupo social (dissertação)	1992

6	CAVALCANTI, Walter Tenório	Guerra do Contestado: Verdade histórica (livro)	1995
7	DIACON, Todd A.	Millenarian vision, capitalist reality: Brazil's Contestado rebellion, 1912-1916 (livro)	1991
8	ESPIG, Márcia Janete	As lutas de representações no Movimento do Contestado (artigo em revista)	1995
9	ESPIG, Márcia Janete	Lei de Deus, lei de Rei: o saudosismo monárquico no Movimento do Contestado (artigo em revista)	1998
10	ESPIG, Márcia Janete	O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado (artigo em revista)	1998
11	ESPIG, Márcia Janete	São Sebastião, o Rei da Glória: o santo do Contestado (artigo em revista)	1998
12	ESPIG, Márcia Janete	A presença da Gesta Carolíngia no movimento do Contestado (dissertação)	1998
13	FACHEL, José Fraga	Monge João Maria: Recusa dos excluídos (livro)	1995
14	FELIPPE, Euclides José	O último jagunço: folclore na história da guerra do Contestado (livro)	1995
15	FORTES, Telmo	Glória até o fim: Espionagem militar na Guerra do Contestado (livro)	1998
16	GALLO, Ivone Cecília D'Ávila	Guerra do Contestado: O sonho do milênio igualitário (livro)	1999
17	GIUMBELLI, Emerson	Religião e (des)ordem social: Contestado, Juazeiro e Canudos nos estudos sociológicos e sobre movimentos religiosos (artigo em revista)	1997
18	LEONARDOS, Stella	Romanceiro do Contestado (livro)	1996
19	MARQUES, Aracyldo	Demônios do Planalto (livro)	1995
20	MIRANDA, Heloísa Pereira Hübbe de	Travessias pelo sertão contestado: entre ficção e história, no deserto e na floresta (dissertação)	1997
21	OLIVEIRA, Célio Alves de	A construção e a permanência do mito de João Maria de Jesus na região do Contestado, Santa Catarina (dissertação)	1992
22	OLIVEIRA NETO, Godofredo	O bruxo do Contestado (livro)	1996
23	PFÜTZENREUTER, Rudney Otto.	O canto do inhambu (livro)	1991
24	RODRIGUES, Rogério Rosa	Notícias do front: A imprensa catarinense e a sua representação sobre a Guerra do Contestado (1912 - 1916) (relatório)	1998
25	ROSA FILHO, João Alves da	Combate do Irani (Episódios da História da PMPR) (livro)	1998
26	SCHÜLER, Donaldo	Império caboclo (livro)	1994
27	SERPA, Élio Cantalício	A Guerra do Contestado (1912-1916) (livro)	1999
28	SILVA, Alcides Ribeiro da	Os rebeldes brotam da terra: uma história de amor e de luta (livro)	1995
29	THOMÉ, Nilson	São João Maria na história do Contestado (livro)	1997
30	THOMÉ, Nilson	Sangue, suor e lágrimas no chão do Contestado (livro)	1992
31	THOMÉ, Nilson	Ciclo da madeira: história e devastação da Floresta de Araucária e do desenvolvimento da indústria da madeira de pinho na Região do Contestado no século XX – o caso de Caçador	1994

		(livro)	
32	THOMÉ, Nilson	Os Iluminados: personagens e manifestações místicas e messiânicas no Contestado (livro)	1999
33	VALENTINI, Delmir José	Da Cidade Santa à Corte Celeste: memórias de sertanejos e a Guerra do Contestado (dissertação)	1997
34	VASCONCELLOS, Auro Sanford de	O dragão vermelho do Contestado (livro)	1999
<b>DÉCADA DE 2000</b>			
	<b>AUTOR</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ANO</b>
1	AGOSTINHO, Pedro	Império e cavalaria no Contestado (artigo em revista)	2002
2	BRANDT, Marlon	Uso comum e apropriação da terra no município de Fraiburgo-SC: do Contestado à colonização (dissertação)	2007
3	BORELLI, Romário José	O Contestado (livro)	2006
4	CALAZA, Cláudio Passos	Aviação no Contestado: investigação e análise de um emprego militar inédito (dissertação)	2007
5	CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de	O desmatamento das florestas de araucárias e o Médio Vale do Iguaçu: uma história da riqueza madeireira e colonizações (dissertação)	2006
6	CARVALHO, Tarcísio Motta de	"Nós não tem direito": costume e direito à terra no Contestado (1912/1916) (dissertação)	2002
7	CARVALHO, Tarcísio Motta de	Coerção e Consenso na Primeira República: a Guerra do Contestado (1912-1916) (tese)	2009
8	CASAROTTO, Abele Marcos	O Contestado e os estilhaços de bala: literatura, história e cinema (tese)	2003
9	CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli	Contestado: espaço do camponês, tempo da propriedade privada (livro)	2003
10	D'ALESSIO, Vito (Org.)	Claro Jansson: o fotógrafo viajante (livro)	2003
11	DALFRÉ, Liz Andréa	Outras narrativas da nacionalidade: o movimento do Contestado (dissertação)	2004
12	DERENGOSKI, Paulo Ramos	Guerra no Contestado (livro)	2000
13	DILL, Teresa Machado da Silva	Contestado: historiografia e literatura (1980-2001) (livro)	2004
14	DOMINGUES, Eliane	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, Contestado e Canudos: algumas reflexões sobre a religiosidade (artigo em revista)	2005
15	ESPIG, Márcia Janete	Uma possibilidade de leitura sobre religiosidade popular e historiografia: o caso do Contestado (artigo em revista)	2001
16	ESPIG, Márcia Janete	Personagens do Contestado: os turmeiros da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (1908-1915) (tese)	2008
17	ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro (Org.)	A guerra santa revisitada (livro)	2008
18	FELDHAUS, Fabiano	A região do Contestado como espaço de representação do sagrado (dissertação)	2008
19	FELISBINO, Pedro	Voz de caboclo: a saga do Contestado revivida	2002

	Aleixo; FELISBINO, Eliane	nas lembranças dos sobreviventes do reduto de Taquaruçu (livro)	
20	FRAGA, Nilson César	Mudanças e permanências na rede viária do Contestado: uma abordagem acerca da formação territorial no sul do Brasil (tese)	2006
21	GOÉS, César Hamilton Brito	Nos caminhos do Santo Monge: religião, sociabilidade e lutas sociais no sul do Brasil (tese)	2007
22	KARSBURG, Alexandre de Oliveira	O eremita do novo mundo: a trajetória de um italiano pelos sertões brasileiros no século XIX (artigo em revista)	2006
23	LAZARIN, Katiúscia Maria	Fanáticos, rebeldes e caboclos: discursos e invenções sobre diferentes sujeitos na historiografia do Contestado (1916-2003) (dissertação)	2005
24	LORENZI, Sérgio de	Taquaruçu: a pérola do Contestado (livro)	2003
25	MACHADO, Paulo Pinheiro	A formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916) (livro)	2004
26	MARTINS, Celso	O mato do tigre e o campo do gato: José Fabrício das Neves e o Combate do Irani (tese)	2007
27	McCANN, Frank Daniel	O Contestado: causas socioeconômicas da rebelião (capítulo de livro)	2009
28	MOURA, Aureliano Pinto de	Contestado: a guerra cabocla (livro)	2003
29	OLIVEIRA, Susan Aparecida de	Contestado: visões e projeções da modernidade (dissertação)	2001
30	OLIVEIRA, Susan Aparecida de	Guerra do Contestado: mimesis e políticas da memória (tese)	2006
31	OLIVEIRA, Susan Aparecida de	As vozes e a doxa: os relatos orais e a biografia dos monges do Contestado (artigo em revista)	2008
32	PRADI, Cirila de Meneses	Chica Pelega do Taquaruçu (livro)	2000
33	RODRIGUES, Rogério Rosa	Os sertões catarinenses: embates e conflitos envolvendo a atuação militar na Guerra do Contestado (dissertação)	2001
34	RODRIGUES, Rogério Rosa	Veredas de um grande sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do exército brasileiro (tese)	2008
35	SACHET, Celestino. SACHET, Sérgio	O Contestado (livro)	2001
36	SACHWEH, Maria da Salete	Educação: dominação e liberdade na guerra santa do Contestado (livro)	2002
37	SALOMÃO, Eduardo Rizzatti	O Exército encantado de S. Sebastião: um estudo sobre a reelaboração do mito sebastianista na Guerra do Contestado (1912-1916) (dissertação)	2008
38	SCHÜLER SOBRINHO, Octacílio	Taipas: origem do homem do Contestado (livro)	2000
39	TELLES, Vicente (Org.)	Folclore itinerante da epopeia do Contestado (livro)	2002
40	THOMÉ, Nilson	A política no Contestado do curral da fazenda ao pátio da fábrica (livro)	2002
41	THOMÉ, Nilson	Uma nova história para o Contestado (livro)	2004
42	THOMÉ, Nilson	A formação do homem do Contestado e a	2007

		educação escolar – República Velha (tese)	
43	TOKARSKI, Fernando	Cronografia do Contestado: apontamentos históricos da região do Contestado e do sul do Paraná (livro)	2002
44	TOKARSKY, Fernando	Dicionário de regionalismos do sertão do Contestado (livro)	2004
45	TOMAZI, Gilberto	A mística do Contestado: a mensagem de João Maria na experiência religiosa do Contestado e dos seus descendentes (dissertação)	2005
46	TOMPOROSKI, Alexandre Assis	“O pessoal da Lumber!” Um estudo acerca dos trabalhadores da Southern Brazil Lumber and Colonization Company e sua atuação no planalto norte de Santa Catarina, 1910-1929 (dissertação)	2006
47	TONON, Eloy	Ecoss do Contestado: rebeldia sertaneja (livro)	2002
48	TONON, Eloy	Os monges do Contestado: permanências históricas de longa duração das predições e rituais no imaginário coletivo (tese)	2008
49	VALENTINI, Delmir José	História do Contestado: identidade cultural e importância para a educação (capítulo de livro)	2003
50	VALENTINI, Delmir José	O tropeirismo de suínos na região do Contestado e sua influência no incipiente processo agroindustrial (capítulo de livro)	2006
51	VALENTINI, Delmir José	Atividades da Brazil Railway no Sul do Brasil: a instalação da Lumber e a Guerra na região do Contestado (1906-1916) (tese)	2009
52	VASCONCELLOS, Auro Sanford de	Chica Pelega - a guerreira de Taquaruçu (livro)	2000
53	WEINHARDT, Marilene	Mesmos crimes, outros discursos? Algumas narrativas sobre o Contestado (livro)	2000
54	WELTER, Tânia	O profeta São João Maria continua encantado no meio do povo: um estudo sobre os discursos contemporâneos a respeito de João Maria em Santa Catarina (tese)	2007
55	WOITOWICZ, Karina Janz	Imagens dos sertanejos da Guerra do Contestado nas páginas da imprensa. Nuances da produção de sentido nos discursos jornalísticos do Diário da Tarde (Curitiba/PR, 1912-1916) (publicação em Anais)	2003
56	WOITOWICZ, Karina Janz; GADINI, Sérgio Luiz	Heranças da religiosidade popular nas manifestações da cultura: a construção do sagrado no discurso dos fiéis do monge João Maria no Paraná (artigo em revista)	2005
<b>DÉCADA DE 2010</b>			
	<b>AUTOR</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ANO</b>
1	BARBOZA, Gabriel Goulart	A resistência ao Acordo de Limites e o Estado das Missões (1910-1917) (TCC)	2017
2	CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de	Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da Floresta com Araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970) (tese)	2010
3	ESPIG, Márcia Janete	O “polvo” e seus “tentáculos”: a organização da	2011

		Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e sua aquisição pela Brazil Railway Company (publicação em Anais)	
4	ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro; VALENTINI, Delmir José	Nem fanáticos, nem jagunços: reflexões sobre o Contestado (1912-2012) (livro)	2012
5	ESPIG, Márcia Janete	A construção da Linha Sul da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (1908-1910) (artigo em revista)	2012
6	ESPIG, Márcia Janete (et al)	Aspectos históricos sobre o Centenário do Contestado (artigo em revista)	2012
7	JANSSON, Claro	Relevando o Contestado: imagens do mais sangrento conflito social do Brasil nas lentes do sueco Claro Jansson (livro)	2012
8	KARSBURG, Alexandre de Oliveira	Monge João Maria de Agostini e as desventuras de um peregrino tornado santo por seus (supostos) dons de curandeiro (Brasil - século XIX) (publicação nos Anais)	2010
9	KARSBURG, Alexandre de Oliveira	O eremita das Américas: a odisseia de um peregrino italiano no século XIX (livro)	2014
10	MACHADO, Paulo Pinheiro	Rábulas e bacharéis na Guerra do Contestado: Direito, polícia e conflito social (1912-1916) (artigo em revista)	2017
11	MACHADO, Paulo Pinheiro; AXT, Gunter (Org.)	Processo de Adeodato: último chefe rebelde do Contestado (livro)	2017
12	MUCHALOVSKI, Eloi Giovane	A questão do Timbó e Canoinhas: discurso e representações na imprensa do Paraná e Santa Catarina (1900-1908) (dissertação)	2018
13	POYER, Viviani	Fronteiras de uma guerra: imigração, diplomacia e política internacional em meio ao movimento social do Contestado 1907-1918 (tese)	2018
14	PRIORI, Angelo; GRUNER, Clóvis (Orgs.)	Contestado: 100 anos de uma guerra sem fim – movimentos e conflitos sociais no sul do Brasil: estudos sobre Santa Catarina e Paraná (séculos XIX e XX) (livro)	2016
15	RICHTER, Fábio Andreas	A Guerra do Contestado: elaborações e transformações na memória e patrimônio cultural (publicação em Anais)	2013
16	RODRIGUES, Rogério Rosa	Estilhaços da violência: a Guerra do Contestado e a memória oficial (artigo em revista)	2015
17	ROMERO, Fernando Antônio da Silva	Museu do museu: uma crítica do registro da Guerra do Contestado em Santa Catarina (tese)	2012
18	SANTA CATARINA	Memórias: General Vieira da Rosa: participação na Guerra do Contestado (livro)	2012
19	TOMPOROSKI, Alexandre de Assis	O polvo e seus tentáculos: A Southern Brazil Lumber and Colonization Company e as transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940 (tese)	2013
20	VALENTINI, Delmir José	Memórias da Lumber e da guerra do contestado (livro)	2015
21	WEHLING, Arno (et al.)	Cem anos do Contestado: memória, história e patrimônio (livro)	2013

## APÊNDICE B - ESPAÇOS VISITADOS PELOS AUTORES EM SUAS PESQUISAS

- ACERVOS PARTICULARES:

Os acervos particulares foram acessados por Machado (documentos em posse de Ayhurê Tavares, residente em Itajaí), Espig (arquivos pertencentes à Ana Lanna, em São Paulo; Irene Rucinski, em Porto União, e Paulo Pinheiro Machado, em Florianópolis), Valentini (em visita ao Romário José Borelli, Curitiba, e Pedro Spautz, Calmon/SC) e Brandt (documentos encontrados com Aldani Frey).

- ARQUIVOS PÚBLICOS:

Os arquivos públicos com mais informações sobre o movimento do Contestado, de acordo com as referências presentes nas teses analisadas, são, em Santa Catarina, Arquivo do Fórum de Justiça e Prefeitura de Canoinhas, Arquivo do Fórum de Justiça e Prefeitura de Curitibanos, Arquivo Histórico Municipal Waldemar Rupp em Campos Novos, Arquivo Público Municipal de Caçador, Associação Cultural Pe. Thomás Pieters em Matos Costa, Campo de Instrução Marechal Hermes em Três Barras, Arquivo Histórico de Joinville, Arquivo do Instituto Histórico-Geográfico, Arquivo Público do Estado, Arquivo Permanente do Tribunal de Justiça e Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis. No Paraná, Arquivo Público do Estado e Associação Brasileira de Preservação Ferroviária em Curitiba. No Rio de Janeiro, Arquivo Histórico do Exército, Arquivo Histórico do Itamaraty e Arquivo Nacional. No Rio Grande do Sul, Arquivo Histórico do Estado. Em São Paulo, Arquivo Edgar Leuenroth da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

- MUSEUS:

Os museus visitados pelos pesquisadores em Santa Catarina foram: Museu Histórico e Antropológico da região do Contestado em Caçador, Museu Histórico Antônio Granemann de Souza em Curitibanos, Museu do Monge José Maria no Irani, Museu do Jagunço em Taquaruçu (Fraiburgo), Museu Histórico Thiago de Castro em Lages, Museu Histórico de Três Barras, Museu do Judiciário Catarinense, Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e Museu Histórico de Santa Catarina, os últimos três em Florianópolis. No Paraná, Museu Histórico da Polícia Militar, Museu Cel. David Carneiro e Museu Paranaense em Curitiba, além do Museu Histórico José Alexandre Vieira em Palmas. No Rio Grande do Sul, Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa em Porto Alegre e Museu do Trem de São Leopoldo. No Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional.

- BIBLIOTECAS:

Em Santa Catarina, foram analisados materiais das bibliotecas da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural, Universidade do Contestado/Mafra, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Universidade Federal de Santa Catarina e Biblioteca Pública do Estado. No Paraná, Núcleo de Pesquisa e Documentação Histórica do Centro Universitário Católico do Sudeste do Paraná, Biblioteca Pública do Estado, Biblioteca da Universidade Federal do Paraná e Biblioteca da Embrapa Florestas em Colombo. No Rio Grande do Sul, Biblioteca Rio-Grandense, Biblioteca da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Biblioteca Borges de Medeiros em Porto Alegre. No Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Biblioteca do Museu Ferroviário e Biblioteca da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima. Em Brasília, Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho no Senado Federal e Biblioteca e Arquivo da Câmara de Deputados. Além de outros canais de informação, como a Biblioteca Virtual do IBGE e a Center for Research Libraries. Xavier de Carvalho (2009) acessou alguns bancos de dados nos Estados Unidos, como da Sterling Memorial Library na Universidade de Yale e a Baker Library na Universidade de Harvard.

- DEMAIS ESPAÇOS DE PESQUISA:

Os demais espaços de pesquisa incluem, em Santa Catarina, Registro de Imóveis, Cartório do Primeiro Tabelionato de Notas de Protestos Ortigari e Cartório de Paz da Comarca de Curitiba, Cartório de Paz da Vila de Lebon Régis sexto distrito da Comarca de Curitiba, Estação Experimental de Lages, Centro de Organização da Memória Sociocultural do Oeste em Chapecó, Fundação Cultural de Canoinhas, Instituto Histórico e Casa da Memória de Santa Catarina, ambas em Florianópolis. No Paraná, Casa da Memória de Curitiba e Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências, Letras de União da Vitória. No Rio Grande do Sul, Instituto Histórico e Geográfico em Porto Alegre. No Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, Fundação Getúlio Vargas e Fundação Casa de Rui Barbosa, além do Clube Militar. Em São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros. Nos Estados Unidos, Forest History Society em Durham, na Carolina do Norte.